



esboços

histórias em contextos globais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor

Irineu Manoel de Souza

Vice-Reitora

Joana Célia dos Passos

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor

Alex Degan

Vice-Diretora

Michele Monguilhott

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Chefe

Paulo Pinheiro Machado

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação

Henrique Espada Rodrigues Lima Filho

Catálogo na fonte pela DECTI da Biblioteca da UFSC

Esboços: histórias em contextos globais / Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.-- v. 1, n. 1 (1994). – Florianópolis : PPGH/UFSC, 1994 -

Semestral 1994-2018; Quadrimestral 2019 –

Resumo em inglês e espanhol

A partir de 2008, disponível no portal de periódicos da UFSC em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/>

ISSN 1414-722x

E-ISSN 2175-7976

1. História – Periódicos. I. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História.

CDU: 9

Elaborado pelo bibliotecário Jonathas Troglio – CRB 14/1093

Publicação indexada em:

CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades Dialnet

DOAJ - Directory of Open Access Journals Diadorim - Diretório de políticas editoriais das revistas científicas brasileiras

ERIH PLUS - European Reference Index for the Humanities and Social Sciences

Genamics JournalSeek

LATINDEX - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

LIVRE - Revistas de Livre Acesso

PKP – Public Knowledge Project Index

Portal de Periódicos – CAPES

Redalyc - Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal

REDIB - Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico

Scopus

Sumarios.org - Sumários de Revistas Brasileiras



EDITOR-CHEFE

Jo Klanovicz, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR, Brasil

CONSELHO EXECUTIVO

Alex Degan, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Beatriz Mamigonian, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Fabio Morales, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Flávia Florentino Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Tiago Kramer de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Waldomiro Lourenço da Silva Júnior, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Aldo Marchesi, Universidad de la Republica, Montevideu, Uruguai

Edmé Dominguez, University of Gothenburg, Gotemburgo, Suécia

Thiago Nicodemo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

João Júlio Gomes dos Santos Júnior, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Êça Pereira da Silva, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, TO, Brasil

Uiran Gebara da Silva, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Eunice Sueli Nodari, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Samira Peruchi Moretto, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, Brasil

Henrique Espada Lima, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Rafael Chambouleyron, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Adriene Baron Tacla, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Aldrin Moura de Figueiredo, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

Aline Dias da Silveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Ana Livia Bomfim Vieira, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

Andréa Doré, Universidade Federal do Paraná, Paraná, PR, Brasil

Benito Bisso Schmidt, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Cristina Scheibe Wolff, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Élio Cantalício Serpa, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil

Erick Assis de Araújo, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Hugo Antonio Fazio Vengoa, Universidad de los Andes, Bogotá, Colômbia

João José Reis, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

José Antonio Piqueras, Universitat Jaume I, Castelló de la Plana, Espanha

Karin Hofmeester, University of Amsterdam, Amsterdã, Holanda

Kostas Vlassopoulos, University of Crete, Creta, Grécia

Leandro Duarte Rust, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil

Mateus de Faria Pereira, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, Brasil

Norberto Luiz Guarinello, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Paulo Fontes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Rafael de Bivar Marquese, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Sebastian Conrad, Freien Universität Berlin, Berlim, Alemanha

Sergio Serulnikov, Universidad de San Andrés, San Fernando, Argentina

Tamar Hodos, Bristol University, Bristol, Inglaterra

CAPA

Megatrad

PROJETO GRÁFICO

Megatrad



DIAGRAMAÇÃO

Megatrad

REVISÃO DE PORTUGUÊS, ESPANHOL E NORMALIZAÇÃO

Megatrad

REVISÃO DE INGLÊS

Megatrad

APOIO

Programa de Pós-Graduação em História – UFSC

Avaliação dos originais

Visando garantir a qualidade e a idoneidade do processo de avaliação, a *Esboços*: histórias em contextos globais adota a avaliação “duplo-cega” na qual nem o nome do autor, nem o nome do parecerista são revelados. A revista mantém uma comissão permanente de avaliadores em seu Conselho Consultivo e conta também com revisores *ad hoc*, convidados conforme sua especialidade e reconhecimento na área, para emitir parecer sobre as contribuições recebidas.

As opiniões expressas nos textos publicados são de responsabilidade dos/as autores/as.

Esboços

Programa de Pós-Graduação em História
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Santa Catarina
Campus Universitário – Bairro Trindade
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
CEP 88.040-900

Telefones: + 55 48 3721 4136

Website: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos>

E-mail: esbocos@contato.ufsc.br

ISSNe 2175-7976

Periodicidade: Quadrimestral



A ESCRAVIDÃO BRASILEIRA NOS SÉCULOS XVIII E XIX EM PERSPECTIVA GLOBAL

**Eighteenth and Nineteenth Century Brazilian Slavery in
Global Perspective**

Clemente Gentil Penna^a

 <https://orcid.org/0000-0002-6189-2466>
E-mail: clemente.penna@gmail.com

Marcelo Santos Matheus^b

 <https://orcid.org/0000-0002-9313-4678>
E-mail: marcelo.matheus@canoas.ifrs.edu.br

Melina Anna Teubner^c

 <https://orcid.org/0009-0003-4990-2152>
E-mail: melina.teubner@unibe.ch

^a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil.

^b Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de História, Santa Maria, RS, Brasil.

^c Universität Bern, Departamento de História, Bern, Suíça.

DOSSIÊ

A ESCRAVIDÃO BRASILEIRA NOS SÉCULOS XVIII E XIX EM PERSPECTIVA GLOBAL

A pesar do tráfico de africanos escravizados para o Brasil ter iniciado ainda no século XVI, foi na segunda metade do século XVIII que a América portuguesa se tornou a maior receptora de seres humanos vítimas deste comércio. Entre meados do setecentos até o primeiro quarto do século XIX, já na fase de decadência da economia mineradora e antes do boom do café, perto de 2,2 milhões de africanos escravizados desembarcaram nos portos brasileiros, em especial Rio de Janeiro, Salvador e Recife (Florentino, 1997; Verger, 2002; Ferreira, 2012; Mamigonian, 2017).

Tal crescimento da demanda por mão de obra cativa se processou em um contexto todo específico. Em primeiro lugar, a Revolução haitiana assombrou as elites escravistas brasileiras, todavia não ao ponto de retroceder na importação de africanos. Ao mesmo tempo, crescia a campanha pelo fim do tráfico de seres humanos escravizados, aspecto presente em tratados entre Inglaterra e Portugal no início do século XIX. O Brasil, por sua vez, não ficou alheio aos processos revolucionários que se espalharam pelas Américas no contexto das Guerras Napoleônicas, e o país se tornou independente em 1822. Todas estas mudanças, contudo, não fizeram diminuir a demanda por mão de obra escravizada – entre os vinte e cinco anos que separam a proclamação da Independência e a abolição efetiva do tráfico transatlântico, em 1850, o país receberia um adicional de 1,1 milhão africanos. Outros processos globais, como a modernização das infraestruturas de comunicação e transporte, as migrações intercontinentais e as transformações no sistema financeiro tocaram o Brasil durante a vigência da escravidão.

Este dossiê reuniu artigos que contribuem para a ampliação de nosso entendimento sobre os complexos contextos que marcaram o desenvolvimento da escravidão no Brasil ao longo dos séculos XVIII e XIX através de uma perspectiva global e multifacetada, explorando as nuances da escravidão no Brasil, tanto em suas mudanças quanto nas continuidades.

Para entender melhor o pensamento da política e das elites escravocratas do século XIX, Alain El Youssef mostra a relevância de publicações culturais, como peças de teatro e romances, fazendo uma reavaliação das mesmas. O autor empreende uma análise aprofundada sobre a adaptação e recepção no Brasil do folhetim francês "Os Mistérios de Paris" e sua influência na política da escravidão durante o período Regencial e início do Segundo Reinado. Tal obra, traduzida para o português por Justiniano José da Rocha na década de 1840, originalmente tratava de questões sociais e de desigualdade. No Brasil, porém, foi incorporada numa estratégia política para sustentar a escravidão e o tráfico transatlântico de africanos, principalmente pelos saquaremas, grupo político conservador.

Youssef destaca que, apesar das denúncias sociais presentes na obra de Eugène Sue, a adaptação brasileira distorceu seu conteúdo, contrapondo a miséria europeia às condições de vida dos escravizados no Brasil, promovendo uma falsa noção de que a escravidão no Brasil era mais humana em comparação com as condições na Europa. Esse discurso era usado para argumentar contra as pressões britânicas pelo fim do tráfico negreiro e sustentar a prática no Brasil. Justiniano, um afrodescendente com uma trajetória social única, atuou de forma significativa na imprensa, influenciando o pensamento público sobre a escravidão e o tráfico. Apesar de inicialmente apresentar uma postura crítica ao tráfico, Justiniano gradualmente alinhou-se aos regressistas, grupo político que defendia a manutenção da escravidão e do tráfico de escravos. Seu trabalho no jornalismo foi crucial para moldar a opinião pública, destacando-se pela crítica à interferência britânica e pela defesa dos interesses dos proprietários de escravos no Brasil.

Ao evidenciar como a cultura e a política brasileira da época se entrelaçavam com a narrativa global sobre a escravidão, Youssef aponta para as complexas interações entre a política local e global e como a imprensa e a literatura influenciavam a percepção e a manutenção da escravidão no Brasil.

Já Jonas Moreira Vargas apresenta uma análise detalhada sobre a escravidão nas fábricas de carne-seca no sul do Brasil e Uruguai, particularmente em Pelotas e Montevidéu, e sua relação com as redes do tráfico de africanos escravizados. O autor enfoca como as elites regionais participaram ativamente nas redes mercantis do tráfico, desenvolvendo estratégias para perpetuar o comércio ilegal e a exploração da mão de obra escrava em suas terras, especialmente durante a pressão britânica contra o tráfico e as medidas parlamentares brasileiras para proibi-lo nos anos 1830 e 1840. Ao demonstrar que muitos dos mais de 800 mil africanos ilegalmente escravizados no Brasil após a Lei de 7 de novembro de 1831, que aboliu o tráfico transatlântico, embora tivessem desembarcado no litoral do Rio de Janeiro, foram também redistribuídos às províncias mais ao sul. Além disso, antes da promulgação das leis anti-tráfico no início dos anos 1830, o comércio negreiro para a região do Rio Grande do Sul foi intenso, com a entrada de cerca de 35 mil cativos entre 1788 e 1833, e cerca de 70 mil na região do Rio da Prata entre 1777 e 1812.

Vargas igualmente destaca que as charqueadas de Pelotas e os saladeros de Montevidéu, produtores de carne-seca, eram integrados ao mercado atlântico e dependiam fortemente da mão de obra escravizada. Eram esses estabelecimentos que movimentavam as economias locais, sendo os proprietários dos saladeros e charqueadas os maiores escravistas das respectivas regiões. O estudo utiliza fontes como correspondências, contratos de sociedade, inventários post-mortem, registros paroquiais de batismo e outros documentos para rastrear esses negócios e ilustrar a complexidade e extensão das redes de tráfico ilegal e escravidão, mostrando como o batismo de africanos adultos servia como indício de sua recente chegada e como garantia da propriedade comprada.

Ao explorar como a escravidão e o tráfico ilegal na fronteira Sul do Brasil estavam interligados a uma dinâmica transnacional e como as elites locais se adaptaram e contribuíram para a persistência dessas práticas mesmo diante de leis e pressões internacionais contrárias, Vargas destaca tanto as continuidades como as mudanças nas práticas escravistas e de tráfico, inserindo a região Sul em um contexto mais amplo de interações globais e regionais que moldaram a escravidão brasileira no período.

Deste modo, vemos que mesmo com o advento da economia do café no século XIX, parte considerável da mão de obra escravizada no Brasil trabalhava também em outros cultivos e atividades, que não apenas as ligadas à economia de plantation. Destaque vai para a província de Minas Gerais, que mesmo com a decadência da mineração nos moldes setecentistas e apenas com uma pequena parte do território destinada à produção do café, continuou sendo uma das principais receptoras de africanos e, com efeito, a província com o maior número de escravos do Império (Slenes, 1988), com boa parte dessa mão de obra escravizada empregada na produção de gêneros de primeira necessidade para abastecimento do mercado doméstico (Martins, 2018). Embora em menores proporções, diversas outras províncias do Império igualmente empregaram números consideráveis de cativos na produção de gêneros para o mercado interno. Algumas, como as charqueadas rio-grandenses, também continuaram absorvendo africanos depois da proibição do tráfico (Moreira, 2019).

Isso é mostrado com muita clareza no artigo de Leandro Goya Fontella, Luís Augusto Farinatti e Marcelo Santos Matheus. Os autores demonstram como a escravidão em terras brasileiras nos séculos XVIII e XIX deve ir além da plantation e que as correlações entre o local e o global são uma importante chave analítica para o entendimento mais amplo da sociedade escravista brasileira. O foco do artigo está no tráfico transatlântico de africanos escravizados e na exploração desses trabalhadores nas regiões brasileiras com economias voltadas para o mercado interno, especialmente no período da primeira metade do século XIX.

O estudo revela que a pecuária escravista, desenvolvida na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, estava integrada a uma cadeia econômica global que interligava o complexo de charqueadas (produção de carne seca) do sul do Brasil às plantações de açúcar e café do nordeste e sudeste do país, chegando até a produção industrial da Grã-Bretanha. Essa integração demonstra como até mesmo nichos produtivos considerados marginais estavam conectados ao tráfico transatlântico e contribuíam para a economia mais ampla do império brasileiro. Os autores também destacam que a pecuária na região gerava excedentes suficientes para que uma elite de criadores adquirisse cativos africanos, mantendo-se conectada ao circuito do tráfico transatlântico. Esta conexão persistiu enquanto o tráfico atlântico esteve em funcionamento, até 1850. A pesquisa baseou-se na análise de registros paroquiais de batismos e de inventários post mortem em duas localidades da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, enfocando a dispersão e adaptação da escravidão e do tráfico no território brasileiro.

Um aspecto notável identificado por Fontanella, Farinatti e Matheus foi a incorporação significativa de africanos muito jovens na economia da região, uma tendência que remonta à última década do século XVIII e se diferencia do que ocorreu na maior parte do Brasil, onde o aumento do ingresso de cativos infantis aconteceu somente após 1816. A faixa etária mais comum entre os africanos batizados era de 10 a 14 anos, o que reflete a configuração particular do escravismo praticado no Rio Grande do Sul. Ilustrando, desta forma, como o tráfico transatlântico e a escravidão estavam intrinsecamente ligados às economias regionais do Brasil, mesmo em áreas consideradas periféricas, como a fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Este estudo contribui significativamente para o entendimento da escravidão brasileira em uma perspectiva global, ressaltando a complexidade e as variadas dimensões deste fenômeno histórico.

Em resumo, os artigos aqui reunidos mostram as mudanças e as continuidades nas relações escravistas entre o final do século XVIII e todo o século XIX em suas conexões locais e globais. Regiões escravistas antes vistas como periféricas ganham outra dimensão quando conjunturas locais são vistas em paralelo a um contexto global que passava por profundas e rápidas mudanças. O dossiê é, portanto, um apelo para examinemos não apenas as regiões centrais e agroexportadoras, mas tenhamos também nossa atenção voltada a estruturas e padrões locais que garantiram um marcante continuidade e perpetuação da escravidão brasileira. Deste modo, chegaremos a um quadro mais completo e atento às realidades “periféricas” locais e seu importante papel no comércio atlântico de escravos e na economia nacional.

O dossiê também é um chamado a mais estudos interdisciplinares. Envolver-se com outros campos, como os estudos literários, para entender melhor o pensamento das elites proprietárias de escravos e, ao mesmo tempo, não perder de vista os escravizados como atores da história, e como tais análises locais podem trazer a tona questões antes desconhecidas ou negligenciadas, como informações sobre as condições de vida dos trabalhadores escravizados das charqueadas e corrigir suposições equivocadas, como por exemplo, a idade dos escravizados traficados para região.

Ao examinar essas diversas questões sob uma perspectiva histórica global, este dossiê busca ampliar nosso entendimento sobre a sociedade escravista brasileira e as transformações políticas, culturais e econômicas que marcaram este período. Ele nos desafia a refletir sobre a dinâmica entre o global e o local na formação das estruturas sociais e econômicas da escravidão, proporcionando um olhar abrangente e crítico sobre um este significativo período da história brasileira.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. New York: Cambridge University Press, 2012.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. Uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

MARTINS, Roberto B. *Crescendo em silêncio*. A incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: ICAM/ABPHE, 2018.

MOREIRA, Paulo R. S. Qualificados novos por estarem a dois meses no território do Brasil e não saberem falar nada a língua portuguesa: charqueadas e tráfico ilegal de africanos (Bahia – Pelotas - Brasil Meridional, 1834). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, [s.l.], v. 11, v. 22, p. 133-161, 2019.

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. São Paulo. *Estudos Econômicos*, [s.l.], v. 18, n. 3, p. 449-495, 1988.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os santos – dos séculos XVII a XIX*. Salvador: Corrupio, 2002.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Clemente Gentil Penna: Doutor em História Social. Pesquisador da Fundação de Amparo a Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc) e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil.

Marcelo Santos Matheus: Doutor em História Social. Professor de História do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil.

Melina Anna Teubner: Doutora em História. Universität Bern. Bern, Suíça.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Os organizadores agradecem à Beatriz Gallotti Mamigonian por sua contribuição editorial e apoio na organização deste dossiê.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.



APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Clemente Gentil Penna, Marcelo Santos Matheus e Melina Anna Teubner. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Jo Klanovicz.

HISTÓRICO

Recebido em: 8 de dezembro de 2023.

Aprovado em: 8 de dezembro de 2023.

Como citar: PENNA, Clemente G.; MATHEUS, Marcelo S.; TEUBNER, Melina A. A escravidão brasileira nos séculos XVIII e XIX em perspectiva global. *Esboços*, Florianópolis, v. 30, n. 54, p. 177-182, 2023.



MELODRAMA E CRISE SOCIAL: OS MISTÉRIOS DE PARIS E A POLÍTICA DA ESCRAVIDÃO NO IMPÉRIO DO BRASIL (C. 1840-1850)

Melodrama and Social Crisis: *The Mysteries of Paris* and the Politics of Slavery in the Brazilian Empire (c. 1840-1850)

Alain El Youssef^a

 <https://orcid.org/0000-0001-9221-1275>

E-mail: alaeyou@gmail.com

Mariana França Soutto Mayor^b

 <https://orcid.org/0000-0001-9221-1275>

E-mail: m.mayor@unesp.br

^a Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, SP, Brasil

^b Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, São Paulo, SP,
Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, SP, Brasil

DOSSIÊ

A ESCRAVIDÃO BRASILEIRA NOS SÉCULOS XVIII E XIX EM PERSPECTIVA GLOBAL

RESUMO

No dia 25 de março de 1851, aniversário da Constituição brasileira de 1824, o Teatro São Pedro de Alcântara apresentou, sob os olhares do Imperador D. Pedro II, a peça *Os Mistérios de Paris*, baseada no folhetim homônimo do escritor francês Eugène Sue, traduzido ainda na década de 1840 para o português por Justiniano José da Rocha. O artigo tem por objetivo analisar as motivações que levaram a tradução da obra pouco tempo depois da sua publicação original e a sua apresentação teatral no início da década de 1850. Com base em jornais da época, documentos do Conservatório Dramático Nacional e bibliografia especializada, o texto defende que tanto a tradução como a encenação da peça fizeram parte de uma estratégia que compôs a “política da escravidão” levada a cabo pelos saquaremas entre o período Regencial e o início do Segundo Reinado.

PALAVRAS-CHAVE

Os Mistérios de Paris. Política da escravidão. Teatro São Pedro de Alcântara.

ABSTRACT

On March 25, 1851, the anniversary of the Brazilian Constitution of 1824, the Teatro São Pedro de Alcântara presented, under the eyes of Emperor Pedro II, the play *The Mysteries of Paris*. The play was based on the homonymous novel by French writer Eugène Sue, translated into Portuguese by Justiniano José da Rocha in the 1840s. The article analyzes the motivations of the translation shortly after its original publication and its theatrical presentation in the early 1850s. Based on newspapers of the time, sources from the National Dramatic Conservatory, and specialized bibliography, the text argues that both the translation and the staging of the play were part of a strategy that made up the “politics of slavery” carried out by the Saquaremas between the Regency and the beginning of the Second Reign.

KEYWORDS

The Mysteries of Paris. Politics of slavery. São Pedro de Alcântara Theater.

O dia era de festa: 25 de março de 1851, data na qual se comemorava anualmente a outorga da Constituição brasileira de 1824.. O lugar, apoteótico: o Teatro São Pedro de Alcântara, palco dos principais espetáculos nacionais e estrangeiros exibidos na Corte imperial em todo o século XIX. Os convidados, célebres: além da pomposa “boa sociedade” que ocupava o aparato estatal e as redes ligadas à agroexportação (Mattos, 2004, p. 122-141), a noite contava com a presença solene do Imperador D. Pedro II. A estreia, por fim, remetia a um enredo fartamente conhecido: o cartaz pregado na frente do teatro anunciava a exibição de *Os Mistérios de Paris*, espetáculo baseado no folhetim homônimo de Eugène Sue, que havia feito enorme sucesso literário ao estampar, entre junho de 1842 e outubro de 1843, as páginas do *Journal des Débats*. Para o “evento de gala” da referida noite, o cenário (dentro e fora do palco) havia sido cuidadosamente preparado. Como reforçou o resenhista do *Correio Mercantil*, “o salão do teatro esteve animado e brilhante”. “O acréscimo das luzes e o ornamento das flores”, preparados especialmente para a ocasião, “davam realce ao encanto das belas” mulheres que passavam pelos corredores e pelos camarotes do local. Dentro dessa aura, nem mesmo as “inexatidões sensíveis” e as “faltas” da adaptação brasileira, devidamente minimizadas pela atuação dos atores, foram capazes de diminuir a sensação do público. No Brasil, “o interesse, a ansiedade, o entusiasmo e o aplauso” da plateia não foram menores do que o acolhimento que *Os Mistérios de Paris* haviam recebido em outras partes do mundo (*Correio Mercantil*, 30 e 31 mar. 1851). Ocorre que toda essa pompa destoava de maneira incontestável do enredo da peça.

A trama melodramática que havia se tornado um verdadeiro fenômeno editorial na França e em boa parte do mundo ocidental tinha forte cunho social. O protagonista da história, o rico aristocrata Rodolpho, Grão-duque de Gerolstein, era um dos únicos personagens que se assemelhava, em termos de origem e posição social, aos espectadores que acompanhavam a peça no Teatro São Pedro de Alcântara. Todas as demais figuras, habitantes da Île de la Cité – à época uma das zonas mais pobres da capital francesa –, contrastavam com o público “distinto” do teatro carioca. Na história narrada por Sue, o personagem central está à procura de sua filha, desaparecida em Paris após ser abandonada pela mãe por motivos financeiros. Numa noite, disfarçado em vestes maltrapilhas, o nobre entra em uma taberna e salva a menina Fleur de Marie de uma agressão. Rodolpho ainda não sabe, mas a menina é justamente sua filha, que acabou crescendo nas ruas pobres da cidade sob constante exploração da cruel senhora La Chouette (A Coruja) e do temível Maître d’École. À medida em que vai estreitando relações com Fleur de Marie, tornando-a sua protegida, o nobre Rodolpho se depara com outras figuras, entre trabalhadores honestos e criminosos, como a família Morel, que vivia em condições precárias, a costureira Rigolette, amiga de Fleur de Marie, moradora da pensão de Mr. e Mme. Pipelet, o violento Chorineur, que ao longo do romance se redime, e o notário inescrupuloso Ferrand, o grande vilão da história

Nesse enredo, não deixa de chamar atenção que a representação de personagens miseráveis e ambientes soturnos na peça encenada em 1851 contrasta, em muitos aspectos, com a realidade do Brasil em meados do século XIX. Por mais que o país como um todo e o Rio de Janeiro em específico tivessem uma parcela significativa da sua população – livres e pobres que habitavam as zonas urbanas – em condições de vida relativamente equivalentes à da capital francesa, a estrutura social brasileira era bastante diferente daquela retratada na peça.

No Império, a parte mais privilegiada da sociedade imperial – justamente o público daquela noite celebratória – era composta por senhores de escravos que conheciam muito bem a realidade de seus cativos – verdadeira base social do país –, com quem conviviam

em seu cotidiano. Por si só, essa diferença traz uma importante questão: por que uma peça cujo tema incidia sobre as classes populares de uma Europa em estágio avançado de urbanização e industrialização atraía tanta atenção da elite imperial, a ponto de sua apresentação ter se transformado no grande evento das celebrações do 27º aniversário da Constituição de 1824? Uma resposta a essa pergunta já foi dada por uma das principais especialistas brasileiras em literatura folhetinesca do século XIX. De acordo com Marlyse Meyer (1994), a recepção de *Os Mistérios de Paris* pelo público brasileiro – em sua grande maioria branco, pertencente à elite imperial e a camadas médias letradas – esteve, tanto quanto na Europa, vinculada ao “binômio classes laboriosas/classes perigosas”. Enquanto no Velho Mundo esse perigo emanava da classe trabalhadora que passou a ocupar as grandes cidades em busca de empregos nas indústrias, no Império do Brasil ele advinha dos trabalhadores negros escravizados, responsáveis pelos mais variados ofícios urbanos e rurais. Nas palavras da autora, “aqui, como lá, [havia] o mesmo medo dos possuintes, que criaram as classes criminosas ao confundir o malfeitor e o trabalhador”. Mesmo levando em consideração que, no Império, esse medo seria ainda maior”, tendo em vista que essas classes eram formadas por “trabalhador[es]-coisa, coisificado[s] pelo próprio dono”, Meyer (1994, p. 128) concluiu que:

Lá como cá podem ser terrivelmente assustadoras as “classes laboriosas/classes perigosas” e o encanto da ficção disfarça ainda que espelhe uma realidade de guerra, a guerra encarniçada do que não se pode chamar senão de luta de classes, e provoca no leitor de lá e cá o que seria uma idêntica “angústia social.

Ao dialogar criticamente com essa interpretação, o presente artigo procurará responder de outra maneira à mesma questão. Para tanto, ele está dividido em três partes: a primeira é dedicada à análise do folhetim de Eugène Sue e de suas primeiras leituras; a segunda buscará compreender os interesses políticos que teriam motivado sua tradução e publicação na imprensa do Rio de Janeiro ainda na década de 1840; e a terceira retomará a exibição da peça no início de 1851 para destacar seus aspectos dramáticos e suas vinculações com a abolição efetiva do tráfico transatlântico de africanos para o país. Juntamente como uma breve introdução, o texto como um todo tem o propósito de explicar como, tanto em sua tradução como em sua adaptação teatral, *Os Mistérios de Paris* formaram, no Império do Brasil, parte de um conjunto de textos, falas e enunciados que compuseram a “política da escravidão” (e seu desdobramento, para o contrabando negreiro) levada a cabo pelos principais quadros do Partido Conservador. De um libelo que problematizava as desigualdades sociais, o folhetim de Sue foi transformado em uma manifestação artística a serviço de uma das políticas mais criminosas da história brasileira.

ENTRE TEXTOS E INTERPRETAÇÕES: OS MISTÉRIOS DE PARIS E SEUS PRIMEIROS SENTIDOS

Em setembro de 1844, o *Jornal do Commercio* anunciou a tradução e a publicação d’*Os Mistérios de Paris* por “R”, inicial que designava o conhecido redator de jornal Justiniano José da Rocha. A versão em português, que estampou as páginas do principal periódico do país até janeiro de 1845, era lançada pouco menos de um ano após a publicação do último capítulo da obra original na França para um público leitor já

familiarizado com a linguagem dos folhetins-romances no Rio de Janeiro (Schapochnik, 2010).¹

Sabe-se que a obra estava em circulação pela capital do Império desde 1843, para aluguel e venda em gabinetes de leitura e livrarias francesas.² Mas foi a tradução publicada no *Jornal do Commercio* que a popularizou rapidamente, a ponto de leitores escreverem cartas aos editores com reclamações quando o folhetim saía com um ou mais dias de atraso. A febre em torno do romance folhetinesco foi tão forte que comerciantes do Rio de Janeiro passaram a vender partituras e gravuras inspiradas no enredo parisiense. Não foi coincidência o romance ter ganho rapidamente uma série de menções em textos políticos e nos debates parlamentares antes de ser adaptado para o teatro.³

Parte do sucesso de *Os Mistérios de Paris* no Brasil era motivado pelas novidades formais que o folhetim trazia. Tratava-se de uma das primeiras obras a representar a situação de penúria das classes miseráveis francesas, utilizando-se de gírias, caracterizações mórbidas, descrição de ambientes e personagens pitorescos, combinando cenas de crime e violência com peripécias e coincidências melodramáticas.

A publicação do folhetim intensificava a francofilia já presente no público leitor carioca pela chave do exotismo. Por meio dele, tornava-se possível ter acesso ao avesso da tão conhecida e desejada capital francesa pelo olhar de Rodolpho de Gerolstein, o personagem nobre que guia o leitor pelo submundo parisiense – abrigo de trabalhadores honestos e criminosos perigosos – à procura de sua filha desaparecida. Ao longo do romance, Rodolpho age como uma espécie de justiceiro social e moralizador de costumes: paga dívidas, retira pessoas da extrema pobreza e pune com violência agiotas, chantagistas, ladrões e assassinos. O jogo moral é intenso na obra, o que faz com que o final da história seja trágico: Fleur de Marie, num drama de consciência sobre sua vida pregressa, adoece e morre.

¹ A primeira tradução de folhetim francês a ser publicada num periódico brasileiro foi *O Capitão Paulo* (*Le Capitain Paul*), de Alexandre Dumas, em 1838. Segundo Marlyse Meyer, “entre 1839 e 1842 os folhetins-romance são praticamente cotidianos no *Jornal do Commercio*, embora os autores ainda não sejam os mais modernos” (Meyer, 1996, p. 283).

² Em anúncios do *Jornal do Commercio*, em 10 de outubro de 1843 o gabinete de leitura de Mademoiselle Edet recomendava a leitura de *Les Mystères de Paris*, que tinha acabado de receber. Em 30 set. 1844, a Librairie Belge-Française de Desiré-Dujardin, anunciava a venda de um volume ilustrado da obra de Eugène Sue.

³ Nas páginas do *Jornal do Commercio* é possível ver uma série de anúncios e textos com referências à obra. Sobre a reclamação dos leitores, em 27 set. 1844: “O *Jornal do Commercio* apareceu nos dias 24 e 26 sem folhetim, e esta falta valeu-nos muitas reclamações e queixas da parte dos nossos assinantes. Estas queixas, filhas sem dúvidas do extraordinário interesse com que tem sido acolhidos os *Mistérios de Paris* não tem fundamento razoável. Nunca publicamos com tanta rapidez nenhum outro romance, e o *Jornal dos Débates de Paris*, que primeiro publicou a obra de Eugène Sue, andou mais vagorosamente que nós.” Sobre a venda de gravuras e partituras, o *Jornal do Commercio* informou que “Cento e sessenta gravuras representando as personagens mais salientes, as cenas mais interessantes e a vista dos principais lugares que figuram nos *Mistérios de Paris*” estavam à venda (cf. edição de 18 mar. 1846). Sobre menções à obra em contexto político: Na sessão da Câmara dos Deputados em fevereiro de 1845, o deputado Álvares Machado sugeria que um dos motivos para a decisão pelo sufrágio universal na França teria sido a compra de votos “das últimas classes que podem ir a esses boulevards ter com os homens dos *Mistérios de Paris*” (*Jornal do Commercio*, 25 fev. 1845).

Imagem 1: Os Mistérios de Paris em ilustração francesa de 1843. Autor desconhecido.



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mysteres_de_paris_1.png?uselang=fr.

Acesso em: 25 jan. 2023.

A forma sentimental e moralizante do folhetim reiterou a denúncia social almejada pelo autor. Para Eugène Sue, um dos problemas da existência da pobreza era seu completo desconhecimento pelos ricos de seu país. Na boca da personagem Jérôme Morel, centro do capítulo chamado “Miséria”: “*Et comme je dis toujours: si les riches savaient! Si les riches savaient!*” – e como eu sempre digo: se os ricos soubessem! Se os ricos soubessem! (Sue, 1995, p. 430).

Publicado originalmente num jornal conservador francês pelo escritor de ascendência aristocrática, o romance alimentou uma série de debates sociais. De acordo com o contemporâneo Théophile Gautier: “todo mundo devorou os *Mistérios de Paris*, mesmo aqueles que não sabiam ler” (Gautier, 2012, p. 161-162). Graças a seu estrondoso sucesso, o romance viria a tornar-se influência para Victor Hugo em *Les Misérables* (1862), além de gerar a chamada “misteriomania”, com a apropriação do modelo narrativo para a publicação de uma série de outros “mistérios” urbanos nas décadas seguintes: *Mistérios de Londres* (1844), por George Reynolds; *del Plata* (1852), por Juana Manso; *de Marseille* (1867), por Émile Zola; *de Lisboa* (1854), por Camilo Castelo Branco; e *da Tijuca* (1882), por Aluísio Azevedo (Schapochnik, 2017). De uma forma geral, ele foi considerado um atentado contra o pudor e o bom gosto, classificado como “obra menor” por sua sujeição ao mundo mercantil, um derivado da “literatura industrial”, de acordo com o termo cunhado por Sainte Beuve, em 1839, por sua penetração nas massas urbanas (Meyer, 1994, p. 61).

A repercussão estrondosa do folhetim mobilizou duas vertentes críticas sobre os sentidos de sua recepção na sociedade francesa e na Europa como um todo. Por um lado, *Os Mistérios de Paris* teve um papel político importante, através das denúncias sociais e projetos de lei defendidos na obra, como a abolição da pena de morte e o acesso dos pobres ao crédito. Apesar da origem aristocrática, Sue acabou aproximando-se ideologicamente de teorias socialistas, radicalizando o conteúdo do romance e tornando-o um libelo contra a desigualdade social. Ele mesmo iria filiar-se ao Partido Socialista Francês

e candidatar-se ao Senado, ocupando o cargo até o golpe de estado de Luís Bonaparte (1851). Como apontam alguns autores, o impacto político de *Os Mistérios de Paris* teria sido tão grande a ponto de influenciar o imaginário da Revolução de 1848, transformando o livro sobre as “classes perigosas” em uma obra representativa da “classe trabalhadora” (Bory, 1962; Chevalier, 1984; Lyon-Caen, 2008, e Pettitt, 2022).

Por outro lado, a crítica contemporânea iniciada por Marx e Engels desmontou o caráter revolucionário da obra. Para ambos os autores, o folhetim de Sue era, ao contrário, uma expressão ideológica da burguesia francesa. Os “mistérios” evocados no título representariam o “retorno ao selvagismo (os criminosos) no seio da civilização, a ausência de direitos e a desigualdade no interior do Estado”, estimulando a “medrosa curiosidade” do leitor em relação ao submundo de Paris (Marx; Engels, 2003, p. 70-71). Indo ainda mais longe, Marx chegou a taxar o autor do romance de “social fantasista pequeno-burguês sentimental” (Marx, 2012, p.122). Por esse ângulo de análise, o protagonista Rodolpho não seria mais um justiceiro social, mas um moralista que busca justiça de retaliação, com poderes sobre-humanos. Mesmo que ofereça a salvação para uns, para outros resguardava punições com extrema violência. O jogo moral instituído por Rodolpho em relação aos personagens pobres, entre trabalhadores e criminosos, poderia até despertar o compadecimento por parte do público leitor, mas se limitava à vingança arbitrária como prática de justiça.⁴

Adotando um ou outro ponto de vista sobre os sentidos da obra na sociedade francesa, cabe questionar sobre a recepção do romance no Brasil, que passava ao largo tanto de uma política revolucionária quanto de projetos de reformas sociais de caráter progressista. Para tanto, faz-se necessária uma análise mais atenta sobre Justiniano José da Rocha. O jornalista, professor e crítico de teatro responsável pela tradução do folhetim de Eugène Sue foi peça-chave para a formulação de um novo sentido d’*Os Mistérios de Paris*, mais vinculado às questões político-sociais que dominavam o Brasil no início da década de 1840.

OS MISTÉRIOS DE PARIS NO IMPÉRIO DO BRASIL

Enquanto *Os Mistérios de Paris* fazia um sucesso arrebatador entre os leitores franceses, gerando as interpretações mencionadas acima, o tradutor do romance no Brasil, Justiniano José da Rocha, vivenciou momentos absolutamente centrais de sua vida, que terminaram por vincular umbilicalmente seu destino ao processo de formação do Estado nacional brasileiro. Por mais que essa ligação já tivesse se iniciado alguns anos antes, os eventos transcorridos entre a segunda metade da década de 1830 e a de 1840 acabariam por reforçá-la de modo indelével. Desde então, essas duas histórias, que corriam em paralelo, se fundiram em uma simbiose que uniu o geral e o particular, o coletivo e o individual, a ponto de enredar o folhetim parisiense nessa trama.

Nascido em 1811, em pleno período Joanino, Justiniano José da Rocha soube explorar, na vida adulta, as pequenas aberturas que o sistema constitucional brasileiro, instaurado em 1824, conferia para a ascensão social da população afrodescendente. Por ser, ao mesmo tempo, neto de uma escravizada e filho do pernambucano José Caetano da Rocha com a abastada fluminense D. Maria Luísa Muzzi, o jovem teve, desde os primeiros

⁴ A crítica de Marx e Engels desdobrada por outros autores posiciona *Os Mistérios de Paris* como uma obra reformista-filantrópica (cf. Eco, 1967, p. 551-569; Tannenbaum, 1981, p. 491-507; Betensky, 2018). No Brasil, Antonio Cândido analisa a obra como um dos primeiros romances sociais europeus, extremamente significativo para a época, apesar de tom messiânico e do fato de Eugène Sue ser um “escritor de segunda ordem” (Candido, 2011, p. 185).

dias de vida, uma situação social que o distinguiu da maior parte da população de cor do país. Aos 12 anos de idade, em meio às indefinições políticas que marcaram o processo de independência, seus pais resolveram enviá-lo à França para que ele realizasse seus estudos fundamentais no Liceu Henrique IV, prestigiosa instituição de ensino dedicada à elite parisiense (Cardim, 1964; Viana, 1959; Magalhães Jr., 2009).⁵

Em 1829, já versado nas letras e nos meandros da capital francesa, Justiniano voltou ao Brasil para matricular-se na Faculdade de Direito de São Paulo, que abrigava os herdeiros da “boa sociedade” imperial. Nos quatro anos que passou no Largo de São Francisco, ele seria testemunha ocular de dois eventos que marcariam o fim do Primeiro Reinado: em 1830, o término oficial do comércio transatlântico de africanos por delimitação do Tratado antitráfico firmado entre Brasil e Inglaterra (1826-1827); e a abdicação de D. Pedro I do trono no fatídico 7 de abril de 1831, depois da longa crise que acometeu o reinado do primeiro imperador brasileiro (Neves, 2011, p. 75-113; Bethell, 2002, p. 49-112). Justiniano também acompanharia de perto os primeiros movimentos da Regência, que levaram à subsequente promulgação da lei de 7 de novembro de 1831, primeira legislação nacional a proibir o comércio de escravos; e à aprovação do Código de Processo, que conferiu amplos poderes (policiais, pré-processuais, processuais e eleitorais) aos juízes de paz, retirando do poder central a capacidade de influir sobre eles (Morel, 2003, p. 10-19; Basile, 2009, p. 53-119; e Flory, 1986, p. 175-180).

Em 1833, com o diploma em mãos, Justiniano regressou ao local onde havia passado boa parte de sua infância. Na capital imperial, rapidamente se articulou aos liberais moderados, que haviam ascendido ao poder no Período Regencial, dando início a um amplo projeto de reforma da Constituição de 1824, com o propósito de federalizar a estrutura estatal herdada do Primeiro Reinado. Apadrinhado por Evaristo da Veiga, deputado e principal nome do grupo na imprensa, Justiniano abraçou o projeto político moderado, encampando a aprovação do Ato Adicional (1834), que instituiu, entre outras coisas, a criação das Assembleias Provinciais, a troca da Regência Trina pela Una e a extinção do Conselho de Estado – resultado muito aquém da plataforma original, de cunho federalista (Dolhnikoff, 2005, p. 23-100; e Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834). Não bastasse isso, também encampou as críticas que os líderes do grupo – do regente Diogo Feijó a Evaristo da Veiga – faziam à continuidade ilegal do tráfico negreiro nos primeiros anos da década de 1830 (Parron, 2011, p. 90-103; Youssef, 2016, p. 123-141).

Para Justiniano, as coisas começaram a mudar no exato momento em que a política imperial deu uma guinada conservadora. Desde que os resultados das reformas liberais começaram a ficar mais evidentes, parte dos moderados – notadamente, os mais próximos a Feijó e Evaristo – manteve-se fiel ao programa do grupo, enquanto outros – como Bernardo Pereira de Vasconcelos, Honório Hermeto Carneiro Leão, Paulino Soares de Souza, Pedro de Araújo e Lima e Joaquim José Rodrigues Torres – foram aos poucos se distanciando desse núcleo duro. Se o racha já era nítido durante as eleições de 1835 para o cargo de Regente Uno, ele se acentuou profundamente durante o primeiro ano de Feijó à frente do Executivo imperial. A partir de então, os dissidentes, que receberam o apodo de “regressistas”, passaram a professar a reversão de parte das reformas liberais (em especial, aquelas que incidiram sobre o Judiciário) e, nada mais nada menos, a reabertura do comércio transatlântico de africanos (Parron, 2011, p. 121-191; Needell, 2006, p. 30-72; Youssef, 2016, p. 179-237).

Foi no ano de 1836, em meio às primeiras dificuldades do governo de Feijó, que Justiniano fez seu *debut* na imprensa, após assumir a redação d’*O Atlante*, jornal recém-

⁵ Os dados biográficos presentes nos demais parágrafos também foram retirados dessa mesma bibliografia. Há ainda outros estudos (Barman, 1973, Janotti, 1982; Guimarães, 2005) que trataram de Justiniano José da Rocha com o objetivo de explicar seu famoso panfleto *Ação, reação, transação*, publicado em 1855.

fundado por deputados pernambucanos que estavam a meio caminho entre a crítica e a defesa das políticas moderadas (Cardim, 1964, p. 15). À frente de seu primeiro periódico, Justiniano demonstrou certo distanciamento do grupo que havia apoiado até pouco tempo, mas sem embarcar efetivamente na onda regressista. No texto que abriu o primeiro número d' *O Atlante*, o redator deixou bem claro que, ao invés de se posicionar ao lado de uma das “duas frações do audaz e aventureiro partido maquiavelicamente denominado moderado”, manteria sua independência, no que já previa provocar “a fúria de ambos” os grupos (*O Atlante*, 3 maio 1836).

Dito e feito. Nos poucos meses em que esteve em circulação, *O Atlante* seguiu de perto a orientação anunciada no primeiro número. Quando, por exemplo, o assunto foi a sujeição “do Poder Judiciário às Assembleias Provinciais” – situação criada pelas reformas liberais –, Justiniano postulou que o “erro” fosse corrigido, em consonância com o que vinham fazendo os regressistas. Tal opinião não era propriamente nova para o redator. Em seu livro de estreia, *Considerações sobre a Distribuição da Justiça Criminal no Brasil e, particularmente, sobre o Júri* (1835), ele já havia concluído que “o júri no Brasil ainda não contentou a ninguém” (*apud* Magalhães Jr., p. 140). Mas, se o parecer era negativo, a solução para o problema passava longe daquela defendida pelos regressistas. Diferentemente dos últimos, Justiniano pregou em seu primeiro jornal que tal fim não poderia ser obtido violando-se a Constituição. Como a reforma de 1834 havia sido implementada “constitucionalmente”, um procedimento semelhante deveria ser empregado no caso de uma nova emenda (*O Atlante*, 21 jun. 1836).

A mesma independência de pensamento apareceu nos artigos em que *O Atlante* discutiu a situação do tráfico negreiro. Mantendo o pensamento dos anos em que lutava ao lado de Evaristo da Veiga, Justiniano fez coro contra a continuidade indecorosa do comércio de africanos, pesando a mão contra os contrabandistas. De acordo com ele, os traficantes de carne humana resumiam “em si toda a ferocidade do assassino, [e] toda a cobiça do salteador” ao perpetrarem “o maior dos crimes” contra a humanidade, que consistia em “arrancar o homem à sua pátria, e dizer-lhe – trabalha, trabalha pra mim”. Não à toa, fazia votos para “ver cessar esse escândalo”, uma vez que o considerava “o que há de mais nocivo a um país que se quer civilizar” (*O Atlante*, 7 jun. 1836 e 8 jul. 1836).

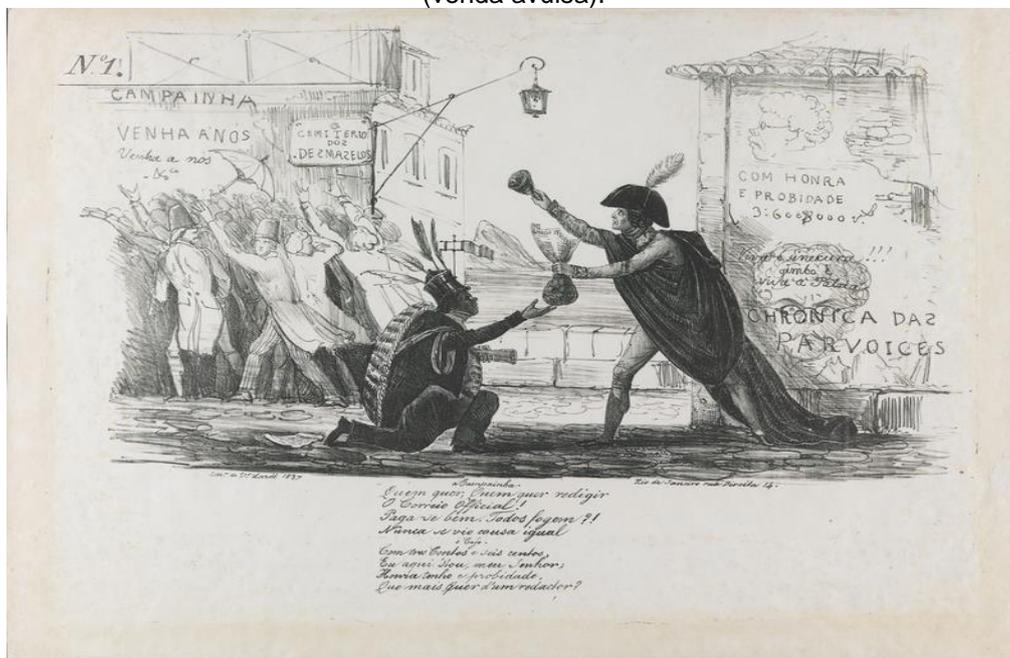
Ocorre que esse latente antiescravismo não impediu o redator de adotar um pensamento anglofóbico, em evidente proximidade aos discursos emitidos por políticos e jornais regressistas. Mesmo sendo contrário ao comércio de africanos, Justiniano criticou abertamente a Convenção anglo-brasileira de 1826-27, reputando-a de “tratado imprudente em que todos os nossos interesses foram de chofre sacrificados à *filantropia* da Inglaterra”. Para o redator, essa filantropia funcionava como uma espécie de fachada, servindo, em última instância, para “o engrandecimento próprio” do país europeu. A prova disso residia, a seu ver, nos inúmeros apresamentos de embarcações brasileiras pela *Royal Navy* e em seus respectivos julgamentos pelas Comissões Mistas anglo-brasileiras, contra os quais Justiniano bradou uma série de vezes em seu periódico (*O Atlante*, 8 jul. 1836).

O posicionamento independente, no entanto, não teve duração muito dilatada. Ao sair d' *O Atlante* e fundar *O Chronista* no segundo semestre de 1836, Justiniano embarcou progressivamente na oposição ao ministério Feijó, de quem se tornaria um dos principais críticos. Mesmo que ainda conservasse uma opinião cerrada contra o tráfico negreiro (cf. *O Chronista*, 6 set. 1837), seu alinhamento ao grupo liderado por Vasconcelos, Honório Hermeto, Paulino Soares e Rodrigues Torres, rendeu frutos no ano seguinte, quando esses mesmos deputados foram convocados pelo novo Regente, Pedro de Araújo e Lima, para formarem o Gabinete de 19 de Setembro. A chegada dos regressistas ao poder marcou, entre outras coisas, o aprofundamento do processo de expansão vertical do grupo, que visava atrair uma série de profissionais liberais, homens de ordens eclesiásticas e

funcionários públicos para os quadros do partido (Mattos, 2004, p. 180). Em um evento que sintetizou como poucos esse movimento, Justiniano foi convidado pelo novo ministério a assumir a redação do *Correio Oficial* – órgão oficial do governo – em troca de impressionantes 3:600\$000 réis anuais, valor correspondente, à época, ao preço de aproximadamente nove escravos. A essa bolada ainda se somariam, nos anos seguintes, outros tantos pagamentos, além da cessão de pelo menos um africano apreendido no tráfico (“africano livre”) e de um emprego como professor de História e Geografia no renomado Colégio D. Pedro II.

O fato, considerado atentatório por muitos contemporâneos, acabou se tornando objeto das primeiras charges da história da imprensa brasileira, produzidas pelo liberal Manuel de Araújo Porto-Alegre para denunciar o mercenarismo daquele que já era considerado um dos mais brilhantes jornalistas do Império. Na primeira delas (cf. Imagem 2), Justiniano aparece em posição de genuflexão com uma indumentária que o caracteriza como um letrado: seu chapéu é constituído por uma pena e um tinteiro, ao passo que ele carrega uma espécie de jornal na mão esquerda. Com a mão direita, ele aparece recebendo moedas em um embrulho de jornal (o valor está estampado no mural e na legenda) de um homem que poderia representar o governo. Enquanto ele aceita a oferta, os demais jornalistas fogem para o “cemitério dos desmazelos”, aparente e ironicamente por não terem “honra” e “probidade”. A segunda imagem (cf. Imagem 3), por seu turno, faz referência à Rocha Tarpeia, que além de brincar com o nome do redator, remete a um local da Roma antiga onde as pessoas eram executadas, sendo lançadas rocha abaixo diretamente para a morte. Na caricatura, a imagem de Justiniano aparece em toda parte (no cachorro, no burro e na rocha, em claro preconceito racial), no mais das vezes acompanhada por alguma referência a seu acordo com os regressistas ou à sua formação na Faculdade de Direito de São Paulo (Araújo, 2015).

Imagem 2: Manuel de Araújo Porto-Alegre. A campanha e o cujo. *Jornal do Commercio*, dezembro de 1837 (venda avulsa).



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:1837_first_caricature_in_Brazil_-_Regency.png.

Acesso em: 25 jan. 2023.

Transcrição da Legenda: A campanha: Quem quer, quer redigir/ O Correio oficial!/ Paga-se bem. Todos fogem?!/ Nunca se viu coisa igual. O cujo: Com três contos e seiscentos/ Eu aqui 'stou, meu Senhor/ Honra tenho e probidade. Que mais quer d'um redator?

Imagem 3: Manuel de Araújo Porto-Alegre. A Rocha Trapeia. *Jornal do Commercio*, dezembro de 1837 (venda avulsa).



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/acervoafrobrasileiro/36597688025/in/photostream/>.

Acesso em: 25 jan. 2023.

Transcrição da legenda: Coitado desse burrinho, / Chegou co'o muito estudar; / É crônica esta cegueira / Não se pode mais curar / Traz o seu preço na testa, / Valor por que foi comprado. / Tem espírito de gente, / Escreve como um letrado. / Esta é a Rocha Trapeia, / Prodigio de nossa terra; / Ao "metal" nunca resiste, / Cede à lima, ao malho e à serra.

Para se defender das inúmeras críticas recebidas, que extrapolaram as palavras escritas, Justiniano escreveu uma carta de despedida d'O *Chronista*, esclarecendo os motivos da sua ida ao *Correio Official*. A mudança, segundo ele, ocorria como resultado da persuasão do "governo atual", que pretendia valer-se "das forças da imprensa para de acordo com as outras forças sociais reorganizar a sociedade brasileira" (O *Chronista*, 11 out. 1837, grifo nosso). A síntese não podia ser mais lapidar. Por mais que sua linguagem fosse cifrada, Justiniano deixou à mostra o projeto dos regressistas: utilizar-se da imprensa para, de um lado, centralizar o Judiciário brasileiro, em clara reversão das reformas liberais da primeira metade da década de 1830; e, de outro, vincular seus interesses aos dos plantadores e traficantes ("forças sociais") para deixar o comércio de africanos rolar solto, à revelia de uma lei nacional e de um tratado internacional. Tanto em um como em outro âmbito desse projeto, a "pena de aluguel" do grupo adquiriu um peso absolutamente central.

Com a ajuda de Justiniano, os regressistas lograram atingir plenamente seus objetivos. A reversão das reformas liberais foi obtida em duas etapas. Primeiro, com a interpretação do Ato Adicional em 1840, que consistiu em um drible à Constituição – portanto, o oposto do que defendera o redator em 1836 – para que o Legislativo nacional retomasse o poder sobre as funções de determinados agentes públicos do Judiciário. Depois, com a aprovação da lei de 3 de dezembro de 1841 – verdadeira reforma do Código de Processo Criminal –, que retirou as funções policiais, pré-processuais e processuais dos juízes de paz, passando-as para delegados e subdelegados nomeados por presidentes de

província ou diretamente pelo governo central. Com ambas, os regressistas redefiniram o desenho do aparato político-eleitoral do Império, na medida em que vincularam a realização das eleições a cargos nomeados direta ou indiretamente pelo ministério. Dali em diante, o partido que estivesse no poder seria, invariavelmente, o vencedor das eleições, formando a maioria no Parlamento. Já as alternâncias partidárias passariam a depender exclusivamente da atuação do Poder Moderador, que se tornava, a partir de então, o *primum mobile* das eleições (Estefanes; Parron; Youssef, 2014; Flory, 1986, p. 243-308).

Se a redefinição do aparato estatal custou alguns anos, os efeitos sobre o tráfico negreiro foram praticamente imediatos. A comparação dos dados disponíveis não deixa dúvidas: enquanto os moderados estiveram no poder e lutaram contra o comércio transatlântico de escravos no parlamento e na imprensa, o contrabando foi *residual*. Dos cerca de 4.700 africanos desembarcados em 1831, ano de promulgação da lei de 7 de novembro, o montante diminuiu para cerca de 2.200 e 2.600 nos dois anos seguintes. Ocorre que essa tendência começou a se inverter a partir de 1834, com a isenção tarifária que o café obteve nos Estados Unidos e com as primeiras defesas do tráfico encampadas por Vasconcelos e seus seguidores: dos 6.057 desembarques ilegais naquele ano, a soma atingiu a marca dos 10 mil em 1835 e dos 20 mil em 1836. Bastou, no entanto, que os regressistas assumissem as rédeas do Executivo e ditassem os debates na imprensa para o *residual* se transformar em *sistêmico*: dos aproximadamente 40 mil desembarques registrados em 1837, o crescimento do tráfico atingiu proporções exponenciais até bater a incrível casa dos 57 mil africanos contrabandeados em 1839 – valor dos mais altos registrados para um ano em toda a história brasileira (Parron, 2011, p. 171-177; 2015, p. 211-233; 308-348).⁶

Na defesa do tráfico negreiro esposada por Justiniano e pelos demais regressistas (convertidos a Conservadores na década de 1840) entre meados da década de 1830 e o início dos anos 1840 havia uma unidade de pensamento bastante clara. Todo o discurso estava assentado em princípios liberais e, mais especificamente, no liberalismo da Constituição de 1824. De acordo com o núcleo duro do Partido Conservador, o contrabando negreiro se justificava pelos critérios mais inclusivos de cidadania que vigoravam no Brasil (em comparação com os demais países escravistas na mesma época). Pelo texto constitucional, eram cidadãos brasileiros “os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos ou libertos”. Isto é, o escravo saído do cativo, desde que nascido dentro das fronteiras nacionais, tornava-se automaticamente cidadão, gozando de direitos políticos que lhe permitiam até mesmo participar da primeira etapa das eleições caso atingisse os critérios censitários relativamente baixos estabelecidos pela Carta de 1824 – 200 mil réis anuais, valor equivalente à metade do preço de um escravo no Período Regencial (cf. *Constituição Política do Império do Brasil de 1824*, artigo 6º; e Berbel; Marquese; Parron, 2010, p. 95-182).

Desse efeito prático, os conservadores retiraram uma série de conclusões de caráter puramente ideológico. Para eles, graças ao dispositivo da alforria, os africanos “resgatados” da “selvageria” de seu continente de origem poderiam se tornar cidadãos brasileiros no período de duas gerações. Enquanto isso não acontecia, eles estariam sujeitos a um cativo mais “brando” e “humanizado”, visto que os senhores de escravos brasileiros, tidos como mais “bondosos” que seus congêneres caribenhos e norte-americanos, ofereciam a eles “boas” condições de vida. É justamente com base nesse argumento que os conservadores se contrapunham à filantropia britânica. No entender deles, a Inglaterra aderiria ao abolicionismo apenas para camuflar seus interesses comerciais, isto é, os ganhos econômicos que ela obteria com o fim da produção agrícola em países escravistas.

⁶ Os dados do tráfico negreiro foram retirados de www.slavevoyages.org. Acesso em: 11 dez. 2022.

Somente isso justificaria, de acordo com os conservadores, o fato de abolicionistas e governantes da Grã-Bretanha se preocuparem mais com os africanos do que com as classes operárias da Europa, que viviam na miséria e em condições insalubres, chegando a padecer de fome – condições diametralmente opostas àquelas com as quais eles falsamente pintavam a vida dos cativos no Brasil.

Da independência à efetiva abolição do contrabando negreiro, tal discurso apareceu em diversas oportunidades na boca e na pena de políticos e publicistas que propugnaram pela continuidade do tráfico transatlântico de africanos. Ainda que tenha encampado, a partir de 1837, a totalidade dessa defesa do contrabando negreiro nas páginas de seus jornais, Justiniano não chegou a se constituir em seu mais expoente divulgador. Sua grande contribuição muito provavelmente se deu em um dos pontos específicos desse discurso – ponto que, como dito acima, já aparecia em sua primeira experiência no jornalismo. Na década de 1840, enquanto esteve à frente d'*O Brazil*, periódico financiado e publicado pelo Partido Conservador, Justiniano José da Rocha se notabilizou por uma denúncia insistente da “falsa” filantropia britânica.

Os exemplos são muitos, mas vale a pena trazer alguns para entender a forma como a “pena de aluguel” dos conservadores divulgava sua anglofobia aos quatro cantos do Império. Na edição de 16 de abril de 1842, Justiniano estampou em seu jornal um artigo intitulado “A filantropia inglesa”, no qual argumentou que a Inglaterra se valia do discurso abolicionista quase que exclusivamente para defender seus interesses comerciais. De acordo com esse pensamento, a abolição do tráfico negreiro seria um recurso empregado com a finalidade de promover a “ruína das nações agrícolas” e, assim, garantir “às suas colônias o monopólio de abastecerem seu mercado de matérias-primas”. As ações contra o contrabando de africanos acobertavam, portanto, um “plano de futura dominação” de outras nações por parte da Inglaterra, tal como vinha acontecendo com a Índia e a China na outra ponta do globo. Somente dessa forma era possível, para Justiniano, explicar o fato “moralmente impossível” de que:

a Inglaterra, devorada pelo cancro do pauperismo, vendo morrer de fome muitos de seus súditos, despenda grossas somas para impedir o tráfico de africanos. [...] Demais, como explicar essa filantropia pelos africanos, atendendo a sorte miserável dos proletários ingleses e dos filhos da Irlanda? (*O Brazil*, 16 abr. 1842).⁷

No número seguinte, de 19 de abril, Justiniano deu amplo destaque ao artigo “Os antagonistas e as pretensões inglesas”, que recheou a primeira página d'*O Brazil*. Supostamente enviado por um leitor, seu conteúdo reforçava as ideias do texto aparecido na edição anterior do jornal. Dentro do propósito mais geral de provar que, no Império, “só o trabalho dos escravos é possível”, o autor defendeu que o fato de o Brasil ser nação puramente agrícola tornava o tráfico “a condição essencial de nossa existência”. Além de viabilizar o futuro do Império, esse comércio não era “tão infame” quanto a forma com que os britânicos tratavam “os Irlandeses, grande parte dos Escoceses, e até mesmo [...] os proletários ingleses”. Segundo o autor, a condenação ao tráfico era algo recente na história da humanidade, passando a ocorrer apenas quando virou “moda ser negrófilo”. Apenas desse momento em diante que:

⁷ Para outros exemplos de artigos d'*O Brazil* que tocaram no mesmo tópico, cf. as edições de 23 abr. 1842, 4 jan. 1844 e 6 mar. 1848.

o manufatureiro que obriga a um trabalho violento e cotidiano centenas de crianças, que os lhana com o chicote para que, cansados, não durmam, que os vota à morte prematura, a moléstias cruéis, a estropiamentos, e à cegueira, a troco de alguns vinténs que não lhes bastam para a satisfação das necessidades físicas, chegou, ele próprio a persuadir-se que ele era humano, que era bárbaro o senhor do escravo africano, que o trata em suas moléstias, que o veste, o alimenta, e não exige dele senão o trabalho compatível com suas forças, ou ainda a elas inferior (O Brasil, 19 abr. 1842).

O mesmo argumento também apareceu em uma das mais importantes peças de defesa do tráfico negreiro de todo o século XIX, produzida como resposta à aprovação do *bill* Aberdeen (1845), dispositivo pelo qual o governo britânico classificou como “pirataria” o tráfico de africanos para o Brasil, autorizando a apreensão de negreiros pela *Royal Navy* e seu julgamento pelos tribunais do Almirantado britânico (Bethell, 2002, p. 277-336). Em *Inglaterra e Brasil – tráfico negreiro*, publicado original e anonimamente n’*O Brasil* em formato de artigos, o deputado conservador J. M. Pereira da Silva fez um duro ataque à filantropia britânica nas mesmas bases que vinham sendo veiculadas pelo periódico em questão. De acordo com o autor, a condição de vida dos africanos livres no Brasil – isto é, os africanos apreendidos no contrabando que permaneciam sob a tutela do Estado – “é por certo melhor do que a do trabalhador dos estabelecimentos manufatureiros da Inglaterra, e da maior parte dos camponeses da Europa”. Até mesmo “nossos escravos”, completou, “vivem vida melhor do que a dessa mísera gente” (p. 69). A partir dessas constatações, a conclusão lógica de Pereira da Silva foi de que “a humanidade também exige um olhar de compaixão sobre a triste condição das classes pobres da Inglaterra. Como aí se vive! Como aí se educam os filhos dos trabalhadores! Que miséria que lavra! Que imoralidade! (p. 251).⁸

Com esse tipo de discurso, os conservadores exerceram uma verdadeira direção da imprensa e dos demais espaços públicos do Rio de Janeiro a partir da segunda metade da década de 1830. Por mais que os discursos contra o contrabando de africanos ainda se fizessem presentes nos órgãos ligados ao Partido Liberal, eles se tornaram progressivamente rarefeitos à medida que os espaços públicos do Império sofriam um enxugamento e a visão de mundo dos conservadores se tornava hegemônica. No auge da direção saquarema, o constante desembarque de africanos teve como base uma *política do contrabando negreiro*, isto é, uma ampla ação articulada entre agentes que ocupavam postos-chave do Estado imperial, grandes proprietários de terras, comerciantes e homens de letras responsáveis por vulgarizar determinadas ideias nos principais espaços públicos do Rio de Janeiro e do restante do Império (Parron, 2011, p. 193-266; Mattos, 2004, p. 142-204; Youssef, 2016, p. 239-269).

O que importa destacar para o presente artigo é que a tradução de *Os Mistérios de Paris* no exato momento em que a pressão britânica se intensificava foi parte constituinte desse processo mais amplo de expansão vertical dos saquaremas pelos espaços públicos do Império. Para além do fato de ter alcançado um sucesso de crítica e público em diversos países, sendo traduzido para diversas línguas e ganhando uma série de versões locais, o folhetim de Eugène Sue caiu como uma luva para a política do contrabando negreiro levada a cabo pelos saquaremas. A tradução do texto por Justiniano José da Rocha e sua publicação no *Jornal do Commercio* – não à toa, um jornal que tinha fama de “isento” por não estar diretamente vinculado a nenhum partido, mas que encampava por meios indiretos a crítica à política antitráfico britânica (Santos, 2019, p. 23-74) –, davam vida e

⁸ Os números d’*O Brasil* em que esses artigos foram publicados não foram conservados nos arquivos. Por isso, recorreremos à edição reunida em formato de livro. Para a autoria do livro, seguimos as orientações de Tâmis Parron, *A política da escravidão no Império do Brasil*, p. 223-224.

materialidade ao discurso anglofóbico dos conservadores. A prostituição de Fleur de Marie, a agressividade do trabalhador Chourineur, as explorações levadas a cabo por La Chouette e o pauperismo que infligia o cotidiano da família Morel, somadas à forma vivaz e realista da narrativa, funcionavam quase como comprovação empírica da seletividade que regia a filantropia britânica. Em suma, uma obra de denúncia às mazelas sociais que atingiam a população parisiense – e, por que não, europeia? – em um contexto marcado pela industrialização e pelo crescimento urbano desordenado virou, no Brasil, peça de defesa do contrabando de africanos.

Cabe perguntar ainda por que um folhetim francês, que retrata uma realidade parisiense, serviu para essa finalidade. Ora, para além de a língua e cultura francesa serem, durante todo século XIX, as mais importantes referências no mundo das letras, não havia uma peça literária inglesa que pudesse ser usada com o mesmo propósito. Talvez, a obra britânica da época que mais se assemelhe, em termos de temática, a *Os Mistérios de Paris* fosse *Oliver Twist; or the Parish Boy's Progress*, de Charles Dickens. Publicado entre 1837 e 1839, também em formato de folhetim, o livro narra a história de um órfão que escapa de uma instituição na qual realizava trabalhos forçados e vai para Londres, onde acaba sendo recrutado por uma gangue juvenil chefiada por um homem mais velho (Filgin), que explora as crianças sob seu comando. Por mais que o conteúdo do livro também seja profundamente social, ele diz respeito a uma realidade mais específica: das crianças órfãs na Inglaterra. Nesse ponto, o livro de Dickens não seria capaz de oferecer aos escravistas brasileiros uma crítica mais ampla da sociedade industrial europeia, tal qual a obra de Sue.

Os Mistérios de Paris, por seu turno, ofereciam mais do que os escravistas brasileiros podiam imaginar. Muitos exemplos dentro da peça poderiam ser dados para elucidar esse ponto, como no caso do personagem Chourineur, que ao narrar as dificuldades de sua errante vida, fez questão de destacar que não se lembrava “de ter dormido no que se chama de cama até os 19 anos” (Jornal do Commercio, 4 set. 1844). Mas nenhum desses exemplos talvez seja mais potente do que a narrativa de Flor de Marie sobre sua própria trajetória, em muitos sentidos comparável à realidade de um escravizado no Brasil. Não bastasse o fato de ter reforçado as tantas vezes que havia passado fome e frio, morado em um cômodo lamentável antes de ir para uma prisão e trabalhado para La Chouette vendendo doces nas ruas de Paris, a personagem dá conta de inúmeras agressões sofridas ao longo de sua vida. Para além de ter os cabelos frequentemente arrancados por sua responsável, Flor de Marie descreveu da seguinte forma a pior violência que havia sofrido na vida, logo depois de ter comido pela primeira vez alguns dos doces que vendia:

Que martírios passei! [La Chouette] Pôs-me de cabeça entre os joelhos, como em uma prensa; enfim, ora com a torquês, ora com os dedos, arrancou-me o dente; depois, sem dúvida para me meter medo, me disse: ‘Agora todos os dias te hei de arrancar um dente, Sirigaita, e, quando não tiveres mais dentes, hei de te atirar ao rio para os peixes te comerem e se vingarem em ti de lhes buscar iscas para pescá-los’ (Jornal do Commercio, 3 set. 1844).

Como o trecho deixa claro, longe de provocar, como defendeu Marlyse Meyer (1994), uma “idêntica ‘angústia social’” pela associação entre as “classes perigosas” da Europa e os cativos do Brasil, *Os Mistérios de Paris* tinham como função suscitar o sentimento oposto. Enquanto liam sobre as mazelas da população parisiense, os leitores brasileiros eram convidados a contrastar, muitas vezes nas páginas do mesmo jornal, a situação de penúria e miséria das sociedades europeias com o discurso hegemônico dos conservadores e com a estrutura social cristalizada pela Constituição de 1824. Se os europeus padeciam de frio e

fome, viviam em habitações miseráveis, eram moralmente questionáveis, estavam submetidos a situações de violência extrema e poucos usufruíam de direitos enquanto cidadãos, no Brasil, o escravo contrabandeado pelo tráfico tinha condições supostamente melhores de vida e seus descendentes, ao obterem sua alforria, adquiririam automaticamente o status de cidadão, usufruindo dos direitos políticos que o acompanhavam. Imersos, portanto, em um discurso que combinava falsificação da realidade (“bom tratamento” dos cativos), universalização de uma prática excepcional (alforria) e ideologização de um preceito constitucional (critério de cidadania), os devoradores de folhetins poderiam facilmente chegar à conclusão de que, mesmo baseado na escravidão, o sistema social brasileiro era, em muitos aspectos, superior ao europeu. Daí, bastava apenas um pulo para que passassem, como Justiniano, a denunciar os interesses por trás da filantropia britânica e a defender a continuidade do contrabando de africanos.

A ADAPTAÇÃO TEATRAL NO PALCO DO JURAMENTO DA CONSTITUIÇÃO

Se a tradução d’*Os Mistérios de Paris* no *Jornal do Commercio* entre 1844 e 1845 havia sido oportuna para a oposição dos conservadores às investidas britânicas contra o tráfico transatlântico de escravos, a versão teatral do romance, apresentada no palco do Teatro São Pedro de Alcântara em pleno aniversário do 27º Juramento da Constituição, marcou uma espécie de refundação da política da escravidão. Por mais que a celebração de 1851 fosse travejada por uma importante derrota política frente à grande potência da época, ela também funcionou como ponto de partida de uma nova fase da história do Império – fase que seria escrita sobre os crimes cometidos até então com o apoio do Estado e de parte da sociedade.

Para entender essa refundação, é de fundamental importância ter em consideração o desenrolar da crise que a ensejou. Como dito acima, a partir de 1845 a Inglaterra reforçou seu cerco contra o contrabando brasileiro ao declará-lo unilateralmente como “pirataria”. O *bill* Aberdeen, que entrou em vigor logo depois de Justiniano concluir a tradução d’*Os Mistérios de Paris*, provocou uma série de turbulências nas atividades negreiras e na política imperial, mas terminou sendo pouco efetivo para dar cabo do tráfico transatlântico de africanos (Bethell, 2002, p. 305-355). Dos cerca de 28 mil africanos contrabandeados em 1844, o volume do comércio negreiro baixou para quase 21 mil no ano em que a marinha britânica ganhou salvo conduto para apreender as embarcações suspeitas de infringir o tratado anglo-brasileiro. A queda, no entanto, foi apenas momentânea. Em 1846, o desembarque de africanos voltou à estaca dos 52 mil, para logo em seguida bater seu recorde histórico de quase 62 mil nos dois anos seguintes. Quanto mais a pressão britânica se radicalizava, mais retumbante se tornava seu fracasso.⁹

Em que pese o insucesso dessa política, os inúmeros conflitos internos vivenciados no Império britânico desde a revogação das Corn Laws e a adoção do Sugar Duties Act, ambos de 1846, impingiram seus dirigentes a radicalizar a postura agressiva contra o tráfico negreiro para o Brasil.¹⁰ Em maio de 1848, a *Royal Navy* apreendeu um negreiro em águas territoriais brasileiras e o ancorou no porto de Salvador, em claro enfrentamento às autoridades brasileiras. A demonstração de força surtiu o efeito desejado. Logo após o incidente, o ministério liberal ressuscitou um projeto antitráfico de 1837, que necessitava

⁹ Os dados foram retirados de www.slavevoyages.org. Acesso em: 22 jan. 2023.

¹⁰ A revogação das Corn Laws zerou as taxas de importação que vigoravam sobre os cereais importados pela Grã-Bretanha, enquanto o Sugar Duties Act igualou as taxas de importação do açúcar, retirando as vantagens fiscais que o açúcar das colônias britânicas (produzido sem mão de obra escrava) possuía sobre seus demais concorrentes (quase sempre produzidos por escravizados).

somente de aprovação na Câmara dos Deputados para entrar em vigor (Parron, 2018). Nesse meio tempo, as autoridades do Vale do Paraíba descobriram uma conspiração organizada por escravos de matriz cultural kongo, que haviam se reunido em uma espécie de sociedade para planejar o assassinato em série de feitores e senhores de diversas fazendas locais. Como raras vezes havia acontecido na história do país, a resistência dos escravizados engrossava o coro pela abolição do tráfico transatlântico de escravos, atingindo o topo da administração estatal (Slenes, 1992 e 2007).

Com a faca e o queijo na mão, o ministério liberal de Francisco de Paula Sousa tentou encerrar o desgaste político provocado pela questão do tráfico ao ressuscitar um projeto de lei de 1837, que possuía a vantagem de já ter passado pelo Senado. A desvantagem ficava por conta do artigo 13º desse mesmo projeto, que previa a anulação da lei de 7 de novembro de 1831 e a consequente legalização da situação dos africanos desembarcados no país desde então, considerados “livres”. Nas disputas políticas travadas entre gabinete e parlamento, o dispositivo revelou-se decisivo para que a maioria do ministério na Câmara se transformasse em minoria. A derrota ensejou também uma moção de desconfiança que levou à queda de Paula Sousa, trazendo os conservadores de volta ao poder. Com os saquaremas no Executivo, a solução desenhada pelos liberais foi completamente abandonada: enquanto uma comissão fluminense se encarregou de investigar a conspiração de 1848, concluindo que ela não possuía relação com o comércio de africanos, o projeto de 1837 foi colocado na geladeira. Não seria dessa vez que a pressão britânica, somada à revolta dos cativos, derrotaria os interesses escravistas ligados ao Partido Conservador (Parron, 2018).

Ocorre que a ascensão política dos defensores do tráfico negro ao poder não passou incólume por Londres. As manobras encetadas pelos conservadores brasileiros, devidamente reportadas pelo plenipotenciário britânico no Rio de Janeiro, e a crescente oposição interna britânica, crítica dos gastos militares do gabinete chefiado por Lord Palmerston, impingiram o primeiro-ministro britânico a dobrar sua aposta, autorizando novos ataques ao litoral brasileiro. Em julho de 1849, os cruzeiros da *Royal Navy* invadiram a Baía de Todos os Santos e capturaram dois navios em Salvador. No começo de 1850, enquanto efetuavam novos ataques ao litoral de São Paulo, os britânicos passaram a pressionar o governo imperial a libertar os cerca de 750 mil africanos introduzidos ilegalmente no país desde 1831 – aproximadamente 1/3 da população cativa do país. Diante de uma pressão tão aguda, que ameaçou seriamente a soberania brasileira e fez crescer o perigo da convulsão social, o gabinete conservador resolveu apostar na resistência. Na análise fria dos saquaremas, as dificuldades impostas pelos ingleses poderiam ser revertidas caso o Brasil conseguisse apoio naval norte-americano ou se a oposição parlamentar britânica impingisse uma derrota à administração Palmerston. (Parron, 2011, p. 230-244; e 2018; Mamigonian, 2017, p. 209-283).

Como nenhuma dessas possibilidades se concretizou e os ataques da marinha britânica se intensificaram, chegando nas franjas da Corte em 1850, o gabinete conservador se viu na necessidade de agir para preservar a soberania nacional. Em julho, Paulino Soares de Sousa, ministro dos Negócios Estrangeiros, lançou uma consulta ao Conselho de Estado, na qual reconhecia que “a posição em que está o Brasil é muito perigosa”. Em seus pareceres, a maioria dos conselheiros descartou a possibilidade de confronto armado, sugerindo estancar o mal pela raiz, isto é, dar cabo definitivo do comércio transatlântico de africanos de maneira unilateral. Com a recomendação em mãos, o ministro da Justiça Eusébio de Queirós se encontrou secretamente com lideranças da Câmara para alinhar um novo projeto de lei. Na outra ponta, Justiniano José da Rocha dava início à publicação de uma série de artigos n’*O Brazil* com o objetivo de convencer a base social dos conservadores de que a extinção do tráfico “resultará uma grande vantagem para o país”.

Alinhavados com parlamentares e senhores, os conservadores aprovaram sem grandes dificuldades a lei de 4 de setembro de 1850. Também conhecida como lei Eusébio de Queirós, ela proibiu o comércio de africanos, que passava a ser classificado como “pirataria”, incriminou aqueles que continuassem a importar escravos (exceção feita aos senhores que os adquirissem) e previu a reexportação daqueles que viessem a ser apreendidos em desembarques ilegais (Parron, 2011, p. 230-244; Bethell, 2002, p. 371-410; Youssef, 2016, p. 269-296).

Dada sua importância, não surpreende que a lei Eusébio de Queirós tenha marcado um verdadeiro *turning point* na história brasileira, a ponto de impactar não apenas a política, a economia e as relações sociais, mas também a produção artística do país. Vale lembrar que, desde 1850, o Estado Imperial teve que dar ao governo britânico uma série de provas de que não toleraria mais o contrabando de africanos, de modo a não permitir a repetição daquilo que havia acontecido depois da aprovação da lei de 7 de novembro de 1831. Os saquaremas, então no poder, se viram na necessidade de criar um sistema de informação para vigiar e coibir a atuação dos negreiros, cuja atividade haviam protegido por quase dois séculos. Essa “inteligência”, que incluiu a deportação de traficantes e a criação de uma rede de informantes internacionais para monitorar os passos e os negócios dos contrabandistas no espaço atlântico (Guizelin, 2022) atingiu em cheio a administração do Teatro São Pedro de Alcântara. A presidência da instituição, há tempos nas mãos de José Bernardino de Sá, um dos homens mais ricos do Império e detentor de uma fortuna amealhada no período de ilegalidade do comércio de africanos (Saraiva; Amilco; Pessoa, 2021), passou para as mãos de João Pereira Darrigue Faro, Visconde do Rio Bonito, cafeicultor de Valência afeito aos espaços institucionais da política e à gerência de grandes instituições financeiras do país (Sisson, 1999, p. 369-376).¹¹

Essa dança das cadeiras, ocorrida entre 1850 e 1851, quase chegou a incluir o personagem mais central da história até aqui narrada. Curiosamente, Justiniano José da Rocha se candidatou para o cargo de diretor da companhia dramática do teatro, concorrendo com o ator e empresário João Caetano dos Santos (Jornal do Commercio, 20 jan. 1851). É de suspeitar, no entanto, que o posicionamento do redator saquarema desde a aprovação da Lei de 4 de setembro de 1850 tenha atrapalhado suas pretensões artísticas. No começo de 1851, Eusébio de Queirós confessou a um correspondente que Justiniano andava “ininteligível, e misterioso”, queixando-se dos companheiros de partido pelas costas. A razão residia nas divergências produzidas pelo término do contrabando negreiro. Em uma missiva de Paulino Soares de Sousa, o dirigente saquarema deu conta “que ele [Justiniano], que nos ajudou escrevendo contra o tráfico [durante a crise com a Inglaterra], mudasse depois, escrevendo contra o que os traficantes chamam reação”, ou seja, contra a repressão imposta pelo Estado imperial contra suas atividades (*apud* Mascarenhas, 1961, p. 215). Ao ficar, portanto, do lado dos contrabandistas, o redator se afastou dos caciques saquaremas, fato que culminou em sua saída d’*O Brazil* e, possivelmente, no insucesso de sua candidatura para a direção artística do Teatro São Pedro.

Seja como for, tanto a escolha de Faro como a depreciação de Justiniano eram fruto de um novo tempo que se iniciava. Sob a chancela do novo presidente, diretamente responsável pela contratação de artistas, pela escolha do repertório e pela destinação das verbas, o Teatro São Pedro de Alcântara deu início a um novo ciclo naquele 25 de março de 1851. Em um espaço privilegiado de celebração pública dos rumos políticos do país e de estabelecimento da sociabilidade da elite carioca – tanto mais em uma noite que contava

¹¹ Vale reforçar que Faro também estava envolvido com o comércio de africanos. Ainda que não fosse diretamente traficante, sua fortuna estava igualmente vinculada à ilegalidade desse comércio, uma vez que seu pai, Joaquim José Pereira do Faro, foi comerciante de africanos durante o Período Joanino e o Primeiro Reinado.

com a presença ilustre do Imperador e dos principais membros do Legislativo –, a opção pela encenação teatral d’*Os Mistérios de Paris*, longe de ser fortuita, era repleta de significados. Como reforçou Luiz Costa-Lima Neto, os espetáculos do Teatro São Pedro de Alcântara “faziam parte de uma rede delicada de relações, que abrangia as instituições governamentais, políticas e culturais ligadas ao governo imperial” (Neto, 2017).

No caso específico d’*Os Mistérios de Paris*, a escolha era desprovida de um apelo por uma novidade comercial, já que o espetáculo não era propriamente inédito nos palcos cariocas. A versão de teatral do romance de Eugène Sue rondava os teatros brasileiros desde 1844, mesmo ano em que o folhetim passou a ser publicado pelo *Jornal do Commercio*. Em 25 de setembro daquele ano, o Conservatório Dramático Nacional chegou a receber o pedido de exame censório da peça *Les Mystères de Paris* para que fosse representado pela Companhia Dramática Francesa no Rio de Janeiro. Apesar da liberação da montagem, o censor André Pereira Lima fez duras críticas ao texto dramaturgic. Além de caracterizar a peça como “fastidiosa”, concluiu que “mérito literário [ela] pouco ou nenhum tem”.¹²

A crítica do censor seguia de perto a recepção que o espetáculo original havia tido em Paris. Alocada no Théâtre de Porte de Saint-Martin, a primeira montagem reuniu um elenco de 34 atores, responsáveis por encenar, em aproximadamente seis horas, o texto elaborado a quatro mãos por Eugène Sue e Prosper Dinaux, com música de M. Pilati (L’Illustration, 17 fev. 1844). Não era a primeira vez que Sue se engajava no campo teatral. Em 1842, ele havia adaptado *Mathilde*, seu primeiro folhetim, para os palcos em co-autoria com o dramaturgo socialista Félix Pyat. Inclusive, foi como espectador de uma obra teatral de Pyat que o autor d’*Os Mistérios de Paris* se aproximou de teorias socialistas, iniciando a escrita do romance que lhe consagraria como autor (Pyat, 1888, p. 20).

Apesar das críticas recebidas e de polêmicas com a censura francesa, *Mathilde* teve grande sucesso de público, fato que se repetiu em uma escala ainda maior dois anos depois, com a adaptação d’*Os Mistérios de Paris*. Com a proibição de cenas e personagens, Sue e Dinaux, optaram por fazer cortes drásticos, simplificando a história e apresentando a extensa obra de milhares de páginas condensada em 5 atos e 11 quadros. Segundo Étienne Arago: “essa dupla depuração [censura e cortes] foi fatal para a obra”. Ao limitar o personagem Rodolpho a defensor de Fleur de Marie e converter os vilões Ferrand e Maître d’École nos verdadeiros motores de ação da narrativa, os autores da versão teatral não satisfizeram “nem aqueles que leram o romance, nem aqueles que não [o] leram” (*apud* Sabatier, 2003).

A percepção de Arago foi compartilhada por outros críticos, como “P.L.”, que publicou uma dura resenha da peça na *Revue des Deux Mondes*. Segundo o avaliador anônimo, os onze quadros representados no teatro foram uma “avassaladora acusação contra os dez volumes publicados no jornal”. O crítico repreendeu a forma como os autores adaptaram os personagens, argumentando que parecia muito mais um desfile de figuras caracterizadas superficialmente. O único elogio à versão teatral foi em relação à Fleur de Marie, que aparecia no teatro como uma cantora de rua, e não mais como uma prostituta: “à la bonne heure pauvreté n’est pas vice” (à boa hora a miséria não é vício) (*Revue des Deux Mondes*, 3/1844).

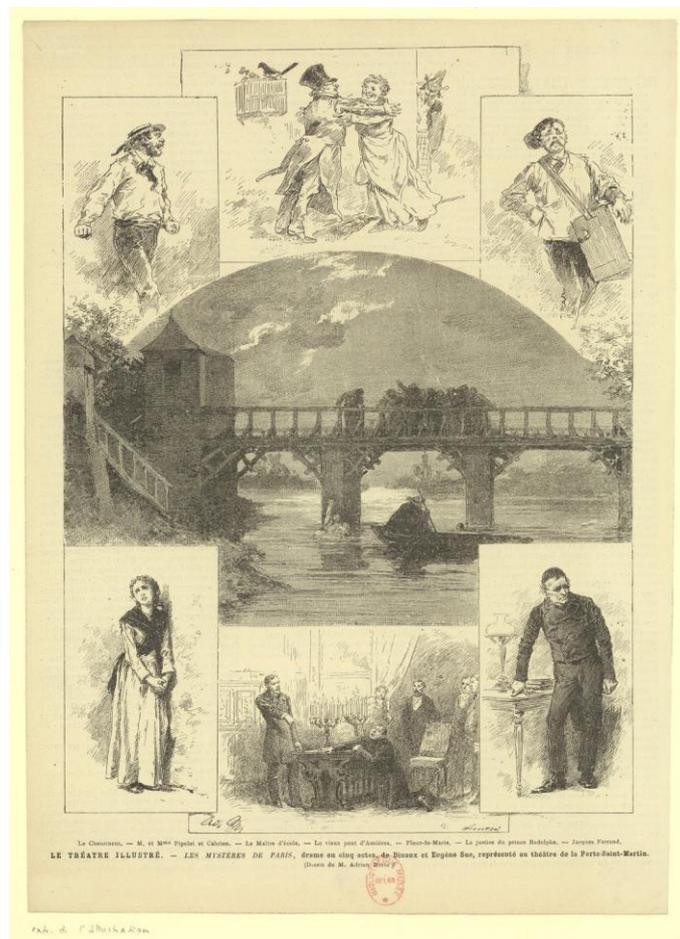
De fato, os caminhos da adaptação da obra para os palcos simplificaram em demasia o romance original, resultando numa sequência de cenas com personagens, cenários, ações e intrigas que facilmente confundiam o espectador. Os autores optaram por fazer uma versão mais palatável da história, sem as cenas sangrentas descritas no romance.

¹² REGISTROS de Exame Censório das peças *Les Mystères de Paris* e *La Polka*, para encenação no Teatro Francês. Rio de Janeiro, 1844. Atas do Conservatório Dramático Nacional, Biblioteca Nacional, I-08, 02,020.

Isso refletiu-se, por exemplo, no final da peça, que resolveu rapidamente o sequestro de Fleur de Marie por Ferrand. Com isso, o fim trágico da obra original – quando Fleur de Marie, assombrada moralmente por seu próprio passado, entra em um convento e acaba morrendo pelas duras privações às quais se submeteu – deu lugar a uma resolução “feliz” da história, que acabava com o reencontro da menina com seu pai, Rodolpho.

A simplicidade da narrativa teatral contrastava, em muitos sentidos, com as questões técnicas da peça. Na encenação, as onze mudanças de tableaux ou quadros indicavam ambientes complexos a serem representados no teatro. A montagem envolvia efeitos especiais, utilizando-se de iluminação, sons, maquinários, para além dos telões pintados que representavam ora uma rua no subúrbio parisiense com o *Cabaret du Lapin Blanc* ao fundo, ora um corredor de prisão, ora um salão de uma casa nobre. No último ato, por exemplo, há uma perseguição de barcos envolvendo o rapto de Fleur de Marie, que deve ter sensibilizado os espectadores pelo dinamismo dos acontecimentos.

Imagem 4: Le théâtre illustré. Les mystères de Paris. Drame en cinq actes, de Dinaux et Eugène Sue. Représenté au théâtre de la Porte Saint-Martin. Charles Gillot, 1879.



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Fonte: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53116925b.item>. Acesso em: 25 jan. 2023.

No Brasil, a adaptação teatral só chegou aos palcos anos depois da estreia parisiense, uma vez que a documentação existente oferece pistas de que a peça não chegou a ser encenada pela companhia de atores franceses que ocupava o Teatro de São Januário em 1844.¹³ Com isso, *Os Mistérios de Paris* entrou em cartaz para o público da Corte em maio de 1850, com uma adaptação da Companhia do famoso ator e empresário João Caetano dos Santos – o mesmo que concorreu com Justiniano pela vaga na direção artística do Teatro São Pedro de Alcântara. No mesmo palco ocupado anteriormente pela companhia francesa, a peça foi apresentada “em 5 actos e 11 quadros”, com cenário “todo próprio e copiado das gravuras do teatro da Porta de Saint Martin”, além de figurinos que “marca[vam] o romance” (Jornal do Commercio, 16 maio 1850). Pela conexão do teatro brasileiro com o que era levado à cena em Portugal no século XIX, a versão encenada deve ter aproveitado uma tradução portuguesa, feita por João Baptista Ferreira e representada em 08 de abril de 1849 no Teatro D. Maria II, em Lisboa.¹⁴

Caracterizada como “muito aplaudido drama”, a adaptação brasileira do folhetim foi representada ao longo do ano de 1850¹⁵ – isto é, durante o ápice da crise que levaria à promulgação da Lei Eusébio de Queirós em 4 de setembro de 1850 –, até ser escolhida para a comemoração do outorgamento da Constituição Brasileira no Teatro São Pedro de Alcântara, em 25 de março de 1851.

Houve quem se incomodasse com a escolha de repertório para o grande dia nacional. O censor do Conservatório Dramático Nacional fez ressalvas para a montagem escrevendo que não achava as “cenas interessantes, diálogos bem sustentados, mas é aparatosa em cenário”. Graças ao último aspecto, anuiu que “no teatro de S. Pedro pode produzir bonito effeito”.¹⁶ N’A *Marmota Fluminense, jornal crítico da gestão da Bernardino de Sá no Teatro São Pedro*, a versão teatral d’*Os Mistérios de Paris* foi tida como “lastimável”, “desagradando a geral” por conter “enredo imoral” e “mérito literário contestado” (28 mar. 1851). Mas ali, a crítica do periódico atacava mais a ausência de dramas nacionais em cena, numa discussão sobre os rumos da gestão do Teatro S. Pedro do que propriamente a representação da peça. Como bem apontou Schapochnik, a montagem de João Caetano, mesmo não sendo unanimidade, mostrava-se exitosa por estar fundada em recursos da encenação que mobilizavam a audiência (Schapochnik, 2010).

Em seus sentidos mais locais, a versão teatral do romance de Sue estetizou de forma lapidar o discurso conservador em voga na sociedade imperial através da identificação seletiva dos espectadores, cujas “lágrimas não pod[iam] resistir” (Correio Mercantil, 31 mar. 1851) às reviravoltas sentimentais da peça.

¹³ Nos anúncios dos jornais cariocas da época não há registro dessa montagem.

¹⁴ Há uma segunda tradução portuguesa localizada no Arquivo do Teatro D. Maria II, em Lisboa. A edição data de 1868, traduzida do espanhol por Joaquim José Annaya. O texto é muito próximo à versão francesa, com pequenas diferenças em relação à nomenclatura de personagens. Manteve-se toda a estrutura da peça, desde a divisão de atos e cenas, descrição de rubricas, diálogos de personagens. Curiosamente não há menção à Eugène Sue nem à Dinaux. *Os Mysteries de Paris*. Drama em 5 actos e 11 quadros, traduzido do espanhol por Joaquim José Annaya. Representado pela primeira vez no Theatro de Variedades Dramaticas na noite de 1867 em beneficio do sr. José Manoel Alves Junior ensaiador da companhia d’este Theatro. Lisboa, Typographia Commercial, 1868.

¹⁵ O Jornal do Commercio e O Correio Mercantil anunciaram datas de apresentação do espetáculo ao longo de 1850, incluindo anúncios de pequenos derivados do espetáculo, como a “linda farsa Os Pipelet dos Mistérios de Paris”, em junho de 1850 (Jornal do Commercio. 14 jun. 1850). O Brasil vestra res agitur recomendou a peça “já não bastassem as recordações que desperta o título” (O Brasil, 04 de junho de 1850).

¹⁶ REGISTROS de Exame Censório da peça *Os Mistérios de Paris*. Rio de Janeiro, 1851. Atas do Conservatório Dramático Nacional, Biblioteca Nacional, Doc. I –08, 07, 075.

Se a versão teatral não manteve o mesmo tom espetaculoso do romance para as descrições de pobreza, tampouco deixou de representá-las cenicamente. Para além dos cenários e figurinos, os diálogos evocavam a extrema penúria das figuras do romance. É o caso do encontro entre Fleur de Marie e Rodolpho, em que a menina se apresenta da seguinte forma:

(FLEUR DE MARIE: Quem sou eu? Uma desgraçada orfã, encontrada na rua aos três ou quatro anos por uma mulher que melhor teria feito se me deixasse morrer. [...] Uma noite, em que fazia muito frio, encostei-me em uma árvore nos Champs Élysées, para me aquecer - e era muito tarde, e eu só tinha arranjado três soldos. Naquela noite eu não tinha coragem para nada e chorava com medo do que me esperava.(Acte II, Table II, Scene X, 1844, 49, tradução dos autores).

Falas como essa de Fleur de Marie, que dramatizavam o desamparo social dos personagens, permeiam todo o texto teatral. Do ponto de vista da cena, abrem espaço para monólogos intensamente sentimentais, gestos expressivos e movimentações cênicas que poderiam potencializar o efeito de comiseração do público. Como escreveu o crítico do Correio Mercantil, “é preciso vê-los não se pode descrever” (31 mar. 1851).

Não à toa, a longa crítica anônima que estampou as páginas do *mesmo jornal* esteve centrada na família Morel, composta por personagens trabalhadores desafortunados, cujo pai lapidário é enganado, roubado e preso, além de ter a esposa doente e uma filha morta pelas condições de pobreza em que viviam.¹⁷ Nas palavras do jornal, essa era “uma família honrada, mas infeliz, chegada ao último grão da horrível escala da miséria” (31 mar. 1851). Se pensarmos que essa “escala da miséria” também abarcava a escravidão, facilmente chegaremos à conclusão de que a repercussão desse núcleo específico de personagens corroborava, ainda que indiretamente, o argumento da seletividade da filantropia britânica. O que está implícito na afirmação era o argumento escravista dos saquaremas que havia motivado a tradução do folhetim por Justiniano: as condições de vida dos trabalhadores europeus eram inferiores às dos escravizados no Brasil.

Em suma, as lágrimas que escorriam dos olhos dos espectadores fluminenses diante da história da família Morel e dos demais personagens dos subúrbios parisienses, provavelmente estavam carregadas do discurso que pregava a superioridade da arquitetura social brasileira frente aos resultados sociais provocados pela industrialização europeia. Mesmo que a reprodução dessa sociedade no tempo fosse comprometida pela interrupção definitiva do contrabando de africanos, a defesa da escravidão se mantinha mais viva que nunca. Seriam necessários outros vinte anos e uma guerra de proporções globais – a Guerra Civil norte-americana – para que o cativo começasse a ruir, levando consigo uma monarquia responsável por patrocinar, a um só tempo, as artes e as barbáries do Brasil no século XIX (Youssef, 2019). Mas, enquanto esse momento não chegava, a política da escravidão continuou reluzindo revigorada nos holofotes do Teatro São Pedro de Alcântara, bem como em tantas cidades e fazendas do Brasil.

¹⁷ A história da família Morel se tornaria, inclusive, mote para uma nova peça teatral chamada “A Família Morel”, de autoria de Juana Manso e apresentada com sucesso ao longo de 1851. Cf. Aurora, 6 jul. 1851. Ver AZEVEDO, Elizabeth R. Joana Paula Manso de Noronha: Uma dramaturga no teatro brasileiro do século XIX (1840-1859). *Urdimento* – Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 2, n. 41, set. 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que a escravidão passou a reluzir sem graves questionamentos durante a década de 1850, o emprego de textos literários e a escolha de peças teatrais com finalidades políticas tomou novos rumos e novos palcos. A estabilidade econômica, institucional e social proporcionada pela lei Eusébio de Queirós, tanto em sua dimensão interna como na externa, parece ter estimulado de alguma maneira os homens de letras ligados ao Partido Conservador a levar adiante projetos artísticos que representassem a defesa da escravidão na vida social brasileira pelo viés local – caso da peça *O Demônio Familiar* (1857), de José de Alencar, cujo protagonista é o menino Pedro, escravo doméstico de uma família da elite carioca que, após enfrentar uma série de peripécias e confusões para perseguir seu sonho de virar cocheiro, é “condenado” por seu dono à liberdade. Para uma nova realidade, faziam-se necessárias novas estratégias de luta.

A própria trajetória de Justiniano José da Rocha depois de 1850 traz uma série de elementos para se pensar a questão. Enquanto a escravidão brasileira dava sinais de solidez, ele se engajou na política institucional, sendo eleito deputado em duas legislaturas (1850 e 1853); fundou novos jornais, como *O Velho Brazil* (1854) e *O Regenerador* (1860); publicou seu opúsculo mais conhecido (*Ação; reação; transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil*, em 1855), criticando a política da “conciliação” levada a cabo por seu antigo companheiro de partido, Honório Hermeto Carneiro Leão; e redigiu outras obras de intervenção política, como *A política brasileira na República Oriental do Uruguai* (1854) e *Monarquia – Democracia* (1860). No campo da literatura, as únicas ocupações de Justiniano se deram no campo da tradução, primeiro da *Coleção de fábulas imitadas de Esopo, e de La Fontaine* (1852) e, em seguida, da comédia *A Questão do Dinheiro* (1858), de Alexandre Dumas Filho, cujos enredos não remetem, à primeira vista, a questões sociopolíticas candentes no Império do Brasil.

No que diz respeito a esse último ponto, uma nova virada viria apenas em 1862, por dois eventos que viriam a convergir na cabeça do redator saquarema: o avanço do conflito militar entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos, iniciado no ano anterior, e a publicação do romance *Os Miseráveis* pelo escritor francês Victor Hugo. Enquanto o primeiro deu início à derradeira crise da escravidão ao enfraquecer (e depois eliminar) a principal sociedade escravista da América (Youssef, 2019), o segundo forneceu, graças a seu retumbante sucesso, a oportunidade de Justiniano replicar o procedimento que havia adotado durante a década de 1840. Poucos meses depois de o romance de Hugo ser publicado na França e no exato momento em que a União começava sua virada militar contra o Sul escravista, o redator brasileiro deu início à tradução do romance, publicado pelo *Jornal do Commercio* em formato de folhetim.

Tal como havia acontecido com *Os Mistérios de Paris*, o enredo de *Os Miseráveis* caía como uma luva para a defesa da escravidão em um momento em que a instituição voltava a ser atacada. Nos cinco livros que compõem a obra, o leitor acompanha a trajetória de Jean Valjean, um ex-detento que havia passado dezenove anos na cadeia por ter roubado pão para matar a fome de sua irmã mais nova. Entre a Batalha de Waterloo (1815) e a Rebelião antimonarquista de Paris (1832), o protagonista passa por uma redenção moral ao ser salvo pelo bispo Myriel e a partir daí passa a agir de forma a promover justiça social. Em meio a essa trajetória, Jean Valjean relaciona-se com uma série de personagens, a maioria formada por miseráveis do campo e da capital francesa: Fantine, uma belíssima parisiense abandonada pelo namorado com uma filha pequena; Cosette, a filha de Fantine que é submetida a trabalhos forçados e posteriormente adotada por Valjean; Javert, o policial dedicado a perseguir Valjean; e os Thénardier, família

inescrupulosa que possuía uma estalagem, até perderem tudo e entrarem para o mundo do crime.

Como se pode notar, o mote da obra de Hugo era a pobreza e a situação dos miseráveis produzidos pelo processo de industrialização na Europa – tema influenciado pela obra *Os Mistérios de Paris*. O prefácio do livro não deixa qualquer dúvida a respeito disso:

Enquanto, por efeito de leis e costumes, houver proscricção social, forçando a existência, em plena civilização, de verdadeiros infernos, e desvirtuando, por humana fatalidade, um destino por natureza divino; enquanto os três problemas do século – a degradação do homem pelo proletariado, a prostituição da mulher pela fome, e a atrofia da criança pela ignorância – não forem resolvidos; enquanto houver lugares onde seja possível a asfixia social; em outras palavras, e de um ponto de vista mais amplo ainda, enquanto sobre a terra houver ignorância e miséria, livros como este não serão inúteis (Hugo, 2015).

No Brasil, é possível que esse sentido fosse desvirtuado. É factível pensar que, ao traduzir o sucesso de Victor Hugo para o português, Justiniano muito provavelmente tenha tentado vinculá-lo, pelo menos indiretamente, à defesa da escravidão, nos mesmos moldes que havia feito com romance de Sue. Dessa vez, no entanto, a iniciativa ficaria pelo meio do caminho. O redator, já sem o vigor que havia marcado sua juventude, veio a falecer antes da conclusão do projeto. Ao deixar a vida para entrar na história, ele deixaria também profundas marcas nas letras e no jornalismo nacionais, cravadas no mais das vezes por uma pena encharcada em um dos mais abjetos e sórdidos crimes cometidos em duzentos anos de existência de um país chamado Brasil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Valdei L. de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia Historia*, v. 31, n. 6, p. 365-400, maio/ago. 2015.

AZEVEDO, Elizabeth R. Joana Paula Manso de Noronha: Uma dramaturga no teatro brasileiro do século XIX (1840-1859). *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas*, Florianópolis, v. 2, n. 41, p. 1-24, set. 2021.

BARMAN, Roderick J. Justiniano José da Rocha e a época da Conciliação. Como se escreveu 'Ação, reação, transação'. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 301, p. 3-32, out.-dez. 1973.

BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.) *O Brasil Imperial: volume 2 (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 53-119.

BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010.

BETENSKY, Carolyn. Fantasmies de lecture dans *Les Mystères de Paris* d'Eugène Sue. *Médias 19*. Dossier American Mysterymania, 2018.

- BETHELL, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869*. Brasília: Senado Federal, 2002.
- BORY, Jean-Louis. *Eugène Sue, Le roi du roman populaire*. Paris: Hachette, 1962.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.
- CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.
- CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris, pendant la première moitié du XIXe siècle*. Paris: Hachette/Pluriel, 1984.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.
- ECO, Umberto. Rhetoric and ideology in Sue's *Les Mystères de Paris*. *International Social Science Journal*, XIX, 4, p. 551-569, 1967.
- ESTEFANES, Bruno F.; PARRON, Tâmis; YOUSSEF, Alain El. Vale expandido: contrabando negreiro e construção de uma dinâmica política nacional no Império do Brasil. *Almanack*, n. 7, p. 137-159, 1º sem. 2014.
- FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado em el Brasil Imperial, 1808-1871: control social y estabilidad política en el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- GAUTIER, Théophile. *Histoire de l'art dramatique*. Paris: Hachette/BnF, 2012.
- GUIMARÃES, Lucia M. P. Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia". ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. *Anais*. Londrina, 2005. Disponível em https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206369_6e7432f4b430b6e2a6eeaceed02ef6a7.pdf.
- GUIZELIN, Gilberto da S. No rastro dos traficantes retornados e foragidos para Portugal: a 'inteligência saquarema' no combate ao tráfico atlântico de escravos depois de 1850. *Almanack*, n. 30, p. 1-42, 2022.
- HUGO, Victor. *Os Miseráveis*. São Paulo: Cosac & Naify, 2012.
- JANOTTI, Maria de L. M. A falsa dialética: Justiniano José da Rocha. *Revista Brasileira de História*, v. 2, n. 3, p. 3-17, mar. 1982.
- LYON-CAEN, Judith. Un magistère social: Eugène Sue et le pouvoir de représenter. *Le Mouvement Social*, n. 224, p. 75-88.
- MAGALHÃES Jr., R. *Três panfletários do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.
- MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MARTINS, Silvia C. de S. *Ideias encenadas: uma interpretação de O Demônio Familiar de José de Alencar*. Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 1996.
- MARX, Karl. *A luta de classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Sagrada Família*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MASCARENHAS, Nelson L. *Um jornalista do Império (Firmino Rodrigues da Silva)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.
- MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MEYER, Marlyse. Um fenômeno poliédrico. O romance-folhetim francês do século XIX. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 2, n. 2 p. 123-135, 1994.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim, uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MOREL, Marco. *O período das regências*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- NEEDELL, Jeffrey. *The Party of Order: The Conservatives, the State, and slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- NETO, Luiz Costa-Lima. Teatro, tráfico negreiro e política no Rio de Janeiro Imperial (1845-1858): os casos de Luiz Carlos Martins Pena e José Bernardino de Sá. *ArtCultura*, v. 19, n. 34, p. 107-124, jan.-jul. 2017.
- NEVES, Lúcia B. P. das. A vida política. In: COSTA E SILVA, Alberto da (coord.) *História do Brasil nação: 1808-2010 – vol. 1: Crise colonial e independência, 1808-1830*. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre/Objetiva, 2011. p. 75-113.
- PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PARRON, Tâmis. *A política da escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- PARRON, Tâmis. “The British Empire and the suppression of the slave trade to Brazil”. *Journal of World History*, v. 29, n. 1, p. 1-36, 2018.
- PETTITT, Claire. *Serial Revolutions 1848: Writing, Politics, Form*. Oxford: Oxford University Press, 2022.
- PYAT, Félix. Souvenirs Littéraires: Comment j’ai connu Eugène Sue et Georg Sand. *La Revue de Paris et Saint Pétersbourg*, n. 5, p. 16-35, 1888.
- SABATIER, Guy. Les relations politico-littéraires entre Eugène Sue et Félix Pyat. In *Cahiers pour la littérature populaire*, n.17, 2003.
- SANTOS, Guido G. “Comerciais e acidentalmente políticos”? O *Jornal do Commercio*, o *Diário do Rio de Janeiro* e a política internacional do Império (1845-1852). Dissertação (Mestrado em História) – IFCH, Unicamp, Campinas, 2019.
- SARAIVA, Luiz F.; AMILCO, Rita; PESSOA, Thiago C. Vida, fortuna e morte: a trajetória de José Bernardino de Sá – Barão e Visconde de Villa Nova do Minho. In: SARAIVA, Luiz F.; SANTOS, Silvana A. dos; PESSOA, Thiago C. (orgs.) *Tráfico e traficantes na ilegalidade: O comércio proibido de escravos para o Brasil (c.1831-1850)*. São Paulo: Hucitec, 2021. p. 25-70.

SCHAPOCHNICK, Nelson. D'Os mistérios de Paris aos mistérios no Prata: tradução, imitação e invenção. *Leitura: Teoria e Prática*, v. 35, n. 71, p. 101-113, 2017.

SCHAPOCHNICK, Nelson. Edição, recepção e mobilidade do romance *Les mystères de Paris* no Brasil oitocentista. *Varia Historia*, v. 26, n. 44, p. 591-617, jul/dez. 2010.

SLENES, Robert. Malungo, Ngoma vem: África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*, n. 12, p. 48-67, 1991/1992.

SLENES, Robert. A árvore de Nsanda transplantada: cultos kongo de aflição e identidade escrava no sudeste brasileiro (século XIX). In: LIBBY, Douglas C.; FURTADO, Júnia F. (org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2007. p. 273-314.

SUE, Eugène. *Les Mystères de Paris*. Paris: Robert Laffont, 1995.

SUE, Eugène; DINAUX, Prosper. *Les Mystères de Paris*. Roman en cinq parties et onze tableaux. Bruxelles: J-A. Lelong, 1844.

TANNENBAUM, Edward R. *The Beginnings of Bleeding-Heart Liberalism: Eugene Sue's les Mysteres de Paris*. *Comparative Studies in Society and History*, v. 23, n. 3, p. 491-507, jul. 1981.

VIANA, Hélio. Justiniano José da Rocha. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 243, n. 2, p. 20-34, abr.-jun 1959.

YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. São Paulo: Intermeios/Fapesp, 2016.

YOUSSEF, Alain El. *O Império do Brasil na segunda era da abolição, 1861-1880*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Alain El Youssef: Doutor em História (FFLCH-USP), Pesquisador do Lab-Mundi (USP), São Paulo, SP, Brasil.

Mariana França Soutto Mayor: Doutora, Professora Assistente de História do Teatro, Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, São Paulo, SP, Brasil; Pós-doutoranda em História, Universidade de São Paulo, Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil. Pesquisadora residente da Biblioteca Brasileira José e Guita Mindlin, São Paulo, SP, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pelo financiamento da pesquisa de Pós-Doutorado (processo n. 19/21537-9 e processo n. 2021/03693-3), que permitiram a redação deste artigo.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: A. E. Youssef e Maria S. Mayor

Coleta de dados: A. E. Youssef e Maria S. Mayor



Análise de dados: A. E. Youssef e Maria S. Mayor
Discussão dos resultados: A. E. Youssef e Maria S. Mayor
Revisão e aprovação: A. E. Youssef e Maria S. Mayor

FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Alain El Youssef e Mariana Mayor. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORA

Beatriz Galotti Mamigonian.

HISTÓRICO

Recebido em: 4 de fevereiro de 2023

Aprovado em: 11 de julho de 2023

Como citar: YOUSSEF, Alain E.; MAYOR, Mariana F. S. Escravidão e tráfico ilegal na fronteira sul do Brasil: o caso dos charqueadores rio-grandenses, dos saladeristas uruguaios e de suas redes mercantis (c. 1830-1850) *Esboços*, Florianópolis, v. 30, n. 54, p. 183-210, 2023.



ESCRavidÃO E TRÁFICO ILEGAL NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL: O CASO DOS CHARQUEADORES RIO- GRANDENSES, DOS SALADERISTAS URUGUAIOS E DE SUAS REDES MERCANTIS (C. 1830-1850)

Slavery and Illicit Trade in the South Border of Brazil:
The Case of Rio Grande do Sul's Jerked Beef Manufacturers,
Uruguayan Salting Plant Owners and Their Trading Networks
(c. 1830-1850)

Jonas Moreira Vargas^a

 <https://orcid.org/0000-0003-1197-6933>

E-mail: jonasmvargas@yahoo.com.br

^a Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Pelotas, RS, Brasil

DOSSIÊ

A ESCRAVIDÃO BRASILEIRA NOS SÉCULOS XVIII E XIX EM PERSPECTIVA GLOBAL

RESUMO

O artigo analisa a presença da escravidão nas fábricas de carne-seca do sul do Brasil e do Uruguai, com destaque para as cidades de Pelotas e Montevideú, e a vinculação dos seus proprietários com as redes do tráfico de africanos escravizados. Embora a região da fronteira com o Rio da Prata esteja distante dos principais portos negreiros do Império, a pesquisa busca contribuir com uma análise de como essas elites regionais atuaram no interior das redes mercantis do tráfico, elaborando estratégias para continuar com o comércio ilegal e a exploração da mão de obra cativa em suas terras. A conjuntura dos anos 1830 e 1840 foi marcada tanto por uma forte pressão britânica contra o tráfico, quanto por medidas parlamentares a fim de proibi-lo, exigindo alternativas dos charqueadores, saladeristas e comerciantes escravistas da fronteira. Portanto, como o tráfico ilegal para a região deixou poucos documentos, o artigo busca rastrear tais negócios por meio da correspondência trocada entre comerciantes, charqueadores e saladeristas, contratos de sociedade, mapas de população, inventários post-mortem e registros paróquias de batismo, contribuindo com uma perspectiva ao mesmo tempo regional e transnacional sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVES

Tráfico Ilegal. Escravidão. Rio da Prata. Charque.

ABSTRACT

The article analyzes the presence of slavery in jerk beef / dried meat factories in Southern Brazil and in Uruguay, highlighting the cities of Pelotas and Montevideo, and the connection of their owners and trade networks of slaved Africans. Although the bordering region with the Río de la Prata is far from the main slaving ports of the Empire, the research seeks to contribute with an analysis of how these regional elites acted in illicit trade networks, elaborating strategies on how to continue with the illicit trade and the exploitation of the slaved workforce in their lands. The scenario of the 1830s and 1840s was marked by both a strong British pressure against the trade as well as by legislative measures in order to prohibit it, demanding alternatives from jerk beef manufacturers, salting plant owners and slaveholders traders from the border. Thus, as the illicit trade for the region left few documents, the article aims at tracing such businesses through the correspondence exchanged between traders, jerked beef manufacturers and salting plant owners, memorandum of association, population maps, post-mortem inventories and parish records of baptism, contributing with both a regional and transnational perspective on the theme.

KEYWORDS

Illicit Slave Trade. Slavery. Rio da Prata. Jerked Beef.

Estima-se que depois da Lei de 7 de novembro de 1831, responsável por abolir o tráfico transatlântico para o Brasil, mais de 800 mil pessoas escravizadas vindas do continente africano foram desembarcadas no país (Mamigonian, 2017, p. 471). Nessa nova conjuntura, o Rio de Janeiro foi o maior receptor de cativos do Império, recebendo e redistribuindo-os não apenas para o sudeste, como também para províncias mais ao sul. Na realidade, os traficantes cariocas já ocupavam esse papel de destaque no comércio negreiro desde o período colonial tardio (Florentino, 1997). A novidade agora é que, diante da fiscalização das autoridades brasileiras e da marinha britânica, foi necessário desenvolver estratégias de desembarque que escondessem ou disfarçassem o contrabando, garantindo a continuidade desse comércio de maneira clandestina. Uma das práticas mais correntes consistia no desembarque em praias um pouco distantes dos portos marítimos, algumas delas nas propriedades de grandes escravistas, que contavam com a colaboração de parte da população local para manter e esconder esse comércio.¹

Como a escravidão estava disseminada por todas as regiões do Império, não surpreende que tais práticas fossem tentadas em províncias mais distantes dos principais portos negreiros. Uma carta de Antônio Manuel Corrêa da Câmara para Domingos José de Almeida, datada de outubro de 1838, é bastante reveladora dessas atividades na fronteira do Brasil com o Uruguai. Com o advento da Revolta dos Farrapos, em setembro de 1835, os rebeldes foram lentamente conquistando todo o território do Rio Grande do Sul, com exceção da cidade de Rio Grande, sede do único porto marítimo da província. Para contornar as dificuldades de acesso ao comércio atlântico, os farroupilhas realizavam diversos negócios na fronteira com o Uruguai e buscavam utilizar o porto de Montevideu para receber e escoar mercadorias (Guazzelli, 2003). Na carta, Câmara, que era representante diplomático da República Rio-grandense no Paraguai, descreveu um plano que visava escapar dessa dependência da capital uruguaia, incorporando o porto de Maldonado aos domínios farroupilhas. No entanto, ele acrescentava:

Este porto não será somente o de Maldonado... um pouco mais longe (5 ou 6 léguas pouco mais ou menos) e na direção do cabo de Santa Maria existe um campo (bem nacional montevideano) que é banhado pelas águas que bordam o cabo e faz parte ou continuação daquela costa. Espertos e destríssimos contrabandistas de Montevideu dão os maiores gabos às vantajosas proporções daquele local para o contrabando... facilidade de aproximarem-se as embarcações em certos tempos do ano, facilidade de desembarque pela configuração e fundos da costa, dificuldade invencível de ser policiada aquela linha d'água pelos cruzeiros, pela impetuosidade dos mares em tempos borrascosos, e pelos frequentes tufões e tempestades que a agitam em várias estações do ano.²

O plano também pretendia ocupar a ilha de Gorriti, próxima ao mencionado porto, o que contribuiria para as opções de desembarques. Para garantir tais domínios, Câmara projetava mais: “Eu daria dois canhões de calibre 4,8 a 18 à ilha, e armaria a bateria com

¹ Nos últimos anos, muitas pesquisas vêm colaborando para que tenhamos um maior conhecimento desse período de ilegalidade do tráfico. Ver, por exemplo, Rodrigues (2005), Grinberg (2007), Carvalho (2012), Mamigonian (2017), Santos (2018) e Saraiva et. ali. (2021).

² Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Coleção Varela, Docto nº 3237, carta de Corrêa da Câmara para Domingos de Almeida, Cacequi, 26 de outubro de 1838. Doravante as referências terão a abreviatura AAHRS, CV e o número da carta.

uma peça calibre 12". Ao todo seriam 11 canhões e "180 homens para as respectivas guarnições, 50 homens para cobrir a campanha junto ao cabo, 80 idem para o povo de Maldonado; em tudo 310 homens". A fortificação do local era fundamental para o sucesso do empreendimento, que buscava acesso marítimo "às nossas produções quase sem curso, e um canal, o melhor possível nas circunstâncias atuais, para a introdução dos gêneros de que carecemos". Que gêneros seriam esses? Ele continuava: "Suponhamos agora que uma embarcação se aproxima do cabo com vento fresco e tempo seguro, é claro que poderá desembarcar (negros por exemplo) nas costas [...] ou passará ao porto de Maldonado se o tempo não for tão favorável".³ Portanto, um dos objetivos era viabilizar a continuidade do comércio negreiro para o Rio Grande do Sul por intermédio do território uruguaio. Contudo, o tráfico de escravizados também estava proibido no país vizinho desde a aprovação da Lei de 14 de julho de 1837, que apenas reforçava o que a Constituição uruguaia de 1830 já considerava ilegal (Borucki, 2009). Apesar disso, Câmara confiava no negócio: "Não poremos em questão se os numerosos contrabandistas que residem em Montevidéu, quase todos portugueses, quererão prestar-se a empresas que nos devem ser tão favoráveis, se quererão eles trazer-nos com os escravos (donde perceberão seu maior lucro), a pólvora, a bala, as armas [...]". Diante do aumento da pressão britânica pelo fim do tráfico e da fiscalização da polícia uruguaia, talvez os mencionados contrabandistas não quisessem arriscar-se nessa nova rota.⁴ Se isso acontecesse, Câmara prometia: "[caso] o contrabandista português não queira encher as algibeiras à nossa custa, eu me obrigo a fazer com que o mais atrevido contrabandista de escravos residente em Montevidéu, e que não é chumbo, se preste a semelhante especulação".⁵

A cumplicidade com que Câmara detalhou seu plano para Almeida evidencia que ambos compartilhavam dos interesses do comércio negreiro na região e da necessidade de sua manutenção, tanto para a jovem República Rio-grandense, quanto para os contrabandistas de Montevidéu. O destinatário da carta não se tratava de qualquer interlocutor. Almeida era uma das principais lideranças do movimento farroupilha, foi ministro da Fazenda da República e também era um rico comerciante e charqueador (proprietário de um estabelecimento de fabricar carne-seca) na cidade de Pelotas, litoral sul do Rio Grande do Sul. Assim como todos os outros charqueadores da localidade, ele também era um grande proprietário de cativos. Portanto, a continuidade do tráfico transatlântico interessava não apenas a ele e aos demais charqueadores, como também aos criadores de gado daquela extensa fronteira, onde a escravidão era amplamente disseminada, tanto do lado brasileiro, quanto do lado uruguaio.⁶ Além disso, o interesse de escravistas de Montevidéu na continuação dessa rota negreira era bastante conhecido. Entre 1832 e 1835, amparados pelo governo de Rivera, alguns traficantes de Montevidéu, inseridos em uma rota mercantil com o Rio de Janeiro, foram responsáveis pela importação de mais de 1.500 colonos africanos, tidos como livres em seus contratos, mas que na realidade foram escravizados (Borucki, 2009). Nesse sentido, a carta de Câmara para Almeida também pode ser compreendida como uma tentativa de reativar essa rota mercantil, aproveitando-se de um contexto de guerra e de uma conjuntura muito recente (ainda um tanto confusa e com brechas legais) frequentemente desrespeitada em ambos os lados da fronteira.

Antes das leis anti-tráfico do início dos anos 1830, o comércio negreiro para essa região foi bastante intenso. Conforme Aladrén (2012, p. 53-55), o Rio Grande do Sul teria

³ AAHRS, CV-3237. Corrêa da Câmara para Almeida, Cacequi, 26 out. 1838.

⁴ Sobre a pressão britânica contra o tráfico negreiro no Uruguai, os debates parlamentares e a fiscalização das autoridades policiais da época, ver Borucki (2009).

⁵ AAHRS, CV-3237. Corrêa da Câmara para Almeida, Cacequi, 26 out. 1838.

⁶ Para uma análise da escravidão em ambos os lados da fronteira, ver Borucki, Chagas e Stalla (2004), Petiz (2006), Aladrén (2012), Grinberg (2013), Matheus (2021).

recebido cerca de 35 mil cativos entre 1788 e 1833, mas o autor considera que podem ter sido mais. Esses africanos escravizados vinham por intermédio de traficantes do Rio de Janeiro e de Salvador, em transações estabelecidas entre consignatários locais e comerciantes de grosso trato das principais praças (Berute, 2006). No caso do Rio da Prata, Borucki (2011) calculou que cerca de 70 mil cativos, vindos de portos brasileiros e africanos, foram desembarcados na região, entre 1777 e 1812. Tratavam-se de escravos comercializados não apenas na Banda Oriental, como em todo o Vice-Reinado do Rio da Prata. Essa grande entrada de cativos vinha atender à crescente demanda por mão de obra nas propriedades agropecuárias e *saladeris* da região. As exportações de couro bovino foram o primeiro carro-chefe dessa economia regional, mas a partir da década de 1780, as primeiras fábricas de carne seca e salgada, denominadas “charqueadas” em Pelotas e “saladeros” em Montevidéu, juntaram-se ao setor como grandes exportadoras.

As charqueadas pelotenses e uruguaias integraram-se a esse mercado atlântico fornecendo mercadorias de origem bovina fundamentais para a expansão escravista e capitalista que marcou o período. Enquanto as exportações de couro acompanhavam os ritmos da demanda fabril provocada pela Revolução Industrial e tinham como principais destinos Inglaterra, França e Estados Unidos, o charque tinha como principais consumidores os cativos e as populações pobres das regiões de *plantations* açucareiras e cafeeiras, as capitais litorâneas do Brasil e as tripulações dos navios negreiros. Portanto, o aumento das exportações nessa época também esteve associado ao crescimento do tráfico transatlântico para Brasil e Cuba, incluindo a fase da ilegalidade em ambos, e à expansão cafeeira e açucareira que caracterizou o período.⁷ Nesse sentido, a mencionada expansão de atividades econômicas só foi possível com a entrada de centenas de milhares de africanos escravizados via comércio transatlântico.⁸

Os navios que enviavam charque para o Rio de Janeiro e para a Bahia, muitas vezes retornavam com diversas mercadorias, incluindo os próprios africanos escravizados. O mencionado Domingos de Almeida era um exímio conhecedor dessas redes mercantis. Em setembro de 1831, diante de um naufrágio que lhe trouxe prejuízos financeiros, Almeida redigiu uma declaração aos seus credores que dizia: “Dispondo de capitais de crédito para passar os fundos que em meados de 1828 tinha no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco [...] mandei vir dessas praças grande porção de negros novos, de fazendas, de molhados, de ferragens e de louças”. A venda dessas mercadorias aos rio-grandenses, “com diversos prazos e com abates de seus custos primitivos”, como ele dizia, evidencia o papel intermediário que Almeida ocupava no interior das cadeias mercantis do tráfico.⁹

Com a proibição do tráfico no Brasil, as atividades de Almeida não cessaram. Em 10 de outubro de 1834, por exemplo, ele foi até a capela da paróquia de São Francisco de Paula de Pelotas e batizou, de uma só vez, 18 africanos adultos escravizados.¹⁰ Almeida tinha contatos com traficantes luso-brasileiros, consignando suas remessas para o Rio Grande do Sul, mas o presente artigo busca aprofundar essa questão, demonstrando que ele também estava inserido em redes que envolviam *saladeristas* e contrabandistas em Montevidéu, para onde enviava cativos ou contribuía, juntamente com outros charqueadores e comerciantes, para a manutenção de outras formas de exploração da mão

⁷ Sobre a relação entre tráfico negreiro e produção de carnes salgadas, ver Sluyter (2010), Vargas (2023, no prelo), Parente (2021).

⁸ A bibliografia a respeito dessas transformações econômicas é bastante vasta e uma análise sintetizada de como a economia charqueadora se inseriu nesses novos mercados pode ser vista em Vargas (2013).

⁹ AAHRS, CV-2173, Comunicado ao público, 18 set. 1831.

¹⁰ Arquivo da Mitra Diocesana de Pelotas, 1º Livro de Batismos de Escravos de Pelotas (1812-1835, p. 236).

de obra escravizada que contornavam as proibições legais, como o aluguel desses trabalhadores.¹¹

Se as charqueadas escravistas de Pelotas faziam da cidade a maior produtora de carne-seca do Império do Brasil, as mesmas fábricas em Montevidéu, chamadas de *saladeros*, faziam da capital uruguaia outra grande produtora dessa mercadoria, colocando os seus donos (os *saladeristas*) como os maiores proprietários de **cativos** da capital uruguaia. E se no lado brasileiro da fronteira, os charqueadores tinham interesse na manutenção da escravidão e do tráfico, no outro lado, muitos *saladeristas* e contrabandistas de Montevidéu também o tinham. Esse interesse compartilhado colocou muitos deles em contato e é justamente esses arranjos e negócios estabelecidos no interior das redes do tráfico legal e ilegal que busco analisar, em um nível ao mesmo tempo regional e transnacional de cooperação escravista.¹²

A atuação de proprietários de terra, intermediários e atravessadores também foi fundamental para a manutenção do tráfico ilegal. Estudando essas cadeias mercantis para as praias de Pernambuco, Marcus Carvalho (2021) considerou que esse comércio clandestino não teria sido possível sem a participação direta de alguns senhores de engenho. Eles recebiam e acoitavam traficantes, gerenciando uma das etapas desse comércio dentro de suas próprias terras ou arredores. Possuíam prestígio social suficiente para realizarem tais atividades com certa audácia, saindo impunes do crime que cometiam. Nesse sentido, Carvalho considerou que alguns senhores de engenho também podem ser classificados como “traficantes”, visto o seu papel importante para a viabilização dos desembarques ilegais. Práticas semelhantes também podiam ser vistas entre os fazendeiros cubanos e os cafeicultores do Rio de Janeiro, por exemplo, configurando-se como algo presente em diferentes regiões do Atlântico escravista.¹³ No caso da fronteira sul, as charqueadas e os *saladeros* também ficavam próximas do litoral e muitos desses proprietários também eram donos de embarcações marítimas. Eles continuaram comprando africanos escravizados ilegalmente, desafiando e enganando as autoridades policiais locais e mantendo transações comerciais, redistribuindo cativos à revelia das leis. Portanto, creio que eles também possam ser considerados “traficantes”, muito embora a escala de seus negócios seja bastante inferior àquela realizada nos portos da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e de Cuba.

Penso ser necessário estudar a atuação das elites regionais no interior do tráfico negreiro, sobretudo em áreas não açucareiras e não cafeeiras, pois a demanda por cativos nessas localidades também contribuiu para a continuidade do comércio ilegal. Nos últimos anos, a historiografia brasileira tem recebido grandes contribuições a respeito da história do tráfico ilegal, a atuação dos traficantes e suas relações com a construção do Estado Imperial.¹⁴ Contudo, ainda são necessários mais estudos que analisem esse comércio ilegal em províncias mais afastadas dos principais portos negreiros.¹⁵ Um olhar mais focado nas redes mercantis estabelecidas entre intermediários e de como as elites escravistas

¹¹ A presença de proprietários brasileiros no Uruguai foi estudada por Borucki, Chagas e Stalla (2004), Zabiella (2002) e Menegat (2016). Outras pesquisas também mencionaram essa presença, mas não foi realizada uma análise das redes mercantis envolvendo charqueadores e *saladeristas* na conjuntura do tráfico ilegal de cativos.

¹² Um outro importante espaço produtor de charque foi Buenos Aires, mas nos limites do presente artigo não foi possível incluí-lo. Para uma análise economicamente integrada dos três polos produtores e sua inserção nos mercados atlânticos, ver Vargas (2016).

¹³ Para o caso cubano, ver Moreno Fragnals (1988, p. 339-396) e Eltis (1987, p. 140-150). Para o caso do Rio de Janeiro, ver Pessoa (2015) e Pereira; Pessoa (2019).

¹⁴ Um recente balanço historiográfico sobre a temática pode ser visto na apresentação do Dossiê “Repensando o tráfico transatlântico de africanos escravizados na era da ilegalidade” (Santana *et al.*, 2022). Além desse texto, destaco também Mamigonian e Grinberg (2007), Parron (2011), Mamigonian (2017), Carvalho (2012; 2021), Santos (2018) e Saraiva *et al.* (2021).

¹⁵ No caso do Rio Grande do Sul, ver Oliveira (2006), Moreira (2019), Matheus (2020; 2021). Para o período do tráfico antes de 1830, ver Berute (2006) e Aladrén (2012).

colaboraram para a sua continuidade pode contribuir para uma imagem mais diversificada do tráfico ilegal, assim como, de outras formas de clandestinidades mercantis e exploração do trabalho cativo adaptadas aos contextos regionais.

CARNES SALGADAS, ESCRAVIDÃO E TRÁFICO TRANSATLÂNTICO NA FRONTEIRA PLATINA

Em 1837, Montevideu possuía 31 *saladeros*, enquanto Pelotas, em 1833, possuía 33 charqueadas. Se o número de estabelecimentos era equivalente, o tamanho das escravarias dava maior vantagem à cidade brasileira. Em Montevideu, os maiores escravistas em 1841 eram Gonçalves da Costa, com 62 cativos, Machado & Barcellos, com 60, e Vinhas, com 57. A média das escravarias em Pelotas era bem maior. Entre 1810 e 1850, os inventários *post-mortem* apontam 8 charqueadores com mais de 80 cativos, sendo que três deles tinham mais de 120. O certo é que em ambas as localidades os maiores escravistas eram os charqueadores e os *saladeristas* e a sua posse cativa contribuía para tornar essas cidades importantes núcleos de população escravizada naquela região de fronteira.¹⁶ Em 1833, Pelotas possuía 10.873 habitantes, com 1.137 libertos e 5.673 escravos, dos quais 67,4% eram africanos. Os dados de Montevideu não são tão precisos. “Diferentes estimaciones sitúan a la población afrodescendiente en Montevideo en cifras que rondan el 25% — incluso el 30% — en las primeras décadas del siglo XIX” (Frega *et al.*, 2008, p. 9). Em 1836, os africanos somavam quase 1/3 de todos os estrangeiros de Montevideu (Pollero, 2013, p. 437). Portanto, embora os dados de Montevideu não especifiquem o percentual de escravizados nesse contexto, não há dúvidas de que eram economias vinculadas ao tráfico transatlântico.

Cada novo *saladero* ou charqueada construídos contribuía para aumentar a demanda por bovinos, motivando a crescente corrida para as terras de fronteira – local das grandes estâncias de criação de gado.¹⁷ Como a pecuária também se utilizava amplamente da mão de obra cativa, esse processo resultou na incorporação de mais africanos escravizados nas áreas de criação de gado. Em Bagé, por exemplo, quase 30% da população recenseada em 1846 era cativa. Em 1814, esse índice atingiu os 41% em Piratini, enquanto que em Jaguarão, em 1833, ele ultrapassou os 46% (Matheus, 2021b, p. 94; Gularte, 2015, p. 88). No lado oriental, por sua vez, os departamentos de Cerro Largo, Tacuarembó, Rocha e Minas atingiam índices que ficavam entre 25% e 30% da população (Borucki; Chagas; Stalla, 2004, p. 163-171). Nesse sentido, a escravidão africana foi estrutural tanto na formação dos complexos fabris, quanto nas fazendas de criação de gado que os abasteciam, tornando a economia agrária da região bastante dependente do comércio negreiro.

Na década de 1830, as medidas antitráfico se acirraram tanto no Brasil quanto no Uruguai, assim como o aumento da fiscalização marítima contra o contrabando negreiro e a pressão britânica para o seu fim (Borucki, 2009; Mamigonian, 2017). Tais adversidades não foram suficientes para evitar a importação de africanos escravizados para ambas as regiões. Um documento que pode auxiliar nesse sentido são os registros paroquiais de batismo. Marcelo Matheus é quem melhor tem se utilizado dessa fonte documental para o

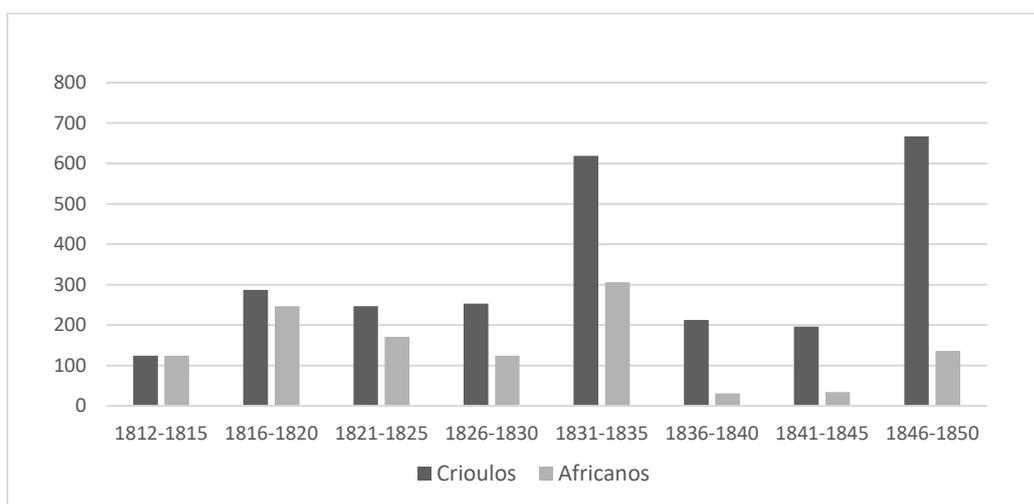
¹⁶ Para os dados sobre Pelotas, ver Vargas (2013), e para Montevideu, ver Thul (2014, p. 58-59) e Hormiga Kandame (2015, p. 144). É importante destacar que apesar de Montevideu ser o principal polo *saladeril* do Uruguai, também existiam *saladeros* em outras regiões do país. O mesmo serve na comparação de Pelotas com outros municípios no interior do Rio Grande do Sul.

¹⁷ A quantidade de brasileiros com propriedades no norte do Uruguai foi bastante alta no período. Em 1860, os brasileiros representavam 11% da população total do Uruguai e ocupavam cerca de 30% do território deste país. Para maiores detalhes, ver Zabiella (2002); Souza, Prado (2004), Menegat (2016) e Palermo (2019).

estudo do tráfico ilegal e da presença de africanos escravizados no Rio Grande do Sul. Segundo o autor, o batismo dos cativos, além de ser uma obrigação religiosa, também servia como garantia da propriedade comprada.¹⁸ Nesse sentido, o batismo de africanos adultos é um indício de sua recém chegada no local e a análise serial desses registros pode servir como fonte adicional a respeito desse comércio (Matheus, 2020; 2021).

Em Pelotas, os dois primeiros livros de batismos da população cativa evidenciam tanto o impacto do tráfico transatlântico na região, quanto a continuidade da chegada de africanos escravizados após a Lei de 1831, configurando a inserção da localidade nas rotas de comércio ilegal. De acordo com o Gráfico 1, é possível perceber que 1.173 africanos escravizados foram batizados em Pelotas num período de quase 40 anos. Tal comércio contribuiu para que a população cativa do município saltasse de 1.226 pessoas, em 1814, para 5.623 em 1833 e 8.141 em 1873, contando tanto com a reprodução natural das escravarias, quanto com o tráfico legal e ilegal (Vargas, 2016). Portanto, o crescimento do número de cativos no período 1814-1833 foi maior que o do período posterior, evidenciando ainda mais o impacto do comércio negreiro na localidade e o contexto de apego ao tráfico do qual tratamos nesse artigo. Se nos primeiros anos o batismo de recém-nascidos e o de africanos adultos eram quase equivalentes, algo comum para uma jovem freguesia escravista fortemente ligada ao tráfico, nos últimos anos, e sobretudo após 1831, a diferença cresceu bastante, com vantagem para a presença dos crioulos. Além disso, também se percebe que o auge da entrada de africanos escravizados na cidade deu-se justamente no quinquênio inicial da ilegalidade do tráfico, superando a soma de todos os batismos de africanos ocorridos durante a década de 1820. No período da Guerra (1836-1845), esse comércio praticamente foi inviabilizado, o que contribui para entender a motivação de Domingos de Almeida e Corrêa da Câmara em pensar no porto de Maldonado para a continuidade do tráfico, já que as forças imperiais controlavam o porto de Rio Grande, dificultando o acesso dos farroupilhas aos cativos.¹⁹

Gráfico 1 – Batismos de cativos africanos e crioulos em Pelotas (1812-1850).



Fonte: Arquivo da Mitra Diocesana de Pelotas, 1º e 2º Livros de Batismos dos Escravos da Paróquia de São Francisco de Paula de Pelotas.

¹⁸ Não era raro que em contendas judiciais, o senhor tomasse uso do registro de batismo para comprovar a sua posse, já que o reconhecimento do documento firmado pelo padre possuía importante força pública. Ver, por exemplo, Mamigonian (2011), Matheus e Farinatti (2017) e Carvalho (2021, p. 149-150).

¹⁹ Uma análise mais completa a respeito das relações entre a guerra e a permanência ou não do tráfico ilegal deveria elencar os batismos de todos os municípios do Rio Grande do Sul durante a guerra, observando o período em que os mesmos estiveram sob o domínio dos farroupilhas, algo que ainda está por ser feito.

É importante destacar que muitos dos proprietários desses cativos eram charqueadores. Eles compareceram à pia batismal centenas de vezes, tanto para batizar os filhos de suas escravas, quanto os cativos africanos recém comprados. Após a Lei de 1831, eles continuaram a batizar africanos escravizados, indicando que tais práticas também deviam contar com a conivência dos padres (Mamigonian, 2017, p. 116-117).²⁰ Só entre 1832 e 1834 foram 60 africanos adultos batizados por charqueadores. Com o fim da Guerra, em 1845, os batismos de africanos retomaram os índices da década de 1820, o que nos ajuda a pensar na persistência dos traficantes cariocas e baianos em manter suas redes mercantis com a região sul. Em abril de 1849, por exemplo, o charqueador Anibal Antunes Maciel compareceu à igreja da matriz para batizar de uma só vez Antônio, José, Martins, Julião, Antônia e Ana, registrados pelo vigário cônego Francisco Theodoro Leme como “todos africanos”.²¹ Segundo Matheus (2021), após 1831, o tráfico de africanos minas para o Rio Grande do Sul foi maior que nos anos anteriores, evidenciando a conexão dos comerciantes baianos com o sul do Brasil e a transferência de cativos de Salvador para outras praças, após a Revolta dos Malês (1835). Com relação a esses dados apresentados, é difícil saber se os africanos traficados da Bahia e do Rio de Janeiro para o sul do país eram todos africanos novos, entrados ilegalmente no país, ou se uma parte era formada por ladinos, sendo batizados pela segunda vez em Pelotas, o que reforça o caráter experimental dos registros para o estudo do tráfico transatlântico ilegal, mas mantém a sua importância para a obtenção de dados a respeito do tráfico interno.

No Uruguai, as autoridades policiais estavam sendo incapazes de deter o comércio ilegal em pequena escala e ele persistiu durante toda a década de 1830. De acordo com Borucki (2019, p. 61), a Constituição abolia o tráfico, mas cabia ao governo regulamentar os casos que não se encaixavam nas proibições. Enquanto isso não acontecia, a imprensa uruguaia denunciava a entrada de centenas de escravos por mar e terra do Brasil para o Uruguai. A lentidão parlamentar para a regulamentação das medidas anti-tráfico colaborou para que outro tipo de comércio de africanos fosse implementado com a conivência do governo de Rivera. O sistema de colonos africanos consistia no estabelecimento de contratos entre o governo da República e comerciantes negreiros autorizados a desembarcarem africanos livres que teriam que trabalhar por um determinado tempo para pagar os custos de viagem e permanência no local. Os contratos exigiam que houvesse um equilíbrio entre homens e mulheres, que fossem todos menores de 16 anos, que recebessem a liberdade após 12 anos de trabalho e que o vínculo com o seu patrão fosse legalmente cadastrado pelas autoridades locais. No entanto, segundo Borucki (2009), essas medidas foram desrespeitadas e os contratos serviram como um tráfico disfarçado, pois mais de 80% dos colonos foram vendidos como cativos (Borucki, 2009, p. 87-91).

Tais contratos foram responsáveis por grandes desembarques de africanos cativos no Uruguai. Os principais traficantes envolvidos nesses negócios foram o português Manoel José da Costa Guimarães, o espanhol Domingo Vasquez, o brasileiro residente em Montevidéu, José Theodoro Villaça, e Jose Platero. Entre 1833 e 1835, eles desembarcaram 1.590 colonos africanos (Borucki, 2009, p. 89). Nessa mesma época, o Cônsul brasileiro no Uruguai ainda destacou os portugueses Antônio Manoel da Silva Campeão e Manoel Gonçalves da Costa como importantes traficantes em Montevidéu (Barcelo Severgnini, 2021, p. 125). Em outubro de 1835, diante de muita pressão e críticas

²⁰ Além disso, charqueadores e comerciantes pelotenses parecem ter usado a cidade de São José do Norte para desembarques ilegais, batizando africanos escravizados nessa cidade em na localidade de Estreito, com o conhecimento dos padres (Matheus; Moreira (2023, *no prelo*)).

²¹ Arquivo da Mitra Diocesana de Pelotas, 2º Livro de Batismo dos Escravos de Pelotas, p. 168.

da imprensa, o Parlamento uruguaio proibiu a assinatura desses contratos, mas o contrabando de cativos em pequena escala continuou ocorrendo. Borucki (2009) localizou várias apreensões de desembarques ilegais na costa marítima uruguaia. Analisando os debates na imprensa e no parlamento, o autor percebeu que uma das principais preocupações dos deputados e jornalistas eram os brasileiros que entravam no país alegando estarem trazendo seus escravos domésticos. Esses cativos eram rapidamente vendidos, mas a proibição da entrada desses senhores com seus cativos foi difícil de ser aprovada, pois muitos parlamentares uruguaios defendiam os direitos dos proprietários brasileiros, alegando haver uma diferença entre escravos de “servicio” e de “peculio”.²² O máximo que se conseguiu foi o impedimento da sua venda nos primeiros anos, algo que, como veremos, foi desobedecido.

Portanto, as medidas legais não encerraram totalmente com o tráfico para o Uruguai, o que colaborou com o aumento da pressão britânica e a assinatura de um tratado anglo-uruguaio de proibição do tráfico em 1839, ratificado em 1841 (Borucki, 2009, p. 93-94). Nesse sentido, a Lei de julho de 1837, além de possuir brechas legais que permitissem a continuidade da introdução de cativos por brasileiros, também acabou estimulando a locação dos serviços dos escravizados, prolongando e reinventando as práticas de exploração do trabalho cativo.²³ É provável que essas práticas se aproveitassem de uma conjuntura de relativa imprecisão legal e de permissividade de algumas autoridades que deveriam fiscalizá-las e impedi-las. Sendo assim, a carta que Corrêa da Câmara escreveu para Almeida, em 1838, mencionada no início desse artigo, também pode ser vista como uma tentativa de reativar as rotas negreiras entre o Rio de Janeiro e Montevideú estabelecidas na época dos contratos com os colonos africanos (1832-1835) e que a Lei de 1837, estabelecida pelo novo governo dos blancos, buscava abolir. O fato de ricos negociantes, charqueadores e *saladeristas* estarem envolvidos em tais transações e terem bastante influência política local também nos ajuda a entender a impunidade e a permanência de tais práticas, como busco explicitar no próximo tópico.

RASTREANDO CHARQUEADORES, SALADERISTAS E TRAFICANTES ENTRE PELOTAS E MONTEVIDÉU

Em setembro de 1837, Domingos de Almeida redigiu um documento chamado “Exposição”, no qual narrava todo o seu empenho pessoal pela defesa da causa farroupilha, destacando suas perdas materiais. O motivo que levou Almeida a redigir a tal “Exposição” foram as denúncias que ele vinha sofrendo a respeito de ter usado o cargo de ministro da Fazenda para aumentar o seu patrimônio. Segundo Almeida, um dos seus sacrifícios realizados foi ter despachado “para Montevideú trinta e seis escravos de sua propriedade para serem vendidos e seu produto aplicar na manutenção da guerra”.²⁴ Dois anos depois da redação do mencionado documento, ele falou novamente da necessidade de vender mais escravos no Uruguai.²⁵ Um dos compradores identificados foi Manoel Gonçalves da

²² “Nuevamente la distinción entre esclavos de “servicio” y de “peculio” se empleaba como argumento para introducir esclavos. Esa categoría sólo se aplicaba al servicio doméstico que acompañaba a los viajeros. Con la inmigración riograndense fueron introducidos en Montevideo y en Arredondo (Cerro Largo) decenas — talvez cientos — de esclavos que trabajaban como operarios y maestros saladeristas” (Borucki, 2009, p. 77).

²³ Uma análise aprofundada dessas brechas legais e dos contratos de trabalho com libertos e colonos pode ser vista em Thul (2014).

²⁴ AAHRS, CV-377, “Exposição”, Setembro de 1837.

²⁵ No contexto da guerra, e diante de dificuldades financeiras que confundiam o público e o privado, a venda de gado confiscado dos inimigos e de escravos foi uma possibilidade de angariar recursos. Domingos sempre argumentou que, no caso das vendas, eram cativos do seu patrimônio pessoal (Menegat, 2009).

Costa, um dos traficantes portugueses residentes em Montevidéu e que também possuía um *saladero* com 65 cativos.

É provável que o traficante Gonçalves da Costa fosse um dos tais “contrabandistas portugueses” de Montevidéu, mencionados por Antônio Corrêa da Câmara na carta citada no início desse artigo. Portanto, embora o plano de incorporar o porto de Maldonado à República Rio-grandense não tenha se efetivado, o contato com os contrabandistas parece ter seguido adiante. Em março de 1837, o governo de Buenos Aires apreendeu uma embarcação brasileira suspeita de estar participando do tráfico ilegal na região e que tinha Gonçalves da Costa como seu consignatário em Montevidéu. Além dessa informação, Borucki também o identificou importando 73 cativos para o mesmo porto, em 1826-1827, evidenciando que, assim como Almeida, ele atuava no tráfico desde a época da Cisplatina (Borucki, 2009, p. 85-86).

Em alguns casos, essas pessoas escravizadas podem ter entrado ilegalmente no Brasil e depois terem sido introduzidas também ilegalmente no Uruguai. Alguns documentos sugerem que isso ocorreu, por exemplo, no caso da transação realizada entre Domingos de Almeida e Gonçalves da Costa, já que parte dos cativos alugados e vendidos por Almeida no Uruguai provavelmente eram africanos trazidos para o Brasil após a Lei de 1831. No *Padrón* de Montevidéu de 1841, por exemplo, é possível ver que os africanos adultos Ambrósio e Tito estavam entre os cativos de Gonçalves da Costa. Ora, Ambrósio, de nação congo, foi batizado em Pelotas, no dia 24 de julho de 1834, e Tito, de nação monjolo, no dia 20 de outubro do mesmo ano, sendo ambos levados por Almeida até a pia batismal.²⁶ Como vimos anteriormente, pouco mais de 500 africanos adultos escravizados foram batizados em Pelotas entre 1831 e 1850, sendo que muitos charqueadores estavam entre os seus proprietários. Os casos de Tito e Ambrósio apenas exemplificam o destino de muitos outros cativos que, se não foram vendidos pelos rio-grandenses aos uruguaios, podem ter sido alugados. Esse foi o caso de Micaela, africana da Costa, batizada por Almeida em 24 de julho de 1834, e de Cornélia, de nação mina, também de propriedade de Almeida, e batizada em 20 de outubro de 1834. Ambas foram posteriormente alugadas a Gonçalves da Costa, mas não se sabe se chegaram a retornar para as senzalas do charqueador pelotense. Se pensarmos que as freguesias rio-grandenses da fronteira estavam recebendo africanos escravizados ilegalmente pós-1831 e que as denúncias de comércio de cativos do Rio Grande do Sul para o Uruguai na década de 1830 foram muitas, podemos pensar que esse tipo de negócio envolveu muito mais vítimas.²⁷

Costa era somente um dos agentes em Montevidéu com quem Almeida possuía negócios com cativos. No período em que foi ministro da República Rio-grandense ele agia tanto em nome do novo governo, como em nome de seus interesses pessoais. A leitura minuciosa das cartas contidas em seu acervo ajuda a revelar esses negócios transnacionais, incluindo a compra e venda de escravos.²⁸ Um dos citados era Jaime Legris, conhecido comerciante e capitalista, que também possuía um *saladero* na capital uruguaia. Em fevereiro de 1837, um sócio de Almeida enviou uma carta de Montevidéu dizendo: “Remeto a sua conta-corrente com Jaime Legris, porque lhe pode lá ser precisa, da qual

²⁶ Archivo General de La Nación (URU), Archivo General Administrativo, Padrón de hombres de color esclavos, colonos y libertos, Montevideo, 1841, libro 255 (agradeço a Nestor Hormiga por esse documento); Arquivo da Mitra Diocesana de Pelotas, 1º Livro de Batismos de Escravos de Pelotas, p. 236.

²⁷ Sobre os batismos de africanos cativos no interior do Rio Grande do Sul, ver Matheus (2021). Sobre as denúncias a respeito da entrada ilegal de cativos no Uruguai vindos pela fronteira com o Rio Grande do Sul, ver Borucki; Chagas; Stalla (2004).

²⁸ A Coleção Varela reúne milhares de documentos sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e em sua grande maioria abarcam o período da Revolta dos Farrapos. A maior parte desses documentos reúne a correspondência pessoal de Domingos José de Almeida durante a guerra. A coleção tem sido gradualmente transcrita e publicada nos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e os primeiros volumes encontram-se disponíveis em <https://cultura.rs.gov.br/publicacoes-online> (fevereiro de 2023).

deixo uma cópia”.²⁹ Em outras missivas, Almeida menciona que é credor e devedor de Legris, evidenciando que os negócios eram correntes.³⁰ Homens como Legris compravam gado dos rio-grandenses, enviando armas e outros tipos de mercadorias em troca. Em outubro de 1841, Almeida pedia ao amigo João Peçanha que intermediasse um acerto de contas com Legris. Sobre essas contas, ele dizia: “Por elas verá que sendo justas nesta povoação a 7 de dezembro de 1825 me ficou ele a dever R\$ 1:825\$679, tendo-lhe eu então debitado e creditado duas negrinhas novas que lhe remeti por seu pedido e que não recebeu”.³¹ Portanto, eram mais de 15 anos de negócios que incluíam, inclusive, envio de cativos para Montevidéu.

Outro rico capitalista e dono de *saladero* em Montevidéu, Samuel Lafone, também realizou negócios do mesmo tipo. Em maio de 1840, Almeida lhe escreveu a seguinte carta:

Pela importância de todos os gêneros que eu pedir e V. S. me remeter, eu darei vinte por cento sobre os preços dessa praça e o prêmio de dois por cento ao mês que serão contados do dia da remessa até seu real embolso; os gêneros que nesta conformidade vierem hão de ser pagos em gados de corte e de criar, couros e crinas, que serão remetidos de novembro a maio de todos os anos, e mesmo algum dinheiro enviarei. [...] Para garantir a importância desta primeira remessa aí mesmo tenho equivalente em escravos que mandarei passar às mãos de V. S.^a imediatamente que hajam faltas nas remessas indicadas.³²

É bastante conhecida a prática dos farroupilhas de confiscar os rebanhos bovinos dos inimigos, incorporando-os à República e ao patrimônio pessoal de seus líderes, podendo usá-los em trocas comerciais com os uruguaios. Contudo, não vejo motivos para duvidar que, além de serem recrutados para o exército farroupilha (Carvalho, 2013), os escravos dos adversários também poderiam ter esse mesmo fim. Esses cativos eram empregados nas plantações, fazendas e estabelecimentos da República, trabalhavam nas propriedades particulares dos líderes do movimento, mas podiam servir como moeda de troca ou garantia em transações comerciais, como Almeida fez com Lafone.

Outro capitalista e *saladerista* presente na correspondência de Almeida foi Pablo Duplessis. Negociando tropas de gado, vendendo mercadorias e emprestando dinheiro, ele esteve ligado aos charqueadores pelotenses que migraram para Montevidéu. Seu *saladero* parecia ser ponto de encontro dos sócios de Almeida. Em 1837, um deles, que recebia e administrava os seus escravos em Montevidéu, estava no *saladero* de Duplessis, antes de tomar uma embarcação (Monquelat, 2009, p. 118). Quando esse sócio faleceu, as contas de sua firma revelaram que Duplessis era um dos principais credores. Meses depois, um parente de Almeida o escreveu dizendo que estava com Duplessis, tratando de negócios.³³ Em dezembro de 1838, quando o tráfico estava ilegal no Uruguai, Duplessis foi até a catedral de Montevidéu e batizou Maria, “morena adulta”, de nação chuamba, de 15 anos de idade, cuidadosamente registrada pelo padre como sua “criada”.³⁴

²⁹ AAHRGS, CV 3901, Gonçalves Chaves para Almeida, Montevidéu, 26 fev. 1837.

³⁰ AAHRGS, CV 1455/1551, Almeida para João Francisco Muñoz, Piratini, 27 fev. 1841.

³¹ AAHRGS, CV 1742, Almeida para João da Cunha Peçanha, 21 out. 1841.

³² AAHRGS, CV-1481, Almeida para Lafone, Caçapava, 21 maio 1840.

³³ AAHRGS, CV-2456, Joaquim Barcellos para Almeida, Montevidéu, 23 set. 1837.

³⁴ Igreja da Matriz de Montevideo, Registro de Batismos, Livro 22, p. 67v. Disponível em <http://familysearch.org>. Após a Lei de 1837, alguns africanos adultos, nitidamente cativos de seus proprietários, foram registrados nos batismos como “criados”, mas a maioria ainda continuou a ser descrita como “esclava”.

É importante destacar que os mencionados Lafone e Duplessis não se tratavam de quaisquer comerciantes. O primeiro era natural de Liverpool, tendo se radicado em Buenos Aires na década de 1820. Nos anos 1830, já estava estabelecido em Montevidéu, com casa de comércio e *saladero*. Com o tempo tornou-se um dos principais banqueiros do Uruguai, ao lado de Jaime Cibilis, do *saladerista* Tomás Tomkinson, de Pedro Saenz de Zumarán e do próprio Pablo Duplessis, evidenciando que os prestamistas uruguaios, em sua fase inicial, também estiveram relacionados com *saladeristas* e traficantes.³⁵ A presença de *saladeristas* estrangeiros não foi pouca. Barrios Pintos (1971) faz referência a vários deles, como Stanley Black & Cia, Henrique Jones, Buther & Martin, Juan Jackson, Hipólito Doinnel, Juan Hall e o Sr. Young, entre outros, sendo que alguns combinavam a mão de obra escravizada com a assalariada, como Stanley Black, que em 1841 possuía 7 escravos, e Juan Gowland, que tinha 23 (Hormiga Kandame, 2015, p. 144).

No entanto, o comerciante e *saladerista* mais mencionado nas cartas foi Juan Pedro Ramirez, que geralmente recebia gado em troca de mercadorias. Em janeiro de 1839, por exemplo, Almeida dizia que entre 4 a 5 mil cabeças de gado confiscadas dos inimigos deveriam ser encaminhadas para pagar Ramirez.³⁶ Os negócios eram feitos diretamente com Ramirez ou por meio de seu intermediário, o comerciante Juan Victorica, que tinha contratos com a República e abastecia o exército farroupilha em troca de gado, cavalos e, tudo indica que também, escravos. Em carta de 3 maio de 1840, Almeida escrevia a Victorica dizendo: “Sobre a negociação dos escravos de meu cunhado eu decidirei logo que com o mesmo, ou com Joaquim Rodrigues Barcelos, me entenda escrevendo-lhe a respeito”.³⁷ Quando o traficante Manuel Gonçalves da Costa estabeleceu seu *saladero* em Montevidéu, em 1837, foi Ramirez que lhe vendeu o terreno e Almeida parte dos cativos (Monquelat, 2009, p. 114).

Às vezes, os negócios realizados por Almeida eram feitos pelo cunhado João Barcellos. Na procuração passada por Almeida, e registrada em Montevidéu em 1837, o charqueador especificava: “constituo meus procuradores no Estado Oriental os Senhores João Rodrigues Barcellos e Felizardo Rodrigues Braga, aos quais e cada hum de por si autorizo [...] vender meus bens móveis e escravos, dar quitação [...]”³⁸ E foi justamente os negócios envolvendo escravos que provocaram um conflito entre Almeida e Ramirez. Diante da Lei antitráfico uruguaia de 1837, que restringia a possibilidade dos rio-grandenses emigrados venderem seus escravos assim que chegassem no país vizinho, uma das alternativas era alugá-los. Tratava-se de uma forma de lucrar com a exploração dos cativos, mas sem perder a propriedade dos mesmos. Não é coincidência o fato de que a Lei foi publicada em julho de 1837 e, em agosto, Domingos direcionou os primeiros cativos para tal fim.³⁹

Almeida falava tanto em vender quanto em alugar os escravos, mas a pouca quantidade de documentos dificulta uma identificação mais precisa das mesmas.⁴⁰ O fato é que nessa transação com Ramirez ele teve problemas para reavê-los e, em seguidas

³⁵ Sobre a atuação desses negociantes no comércio e nas finanças, ver Hormiga Kandame (2015, p. 72; 112-113) e Pivel Devoto (1976).

³⁶ AAHRG, CV-284, Almeida para Joaquim P. Lima, Piratini, 22 jan. 1839.

³⁷ AAHRG, CV-1472, Almeida para Victorica, Caçapava, 30 maio 1840.

³⁸ Archivo de la Escribanía de Cámara del Uruguay, Costa do Jaguarão, 11 de março de 1837. Agradeço a Nestor Hormiga Kandame pela transcrição do documento.

³⁹ É importante mencionar que os sócios e parentes estabelecidos em Montevidéu avisavam Almeida sobre os debates e leis uruguaias. Em outubro de 1837, Joaquim Barcellos disse que havia uma lei que impedia a venda de escravos recém chegados do Brasil nos primeiros 5 anos (AAHRG, CV-2437, Barcellos para Almeida, Montevidéu, 4 out. 1837).

⁴⁰ Conforme Borucki, às vezes o aluguel precedia a venda, sendo, talvez, uma saída para a autorização da entrada desses cativos no Uruguai. “Algunos amos habían conchabado a sus esclavos en los saladeros de la capital, los cuales fueron finalmente vendidos a los compradores locales. Otros establecieron sus propios saladeros, transportando esclavos, ganados y herramientas a Montevideo” (Borucki, 2009, p. 77).

cartas, pediu para que seus agentes os recuperassem. No final de 1841, ele recorreu a um parente para que buscasse recuperar os escravos “que tinha alugado ao Sr. Ramirez para desfrutar seus jornais; os quais sendo que recebe alugará a A. R. Smith que ofereceu jornal de 20 pesos mensais, e sendo o nosso conhecido, os tratará como próprios”.⁴¹ Portanto, Almeida possuía escravos em Montevideu, onde alugava ou vendia, conforme as necessidades e as restrições legais que o governo uruguaio estabelecia. Se o aluguel não se concretizava, ele acabava vendendo, conforme confessou em outra carta: “fiz ver por carta dirigida ainda de Piratini que mandava dispor em Montevideu do resto dos meus escravos carneadores”, mas “agora participo também, que apesar de considerar tais escravos vendidos e distribuída a sua importância, vou mandar hoje mesmo contra-ordem, não da venda dos escravos, porque conto com eles perdidos [...], mas sim de seu produto”.⁴²

É difícil acompanhar essas transações por meio da correspondência, pois o número de escravos está sempre variando e como os seus nomes dificilmente são citados, não é possível saber se são os mesmos cativos alugados de uns para os outros. Em dezembro de 1842, por exemplo, um comerciante lhe escreveu dizendo que não tinha notícias sobre os seus escravos. No entanto, não mencionava nada a respeito de que tipo de transação era aquela.⁴³ Em janeiro de 1844, com a abolição da escravidão já aprovada em Montevideu, Alexandro Bresque dizia “que la mayor parte de los negros se habían perdido, y que sólo permanecían cuatro”, mas não temos detalhes sobre mais nada.⁴⁴ Também é difícil saber se ele estava alugando somente escravos que eram de sua propriedade pessoal ou outros que não lhe pertenciam.⁴⁵ Em fevereiro de 1843 ele listou todos os 84 escravos que possuía quando teve início a Revolta Farroupilha, em 1835, mas em março de 1837 ele alugou Januário, que não estava na mencionada lista, o que me faz desconfiar que Almeida também possa ter alugado ou vendido cativos confiscados dos inimigos.⁴⁶

Essa prática de brasileiros e portugueses alugando seus escravos para proprietários uruguaios deve ter ganhado força nessa época, mas parece que o primeiro charqueador a fazer isso pode ter sido o sócio de Almeida, o português Antônio José Gonçalves Chaves. Em janeiro de 1836, ele migrou com seus familiares e trabalhadores escravizados para Montevideu, erigindo um *saladero* na cidade. Chaves faleceu em julho de 1837, mas enquanto esteve vivo ajudou a negociar e administrar os cativos que Almeida enviava para o Uruguai. Em uma detalhada carta de fevereiro de 1837, ele prestou informações sobre isso:

[...] Os seus escravos vão bem: somente o Manuel carpinteiro se portou turbulentamente e danificou um dos outros, por isso o mandei pôr em ferros. O meu estabelecimento vai progredindo e penso que em maio poderei matar

⁴¹ AAHRGS, CV-1743, João Peçanha para Almeida, 22 out. 1841

⁴² AAHRGS, CV-297, Almeida para Bento Gonçalves, 31 mar. 1839.

⁴³ AAHRGS, CV-10, Antônio Santos Abreu para Almeida, 18 dez. 1842.

⁴⁴ AAHRGS, CV-3019, Bresque para Almeida, 07/01/1844. Alexandro dizia ter obtido a informação na casa de Victorica. Pode ser possível que se tratasse dos mesmos cativos alugados a Ramirez em 1837 e 1838. Nesse caso, Almeida teria tido um grande prejuízo na transação.

⁴⁵ Com o fim da Guerra, Domingos conseguiu reaver alguns dos seus cativos alugados (Menegat, 2015, p. 84-86).

⁴⁶ AAHRGS, CV-629, Almeida para o Procurador Fiscal da República, 03/02/1843; Archivo de la Escribanía de Cámara del Uruguay, Montevideu, 30 de março de 1837, Escrituração de Salvador Tort. Agradeço a Nestor Hormiga Kandame pela transcrição do documento. É preciso ter cuidado com relação à lista dos 84 cativos que Almeida dizia possuir antes do início da Revolta Farroupilha. Ela foi elaborada em fevereiro de 1843 com objetivo de conseguir algum tipo de ressarcimento do governo uruguaio logo após a abolição da escravidão (dezembro de 1842). Almeida tentou o mesmo tipo de indenização junto ao Império brasileiro. Embora tenha conseguido reaver alguns cativos, é provável que muitos dos escravizados arrolados já não pertencessem mais a ele, tendo em vista as transações que realizou ao longo dos anos anteriores. Para mais detalhes, ver Menegat (2015).

gado nele: ali tenho o Nicolau, aonde me vale bem a pena de pagar o que ele poderia ganhar na cidade e subúrbios aonde se perderia com bebida. Desde hoje por diante me servirá como de presidio, tanto para os meus como para os seus escravos, por ser lugar bastante isolado [...]

V. Mcê continua na sua de 11 dizendo que mandou os escravos a meu pedido, e eu não tenho ideia senão de participar-lhe, por amizade, as vantagens que tinha obtido com o aluguel dos meus, reflexionando que os seus poderiam obter as mesmas vantagens se lhe parecesse conveniente. Com efeito os ajustei pelo mesmo salário; pus um homem à testa deles, como fiz aos meus; visito-os, premio-os ou castigo, como aos meus; aluguei as pretas em casas particulares e separei-as dos outros porque o dono do saladeiro não quis por excitarem brigas entre os pretos [...].⁴⁷

Portanto, Chaves administrava seus cativos e os de seu sócio com mãos de ferro, gerenciando aluguéis e intermediando negócios. Suas redes de relações pareciam não envolver somente *saladeristas*, pois ele dizia ter alugado as cativas para servirem em casas particulares, provavelmente em atividades domésticas. É sabido que as charqueadas e *saladeros* usavam, em sua maioria, mão de obra masculina no interior dos seus estabelecimentos. No entanto, Almeida e Chaves também buscavam lucrar ao máximo investindo no aluguel das escravizadas. Na lista acima mencionada, em que Almeida arrolou os seus 84 cativos, foram listadas 16 mulheres. Examinando o contrato de aluguel entre Almeida e o traficante Manoel Gonçalves da Costa, encontramos cinco cativas, entre as quais estavam a africanas Cornelia e Micaela, traficadas ilegalmente para o Brasil em 1834, como descrevemos acima.⁴⁸

Chaves possuía outras relações sociais e familiares que também podem nos ajudar a conhecer melhor essas redes transnacionais e suas relações com o tráfico. Ele era compadre de outro charqueador português, o comendador Antônio José de Oliveira Castro, identificado por Moreira (2019) como outro traficante atuante naquela fronteira. Em 1834, a Marinha brasileira apreendeu o bergantim Prazeres, localizado às margens de São José do Norte, ponto de desembarque próximo ao porto de Rio Grande, mas menos suscetível às fiscalizações marítimas. A polícia identificou a presença de 24 “pretos novos”, que não falavam nada de português, vindos da Bahia. O proprietário do navio era Oliveira Castro. Matriculado como negociante de grosso trato no Tribunal da Corte desde 1816, ele remetia embarcações para o Rio, Salvador, Recife e também para Portugal, sendo um dos homens mais ricos do Rio Grande do Sul na época. O charqueador-traficante teve prejuízo com a apreensão dos cativos, mas, como sugere Moreira (2019), deve ter tido sucesso em muitos outros contrabandos de africanos. Ao rastreamos seu nome nos registros de batismo de Pelotas, foi possível encontrá-lo batizando 29 cativos, entre 1817 e 1834, sendo que 22 eram africanos (cinco deles batizados após a Lei de 1831). A guerra interrompeu seus negócios na localidade e ele buscou refúgio na cidade vizinha de Rio Grande. Em 1848, Castro possuía 175 cativos entre os seus bens.⁴⁹

Estabelecido com sua própria charqueada em Pelotas e rodeado pela mencionada malha parental, Chaves associou-se a Domingos de Almeida no comércio de pessoas escravizadas para a província. Em carta de novembro de 1828, um comerciante de São Gabriel, no interior do Rio Grande do Sul, lhe escreveu:

⁴⁷ AAHRGS, CV-3901, Montevidéu, 26 fev. 1837.

⁴⁸ Archivo de la Escribanía de Cámara del Uruguay, Montevidéu, 30 de março de 1837, Escrituração de Salvador Tort.

⁴⁹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Inventário de Francisca Alexandrina de Castro, n. 293, m. 21, Pelotas,

1º Cartório de órfãos e provedoria, 1848.

Recebi a sua datada de 16 do passado onde acompanharam mais duas [...]. Meu amigo, o portador desta é o Sr. Capitão José Alves dos Reis Porto, meu amigo e com quem tenho tratado estabelecer-me de sociedade uma casa de negócios nestas povoações [...]. Os escravos novos que lhe pedi pode nesta ocasião mandar-nos ao preço que façam conta. Respeito aos ladinos rogo-lhe quando se vendam alguns bons, assim campeiros e de ofícios, compre que tudo preciso.⁵⁰

Em março de 1829, o mesmo comerciante voltou a trocar cartas com Chaves sobre os “negros novos”: “Amigo e Senhor. Participo-lhe que depois que revimos as contas na receita que veio do Sr. Domingos José de Almeida achamos na conta dos negros novos um engano de 100\$ [...] queira fazer-me o obséquio desfazer essas dúvidas”.⁵¹ Em 1830, às vésperas da proibição do tráfico, foi Almeida que escreveu a ele, cobrando-o pelo não pagamento de alguns escravos que ele lhe enviou:

Imediatamente que anteontem recebi a sua estimada de 27 do findo dezembro mandei com eficácia procurar dinheiros a sacar para o Rio e Pernambuco, onde tenho fundos, para aprontar e remeter a V. Mcê os três contos de réis que me pediu enviasse pelo Sr. João Leal por conta do nosso amigo Chaves [...]. Pedia mais V. Mcê. na dita carta desse 800\$ a Francisco da Silva Pereira, a Francisco Cândido de Meneses um conto de réis e quatro moleques mais à escolha de Porto para seu serviço, e além destes alguns campeiros e negros de ofício. Ora, eu tudo cumpri, dei em dinheiro como V. Mcê. ordenava os 6:000\$ de rs. a Porto. [...] espero que V. Mcê, como costuma, me mande embolsar do que me resta do crédito que me passou o Sr. Alves dos Reis Porto & Cia.⁵²

A carta evidencia que os comerciantes estabelecidos no litoral, como Almeida e Chaves, tinham acesso ao mercado de cativos e abasteciam o interior da Província, tanto com africanos novos como com crioulos especializados em algum ofício. “Campeiro” era o principal ofício exercido por trabalhadores escravizados na região da campanha, na qual está localizado o município de São Gabriel. Eles eram responsáveis pelo cuidado com o gado e estavam presentes em quase todas as escravarias dos médios e grandes criadores. Além do mais, os “negros de ofício”, como Fialho devia chamar os cativos que exerciam a atividade de carpinteiro, pedreiro, ferreiro, entre outros, eram bastante valorizados na região (Farinatti, 2006). O seu aluguel ou empréstimo também devia ser corrente. Em outubro de 1841, em uma carta em que Almeida pedia ao destinatário que mandasse João Peçanha ir encontra-lo, solicitou: “Se puderes envie por ele o meu Nicolau”.⁵³ Nicolau era um dos seus dois carpinteiros. Na mencionada lista de 84 cativos que Almeida dizia possuir, ele arrolou dois carpinteiros, um pedreiro, um marceneiro e um alfaiate.

Assim como Almeida, Chaves também devia ter acesso às redes que incluíam importantes traficantes dos portos negreiros do litoral brasileiro. Entre 1819 e 1833, ele levou 16 africanos adultos à pia batismal, sendo três depois de 1831.⁵⁴ Talvez Chaves não

⁵⁰ AAHRGS, CV-4427, Modesto Fialho para Gonçalves Chaves, 1 nov. 1828.

⁵¹ AAHRGS, CV-4428, Fialho para Chaves, 5 mar. 1829.

⁵² AAHRGS, CV-4429, Almeida para Fialho, Pelotas, 8 jan. 1830.

⁵³ AAHRGS, CV-1740, Almeida para Joaquim Barcellos, Bagé, 21 out. 1841.

⁵⁴ É preciso mencionar aqui uma curiosidade. Na juventude, Chaves redigiu um texto defendendo o gradual fim do tráfico transatlântico, com diversas sugestões políticas, econômicas e administrativas, como parte das memórias que ele encaminhou aos deputados brasileiros nas Cortes de Lisboa. A análise das suas ideias com relação ao tráfico está sendo realizada em outra pesquisa, não sendo possível desenvolvê-la nos limites do presente artigo.

tenha seguido recebendo africanos escravizados em Pelotas por conta da sua migração para a capital uruguaia. Os registros de entrada de pessoas naquela cidade dão conta de que ele desembarcou no dia 15 de novembro de 1836 acompanhado de um homem chamado A. Antônio Medeiros. Ambos disseram às autoridades que ficariam na casa de Diego M. Martinez (Monquelat, 2009, p. 111). Martinez era um negociante estabelecido em Montevidéu, talvez relacionado com o comércio de charque e escravos. Em novembro de 1835, ele anunciou no jornal *El Universal* estar vendendo “un negro mozo, sano y sin vicios”.⁵⁵ Menos de dois meses depois de sua chegada, Chaves comprou de Juan M. Martinez o terreno em que construiu seu *saladero*, ao mesmo tempo em que alugou seus escravos para outro *saladerista* local, chamado Francisco Martinez Nieto. Essas informações sugerem que ele chegou em Montevidéu recebido por essa família Martinez, abrindo o caminho para outros charqueadores de Pelotas. Logo depois da chegada de Chaves, seus filhos migraram para Montevidéu juntamente com o seu sogro, o mencionado charqueador Secco, e outros parentes. Secco chegou em julho de 1837 e também comprou um terreno dos Martinez, onde construiu um *saladero* (Monquelat, 2009, p. 64; 117). Estabelecido em Montevidéu, Chaves enviava informações sobre a política oriental, os negócios com o gado e o comércio de escravos. Em fevereiro de 1837, por exemplo, dizia ele a Almeida: “Sobre preço de escravos o Sr. Bernardino lhe poderá explicar como isto aqui é, se é que o Sr. João Barcellos já lhe não explicou”.⁵⁶

Quando Chaves faleceu em um naufrágio na baía de Montevidéu, em julho de 1837, o seu filho, Antônio José Gonçalves Chaves Filho, seguiu na administração dos negócios com a ajuda do avô. Chaves Filho era formado em Direito pela Faculdade de São Paulo, e talvez tenha que ter se desviado de sua carreira jurídica para atender as demandas familiares. Ele herdou as dívidas do pai com Pablo Duplessis e os negócios com Domingos de Almeida. Em carta de setembro de 1837, ele solicitou que Almeida enviasse escravos do Rio Grande do Sul para Montevidéu:

Muito lhe agradeço o sincero interesse que toma por minha família, e tenho por ora sentado que ali devem permanecer, porque me parecem estar bem enquanto ocuparem as mesmas forças aquele lugar. Joaquim Antônio resolverá em caso de ser necessária sua retirada. Depois que tenha melhor disposto nossas coisas, lhe avisarei para fazer o favor de enviar os escravos que me ofereceu.⁵⁷

O mencionado Joaquim era figura central nas intermediações entre os Chaves e Almeida. Ele pertencia a uma outra família pelotense que também estava presente em Montevidéu com um *saladero* e que era uma das mais ricas da região. Os Rodrigues Barcellos, por meio de laços matrimoniais, atraíram tanto Almeida quanto Chaves para a sua malha parental. Os membros da família com a maior proeminência regional eram os cinco irmãos: Boaventura, Bernardino (sogro de Almeida), Inácio, José e Cipriano. Todos eles eram charqueadores escravistas, mas somente Cipriano transferiu sua charqueada para Montevidéu. Sua atuação nos negócios com escravos também pode ter sido importante. Em 1839, Cipriano escreveu de Montevidéu para Antônio Joaquim de Freitas: “Pesquise sucintamente de algum escravo carneador que se venda, que talvez compre na minha ida. Lembro-lhe o crioulo Canuto de minha mãe que fugiu do Rio Grande da

⁵⁵ *El Universal*, Montevidéu, 19 nov. 1835, p. 4. Disponível em: <https://anaforas.fic.edu.uy/jspui/> Acesso em: 10 fev. 2023.

⁵⁶ AAHRGS, CV-3901, Chaves para Almeida, Montevidéu, 26 fev. 1837.

⁵⁷ AAHRGS, CV-3902, Chaves para Almeida, Montevidéu, 6 set. 1837.

charqueada de José Luís Augusto onde o havia deixado alugado”.⁵⁸ A proximidade entre Montevideu e Pelotas facilitava as idas e vindas com cativos, tanto por mar, quanto por terra. O mencionado José Luís era charqueador na cidade vizinha de Rio Grande e também tinha acesso aos africanos novos desembarcados via tráfico ilegal. Entre 1843 e 1845, por exemplo, ele batizou 22 africanos adultos de sua propriedade, sendo que 21 eram da nação mina.⁵⁹

A cidade portuária de Rio Grande foi a grande porta de entrada do tráfico negreiro na província. No entanto, conforme Paulo Moreira, na conjuntura do comércio ilegal o porto da vila de São José do Norte, localizado a alguns poucos quilômetros de Rio Grande, parece ter se tornado outro ponto de desembarque clandestino. O autor localizou um processo judicial de janeiro de 1836 em que foram interrogados o piloto e a tripulação do patacho “Dois Irmãos”, vindo do Rio de Janeiro, com 80 “pretos africanos novos”, a serem desembarcados em São José do Norte. Entre 1832 e 1835, o jornal “O Noticiador” denunciava tais desembarques e as estratégias dos traficantes. No dia 18 de dezembro de 1833, por exemplo, o periódico publicou que “a galera portuguesa Maria da Glória trouxera de Angola 423 escravizados e ao se dirigir ao litoral uruguaio, foi apreendida pelo brigue de guerra inglês Snake, sendo o navio e a sua carga, trazidos para o porto de Rio Grande”. As práticas dos contrabandistas eram muito semelhantes às de muitas outras regiões do Atlântico. Suas embarcações eram despachadas com destino ao Rio da Prata, mas ao se aproximarem do porto de Rio Grande, jogavam água e mantimentos em alto mar. Com tal estratégia as autoridades da Alfândega de São José do Norte acabavam os socorrendo e autorizavam a sua entrada no porto de Rio Grande (Moreira, 2019, p. 3). Portanto, é necessário destacar que as redes do tráfico legal e ilegal conectavam praias e locais de desembarque em uma extensa costa atlântica entre Buenos Aires, Montevideu e Rio Grande, que também envolviam *arribadas* em portos estratégicos como Maldonado e São José do Norte.

Nessa mesma época, atraídos pela mesma facilidade dos negócios e fugindo das agruras da guerra no Rio Grande do Sul, outros charqueadores pelotenses se estabeleceram em Montevideu. Os casos dos charqueadores João Guerino Vinhas e José Pereira de Sá Peixoto merecem ser analisados, pois revelam os mesmos tipos de negócios. Ambos eram portugueses e transferiram suas charqueadas de Pelotas para Montevideu levando suas escravarias. Vinhas possuía seu *saladero* em terrenos de Samuel Lafone, comprando-lhe uma parte em agosto de 1839 (Monquelat, 2009, p. 129). No *Padrón* de 1841, ele teve 57 cativos registrados em seu nome, sendo que 52 eram africanos de diferentes nações, evidenciando um importante acesso ao comércio negreiro.⁶⁰ Ao mesmo tempo em que mantinha sociedade com um filho na charqueada e com o outro em um patacho ancorado no porto de Rio Grande, o seu genro trabalhava com ele em Montevideu. Retornando para Pelotas, Vinhas faleceu em 1854. A leitura de seu testamento revelou algo que não foi capturado nas demais fontes pesquisadas. Antes de falecer, ele registrou que deixaria alguns valores ao seu genro, explicando que “é minha vontade cedê-la a este em gratificação dos serviços que prestou no Estado Oriental na charqueada que tive em sociedade com Manoel Gonçalves da Costa”.⁶¹ Ora, trata-se do mesmo Costa que analisei anteriormente, ou seja, um dos traficantes portugueses de Montevideu, indicando, mais uma vez, uma proximidade ainda maior entre charqueadores, *saladeristas* e traficantes.

Ao redigir seu testamento, Vinhas deve ter lembrado dos velhos tempos de negócios com esses traficantes e um capítulo, em particular, pode ter lhe vindo à mente. Em 1842,

⁵⁸ AAHRGS, CV-2447, Barcellos para Freitas, Montevideu, 6 set. 1839.

⁵⁹ Igreja de Rio Grande, Livros de Batismos de Escravos. Disponível em <http://familysearch.org>.

⁶⁰ Archivo General de la Nación, Padrón de hombres de color esclavos, colonos y libertos, Montevideo, 1841, libro 255.

⁶¹ APERS, Inventário de João Guerino Vinhas. N. 383, maço 26, Cartório de órfãos e provedoria, Pelotas, 1854.

às vésperas da abolição da escravidão em Montevidéu, Vinhas retornou clandestinamente para Pelotas com os seus escravos, o que causou um furor na imprensa uruguaia. A fuga já devia ter sido planejada muito antes, já que o Uruguai se encontrava em guerra civil e os proprietários de escravos estavam sendo obrigados por lei a ceder parte de seus cativos aos exércitos em batalha. Esse mesmo incidente também envolveu Chaves Filho e Cipriano Barcellos, que retornaram de Montevidéu para Pelotas trazendo suas escravarias e, também, foram denunciados pela imprensa uruguaia. (Borucki; Chagas; Stalla, 2004). No caso de Vinhas é possível que ele tenha negociado alguns de seus cativos antes de voltar para o Brasil. No Padrón de Montevidéu de 1841, ele teve 54 cativos arrolados, mas em 1854, quando seu inventário post-mortem foi aberto, localizei somente 40 deles. Rastreando os demais cativos nas cartas de alforria, registros de óbitos e de compra e venda em Pelotas encontrei somente mais dois deles nos óbitos, sendo possível que, entre os outros 12, alguns tenham sido vendidos ou até mesmo recrutados para a guerra.

É possível perceber que os charqueadores pelotenses que se estabeleciam em Montevidéu rapidamente se associavam tanto com comerciantes portugueses quanto com *saladeristas* uruguaios, o que pode indicar que já se conheciam anteriormente, por conta dos contatos mercantis, das redes de compra e venda de cativos e do comércio de gado na fronteira. Esse mesmo padrão é encontrado na trajetória de José Pereira Sá Peixoto. Também português, ele possuía uma charqueada em Pelotas, mas acabou migrando para Montevidéu por conta da Guerra. Em 1836, encontramos ele em uma sociedade com Juan M. Perez, filho de um antigo traficante da região, e que havia se tornado importante *saladerista* em Montevidéu. Em 28 de dezembro de 1836, ambos assinaram escritura de sociedade de três anos, sendo que Perez entrava com os utensílios do *saladero* e Peixoto com 9 de seus escravos, ficando encarregado de comprar mais cativos e de administrá-los, juntamente com peões e capatazes. A sociedade foi desfeita um ano depois, mas no *Padrón* de 1841 os cativos continuavam sob a posse de Perez, que tinha, ao todo, 27 escravizados. Um detalhe interessante é que somente um desses 27 cativos foi classificado como crioulo, sendo todos os demais africanos (Hormiga Kendame, 2015, p. 146-148). É possível que Peixoto os tenha negociado com Perez sem deixar registro formal, uma vez que a Lei de 1837 proibia tais negócios.⁶² Como vimos, o aluguel de cativos e a sua venda podiam ser realizados concomitantemente pelos mesmos proprietários. Nessa época, até mesmo Perez anunciou a venda de escravos pela imprensa uruguaia e, em setembro de 1837, algumas semanas após a Lei que aboliu o tráfico, encontrei-o batizando Manuel Vicente, “moreno adulto”, de 14 anos, “esclavo”.⁶³ Em 1837, o próprio Peixoto tinha alugado outros 15 dos seus escravos para Luis Faillard, que os empregava em uma olaria e lavouras de trigo e cevada (Hormiga Kendame, 2015, p. 150). Peixoto faleceu em Pelotas, em 1847, deixando em seu inventário 21 escravos, dos quais 12 eram africanos minas.⁶⁴

Portanto, é difícil pensar que os charqueadores pelotenses tivessem ido para Montevidéu com seus cativos e retornado para Pelotas com os mesmos sem algum tipo de proteção de homens como Lafone, Perez, Duplessis, Ramirez e outros. Conforme Moreira (2019, p. 159), “os traficantes, sequestradores e importadores eram pessoas cheias de prestígio social e dificilmente as autoridades públicas conseguiam enquadrá-las”. Nesse sentido, o estudo dessas estratégias para manutenção do tráfico ilegal na fronteira e as outras formas de comércio e exploração do trabalho de pessoas escravizadas, como o

⁶² Cruzando os nomes dos 9 cativos que Peixoto tinha no *saladero* de Perez com os de seu inventário post-mortem, aberto em 1847, percebeu-se que 4 provavelmente não retornaram mais para a mão dele. Contudo, sobre os outros cinco a dúvida é maior, pois em ambas as listas existem cativos com o nome de José, Luís, Joaquim e Antônio, sem ser possível saber se eram os mesmos.

⁶³ Igreja da Matriz de Montevideo, Registro de Batismos, Livro 22, p. 60. Disponível em <http://familysearch.org>. Os anúncios de Perez foram reproduzidos por Monquelat (2009, p. 135).

⁶⁴ APERS, Inventário de José P. Sá Peixoto, n. 276, m. 19, 1847, 1^o cart. órfãos e provedoria, Pelotas, 1847.

colonato e o aluguel, também deve levar em conta a convergência de interesses políticos e escravistas de brasileiros, portugueses e uruguaios e a cooperação transnacional entre esses proprietários-trafficantes, o que ajudava a garantir a sua impunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dependentes do tráfico e da economia escravista, charqueadores, *saladeristas* e negociantes da fronteira platina buscaram alternativas para a manutenção do comércio de cativos, tanto no Brasil, quanto no Uruguai. Nesse sentido, a década de 1830 foi marcada por negócios ilegais, que envolviam a venda e o aluguel de pessoas escravizadas de um país para o outro, evidenciando as redes mercantis que conectavam proprietários escravistas e traficantes de ambos os lados da fronteira. Tratavam-se de redes de relações pessoais que envolviam também alguns familiares e aliados políticos, por onde não eram apenas comercializados gado bovino, armas e cativos, pois elas também auxiliavam na compra de terrenos, empréstimos financeiros e o aluguel de mão de obra. Conhecidos traficantes estavam inseridos nessas redes há muito tempo e alguns deles foram responsáveis pelo ingresso dos colonos africanos entre os anos 1832 e 1835. Os charqueadores e *saladeristas* daquela fronteira não apenas conheciam esses contrabandistas como estabeleciam negócios com os mesmos, sendo que alguns eram sócios deles. Nesse sentido, eles próprios também podem ser considerados traficantes, pois recebiam e redistribuíam os cativos ilegalmente negociados.

Essas redes foram acionadas na busca pela manutenção do comércio ilegal e na transposição, de forma segura, de alguns charqueadores pelotenses para o outro lado da fronteira. Não são comuns os casos de grandes proprietários que transferiram os seus estabelecimentos com toda a sua escravaria de um país para o outro em ocasião de uma guerra. Caso semelhante ocorreu com grandes escravistas franceses que deixaram a ilha de Santo Domingo após a revolução dos escravizados para outras partes do Caribe e os Estados Unidos (Debien, 1992; Hunt, 1988; Marques; Silva Jr., 2019). No caso pelotense, foram no mínimo seis charqueadores que realizaram essa migração com seus cativos, ou seja, cerca de 20% dos donos de charqueada do município, se contarmos os estabelecimentos antes do início da guerra. Posteriormente, eles retornaram para o seu local de origem conseguindo reestabelecer-se com seus cativos no mesmo ramo de negócios. Na ocasião, mesmo sendo simpatizantes da causa farroupilha, foram escoltados pela Marinha Brasileira, em plena guerra. Ainda há muito o que ser pesquisado sobre essas redes de negócios, principalmente sobre as relações políticas entre os envolvidos, uma vez que se tratavam, em sua maioria, de apoiadores de Rivera, no Uruguai, e de líderes e apoiadores da causa farroupilha, no Rio Grande do Sul.

Portanto, entendendo melhor as suas práticas mercantis e suas estratégias diante das medidas antitráfico, além da mútua cooperação entre os escravistas envolvidos nesses negócios, creio que contribuímos para a construção de uma imagem geograficamente mais ampla e diversa das cadeias de intermediários do tráfico e das redes mercantis das elites mais afastadas dos principais portos negreiros do Império. O estudo dessas relações pessoais e mercantis entre proprietários, comerciantes e traficantes na fronteira sul não apenas demonstra a capilaridade das redes do tráfico legal e ilegal nas Américas como evidencia as muitas estratégias senhorias para a manutenção do contrabando e da escravidão, lembrando histórias semelhantes ocorridas no Caribe francês e britânico, nos Estados Unidos, em Cuba e no sudeste e nordeste do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALADRÉN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e Guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil* (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835). Tese (Doutorado em História), Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- BARCELO SEVERGNINI, Nastasia. Relaciones diplomáticas entre el Imperio del Brasil y el Estado Oriental del Uruguay: análisis de la primera legación brasileña en Montevideo (1831—1837), Santiago, *Estudios Internacionales*, n. 200, p. 105-136, 2021.
- BARRIOS PINTOS, Anibal. *Montevideo: Los Barrios (I)*. Montevideo: Ed. Nuestra Tierra, 1971.
- BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-1825*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- BORUCKI, Alex. *Abolicionismo y tráfico de esclavos en Montevideo tras la fundación republicana (1829-1853)*. Montevideo: Biblioteca Nacional, 2009.
- BORUCKI, Alex. The “african colonists” of Montevideo: new light on the ilegal slave trade to Rio de Janeiro and the Río de la Plata (1830-1842), *Slavery and Abolition*, v. 30, n. 3, p. 427-444, 2009.
- BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. *Esclavitud y trabajo: Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya, 1835-1855*. Montevideo: Ed. Pulmón, 2004.
- CARVALHO, Daniela V. *Fronteira da liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão* (Rio Grande de São Pedro, c.1835-1850). Tese (Doutorado em História Social), Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- CARVALHO, Marcus J. M. O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831, São Paulo, *Revista de História*, n. 167, p. 223-260, jul-dez. 2012.
- CARVALHO, Marcus J. Os senhores de engenho-trafficantes de Pernambuco, 1831-1855. In: SARAIVA, Luiz F.; SANTOS, Silvana A. dos; PESSOA, Thiago C. *Tráfico & traficantes na ilegalidade: o comércio proibido de escravos para o Brasil* (c. 1831-1850). São Paulo: Hucitec, 2021. p. 125-150.
- DEBIEN, Gabriel. The Saint Domingue Refugees in Cuba, 1793-1815. In: BRASSEAU, Carla; CONRAD, Glenn (orgs.). *The Road to Louisiana: The Saint Domingue Refugees, 1792-1809*. Lafayette: Center for Louisiana Studies, University of Louisiana, 1992.
- ELTIS, David. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. New York: Oxford University, 1987.
- FARINATTI, Luis. A.; MATHEUS, Marcelo S. A história de João Potro: trajetória e relações de reciprocidade de uma família subalterna no sul do Brasil (1820-1855), *Varia História*, Belo Horizonte, v. 33, 2017, p. 707-743.
- FARINATTI, Luís A. Escravos do pastoreio: pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850). *Revista Ciência & Ambiente*, 2006, v. 1, p. 135-156.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FREGA, Ana; CHAGAS, Karla; MONTAÑO, Óscar; STALLA, Natalia. Breve historia de los afrodescendientes en el Uruguay. In: SCURO SOMMA, Lucía (org.). *Población afrodescendente y desigualdades étnico-raciales en Uruguay*. Montevideo: PNUD, 2008. p. 5-102.

GRINBERG, Keila. Escravidão, direito e alforria no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o "princípio da liberdade" na fronteira sul do Império brasileiro. In: CARVALHO, José M. de (org.). *Nação e cidadania no Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.267-287.

GRINBERG, Keila (org.). *As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

GUAZZELLI, César A. B. A República Rio-grandense e a praça de Montevideo (1836-1842). In: HEINZ, Flávio; HERRLEIN JR., Ronaldo. *Histórias regionais do Conesul*. Santa Cruz: Edunisc, 2003. p. 147-166.

HORMIGA KANDAME, Nestor A. *Colonos canários y negros esclavos em el origen del Estado Oriental del Uruguay (1830-1852)*. Montevideo: Torre del Vigía Ediciones, 2015

HUNT, Alfred N. *Haiti's influence on antebellum America: slumbering volcano in the Caribbean*. Baton Rouge: Louisiana State University, 1988.

KUHN, Fábio. O contrabando de escravos na Colônia do Sacramento (1722-1777), *Revista Tempo*, v. 23, n. 3, p. 445-463, set./dez. 2017.

MAMIGONIAN, Beatriz. O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872, *Almanack, Guarulhos*, n. 2, p. 20-37, 2011.

MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MAMIGONIAN, Beatriz; GRINBERG, Keila. "Para inglês ver? Revisitando a lei de 1831", *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 29, n. 1-2-3, p. 87-90, 2007.

MARQUES, Leonardo; SILVA JR. Waldomiro Lourenço da. Migrações senhoriais no longo século XIX: comparações, conexões e integrações. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 13, n.1, 2019, p. 152-191.

MATHEUS, Marcelo. Os africanos minas no sul do Brasil: tráfico, liberdade e produção identitária na diáspora (Rio Grande do Sul, século XIX). In: RODRIGUES, Aldair; LIMA, Ivana S.; MARQUES, Juliana B. (Org.). *A diáspora mina: africanos entre o Golfo de Benin e o Brasil*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020. p. 279-319.

MATHEUS, Marcelo. Cativo e compadrio em um porto atlântico (Rio Grande, 1780-1850), *Revista Tempo*, Niterói, v. 27, n. 2, Mai/Ago, 2021, p. 383-404.

MATHEUS, Marcelo. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (c. 1820-1870)*. São Leopoldo: Oikos, 2021b.

MATHEUS, Marcelo; MOREIRA, Paulo. *O tráfico ilegal de africanos escravizados para o Rio Grande do Sul (c. 1831-1850)*, 2023, no prelo.

MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

- MENEGAT, Carla. *“Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha”*: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do estado oriental do Uruguai. (1845- 1835). Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- MONQUELAT, Adão F. *Notas à margem da história da escravidão*. Pelotas: Ed. UFPel, 2009.
- MOREIRA, Paulo. Qualificados novos por estarem a dois meses no território do Brasil e não saberem falar nada a língua portuguesa: Charqueadas e tráfico ilegal de africanos (Bahia–Pelotas - Brasil meridional, 1834). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 11, n. 22, p. 133-161, 2019.
- MOREIRA, Paulo R. S. Oitenta pretos africanos, novos, em um coió, debaixo do sal: tráfico internacional de africanos escravizados (Angola-Rio de Janeiro-Brasil Meridional, 1836), *Claves Revista de Historia*, v. 5, n. 9, p. 1-20, 2019.
- MORENO FRAGINALS, Manuel. *O engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano*. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 1987. v. 1.
- OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da fronteira: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- OLIVEIRA, Vinícius P. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: EST, 2006.
- PALERMO, Eduardo. *Terra brasiliensis: la región histórica del norte Uruguayo em la segunda mitad del siglo XIX, 1850-1900*. Porto Alegre: FCM, 2019.
- PARENTE, Gabriel. *Às margens do Império: a pecuária das carnes salgadas e o comércio nos portos da porção oriental da costa leste-oeste da América Portuguesa nas dinâmicas de um Império em movimento (Século XVIII)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.
- PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PEREIRA, Walter L.; PESSOA, Thiago C. Silêncios atlânticos: sujeitos e lugares praieiros no tráfico ilegal de africanos para o sudeste brasileiro (c. 1830 – c. 1860). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 79-100, 2019.
- PESSOA, Thiago C. *A indiscrição como ofício: o complexo cafeeiro revisitado (Rio de Janeiro, c. 1830-1888)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- PETIZ, Silmei de S. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de são Pedro para o além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: UPF, 2006.
- PIVEL DEVOTO, Juan E. Contribución a la historia económica y financeira del Uruguay, *Revista Historica*, Museo Historico Nacional, v. 48, 51, 1976.
- POLLERO, Raquel. *Historia demográfica de Montevideo y su campaña, 1757-1860*. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales), Universidad de la República, Montevideo, 2013.

PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: Fumproarte, 2002.

PRADO, Fabrício. *Edge of Empire: atlantic networks and Revolution in Bourbon Río de la Plata*. California: University of California Press, 2015.

RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negro de Angola ao Rio de Janeiro (1780- 1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTANA, Aderivaldo R. de *et al.* Repensando o tráfico transatlântico de africanos escravizados na era da ilegalidade. *Afro-Ásia*, n. 65, 2022, p. 12-41.

SANTOS, Silvana A. dos. Nestas costas tão largas: o tráfico transatlântico de escravizados e a dinamização de economias regionais no Brasil (c. 1831 – c. 1850). *História*, São Paulo, n. 177, p. 1-36, 2018.

SARAIVA, Luiz F.; ALMICO, Rita; PESSOA, Thiago C. Vida, fortuna e morte: a trajetória de José Bernardino de Sá, Barão e Visconde de Villa Nova do Minho. In: SARAIVA, Luiz F. *et al.* (orgs). *Tráfico & traficantes na Ilegalidade: o comércio proibido de escravos para o Brasil (c. 1831-1850)*. São Paulo: Hucitec, 2021. p. 26-70.

SARAIVA, Luiz F.; SANTOS, Silvana A. dos; PESSOA, Thiago C. (orgs.). *Tráfico & traficantes na ilegalidade: o comércio proibido de escravos para o Brasil (c. 1831-1850)*. São Paulo: Hucitec, 2021.

SLUYTER, Andrew. The Hispanic Atlantic's Tasajo Trail, *Latin American Research Review*, v. 45, n. 1, 2010, p. 98-120.

SOUZA, Susana B.; PRADO, Fabrício. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ, Luiz A *et al.* (org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

THUL, Florencia C. *Coerción y relaciones de trabajo em el Montevideo independiente, 1829-1842*. Tesis (Magister em Ciências Humanas), Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República, 2014.

VARGAS, Jonas M. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de Charqueadas em Pelotas (século XIX)*. Tese (Doutorado em História), Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VARGAS, Jonas M. *Os barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

VARGAS, Jonas M. Tasajo/Salt Cured Beef as an Atlantic Commodity: Slavery and Capitalism in the 18th and 19th Century. In: *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. New York: Oxford University Press, 2022, no prelo.

ZABIELLA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de Extradicação e de Limites*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Jonas Moreira Vargas: Doutor, Professor Adjunto, Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Pelotas, RS, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Alvaro Chaves, 1823, apto 402, Pelotas, RS, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Artigo extraído do projeto de pesquisa intitulado “Comércio atlântico, elites sociais e escravidão na fronteira sul do Brasil Meridional (século XIX)”, vinculado ao Núcleo de Documentação Histórica (UFPel) e ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (2022-2026).

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos comentários dos/as pareceristas anônimos/as que contribuíram bastante com o aperfeiçoamento do artigo.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: Jonas M. Vargas.
Coleta de dados: Jonas M. Vargas.
Análise de dados: Jonas M. Vargas.
Discussão dos resultados: Jonas M. Vargas.
Revisão e aprovação: Jonas M. Vargas.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Jonas Moreira Vargas. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.



EDITORA

Beatriz Galotti Mamigonian.

HISTÓRICO

Recebido em: 18 de fevereiro de 2023.

Aprovado em: 6 de junho de 2023.

Como citar: VARGAS, Jonas M. Escravidão e tráfico ilegal na fronteira sul do Brasil: o caso dos charqueadores rio-grandenses, dos saladeristas uruguaiois e de suas redes mercantis (c. 1830-1850) *Esboços*, Florianópolis, v. 30, n. 54, p. 211-236, 2023.



MALUNGUINHOS*: TRÁFICO DE AFRICANOS E PECUÁRIA ESCRAVISTA NA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL (c. 1820-1840)

Malunginhos: African Slave Trade and Cattle Ranching in Rio Grande do Sul's Western Frontier (c. 1820-1840)

Leandro Goya Fontella^a

 <https://orcid.org/0000-0002-0276-3613>

E-mail: leandro.goya@iffar.edu.br

Luís Augusto Farinatti^b

 <https://orcid.org/0000-0003-0853-3752>

E-mail: luis.farinatti@ufsm.br

Marcelo Santos Matheus^c

 <https://orcid.org/0000-0002-9313-4678>

E-mail: marcelo.matheus@canoas.ifrs.edu.br

^a Instituto Federal Farroupilha, Área de História, São Borja, RS, Brasil.

^b Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de História, Santa Maria, RS, Brasil.

^c Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Área de História, Canoas, RS, Brasil.

DOSSIÊ

A ESCRAVIDÃO BRASILEIRA NOS SÉCULOS XVIII E XIX EM PERSPECTIVA GLOBAL

* Esta expressão faz referência ao clássico texto de Robert Slenes intitulado *Malungu ngoma vem! A África coberta e descoberta do Brasil*, publicado no volume 12 da Revista USP em 1992.

RESUMO

As temáticas deste artigo são o alcance do tráfico transatlântico de africanos escravizados em regiões de economia de mercado interno do Brasil, na primeira metade do Oitocentos, e as características da exploração daqueles trabalhadores. Por meio da análise de registros paroquiais de batismos e de inventários *post mortem* de duas localidades da fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1820-1840), investigamos a capacidade de dispersão e de adaptação da escravidão e do tráfico no território brasileiro. Percebemos que a produção pastoril, predominante no espaço estudado, estabeleceu um padrão de utilização de cativos muito jovens, o qual foi condicionado e condicionou a demanda regional de africanos escravizados desde fins do Setecentos. Concluimos que: 1) o tráfico transatlântico desempenhava um papel importante até mesmo em espaços de economia subsidiária no Rio Grande do Sul, que se conectavam ao complexo charqueada-plantations e 2) a idade dos escravos batizados indica que a iniciação deles nas atividades produtivas ocorria numa faixa etária mais próxima dos 10 a 12 anos do que dos 14 a 15, que é considerada por considerável parcela da historiografia como início da idade produtiva dos cativos.

PALAVRAS-CHAVES

Escravidão. Africanos. Tráfico.

ABSTRACT

The themes of this article are the scope of the transatlantic traffic of enslaved Africans in regions with an internal market economy in Brazil, in the first half of the 19th century, and the characteristics of the exploitation of those workers. Through the analysis of parochial records of baptisms and *post mortem* inventories from two locations on the western boundary of Rio Grande do Sul (1820-1840), we investigated the capacity for dispersion and adaptation of slavery and trafficking in Brazilian territory. We noticed that cattle ranching production, predominant in the space studied, established a pattern of using very young captives, which was conditioned and conditioned the regional demand for enslaved Africans since the end of the 18th century. We conclude that: 1) the transatlantic trade played an important role even in spaces of subsidiary economy in Rio Grande do Sul, which connected to the charqueada-plantations complex and 2) the age of the baptized slaves indicates that their initiation into productive activities occurred in an age group closer to 10 to 12 years than to 14 to 15, which is considered by a considerable portion of historiography as the beginning of the productive age of captives.

KEYWORDS

Slavery. Africans. Traffic.



No final do século XVIII o Brasil se tornou o maior receptor de africanos escravizados das Américas, posto que manteve até meados do Oitocentos, quando o comércio de almas foi definitivamente proibido no já independente império. Contudo, muito em função da pressão inglesa sobre Portugal e, depois, sobre o Império do Brasil para a extinção do tráfico, este último sofreu transformações, com o número de crianças vítimas da escravização e venda para as Américas crescendo, principalmente nas décadas de 1820 e 1830 (Florentino; Villa, 2016, 2020, p. 5-6).

O processo foi tão impactante e capilarizado que a exploração da mão de obra africana e de seus descendentes se fez presente nos recantos mais longínquos do Brasil. É sobre isso que tratamos neste artigo. Nele, analisamos a presença de escravos, mais especificamente de africanos, na fronteira oeste da província do Rio Grande do Sul. Para tanto, exploramos principalmente os registros de batismos da Matriz de São Borja e da Capela de Alegrete.

Figura 1: Mapa do Rio Grande do Sul (c. 1834-1858).



Fonte: Adaptação de Mapas Temáticos do Rio Grande do Sul: Divisão Municipal – 1841; Miron Zaions, 1979. Disponível em: https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/CD/imagens/mapas/cap_4/cap_4.1/629-373.htm. Acesso em: 4 jan. 2023.

Por muito tempo, vigorou uma imagem de pouca ou nenhuma importância da escravidão nas áreas pastoris sulinas. Essa visão, no entanto, foi modificada por trabalhos que apontaram o papel estrutural da escravidão na economia pecuária formada a partir do avanço luso-brasileiro sobre terras ao sul e oeste de suas possessões coloniais no Rio

Grande do Sul, nos séculos XVIII e XIX (destacam-se Osório, 2007; Farinatti, 2010; Aladrén, 2012; Fontella, 2013; Matheus, 2021). Como veremos, esse crescimento pecuário ocorreu vinculado à expansão agrícola ocorrida em várias regiões do Brasil a partir das últimas décadas do século XVIII (Vargas, 2016).

Neste artigo, analisamos a presença de africanos escravizados na área de grande criação de gado no extremo oeste do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX, bem como investigamos alguns traços do tráfico de cativos. Como se verá, era grande a capacidade de difusão da escravidão e do tráfico no território brasileiro, bem como é preciso tomar em conta a possibilidade das características próprias das economias regionais em interferir em aspectos da população africana chegadas àqueles confins.

Até o início século XIX, o vasto território onde foram estabelecidos os municípios de Alegrete e São Borja abrigava os sete povos guaraníco-missioneiros do lado oriental do rio Uruguai, além de expressiva fatia das estâncias de criação de gado desses e também de outros povos ocidentais. Em tal espaço, desde fins do século XVII, milhares de indígenas viviam e trabalhavam em um regime que mesclava trabalho familiar e comunitário administrado por padres jesuítas – até a expulsão destes da América hispânica em 1767-68, quando a economia dos povos foi assumida por autoridades coloniais laicas – e por agentes da elite indígena - caciques e membros dos Cabildos. Após a incorporação da região às possessões luso-brasileiras na América meridional, iniciada em 1801 e consolidada durante os três primeiros decênios do Oitocentos, ela passou a integrar o Império Ultramarino português, situação que perdurou até 1822, quando o Império do Brasil surge após se emancipar politicamente de Portugal.

Entre 1833 e 1834, a administração provincial do Rio Grande do Sul criou os ditos municípios. Uma parte considerável dos indígenas missioneiros se evadiu da região e outra se deslocou por esse território ancestral então sob domínio brasileiro e formou parte de uma malha social de peões da pecuária, pequenos produtores agregados às grandes estâncias e soldados para as renitentes guerras do sul (Farinatti, 2014; Farinatti; Ribeiro, 2017; Fontella, 2013, 2020; Ribeiro, 2013; 2022). Ou seja, tratamos de uma região onde, em tese, não havia significativa escassez de mão de obra.

Esse processo de conquista violenta e reorientação produtiva realizada pelos luso-brasileiros sobre grandes áreas de terra a oeste e sul de suas possessões no Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XIX, foi, entre outros fatores, estimulado pela ampliação da demanda por sub-produtos pecuários em ativos mercados nacionais e internacionais. A qual, por sua vez, estava conectada ao revigoramento agrícola do colonial tardio e primeira metade do século XIX no Brasil, com a ampliação da produção de açúcar, algodão e, posteriormente, café para o mercado internacional. A exploração anterior de couro e sebo das manadas de bovinos e equinos não domesticados foi dando lugar à criação em estabelecimentos de diferentes envergaduras, com destaque para algumas enormes estâncias pecuárias. Os novilhos bovinos eram vendidos às charqueadas do litoral, especialmente de Pelotas e, daí, a carne seca era revendida para os portos do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, onde era empregada na alimentação dos escravos das *plantations* e da população urbana daquelas cidades portuárias.

Outra face desse processo de expansão agrícola foi a grande ampliação da entrada de africanos escravizados nos portos brasileiros, o que influenciou de duas maneiras a presença desses trabalhadores em Alegrete e São Borja. De um lado, ampliou a demanda por charque e de outro viabilizou a distribuição desses cativos para diversas regiões conectadas àquelas áreas, inclusive para a região estudada aqui. Ao investigar os charqueadores riograndenses, Jonas Vargas (2016) analisou em detalhe essas conexões mercantis que ligavam a produção do Rio Grande do Sul a portos nacionais e apontou a importância que não apenas o Rio de Janeiro, mas especialmente Salvador tiveram nesses

enlaces mercantis. Para além dessas praças, tanto o charque quanto, sobretudo, o couro conectavam a província sulina ao mercado internacional.

Três seções compõem este artigo. Na primeira, apresentamos as principais características demográficas e econômicas da região em análise. Posteriormente, examinamos o alcance do tráfico transatlântico de africanos escravizados a partir dos inventários *post mortem* e dos registros de batismos. Nesse tópico verificamos dados como a proporção de africanos no universo da população cativa, a quantidade de homens e mulheres entre os escravos africanos e analisamos como os batizados estiveram distribuídos pelo recorte temporal proposto. Na última seção, por meio da idade dos africanos batizados, analisamos o perfil etário desse grupo e problematizamos a faixa de idade de iniciação de cativos nas labutas da pecuária no Rio Grande do Sul.

TRAÇOS DE UMA ECONOMIA ESCRAVISTA

Elaborado em 1858, o *Mapa estatístico da população da Província classificada por idades, sexos, estados e condições com o total de livres libertos e escravos* (doravante, Mapa estatístico de 1858) é o único censo, antes do de 1872, que aponta a população escrava, embora não a discrimine entre africanos e brasileiros, nas localidades do Rio Grande do Sul.

Tabela 1 – População da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (1858).

| | Livres | | Libertos | | Escravos | | Total |
|-----------|--------|-----|----------|----|----------|-----|--------|
| | nº | % | nº | % | nº | % | |
| Alegrete | 14.558 | 75% | 388 | 2% | 4.398 | 23% | 19.344 |
| São Borja | 13.613 | 85% | 127 | 1% | 2.254 | 14% | 16.094 |
| Total | 28.171 | 80% | 515 | 1% | 6.652 | 19% | 35.438 |

Fonte: Mapa estatístico de 1858. In: Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre, 1981, p. 69.

Em geral, 19% da população vivia em cativeiro, enquanto que 80% era livre e apenas 1% era de sujeitos que haviam obtido alforria. Ao comparar as duas localidades, nota-se que a população escrava em Alegrete (23%) era maior do que em São Borja (14%), concentrando 66% (4.398) dos cativos da região. Entre outras coisas, isso se deve ao maior potencial econômico dela em relação a São Borja, bem como a sua maior conexão com as regiões consumidoras de charque e que eram, também, os maiores portos de entrada de africanos escravizados na província. Localizada na região da Campanha, onde se encontravam vastas planícies cobertas com os melhores campos para o pastoreio bovino, Alegrete abrigou uma matriz produtiva pastoril mais robusta e especializada em gado bovino frente a de São Borja. Ali, a criação *vacum* com vistas ao mercado das charqueadas do litoral e para portos nacionais e internacionais em forma de charque, couro e outros subprodutos foi dominante. Em razão disso, um dos traços marcantes do arranjo produtivo foi a considerável presença de criadores de bovinos de grande envergadura. Circunstância que fez com que o espaço abrigasse número maior de escravos, uma vez que eram nas escravarias dos grandes estancieiros onde se concentrava significativa parte dos cativos.¹

¹ Para um estudo de maior profundidade sobre a economia desta localidade entre 1820-60 ver: Farinatti (2010, p. 100-161).

Já em São Borja, espaço de campos mais pobres para a pecuária bovina extensiva e terrenos mais acidentados em suas porções leste e norte, a diversificação econômico-produtiva foi uma das principais características. Embora a criação de gado *vacum* tenha sido a principal e mais recorrente atividade, ela conviveu com outros processos produtivos como a criação de mulas, a agricultura de gêneros alimentícios, a produção de erva-mate, couro e outros subprodutos dos bovinos. Tais nichos econômicos contavam com uma miríade de produtores que animavam a estrutura produtiva, sendo que a grande maioria deles procurava desenvolver mais de um tipo de produção. Vale ressaltar que os diferentes processos produtivos se vinculavam a diferentes circuitos comerciais: a pecuária bovina se ligava ao complexo porto-charqueador do leste do Rio Grande do Sul e daí para os portos abastecedores das regiões de *plantation*; a pecuária muar se direcionava para a Feira de Sorocaba; as produções de gêneros agrícolas e de farinhas se voltavam principalmente à região da Campanha, e a erva-mate e couros se destinavam à região platina. Esse cenário se torna ainda mais complexo quando lembramos que muitos dos produtores se articulavam a todos esses circuitos ou, ao menos, a alguns deles.

No que tange aos cativos em São Borja, a menor quantidade absoluta e percentual em relação à Alegrete não significa que o sistema escravista não foi importante na região. Mesmo em um espaço em que a economia agrária foi razoavelmente mais modesta, a força de trabalho escrava se fez consideravelmente presente e integrou um arranjo laboral que conjugava trabalhadores estáveis (escravos e/ou livres assalariados) e eventuais (escravos alugados e/ou livres contratados por jornadas). De fato, a necessidade de se dispor de mão de obra estável para o trabalho em distintos processos produtivos fez com que ali se formasse um contingente populacional escravo desde o início do povoamento luso-brasileiro nas primeiras décadas do Oitocentos.²

Como veremos, os africanos não tiveram um peso demográfico tão expressivo no conjunto populacional cativo, porém não foram numericamente desprezíveis. Nesse contexto, por um lado, iremos analisar a presença de africanos escravizados nesta zona e, por outro, abordar o que as idades dos africanos, informadas nos registros de batismos, têm a nos dizer sobre o escravismo praticado ao sul do Brasil, refletindo sobre como se processava a exploração da mão de obra escrava na pecuária.

BATISMOS DE ESCRAVOS AFRICANOS E TRÁFICO TRANSATLÂNTICO

Antes da análise sobre a presença de cativos africanos por meio dos assentos batismais, examinaremos os dados sobre a proporção dos escravos africanos no universo de cativos nos inventários. Em São Borja, a partir de uma amostra de 110 inventários, em que 99 (90%) possuíam cativos, identificamos uma razoável presença de escravos africanos.³ Na década de 1830, os africanos representaram 37% dos escravos inventariados, 21% nos anos 1840 e 26% nos 1850.⁴ Em Alegrete, a proporção foi de 38% de africanos entre os cativos com referência de origem, arrolados nos inventários no período de 1829 a 1849 (Matheus, 2012, p. 321). O índice mais alto verificado em Alegrete se deve à zona ser mais pujante economicamente e mais conectada aos portos de entrada de cativos no Rio Grande do Sul (Rio Grande e Porto Alegre). Como já destacaram trabalhos anteriores, mesmo nessa produção voltada para o mercado interno, a

² Para um exame mais detalhado sobre a economia desta localidade de 1830-60 ver: Fontella (2013, p. 26-106).

³ Utilizamos todos os inventários dos anos pares de 1828 a 1858. Dos 129 processos, 19 foram excluídos, restando 110.

⁴ Fonte: Inventários *post mortem* de São Borja (1828-58) e de Itaqui (1830-58), Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (doravante APERS).

incorporação contínua de trabalhadores escravizados era um traço estrutural (Farinatti, 2010, p. 351).

Em outras áreas do Rio Grande do Sul como, por exemplo, Cruz Alta, no norte, um terço dos escravos inventariados entre 1834 e 1849 era de africanos (Araújo, 2008, p. 71).⁵ Em Bagé, outro importante espaço da Campanha sul rio-grandense (no sul), 33,5% dos escravos inventariados eram africanos entre 1820 e 1835, percentual que cai para 26,5% e 19% nas décadas de 1840 e 1850, respectivamente. No geral, enquanto o tráfico atlântico esteve em funcionamento, os africanos representaram 28,5% dos inventariados (Matheus, 2021, p. 202-203).⁶ Já para o primeiro quartel do século XIX, Helen Osório (2005) constatou que 48% dos escravos da província eram africanos. Essa significativa proporção de escravos africanos no Rio Grande do Sul no início do século parece retratar uma conjuntura de considerável ligação dos escravistas sul rio-grandenses com o comércio negreiro no momento em que se procedia a expansão das fronteiras agrárias sobre as terras dos guarani-missionários na fronteira oeste.

Esses índices de africanidade da população escravizada em Alegrete e São Borja estão bem aquém daquele presente em uma área central na economia de exportação de café, como o Vale do Paraíba Fluminense, onde João Fragoso encontrou o índice de 79% na década de 1850 (Fragoso, 1982). Porém, não estão tão distantes daqueles encontrados em três freguesias do Recôncavo Baiano entre 1790 e 1860, onde se aferiu entre 45% e 51% de africanidade na população escravizada relacionada nos inventários de fazendas de cana sem engenhos (Barickman, 2003, p. 287).⁷ Veja-se que se trata de uma área de produção para exportação e imediata a um importante porto receptor de cativos via tráfico atlântico, condições totalmente diferentes daquelas vivenciadas na região que estudamos aqui. Como seriam, então, os índices de outras regiões pecuárias do Brasil?

Flávio Versiani e José Vergolino (2003) apontaram que nas regiões do Agreste e do Sertão de Pernambuco de 1770 a 1849, onde a principal atividade produtiva também era a pecuária, a proporção de africanos no conjunto de escravos inventariados foi de 39% para a primeira e de 21% para a segunda. Percebe-se que o percentual de escravos africanos inventariados das regiões de pastoreio do Rio Grande do Sul se assemelhava às regiões do Agreste e Sertão pernambucanos. A proporção de 21% de africanos no Sertão coincide com os 21% vistos em São Borja na década de 1840, enquanto que os 39% constatados para o Agreste fica próximo dos 38% averiguados para Alegrete. Em Castro e Antonina, na região pecuária do Paraná, Darío Gutiérrez (1988) encontrou menos de 15% de africanos entre os escravos relacionados nas listas nominativas.

Passamos, agora, à análise da presença dos escravos nos registros de batismos. Nos livros de batismos de São Borja que compreendem os períodos de 1816 a 1822 e de 1829 a 1837, do total de 2.011 assentos, 155 (8%) deles são de cativos. Destes 155 registros, 45 (29%) são de africanos. Em Alegrete, de 1820 a 1840, ocorreram 3.594 batizados, 678 (19%) deles foram de escravos, dos quais 180 (27%) de africanos. Considerando toda a fronteira oeste, dos 5.605 assentos de batismos, 833 (15%) são de escravos, e deste conjunto, 225 são de africanos (27%). Como em outras regiões tocadas pelo tráfico transatlântico de escravos, expressiva parte dos africanos batizados nestas localidades era de homens. Em São Borja, dos 45 batizando africanos, 35 (78%) eram do

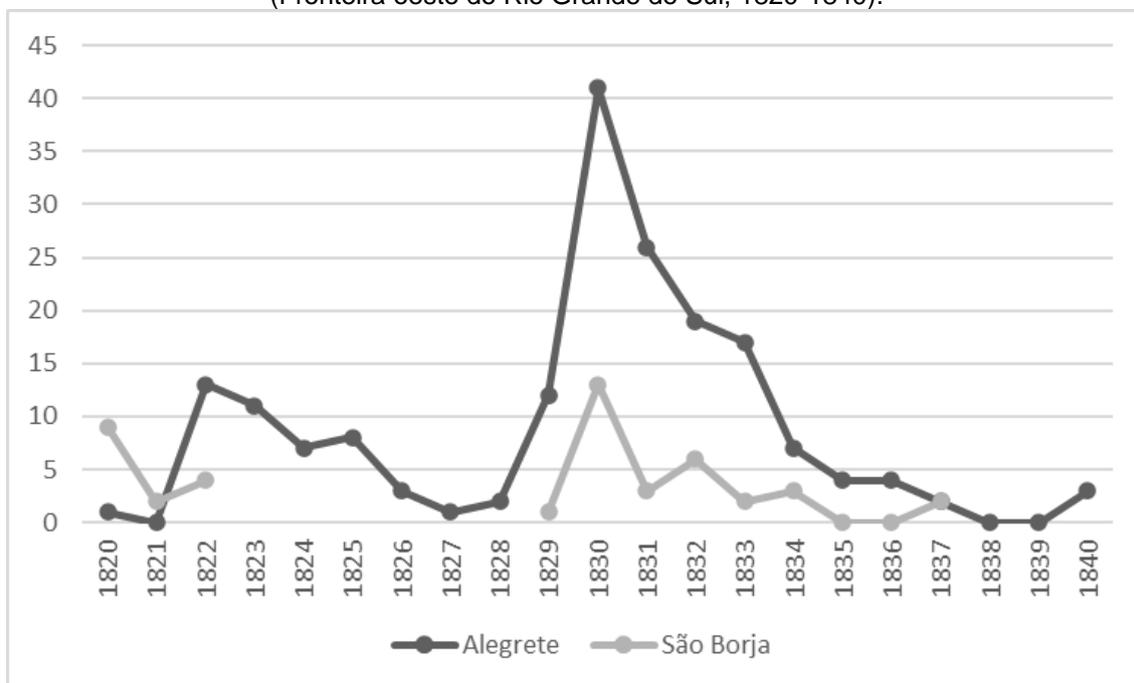
⁵ Para um estudo minucioso sobre a estrutura escravista desta região de 1834-84 ver: Araújo (2008, p. 24-115).

⁶ Para uma análise refinada sobre a estrutura escravista desta localidade de 1820-70 ver: Matheus (2021, p. 199-240).

⁷ A média dos inventários com engenhos de açúcar sobe um pouco, oscilando entre 50% e 58% (Barickman, 2003, p. 257).

sexo masculino, enquanto que em Alegrete, dos 180, 122 (68%) eram homens. Em geral, dos 225 escravos africanos batizados, 157 (70%) eram homens.⁸

Gráfico 1: Frequência de batismos de escravos africanos (Fronteira oeste do Rio Grande do Sul, 1820-1840).



* Para São Borja não possuímos os registros de batismos dos livros de 1823-28 e de 1838-44. Fontes: Arquivo da Diocese de Uruguaiana (doravante, ADU) livros de batismos de 1816-22 e de 1829-37 da Matriz de São Borja; ADU, livro de batismos de 1816-26 e de 1826-40 da Capela de Alegrete.

É importante ponderar que, provavelmente, a Guerra de Independência do Uruguai (1825-1828) e a Guerra dos Farrapos (1835-1845) contribuíram para a queda de batizados em anos compreendidos por estes intervalos. O que chama atenção também nos batismos de africanos nestas duas localidades é a forma com que eles se distribuíram no tempo. A média anual de batizados de africanos é de cerca de 4 para São Borja e de 9 para Alegrete. Contudo, ocorreu uma concentração de batizados no ano de 1830 (13 em São Borja e 41 em Alegrete).

É provável que essa situação tenha ocorrido como um reflexo da possibilidade iminente de proibição do comércio transatlântico de escravos, o que acabou acontecendo com a lei de 7 de novembro de 1831. Desde a primeira década do século XIX, a Inglaterra, então maior potência marítima e industrial, pressionava Portugal (até 1822) e o Império brasileiro (a partir de 1822) para que interrompesse o comércio negreiro. No decorrer da década de 1820, a pressão inglesa aumentou cada vez mais, levando o Império a se comprometer em proibir e coibir o tráfico de almas africanas.

Mesmo com a lei de 1831, no entanto, o tráfico negreiro não foi coibido e continuou, especialmente a partir de 1834, sendo praticado em larga escala por todo o Império, muito

⁸ Na Capela de Santa Maria da Boca do Monte, região central do Rio Grande do Sul, de 1814 a 1822, dos 1.234 registros de batismos, 278 (23%) eram de cativos, destes 131 (47%) eram de africanos (Fontella; Matheus, 2022, p. 45). Dos 131 africanos, 100 (76%) eram homens (Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Santa Maria (doravante, ACDSM), Livro 01, 1814-22).

em virtude da expressiva expansão das *plantations* de café no Vale do Paraíba. Assim, provavelmente, a concentração de batismos de africanos em 1830 tenha tido relação direta com a possibilidade cada vez maior e mais próxima do fim da entrada de escravos africanos no Brasil, o que também fez com que a oferta crescesse antes da proibição, fato que se repetiu em outras paragens do Brasil (Bacellar, 2019). Em outras palavras, é bem possível que a simples expectativa da iminência da interrupção dos desembarques de escravos africanos nos portos brasileiros – o que, por consequência, acarretaria na drástica diminuição da oferta de cativos e no aumento significativo dos preços dos escravos – tenha orientado o comportamento de alguns senhores da fronteira oeste do Rio Grande do Sul a se apressar em adquirir cativos africanos antes da escassez da oferta e da elevação dos preços. Segundo Manolo Florentino e José Góes (1997, p. 48), entre 1826 e 1830:

o volume do tráfico passou a ser determinado sobretudo – mas não exclusivamente – pelo tortuoso processo de reconhecimento da Independência brasileira sob a égide da Grã-Bretanha. Vislumbrando o fim do tráfico, mas, ao mesmo tempo, demonstrando grande capacidade de arregimentação de recursos, as elites escravocratas do Sudeste passaram à compra desenfreada de africanos, antes mesmo da ratificação do tratado de reconhecimento da emancipação (13.3.1827), que estipulava o referido fim para dali a três anos. Na esteira da corrida por braços então desencadeada, o comércio de homens através do porto do Rio cresceu a uma média anual de 3,5% entre 1826 e 1830 (37.200 africanos/ano). Após este último ano, as entradas de negros foram quase que insignificantes, se comparadas aos períodos anteriores, e somente voltaram a subir na segunda metade do decênio de 1830.

Como mostra a frequência dos batismos de escravos africanos em Alegrete e São Borja, podemos considerar que os senhores de escravos sul rio-grandenses também investiram em cativos africanos nesse período (1826-1830), na tentativa de diminuir seus riscos frente às incertezas do futuro do tráfico. Gabriel Berute (2009; 2011; 2012), analisando os envios (do porto do Rio de Janeiro) e desembarques de escravos africanos (no porto de Rio Grande) em distintas conjunturas do tráfico atlântico,⁹ constatou que, do total de escravos africanos desembarcados no Rio Grande do Sul de 1796 a 1831, 35% aconteceram de 1826 a 1831. Segundo os estudos de Berute, dentro deste período, foi em 1830 que ocorreu o maior número de desembarques. Este dado está em consonância com o que apresentamos no gráfico 1, mostrando que na fronteira oeste da província foi naquele ano que se sucedeu grande parte dos batizados dos cativos africanos. Além disso, em uma comparação entre o tráfico interno e a rota interna do tráfico transatlântico,¹⁰ o autor mostra

⁹ Gabriel Berute segue as distintas conjunturas estabelecidas por Florentino (2010) e Florentino e Góes (1997): 1796 a 1808, fase de estabilidade, depois, 1809 a 1825, fase de aceleração, e, por fim, aquela que mais nos interessa, 1826 a 1830, fase de crise de oferta africana, “quando a expectativa pelo fim do tráfico – em decorrência da pressão inglesa e dos diversos acordos e tratados assinados entre Portugal (posteriormente o Império do Brasil) e a Inglaterra –, e o aumento da demanda por cativos no sudeste brasileiro contribuíram para um substancial crescimento no volume de importação de africanos” (Berute, 2012, p. 207-208).

¹⁰ *Grosso modo*, “o Rio Grande de São Pedro participava indiretamente do tráfico atlântico. De acordo com Mariza Soares [(2000)], deve-se considerar como ‘tráfico interno’ a comercialização de africanos que já viviam no Brasil (ladinos) e dos escravos nascidos aqui (crioulos). As praças que recebiam escravos africanos recém desembarcados (africanos novos ou boçais) a partir dos principais portos receptores de africanos escravizados (Rio de Janeiro, Salvador e Recife) faziam parte da etapa interna do tráfico atlântico, ou a ‘terceira perna do tráfico’ (redistribuição), conforme caracterização de Roberto Martins [(2003)]” (Berute, 2012, p. 212) [*grifos nossos*].

ainda que esta última foi responsável por cerca de 70% dos escravos que ingressaram no Rio Grande do Sul de 1826 a 1831, ou seja, 7 em cada 10 cativos introduzidos na província eram africanos recentemente desembarcados no Brasil.

A absorção de africanos pela fronteira oeste do Rio Grande do Sul parece ter se estendido enquanto o tráfico atlântico esteve em funcionamento e, inclusive, além dele. Na capela de Uruguaiana (desmembrada de Alegrete em 1846), de 1846 a 1850, dos 102 escravos batizados, 19 (20%) foram de africanos.¹¹ Na capela de Lavras do Sul, desmembrada de Bagé em 1849, 19 africanos foram batizados, 7 deles de 1850 a 1853 (4 deles após a aprovação da Lei Eusébio de Queirós).¹² Em Santa Maria, de 1844 a 1849, de 233 escravos, 30 (13%) eram africanos (Guterres, 2013, p. 72).

MALUNGUINHOS: BATISMOS DE CRIANÇAS E TRABALHO PASTORIL

Gabriel Berute (2006) constatou que entre 1792 e 1822, 75% dos escravos remetidos para o Rio Grande do Sul foram embarcados no Rio de Janeiro, com os demais tendo origem principalmente de Recife e Salvador (Berute, 2006, p. 67). Dos cativos remetidos, 67% eram homens, percentual que permanece quase o mesmo quando tratamos apenas dos africanos. No geral, esses últimos perfizeram 93% dos traficados para o Rio Grande do Sul. Da mesma forma, entre os mais de nove mil africanos em que foi indicado se eram oriundos diretamente do tráfico transatlântico ou se já estavam há algum tempo no Brasil, 80% eram “africanos novos” ou “por batizar” e 20% eram “ladinos” (Berute, 2006, p. 161-162). Por fim, conforme os grupos de procedência e principais *nações*, cerca de 88% dos africanos eram da África Central (principalmente *Angolas, Congos, Cabindas, Rebolos e Benguelas*), quase 7% da África Ocidental (principalmente *Minas*) e 5% da África Oriental (especialmente *Moçambiques*) (Berute, 2006, p. 170-172; 176). Berute (2006) verificou que no mesmo período mencionado, o desembarque de escravos do Rio Grande do Sul teve um perfil etário bem distinto do averiguado em outras capitâneas da América portuguesa abastecidas diretamente pelo comércio atlântico de escravos, qual seja, a elevada participação de infantes ou crianças. Os dados levantados pelo autor apontam que “quanto ao Rio Grande [do Sul], as guias de transporte indicam que aproximadamente 32% dos escravos importados, entre 1788 e 1802, tinham de 10 a 14 anos” (Berute, 2006, p. 61).

A elevada quantidade de escravos sem a idade informada entre 1809 e 1830, todavia, impediu que Berute examinasse as faixas etárias dos escravos desembarcados pela rota interna do tráfico atlântico no Rio Grande do Sul. Conforme a bibliografia, é nesse momento que cresce substancialmente o número de crianças traficadas para os portos do Rio de Janeiro, Salvador e Recife (Florentino; Villa, 2016). Nesse contexto, o que os registros de batismos de Alegrete e de São Borja têm a nos informar sobre tal questão?

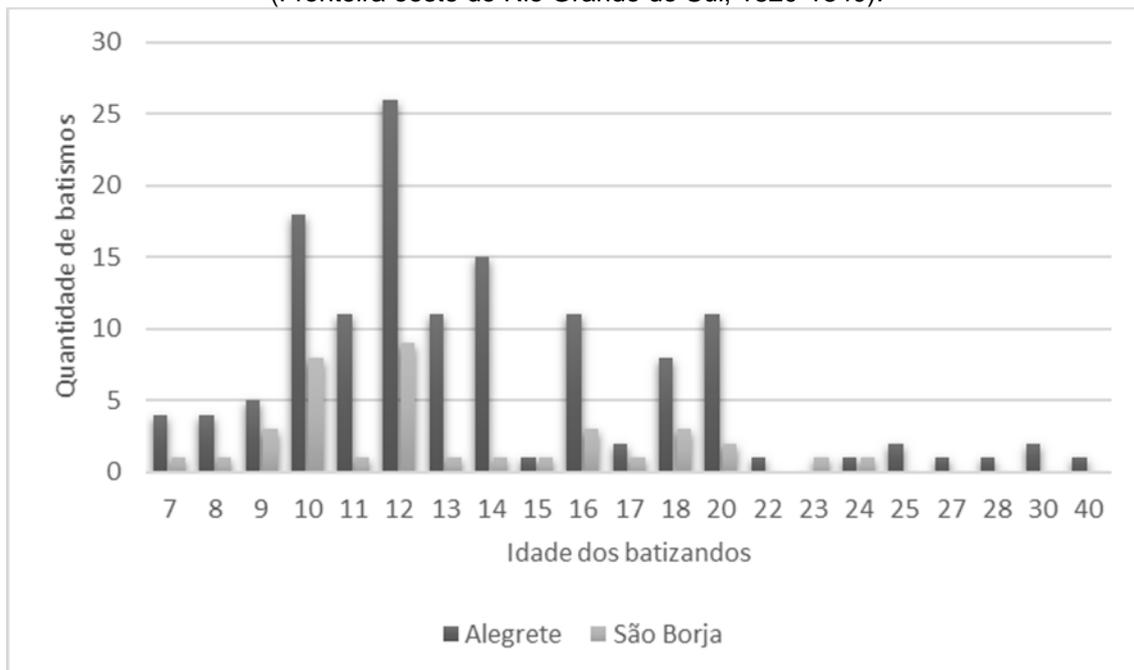
Na maioria dos registros de cativos africanos consta a idade aproximada do batizando quando recebia os santos óleos. Dos 45 africanos batizados em São Borja, 37 (82%) tiveram-na declarada.¹³ Já em Alegrete, 136 (76%) entre 180 cativos africanos tiveram suas idades registradas.

¹¹ ADU, livros de batismos de Uruguaiana, livro 1.

¹² Arquivo da Diocese de Bagé, livros de batismos de Lavras do Sul, livro 1. A lei Eusébio de Queirós (nº. 581, de 4 de setembro de 1850) dispôs a respeito da repressão ao tráfico de escravos africanos para o Império do Brasil. Sobre a lei Eusébio de Queirós, ver: Mamigonian (2017, especialmente capítulo 7).

¹³ Muitas vezes, a idade dos africanos era expressa em meses, não sendo exatas, e tratando-se de estimativas feitas a partir da fisionomia dos escravos ou, ainda, da reprodução de informações passadas aos párocos pelos senhores. No entanto, o fato de que 82% dos escravos africanos batizados em São Borja e 76% em Alegrete terem tido suas idades declaradas demonstra que conhecer a idade dos cativos era algo importante. Sendo assim, as estimativas feitas por párocos e/ou senhores deveriam ser as mais fidedignas possíveis. Segundo Stuart Schwartz (2011, p. 288), “é difícil obterem-se informações sobre a idade dos

Gráfico 2: Distribuição dos batizados de escravos africanos de acordo a idade dos batizados (Fronteira oeste do Rio Grande do Sul, 1820-1840).



Fontes: ADU, livros de batismos de 1816-22 e de 1829-37 da Matriz de São Borja; ADU, livro de batismos de 1816-26 e de 1826-40 da Capela de Alegrete.

Os números do gráfico 2 permitem perceber quais foram as faixas etárias mais recorrentes nos batizados de cativos africanos. A partir delas, podemos refletir, ao menos, sobre dois pontos que parecem estar intimamente relacionados: o primeiro trata de qual era a faixa etária preferida pelos produtores no momento em que buscavam escravos africanos no mercado; com base nisso, podemos versar sobre em que faixa etária estaria se dando, de forma mais frequente, a iniciação dos cativos nas atividades produtivas.

Em São Borja, dos 37 africanos com idades declaradas, 21 (57%) deles tinham de 9 a 12 anos, sendo que a idade mais recorrente (idade modal) foi de 12 anos (com 9 batizados), e a idade média foi de 13 anos. Por seu turno, em Alegrete, 81 (60%) dos 136 africanos com idades anotadas estavam na faixa dos 10 a 14 anos. Nessa localidade, a idade modal foi de 12 (com 26 batizados) anos e a média de 14. Averiguamos, portanto, que a idade modal e média dos africanos batizados na fronteira oeste do Rio Grande do Sul foram de 12 (com 35 registros) e de 14 anos, respectivamente.

Em outras localidades do Rio Grande do Sul, como em Santa Maria, no primeiro quartel do século XIX, de 79 africanos que tiveram suas idades registradas, 41 (52%) tinham de 10 a 13 anos, sendo que a idade modal foi de 12 anos e a média de 15.¹⁴ Para outras áreas como Caçapava, Cachoeira, Rio Pardo e Encruzilhada, entre 1755 e 1835, Silmei Petiz (2009) averiguou que, de um total de 832 africanos batizados, 253 (30%) estavam na faixa etária de 10 a 14 anos. Em Uruguaiana, dos 19 africanos batizados até 1850, 18 tiveram a idade aproximada informada. Todos tinham entre 10 e 20 anos, sendo que 12 (65%) deles tinham de 10 a 14 anos.¹⁵ Fica claro que a faixa etária mais recorrente entre os africanos batizados por diversas localidades sul rio-grandenses cuja economia era

cativos. [...], as idades mencionadas para os escravos, especialmente os africanos, eram, na melhor das hipóteses, simplesmente uma suposição ou estimativa do senhor de engenho, com base na aparência.”

¹⁴ ACDSM, Livro 1 (1814-22).

¹⁵ ADU, livros de batismos de Uruguaiana, livro 1.

rural e de base pecuária foi aquela de 10 a 14 anos, o que nos obriga a refletir sobre a configuração do escravismo praticado no Rio Grande do Sul.

Ressalta-se que estudiosos como Manolo Florentino e Carlos Villa têm chamado atenção para a maior presença de crianças na travessia transatlântica, principalmente em navios vindos da África Centro-Occidental, de onde veio a maioria dos cativos que desembarcaram no Rio de Janeiro. Avaliando o tráfico de escravos no século XIX, Paul E. Lovejoy afirma que a “[...] África Centro-Occidental [...] exportava mais e mais crianças, e em Moçambique, [...] o tráfico era quase que totalmente de meninos e jovens do sexo masculino” (2002, p. 218). De acordo com os dados apresentados por Lovejoy, entre 1810 e 1867, a África Centro-Occidental foi a área do continente que proporcionalmente mais exportou crianças, chegando à proporção de 0,530 (Eltis; Engerman *apud* Lovejoy, 2002, p. 219). Conforme esses autores, devido à pressão britânica pelo encerramento do tráfico, os negociantes passaram a incorporar mais crianças no comércio de almas. Os dados apresentados por Florentino e Villa mostram que de 1791 a 1810 a participação de jovens de ambos os sexos entre os africanos desembarcados nos principais portos brasileiros ficou entre 0.2% a 4.5%, aumentando para cerca de 27% entre 1811 e 1815, chegando a quase 37% entre 1816 e 1825, e atingindo a impressionantes 48% e 59% em 1826 e 1835 e 1836 e 1845, respectivamente, caindo para 35% entre 1846 e 1850 (2016, p. 5).

Assim, a partir da década de 1810, por um lado, a incorporação de crianças escravas por produtores da fronteira oeste e de outras paragens sul-rio-grandenses, quando buscavam africanos no mercado de escravos, estava em acordo com as tendências do tráfico atlântico de africanos escravizados. Todavia, por outro lado, vimos, a partir dos dados de Berute (2006), que esse foi um dado estrutural da economia sul-rio-grandense desde a virada do século XVIII para o século XIX, ou seja, desde a invasão das terras dos guaranis e da montagem do sistema pecuária-charqueada. Não à toa, segundo um memorialista do início do século XIX, “os escravos dos habitantes do Rio Grande são outros tantos cavaleiros; estes colonos vão e compram escravos de mais de dez anos para os ensinarem a passar a vida a cavalo.”¹⁶

Portanto, parece-nos que o perfil etário dos africanos desembarcados nos portos do sul do Brasil em fins do século XVIII, verificado por Berute (2006), vigorou até meados do século XIX. Isto pode indicar que o desembarque de africanos muito jovens não ocorreu apenas devido a determinadas contingências de um momento específico do comércio atlântico de cativos, ou graças à debilidade econômica dos produtores da região; mas que, a vinda destes escravos para o Brasil meridional também se devia a uma preferência dos proprietários destes confins sulinos, que, após 1810 se somou a uma característica do tráfico atlântico de cativos africanos para o Brasil. Entre diversos fatores que podem explicar essa preferência por escravos entre 10 e 14 anos, consideramos um deles como estando dentre os principais: a maior facilidade de instruir essas crianças nas lidas campeiras, haja vista que uma criança criada junto às atividades de montaria desde seus 10 anos, por exemplo, teria maiores possibilidade de se tornar um hábil peão do que alguém que fosse instruído só a partir da idade adulta.

Um reforço dessa ideia aparece quando contrastamos os dados das localidades rurais e de base pecuária que estamos estudando com a capital da província. Em Porto Alegre, zona portuária e agrícola, e muito menos pecuária que São Borja e Alegrete, o percentual de menores de 14 anos entre os africanos batizados era inferior. Na década de 1820 ele chegou a 26% e o percentual de crianças de 9 a 12 anos foi de 16%. Na década

¹⁶ Luís Beltrão de G. de Almeida, citado em Berute (2006, p. 64).

de 1830, os menores de 14 anos eram 13% dos africanos batizados, enquanto os que estavam entre 9 e 12 anos chegavam apenas a 9%.¹⁷

Para desenvolvermos nosso argumento, adotamos a seguinte classificação etária para os cativos: de 0 a 14 anos, escravos crianças, de 15 a 45 anos, adultos ou idade produtiva, e acima de 45 anos, escravos idosos. Para os dados verificados em São Borja, percebemos que apenas 12 (32%) dos 37 africanos batizados que tiveram a idade revelada estariam em idade adulta ou produtiva. Em Alegrete seria 42 (30%) de 142. Portanto, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, somente 54 (30%) de 179 africanos estavam em idade produtiva no momento em que receberam os santos óleos. No povoado de Santa Maria (1814-1822), eles eram 32 (40%) de 79.¹⁸

Dessa forma, entendemos que os dados expostos são consideráveis indícios que a iniciação nas lidas produtivas se dava entre os 10 e 15 anos, sendo que estaria mais próximo dos 10 do que dos 15 anos. Afinal, seria pouco provável que os senhores investissem na aquisição de escravos de 10 a 12 anos para os deixarem ociosos até aproximadamente os 15 anos. Além disso, em dois batismos de africanos de 10 anos e em um de uma africana de 12 anos, o pároco qualificou-os de adultos¹⁹. Estes assentos trazem mais indícios de que para aquela sociedade não era completamente estranha a ideia de que escravos de idade em torno dos 10 a 12 anos já podiam ser considerados adultos e plenamente produtivos.

Em apoio à ideia de que os trabalhadores nas lides da pecuária, principal atividade econômica da região, começavam a atuar desde muito jovens, temos as médias de idade dos escravos listados nos inventários em Alegrete, nas décadas de 1830 e 1840, cujos ofícios foram declarados. Entre os campeiros, a média de idade foi de 25 anos, a dos artesãos²⁰ 35 anos, roceiros 41 anos e falquejadores, 32 anos.²¹

Informações coletadas novamente nos inventários de São Borja nos ajudam a reforçar nossa argumentação. Em 1836, foi descrito e avaliado o escravo crioulo campeiro Bernardo que tinha apenas 12 anos de idade.²² Em outro, de 1846, 5 crianças crioulas campeiras foram arroladas: Amaro de 12 anos, João de 11 anos, Raimundo, Germano e Boaventura de 9 anos.²³ Nenhum deles era africano, no entanto, esta circunstância não nega que haviam escravos que desde muito cedo eram vistos como produtivos e, sem dúvida, eram instruídos para desempenhar as atividades das lidas pastoris ainda muito jovens. O que torna estes dados bastante representativos é que estas 6 crianças representam 19% do conjunto de 32 escravos identificados como campeiros ou domadores em todos os inventários da amostragem de São Borja. Por outro lado, um estudo a partir de fragmentos contábeis de uma estância localizada em Alegrete, onde aparecem nomes de peões livres empregados na pecuária durante os anos de 1852 e 1853, indica que ali trabalhou o “piá Antônio”, recebendo salário um pouco menor do que os outros trabalhadores.²⁴

Como temos argumentado, a presença de crianças escravas na faina pastoril foi uma condição que influenciou para que os produtores que recorriam à rota interna do tráfico

¹⁷ Arquidiocese de Porto Alegre. registros de batismo de Porto Alegre, 1820-1840.

¹⁸ ACDSM, Livro 1 (1814-22).

¹⁹ Joaquina: ADU, livro de batismos de 1816-22 da Matriz de São Borja, f. 40v. Antônio e Victorino: ADU, livro de batismos de 1829 a 1837 da Matriz de São Borja, f. 48v e 57v.

²⁰ Na categoria artesãos incluímos: carpinteiro, pedreiro, sapateiro, alfaiate, telheiro e ferreiro.

²¹ Inventários *post mortem* Alegrete, cartórios Cível, Órfãos e Ausentes, Provedoria, 1831-50. APERS.

²² Inventário de José Antônio de Castilho. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1836, processo: nº 9, APERS.

²³ Inventário de Antônio Jacinto Pereira e sua mulher Laura Pereira Pavão. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1846, processo: nº 20, APERS.

²⁴ “Piá” era o modo como se referia, no Rio Grande do Sul, menino descendente de indígenas, no século XIX.

transatlântico adquirissem cativos bastante jovens. Cremos que estes exemplos são indícios de uma percepção social bastante ampla existente no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XIX, qual seja, de que o ingresso dos cativos (e, ao que parece, dos sujeitos livres) nas atividades produtivas ligadas à pecuária se dava por volta dos 10 a 12 anos de idade, significativamente antes dos 14 ou 15 anos, balizas de idade produtiva dos cativos que a historiografia se acostumou a adotar.²⁵

E tal comportamento dos senhores sul-rio-grandenses parece ter perdurado enquanto o escravismo vigorou no Brasil. Em meados dos anos 1870, na lista de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação de Alegrete dos 2.620 cativos classificados, 682 foram designados como “campeiros”. Desses últimos, 67 (10%) tinham de 12 a 14 anos. Já na lista de Dom Pedrito, dos 1.414 escravos classificados, 412 foram descritos como “campeiros”, sendo que destes nada menos que 125 (30,5%) tinham de 6 a 14 anos. Ou seja, aquele comportamento senhorial do início do século parece ter sido introjetado em um *ethos* escravista, em que parte dos escravos do sexo masculino já era desde cedo direcionada para o trabalho da pecuária (Matheus, 2012, p. 107; 2021, p. 227). Com efeito, na década de 1870, os escravos jovens que recebiam os ensinamentos sobre a lida com o gado eram os crioulos.²⁶

Por outro lado, no entanto, não se pode descartar o fato de que a aquisição de crianças africanas possa ter sido condicionada pela oferta que chegava ao porto do Rio Grande. É preciso ter em conta que o principal porto de desembarque de escravos africanos no Brasil era o Rio de Janeiro. Dali expressiva parte dos cativos, e provavelmente aqueles que eram os mais procurados, eram destinados às regiões de grandes lavouras monocultoras do Sudeste e do Nordeste. Sem dúvida, a oferta de escravos nas regiões meridionais do Império era composta pelos cativos que não haviam rumado para as áreas de economia mais robustas. Isso pode ter influenciado na vinda para o Rio Grande do Sul de africanos bastante jovens, os quais seriam vendidos por preços mais acessíveis em um mercado consumidor mais modesto. Todavia, cremos que os dados sobre o desembarque e batizados de crianças africanas nas paragens sul-rio-grandenses são bastante significativos, e que as limitações da oferta a um mercado mais acanhado não negam que os produtores possam ter se adaptado as elas, adequando-as, talvez, a determinadas exigências do processo produtivo pastoril.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em escala global, a pecuária escravista que se desenvolveu na fronteira oeste do Rio Grande do Sul na primeira metade do Oitocentos ocupava uma posição periférica numa vasta cadeia econômica que, de modo geral, interligava-se ao complexo charqueador sul

²⁵ Não há um consenso na historiografia sobre o Brasil colonial e monárquico a respeito das faixas etárias que definiriam crianças, adultos (ou idade produtiva) e idosos. Além disso, elas podem variar de acordo com os distintos grupos sociais (livres, indígenas, escravos, etc.). Acerca das faixas etárias estabelecidas para a população escrava, Stuart Schwartz definiu crianças até 8 ou 13 anos, adultos de 14 a 50 e idosos com mais de 50 (2011, p. 288). Manolo Florentino (2010, p. 221 [apêndice 6]) considera infantes os escravos de 0 a 14 anos, adultos de 15 a 49 e idosos com mais de 49 anos. José Flávio Motta (1999; 2010), utiliza as seguintes faixas etárias: até 14 anos, crianças, de 15 a 50, adultos, e mais de 50 anos, idosos. Robert W. Slenes estabeleceu como adultos os escravos acima de 15 anos (2011, p. 80).

²⁶ Depois da aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871, todos os senhores de escravos do império foram obrigados a matricular seus escravos entre 1872 e 1873. Aqueles que não o fizessem podiam perder suas posses, o que de fato acontecia (SLENES, 1983). Além de matricular, um dispositivo da lei, regulamentado por forma de decreto, também os obrigava a classificar seus cativos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação (MOREIRA, 2003, p. 142). Esta classificação aconteceu, na maior parte, entre os anos de 1873 e 1875, embora continuasse ao longo das décadas de 1870 e 1880.

rio-grandense, às *plantations* de açúcar e café do nordeste e sudeste do Brasil e chegava até a produção industrial britânica. Considerando isto, o que apontamos neste artigo é que no Império brasileiro, onde a escravidão de africanos e seus descendentes estava presente em expressiva parte dos arranjos produtivos e, também, disseminada pelo tecido social, o tráfico transatlântico atingia até mesmo nichos produtivos marginais direcionados a subsidiar as áreas de economia mais robusta. Por outro lado, esta circunstância mostra também que a pecuária praticada na fronteira oeste do Rio Grande do Sul gerava excedentes o suficiente para que uma elite de criadores conseguisse adquirir cativos africanos, conectando-se ao circuito do tráfico transatlântico. Ao que tudo indica, este vínculo perdurou até enquanto o tráfico atlântico esteve em funcionamento (1850).

No que diz respeito às características destes agentes sociais, verificamos que em sua maioria eram homens (70%) e que tinham de 10 a 12 anos (42%). A interlocução com os estudos Berute (2006, 2009, 2010, 2012) nos permitiu perceber que a incorporação de africanos muito jovens na fronteira oeste, e também em outras paragens, foi um traço estrutural da economia sul rio-grandense, uma vez que o desembarque de significativa quantidade de crianças africanas no Brasil meridional processava-se desde a última década do Setecentos. Por seu turno, apoiados em informações levantadas por Florentino e Villa (2016), identificamos que este comportamento difere do que ocorreu em boa parte do Brasil, onde o ingresso de cativos infantes aumentou (atingindo níveis equivalentes aos do Rio Grande do Sul) apenas após 1816.

Sem negar as contingências e limitações das dinâmicas de oferta e demanda do tráfico, entendemos que um dos fatores mais plausíveis que explicam a introdução de escravos africanos crianças foi a maior facilidade (comparado aos africanos adultos) de ensiná-los a trabalhar nas atividades pastoris como, por exemplo, cavalgar, laçar e domar. A idade em que esses sujeitos históricos compareciam à pia batismal nos sugere ainda que o início da idade produtiva da força de trabalho escrava (e, por que não dizer, da mão de obra livre) na pecuária transcorria mais próximo do intervalo dos 10 a 12 anos do que dos 14 ou 15 anos, referenciais que considerável parte da literatura especializada adota. Isto aponta para a necessidade de repensar essa padronização, passando a considerar um cenário mais complexo e diversificado para o mundo do trabalho da primeira metade do Oitocentos no Brasil monárquico, levando em conta as especificidades regionais e, principalmente, das atividades produtivas onde os cativos eram empregados.

Para concluir este artigo, cabe uma última reflexão. Ao anaisar o contexto do Rio de Janeiro entre 1789 e 1850, Florentino (2008) argumentou que as incertezas sobre a proibição do comércio negreiro, que percorreu toda a primeira metade do século XIX, geraram um ambiente de temeridade nos fazendeiros fluminenses, os quais passaram a incrementar suas escravarias com maior número de escravos africanos crianças, buscando assegurar a mão de obra cativa ainda por um longo tempo.

Entendemos, contudo, que esse comportamento, embora possa ter se manifestado nos senhores rio-grandenses, não se configurou como um fator que possa ser considerado o único a explicar o ingresso da significativa quantidade de crianças africanas no Rio Grande do Sul. Perceba-se que não estamos afirmando que a manutenção do trabalho servil pelo prazo mais longo possível não estivesse no horizonte de intenções de tais escravistas. Certamente eles se preocupavam com isto e elaboravam estratégias para prolongar ao máximo a vigência do sistema escravista, sendo que, dentre estas estratégias estaria a aquisição de crianças africanas.

Sem embargo, entendemos que a chegada de um grande número de crianças africanas no Rio Grande do Sul atendia a um conjunto de estímulos mais complexos do que apenas uma resposta compulsória aos temores do encerramento do comércio negreiro. Nesses confins meridionais, a introdução de muitas crianças africanas se configurou como

uma tendência de longo prazo, vigente desde fins do século XVIII, período em que não estava em jogo o fim do comércio transatlântico. Desta forma, isto não pode ser justificado isoladamente por uma estratégia senhorial de manutenção da mão de obra cativa por longo prazo, a qual seria estimulada pelos temores do fim do comércio transatlântico de escravos, embora, como já argumentado, esse fator não possa ser desconsiderado. Portanto, cremos que a este fator combinaram-se outros, como, por exemplo, as limitações da oferta, as especificidades da matriz produtiva agropecuária (que exigia escravos que aprendessem a montar, laçar e domar ou então que já soubessem), fato que pode, até mesmo, ter feito com que os produtores sul-rio-grandenses tenham tido certa predileção por drenar do tráfico transatlântico de escravos os *malunguinhos*.

REFERÊNCIAS

ALADRÉN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. 2012. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.

ARAÚJO, Thiago L. de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

BACELLAR, Carlos A. P. As sazonalidades do tráfico de africanos para as grandes propriedades escravistas da vila de Itu, 1790-1850. In: 9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2019.

BARICKMAN, Bert. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo (1780-1860)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BERUTE, Gabriel S. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790–c. 1825*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

BERUTE, Gabriel S. O tráfico negreiro na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a perspectiva da proibição do tráfico atlântico de escravos, 1826–1831. In: IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil meridional. *Anais...* Curitiba: UFPR, 2009.

BERUTE, Gabriel S. O tráfico negreiro no Rio Grande do Sul e as conjunturas do tráfico atlântico, c. 1790–c. 1830. In: V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil meridional. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2011.

BERUTE, Gabriel S. Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790–c. 1830: tráfico negreiro e conjunturas atlânticas. XAVIER, Regina C. L. (org.). *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 207-228.

FARINATTI, Luís A. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825–1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

FARINATTI, Luís A. Gente de todo lado: deslocamentos populacionais, registros de batismo e reordenação social na fronteira meridional (Alegrete 1816-1845) In: SCOTT, Ana S. (org.) *História da família no Brasil Meridional: Temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 215-238.

FARINATTI, Luís A.; RIBEIRO, Max R. P. Fronteiras e processos de territorialidade: os guaranis entre a colonização e o estado nacional (séc. XVIII-XIX). In: VARGAS, Jonas M. (org.). *Belicosas fronteiras: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)*. [Recurso eletrônico] Porto Alegre: Editora FI, 2017.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010.

FLORENTINO, Manolo. Abolicionismo e lógica demográfica da *plantation* no Brasil, 1789-1850 (notas de investigação). In: SCOTT, Ana S. V.; FLECK, Eliane C. D. (org.). *A corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos / Editora Unisinos, 2008. p. 214-234, 2008. v. 1.

FLORENTINO, Manolo. As crianças na dinâmica do tráfico interno de escravos a partir da cidade do Rio de Janeiro (1809-1834). *Áfro-Ásia*, Salvador, n. 61, p. 7-36, 2020.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo; e VILLA, Carlos E. V. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. *História*, São Paulo, v.35, p. 1-20, 2016.

FONTELLA, Leandro G. *As Missões Guaraníticas num contexto de cultura de contato: uma interpretação sobre as interações entre sociedades indígenas e euro-americanas (c.1730-c.1830)*. São Leopoldo/Porto Alegre: Oikos/ANPUH-RS, 2020.

FONTELLA, Leandro G. *Sobre às ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no espaço oriental missionário (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c. 1828–c.1860)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

FONTELLA, Leandro G.; MATHEUS, Marcelo S. A expansão da fronteira escrava ao sul do Brasil (Santa Maria da Boca do Monte, 1814-1822). *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 15, n. 1, p. 27-56, 2022.

FRAGOSO, João. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção*. Dissertação (Mestrado em História). 1982. Programa de Pós-Graduação em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1982.

FUNDAÇÃO de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1981.

GUTERRES, Letícia B. S. *Escravidão, famílias e compadrio ao sul do Império do Brasil: Santa Maria (1844-1882)*. 2013. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

GUTIÉRREZ, Horacio. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 16, p. 161-188, 1988.

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARTINS, Roberto B. *Palestra proferida no V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas – ABPHE*. Caxambu: ABPHE, 7-10 setembro, 2003.

MATHEUS, Marcelo S. *A produção da diferença. Escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (c. 1820-1870)*. São Leopoldo: Oikos, 2021.

MATHEUS, Marcelo S. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2012.

MOREIRA, Paulo R. S. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST, 2003.

MOTTA, José F. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP/Anablume, 1999.

MOTTA, José F. O tráfico de escravos velhos (Província de São Paulo, 1861-1887). *Histórias: Questões & Debates*, Curitiba, n. 52, p. 41-73, jan./jun. 2010.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

OSÓRIO, Helen. Campeiros e domadores: escravos na pecuária sulista, séc. XVIII. In: II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PETIZ, Silmei de S. *Caminhos cruzados: famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. 2000. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.

RIBEIRO, Max R. P. *Estratégias indígenas na fronteira meridional: a situação dos guaranis após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

RIBEIRO, Max R. P. *A terra natural desta nação Guarani: identidade, memória e reprodução social indígena no Vale do Jacuí (1750-1801)*. São Leopoldo: Oikos, 2022.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava no sudeste do Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SLENES, Robert W. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, p. 117-149, jan./abr., 1983.

SLENES, Robert W. Malungu ngoma vem! A África coberta e descoberta do Brasil. *Revista USP*, São Paulo, v. 12, p. 48-67, 1992.

SOARES, Mariza. C. Descobrimo a Guiné no Brasil colonial. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 161, n. 407, p. 71-94, abr./jun. 2000.

VARGAS, Jonas M. *Os Barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, séc. XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

VERSIANI, Flávio R; VERGOLINO, José R. O. Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 353-393, abr./jun. 2003.

ZAIONS, Miron. *Mapas temáticos do Rio Grande do Sul: divisão municipal – 1841*, 1979. Disponível em:

https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/CD/imagens/mapas/cap_4/cap_4.1/629-373.htm. Acesso em: 4 jan. 2023.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Leandro Goya Fontella: Doutor. Professor, Instituto Federal Farroupilha, Área de História, São Borja, RS, Brasil. e-mail: leandro.goya@iffar.edu.br

Luís Augusto Farinatti: Doutor. Professor Associado, Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de História, Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: luis.farinatti@ufsm.br

Marcelo Santos Matheus: Doutor. Professor, Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Área de História, Canoas, RS, Brasil. E-mail:marcelo.matheus@canoas.ifrs.edu.br.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Rua Otaviano Castilho Mendes, nº 355, Bairro Betim, São Borja, RS, Brasil, CEP 97670-000.

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Rua Avenida Roraima, 1000, Cidade Universitária, Camobi, Santa Maria, RS, Brasil, 97105-900, Brasil.



Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Rua Doutora Maria Zélia Carneiro de Figueiredo, 870, Bairro Igara, Canoas, RS, Brasil, CEP 92412-240.

ORIGEM DO ARTIGO

Este artigo deriva de pesquisa interinstitucional em História Social com foco na análise dos registros paroquiais da fronteira meridional do Brasil monárquico.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: L. G. Fontella, L. A. Farinatti, M. S. Matheus.

Coleta de dados: L. G. Fontella, L. A. Farinatti, M. S. Matheus.

Análise de dados: L. G. Fontella, L. A. Farinatti, M. S. Matheus.

Discussão dos resultados: L. G. Fontella, L. A. Farinatti, M. S. Matheus.

Revisão e aprovação: L. G. Fontella, L. A. Farinatti, M. S. Matheus.

FINANCIAMENTO

Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq).

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

Fomento Interno do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).

Fomento Interno do Instituto Federal Farroupilha (IFFar).

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Leandro Goya Fontella, Luís Augusto Farinatti e Marcelo Santos Matheus. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Jo Klanovicz.

Beatriz G. Mamigonian.



HISTÓRICO

Recebido em: 10 de fevereiro de 2023

Aprovado em: 28 de agosto de 2023

Como citar: FONTELLA, Leandro G.; FARINATTI, Luís A.; MATHEUS, Marcelo S. Malunginhos: tráfico de africanos e pecuária escravista na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (c. 1820-1840). *Esboços*, Florianópolis, v. 30, n. 54, p. 237-257, 2023.



O PINCEL QUE DELINEOU A PAISAGEM AÇUCAREIRA EM TUCUMÁN E EM SÃO PAULO: A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA NAS MEMÓRIAS DE RODRÍGUEZ MARQUINA E J. PICARD

The Brush That Has Delineated the Sugar Landscape In
Tucumán And In São Paulo: The Sugar Industry In Rodríguez
Marquina, and J. Picard's Memoirs

Roberta Barros Meira^a

 <http://orcid.org/0000-0001-7739-216X>
E-mail: rbmeira@gmail.com

Daniel Campi^b

 <https://orcid.org/0000-0003-0836-184X>
E-mail: danielcampi@yahoo.com.ar

^a Universidade da Região de Joinville, Departamento de História, SC, Brasil

^b Universidad Nacional de Tucumán, Facultad de Ciencias Económicas, Tucumán, Argentina

RESUMO

Os relatórios e memórias produzidos pelos técnicos e funcionários públicos das oficinas de estatística em torno do tema da indústria açucareira trazem à luz o impacto das ciências agrônômicas no limiar do século XIX e no primeiro quartel do século XX. A imbricada rede transnacional de circulação de saberes que uniu os diferentes espaços agrários entre si foi um fator importante para repensar as antigas técnicas de produção do açúcar e cultivo dos canaviais. Aos embates pelos mercados internacionais ou pelo consumo interno de cada país, vieram se somar as ideias de progresso agrícola que se vinculavam cada vez mais à ciência. Este artigo pretende discutir a circulação de saberes, os problemas ambientais, os projetos que buscavam a racionalização do campo e as tensões entre as tradicionais e as modernas formas de produzir açúcar na visão de dois atores que vivenciaram as mudanças nas paisagens açucareiras no Brasil e na Argentina.

PALAVRAS-CHAVE

Paisagens açucareiras. Circulação de saberes. História da ciência.

ABSTRACT

The reports and memoirs produced by technicians and civil servants from the statistical offices on the subject of the sugar industry bring to light the impact of agronomic sciences at the beginning of the 19th century and the first quarter of the 20th century. The imbricated transnational network of knowledge circulation that united the different agrarian spaces was an important factor in rethinking the old techniques of sugar production and sugarcane cultivation. To the clashes on international markets or for the internal consumption of each country came the ideas of agricultural progress that were increasingly linked to science. This article aims to discuss the circulation of knowledge, environmental problems, projects that sought to rationalize the countryside and the tensions between traditional and modern ways of producing sugar in the view of two actors who experienced changes in sugar landscapes in Brazil and in Argentina.

KEYWORDS

Sugar landscapes. Circulation of knowledge. History of Science.



O fenômeno de profundas alterações que marcaram as paisagens açucareiras no Brasil e na Argentina no fim do século XIX e no início do XX foi objeto de diversas análises, principalmente quando consideramos os estudos ligados à história econômica.¹ As mudanças tecnológicas que responderam às demandas dos produtores agrícolas e dos técnicos, ao mesmo tempo que alteraram o cenário internacional dos mercados açucareiros pelo impacto no aumento da produção do açúcar de cana ou do de beterraba,² se manifestaram em uníssono tanto nos tradicionais espaços açucareiros como naquelas regiões vistas como sem tradição.³

Pouco a pouco, todavia, esses novos centros produtores de açúcar alteraram em maior ou menor escala a oferta e a flutuação de preços do açúcar, deixando progressivamente em alguns casos de ocupar uma posição insignificante e tornando-se bastante expressivos como concorrentes de peso, sobretudo se levarmos em conta o mercado interno.⁴ Exemplos ilustrativos dessas mudanças nas paisagens açucareiras são o fato de que Tucumán, na Argentina, e São Paulo, no Brasil, conseguiram implementar com êxito os novos processos de produção do açúcar de cana e buscaram tomar para si os seus próprios mercados internos, ou seja, o mercado nacional no caso de Tucumán e o processo de conquista do mercado estadual pelo açúcar paulista.

Releva notar que a ascensão desses novos espaços açucareiros esteve imbrincada ao fortalecimento das ciências agrônômicas e à circulação de homens, tecnologias, capitais e ideias (Mendonça, 1998). A contribuição dos técnicos, fosse para o processo de racionalização da produção tanto na lavoura como na fábrica, fosse para a defesa de novas ideias que envolveram desde as questões ambientais até as formas de trabalho, marcou uma paulatina centralização de poder e o florescimento das ciências agrônômicas, que teve como algumas de suas pautas a criação e o fortalecimento de redes de pesquisadores transnacionais.⁵ Tomando como estudo de caso as memórias e os relatórios produzidos

¹ Ver, por exemplo, os estudos de Tamás Szmrecsányi (1998), Pedro Ramos (1999), Patrícia Dappe-Juarez (2010) e Daniel Campi (2017, 2020).

² Releva notar que o açúcar de beterraba conquistou a proteção governamental contra o açúcar de cana. Ademais, os produtores de açúcar de beterraba passariam a procurar mercados estrangeiros, o que ocasionaria a rápida quebra dos preços mundiais. Na visão de Peter Eisenberg (1977), os produtores de açúcar de beterraba invadiram e conquistaram o mercado mundial. Mesmo ocorrendo uma reação dos grandes produtores de açúcar de cana, o mercado mundial tornou-se cada vez mais um cenário conflituoso, marcado pela adoção da política de prêmios açucareiros e disputas pelos diferentes países produtores, que buscavam contornar as crises de superprodução e a oscilação do preço do açúcar.

³ No Brasil, embora São Paulo não contasse, como defendeu Gileno Dé Carli (1943), com a vocação açucareira, pois os canaviais se diluíam por vários municípios e grandes áreas distantes, investiria, igualmente, na modernização dos seus engenhos. Essa falta de tradição pode ser muito mais vinculada à escala de produção e ao pequeno impacto no mercado internacional do açúcar se comparada à tradição da principal região produtora do açúcar, o Nordeste, do que à ausência de engenhos nas paisagens paulistas. Vide: Maria Luiza Marcílio (2000). A mesma percepção pode ser aplicada para Tucumán, que viu a sua produção crescer de forma mais expressiva a partir do último quartel do século XIX (Campi, 2017).

⁴ Curiosamente, em 1892, Frederico Mauricio Draenert, consultor técnico do Ministério da Agricultura, ao realizar um parecer sobre o trabalho aqui analisado de Rodríguez Marquina, já apontava que a Argentina deixaria rapidamente de ser um mercado consumidor para o açúcar brasileiro e começaria a participar do mercado externo (Diário Oficial, 1892, p. 3.054). Caminhando pelo mesmo sendeiro da busca pela autossuficiência, mas de forma um pouco mais lenta, o aumento da produção paulista já incomodava os produtores de açúcar do Nordeste. Augusto Ramos, representante de São Paulo no Primeiro Congresso Nacional de Agricultura, em 1901, defendia que no fim das contas o Norte não tinha motivos para queixas, pois o estado ainda produzia somente 60 mil sacas de açúcar, importando quase um milhão pelo porto de Santos (SNA, 1907).

⁵ A formação de redes transnacionais buscou atender à necessidade de estudos comparativos feitos pelo corpo técnico das estações experimentais e dos espaços institucionais, como os ministérios e as secretarias de Agricultura. Essas redes trocavam informações sobre os sistemas produtivos vistos como bem-sucedidos

por Paulino Rodríguez Marquina e J. Picard, buscamos analisar a dinâmica das ideias e políticas que aproximaram São Paulo e Tucumán no período em análise.

Rodríguez Marquina foi diretor da Oficina de Estadística, responsável pelos anuários publicados pela oficina desde 1895, autor de artigos publicados em revistas locais e integrante do grupo de intelectuais, técnicos e políticos que defenderam a importância de uma maior intervenção racional feita pelo Estado⁶ para minimizar os problemas enfrentados pela província de Tucumán (Fernández, 2007). Sobre a atuação de Rodríguez Marquina, acrescenta-se o fortalecimento da estatística tanto em âmbito nacional como internacional. A estatística internacional começou a ser utilizada como um método de pesquisa que possibilitou análises comparativas em grande escala por meio do uso dos censos de habitantes, dos movimentos da população e das estatísticas agrárias dos países que faziam parte do mercado internacional (Plum, 1979).⁷ Ou seja, a atuação de Rodríguez Marquina na oficina revela ideias fortemente favoráveis à transformação das paisagens rurais argentinas, que se materializaram em políticas contrárias às antigas técnicas de cultivo e produção fabril do açúcar e cada vez mais próximas da ciência.⁸

Nessa ordem de ideias, a atuação de J. Picard, por sua vez, marcou a crescente presença dos técnicos na produção açucareira brasileira desde o século XIX. Na apresentação feita pelos conselhos de Administração das sociedades de Piracicaba, Villa Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cupim, Picard foi apresentado como engenheiro de artes e manufaturas, “de reconhecida competência em matéria açucareira”, ocupando por 20 anos o cargo de diretor em usinas francesas. Ademais, já possuía experiência em missões de inspeção em usinas em diferentes países, orientando os processos decisórios sobre os estabelecimentos agroindustriais a cargo da Sucrerie⁹ (Picard, 1996, p. 1).¹⁰

Como defendem Queda e Szmrecsányi (1996, p. XIV), o relatório de Picard deve ser considerado como uma fonte importante para a análise da “formação da moderna agroindústria canavieira de São Paulo e do Brasil”. É preciso que se atente também para os dados apresentados nas memórias de Rodríguez Marquina, uma vez que elas podem aclarar os ritmos próprios das economias açucareiras periféricas ou voltadas para o mercado interno, assim como a influência do novo padrão de produção e comercialização do açúcar internacional. Além disso, ao avançarmos para a história agrária, as memórias e

e o seu processo de adaptação em diferentes países, abarcando pesquisas que discutiam dados tanto da lavoura como da parte fabril da produção açucareira.

⁶ A discussão sobre a demanda por uma intervenção racional do Estado se pauta na análise de Tamás Szmrecsányi (1979) sobre as experiências de planejamento no setor agropecuário brasileiro. Para ele, esse processo não poderia ser restrito à formulação de planos nem de programas, mas englobaria a intervenção gradativa e compreenderia vários estágios interdependentes.

⁷ A estatística propiciava aprimoramentos técnicos compartilhados e a possibilidade de demonstrar a riqueza proveniente dos recursos naturais e da agricultura na Argentina e no Brasil. Relewa notar que desde a segunda metade do século XIX os progressos técnicos se vincularam aos avanços científicos (Hobsbawm, 1983, p. 161).

⁸ Rodríguez Marquina, nasceu em Ourense, Galicia, chegou a Buenos Aires em 1880 e estabeleceu-se em Tucumán em 1882. Foi diretor da Oficina de Estadística Provincial de 1895 até a sua morte, em 1915. Cecilia Fandos (2004) ressalta que os intelectuais liberais como Rodríguez Marquina defenderam os projetos políticos e econômicos da elite argentina baseando-se fortemente nas ideias de progresso e civilização. Esses intelectuais fizeram parte das correntes ilustradas que se engajaram na recompilação e quantificação de dados estatísticos dos novos Estados nacionais e na defesa da cultura científica.

⁹ A originalidade era a entrada do capital francês, até o momento fato inédito na indústria açucareira paulista. São Paulo surpreendeu pela aquisição dos seus quatro principais engenhos centrais: Piracicaba, Villa Raffard, Porto Feliz e Lorena, unidos posteriormente em uma só Companhia, a Societé de Sucreries Brésilienne, que também seria proprietária de dois engenhos centrais no Rio de Janeiro, Cupim e Tocos (Szmrecsányi, 1998, p. 279-290).

¹⁰ A missão mapeava assim os próximos passos dados pelo grupo francês, uma vez que os engenhos centrais brasileiros tinham sido recém adquiridos.

os relatórios feitos por técnicos revelam possibilidades de releituras sob diversos ângulos, que avançam para a história da ciência, a história econômica e a história ambiental, assim como colocam à margem dos estudos sobre o açúcar os novos espaços açucareiros e o mercado interno.¹¹

As paisagens açucareiras tendem a juntar aspectos particulares e também a sintonizar os seus processos de modificação com pontos comuns que perpassaram os vários países em que a cana-de-açúcar se aclimatou e a produção açucareira se desenvolveu em diferentes escalas.¹² Nessa ordem de ideias, percebe-se que a circulação de saberes e tecnologias possibilitou um avanço articulado dos espaços açucareiros, na agricultura, no processo fabril, nos problemas ambientais e na comercialização. Nesse sentido, procura-se analisar e levantar hipóteses sobre os aspectos em comum que estão presentes nas regiões açucareiras e o papel dos técnicos e funcionários do Estado no avanço de uma paisagem que deveria ser homogeneizada.

Ao eleger São Paulo e Tucumán, não se considera que ambos os casos sejam polos centrais do comércio mundial do açúcar, no entanto este texto se propõe a refletir sobre a ideia de circulação de saberes e tecnologias que impactou as áreas periféricas da produção mundial, ou melhor, voltadas para o mercado interno. Entende-se que a história global possua limites mais amplos quando pensamos nos seus recortes espaciais, porém crê-se, como defende Jurandir Malerba (2019), que os balizamentos podem transbordar para o espaço local, o regional ou o nacional. Ou seja, “não significa contar a história de tudo no mundo todo [...], mas uma ênfase nas conexões, na escala e, acima de tudo, na integração” (Malerba, 2019, p. 462).

O OLHAR DOS TÉCNICOS E DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS SOBRE A PAISAGEM AÇUCAREIRA E O MERCADO INTERNO

Pode-se considerar que São Paulo e Tucumán no limiar do século XIX e no primeiro quartel do século XX tinham colocado em prática um efetivo e bem-sucedido processo de modernização¹³ açucareira voltado para atender prioritariamente ao abastecimento dos seus próprios mercados internos. Em que pese a aspiração de alcançar uma posição mais vantajosa no mercado externo, o consumo interno consolidou-se cada vez mais como o principal baluarte da crescente produção açucareira tanto no Brasil como na Argentina. Não obstante, nesse particular, importa levar em conta aqui a influência desvantajosa com os mercados internacionais, que não se faziam ausentes no âmbito do comércio nacional ou regional em ambos os países. Podemos frisar nesse cenário a superprodução, a oscilação dos preços, a competição com outras regiões e países e as políticas de proteção, entre outros problemas. Esses fatores demonstram as inter-relações entre os diferentes mercados açucareiros mesmo com a predominância de um mercado em detrimento do outro. À vista disso, é preciso compreender o deslocamento de ideias e tecnologias como um ponto de inflexão que compreensivelmente acarretou um desenvolvimento com

¹¹ Maria Yedda Linhares (1997) defende a necessidade de mais estudos que discutam a produção agrícola brasileira voltada para o mercado interno.

¹² Em termos de escalas de produção, embora avançando no século XX as diferenças entre São Paulo e Tucumán tornaram-se muito notáveis, na transição do século XIX para o século XX a produção açucareira em ambos os espaços foi semelhante.

¹³ Rodríguez Marquina (1901, p. 263) e Picard (1996) utilizam termos como “adelantos modernos” e o processo de modernizar a produção das usinas. Ressalta-se aqui que o termo *modernização*, que optamos por usar no texto, ainda não teria o significado compreendido principalmente depois de 1950. Nesse caso, os autores faziam referência sobretudo à introdução de maquinário e de novos sistemas de comunicação – como as ferrovias – e às mudanças nas formas de cultivo oriundas das ciências agrônômicas, ou seja, ao aperfeiçoamento tecnológico da produção açucareira.

características ímpares pelas singularidades de cada região e os seus mercados prioritários, mas criou pontos em comum oriundos dos novos modos transnacionais de produzir e comercializar o açúcar.¹⁴

Na Argentina, alguns engenhos de Tucumán buscaram superar o *gap* tecnológico em relação aos principais países produtores de cana investindo em modernos maquinários e em um processo de concentração de terras e canaviais. Como destaca Daniel Campi (2017, p. 42), não seriam os pequenos “trapiches de palo” existentes em Tucumán até a primeira metade do século XIX que iriam ser os responsáveis pelo aumento expressivo na escala de produção. As mudanças nos novos modos de produção exigiam cada vez mais uma escala de acúmulo de capitais que não podia ser atingida pelos agricultores tradicionais nem pelos pequenos produtores de açúcar, uma vez que era preciso investir tanto na aquisição de novas terras e maquinário como na contratação de mão de obra especializada. Esses pequenos engenhos conseguiram sobreviver até o início da década de 1880, no entanto a paisagem tucumana passaria por mais uma mudança, pois novos ramais ferroviários atingiram a região a partir da conexão com Córdoba e Rosario, em 1876.¹⁵ Sabe-se que a expansão da rede ferroviária aceleraria ainda mais o processo de concentração de capitais e terras, e os 82 engenhos oficialmente registrados em 1877 ficaram reduzidos a 35 em 1881 (Campi, 2017, pp. 81-82).

Em São Paulo, o processo iniciado em 1875 com os incentivos aos engenhos centrais¹⁶ pelo Governo Imperial alentaria a formação de sociedades anônimas e investimentos na produção açucareira.¹⁷ O resultado foi a construção de modernos engenhos, como, por exemplo, o Engenho Central de Piracicaba, o Engenho Central de Porto Feliz, o Engenho Central de Lorena e o Engenho Central de Capivary (Meira, 2007). Assim como em Tucumán, percebe-se em São Paulo a necessidade cada vez maior de capitais, terras e melhoramentos técnicos para colocar em prática as novas formas de produção açucareira. Alice Canabrava (1997) salienta que é preciso observar a profunda mudança gerada pelos engenhos centrais, algo completamente novo pela proposta de separação entre as etapas agrícolas e fabris da produção açucareira. Com relação aos engenhos centrais, os produtores e técnicos paulistas acompanharam atentamente as novas ideias e tecnologias que circulavam nos diferentes espaços açucareiros nos âmbitos

¹⁴ Gizlene Neder e Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva (2009) destacam a aproximação entre a Argentina e o Brasil no período pós-independência e que as trocas de ideias políticas avançaram de correspondências e trocas intelectuais para ações concretas. Embora as autoras trabalhem com as ideias políticas, ressaltando principalmente a ação de Joaquim Nabuco, processo semelhante pode ser detectado nas trocas de ideias e tecnologias entre os técnicos e as estações experimentais. O envio de comissões de investigações e as trocas de periódicos agrícolas e de bibliografia sobre as novas tecnologias na produção açucareira e o que as autoras chamam de “diálogos intelectuais” fortaleceram um conjunto de ideias, cuja base era estruturada pelas ciências agrônômicas. Um estudo comparativo sobre o problema do açúcar nos dois países, especialmente sobre as diversas formas de intervencionismo estatal no agronegócio pode ser encontrado em Campi, Moura Filho e Bravo (2015).

¹⁵ A ligação ferroviária com os principais mercados consumidores e com os portos era feita através da Ferrovia Central Norte, construída pelo Estado central. Em poucos anos, outras linhas ferroviárias de capitais privados chegaram à província e o Estado provincial organizou uma linha própria que servia uma área não abrangida por aquelas. Os ramais dessas linhas eram ligados aos engenhos, aos quais se somava uma intrincada rede de ferrovias “tipo Decauville”, com bitolas de 60 ou 70 centímetros e trilhos portáteis, o que tornava mais ágil o transporte da cana colhida e o seu transporte até a moenda.

¹⁶ Ver: Decreto n.º 2.687, de 6 de novembro de 1875.

¹⁷ Como lembra Dé Carli (1943, p. 37), no quadro da distribuição de favores de garantia de juros, São Paulo havia alcançado o número máximo de suas concessões. Segundo ele, o Governo Imperial teria privilegiado na distribuição das concessões as províncias nas quais se cultivava a cana, priorizando as províncias com a maior quantidade do açúcar exportado. Para o autor, São Paulo não possuía exportação de açúcar que autorizasse receber 1.900:000\$000 de concessão de juros.

nacional e internacional¹⁸ e implementaram parte delas, de maneira especial aquelas que afetavam a parte fabril.

O processo de modernização da produção açucareira em São Paulo esbarrou em vários problemas de maior ou menor monta.¹⁹ Dessa feita, os reveses enfrentados no fim do Império²⁰ levariam os principais engenhos centrais paulistas às mãos do capital francês.²¹ Muitas vezes as chamadas “crises do açúcar” resultaram não em uma involução, mas na adoção de dinâmicas políticas e econômicas mais complexas que resultaram no aumento da produção. A canalização da produção para o mercado interno, escorada em modernos engenhos e não mais em banguês ou trapiches, parece ser um firme movimento tanto em São Paulo como em Tucumán de perceber a autossuficiência regional ou nacional como a menina dos olhos da sua economia. De fato, tanto Picard como Rodríguez Marquina destacariam a importância econômica do açúcar para o crescimento regional. Marquina (1889, p. 3) enfatizou em suas memórias o grande movimento de capitais que a produção açucareira aportava à balança comercial da Província, “puesto que ella constituye la riqueza de la Provincia de Tucuman”. Os reflexos foram o aumento da área plantada e a construção de engenhos “colosos”, pelo incremento da capacidade de produção dos novos maquinários comprados da Europa e pelo forte avanço das terras próprias cultivadas.

Cecilia Fandos (2009, pp. 14-17) e Maria Celia Bravo (2017, p. 42) apontam que, durante a década de 1880, a cana progressivamente foi desalojando os cultivos de cereais e tabaco das terras mais férteis. A lucratividade da produção açucareira refletia-se na expansão do cultivo de cana tanto entre os grandes produtores como entre os pequenos agricultores, que progressivamente abandonaram as suas lavouras de milho, arroz e tabaco, gerando o fortalecimento da monocultura, até então inexistente. Segundo Rodríguez Marquina (1901), os pequenos plantadores de cana também seriam afetados de forma negativa pelo processo de modernização açucareira, gerando um quadro marcado pelo desaparecimento dos pequenos canaviais e pelo incremento das novas plantações dos grandes engenhos. De qualquer forma, como destaca Bravo (2017), o avanço dos canaviais não seria percebido de maneira positiva por todos. Em 1903, o governador Lucas Córdoba defenderia:

Los cañaverales se extendieran en todas las zonas, buenas o malas, y para ello destruyeran plantaciones de árboles frutales, que daban remuneración segura después de muchos años, se abandonó el cultivo de maíz, tabaco, arroz, trigo y otras producciones agrícolas de no menor importancia, que produce con abundancia y calidad superior nuestra tierra fértil, y que no hace

¹⁸ Havia tanto a preocupação em comparar a produção açucareira paulista com a do Nordeste e também com a de outros países produtores de açúcar de cana ou de beterraba.

¹⁹ Como diria De Carli (1943), deveria haver um período maior de maturação antes da adoção *ipsis litteris* de um sistema produtivo estrangeiro, uma vez que os resultados nem sempre seriam alcançados tão facilmente como nos seus países de origem.

²⁰ Os engenhos centrais paulistas enfrentaram problemas diversos, como a falta de lenha e matéria-prima, a concorrência dos pequenos engenhos e da produção de açúcar mascavo no mercado interno, a falta de mão de obra especializada, maquinários defeituosos etc.

²¹ Pelo Decreto n.º 3.333, de 4 de julho de 1899, foi fundada a Societé Anonyme dela Sucrierie Villa-Raffard. Pelo Decreto n.º 3.330, de 4 de julho de 1899, foi concedida autorização à companhia denominada Sucreries de Piracicaba para funcionar na República. Pelo Decreto n.º 4.090, de 22 de julho de 1901, foi fundada a Sucreries de Porto Feliz, e pelo Decreto n.º 4.092, na mesma data, foi criada a Sucreries de Lorena. Merece destaque na análise dos decretos de concessão o fato de que, apesar de terem sido compradas separadamente, todas essas sociedades possuíam a mesma sede em Paris, França, os mesmos sócios e o mesmo estatuto.

muchos años se exportaban a otras provincias y aún al extranjero (*apud* Bravo, 2017, p. 43).

O crescimento da cana-de-açúcar em Tucumán também seria favorecido a partir de 1876, pela chegada das estradas de ferro e pela proteção tarifária. Esses privilégios tarifários ainda teriam maior peso por causa do impacto do alto ágio do ouro no incremento das importações (Rock, 1993). Para se ter uma ideia da preocupação com as possibilidades de aumento da produção açucareira gerada pelas ferrovias, Rodríguez Marquina (1889) afirmou categoricamente que os pontos positivos oriundos da chegada da ferrovia poderiam se chocar com o preço “escandaloso” dos fretes, que dificultava o aumento das exportações de açúcar e álcool. Ou seja, na visão dele, “pueden considerarse los ferrocarriles como una barrera que entorpece la marcha de la industria azucarera, matando la exportación por las exorbitantes tarifas” (Rodríguez Marquina, 1889, p. 246). A partir de 1887 ocorreu a privatização da Ferrovia Central Norte (juntamente com outras linhas do Estado), que passou para a órbita das companhias ferroviárias britânicas, o que levou a um aumento significativo das tarifas (López, 2000). Ademais, os prejuízos aumentavam se fossem consideradas a falta de trens rodantes e a falta de garantia pelas perdas quando as mercadorias eram deterioradas durante a viagem. Para esses técnicos, era fundamental mobilizar o Estado na defesa das demandas dos grandes produtores açucareiros, que precisavam contar não só com a infraestrutura de transporte necessária, mas com tarifas ferroviárias que não diminuíssem a lucratividade auferida pelo setor açucareiro.

Por outro lado, à medida que a produção crescia na Argentina, as demandas dos grandes produtores de açúcar e dos técnicos tomaram maior vulto. A diminuição no preço do açúcar deixava de estar vinculada somente às oscilações do mercado externo e se associava mais estreitamente às crises de superprodução no mercado interno. A resposta seria colocar em prática um esquema tarifário especial, que foi transformado em 1885 na primeira lei de proteção específica para o açúcar nacional. Essa proteção tarifária significou o compromisso do Estado de proteger a economia açucareira legitimada pela ideia de garantia da governabilidade da República (Campi; Juárez-Dappe, 2006, p. 83).

Tal intenção, no sentido de incentivar a produção açucareira, fez-se cada vez mais premente, uma vez que desde 1895 o açúcar argentino se assenhorou do mercado interno, desalojando os açúcares importados. Relewa notar que o crescimento e a canalização da produção se fizeram possíveis pelo crescimento demográfico argentino propiciado pela imigração, gerando forte aumento da capacidade de consumo. Para se ter uma ideia da ordem de mudanças na escala de produção e consumo, o número de habitantes passou de 1.737.000 em 1869 para 3.955.000 em 1895 e 7.885.000 em 1914. Ademais, se o crescimento da produção nacional de açúcar subiu de 25 mil toneladas em meados da década de 1880 para 46 mil em 1891 e 130 mil em 1895, o consumo de açúcar por habitante cresceu de 11 kg em 1875 para 21,4 kg em 1892 e 27 kg em 1914. Igualmente, precisamos considerar que o aumento da capacidade de consumo se relacionava aos altos salários argentinos de fins do século XIX e começo do século XX. Essa realidade que propiciava altos preços no mercado interno, no entanto, atuava como uma faca de dois gumes, pois poderia ser também um empecilho na perspectiva da exportação (Campi; Juárez-Dappe, 2006, p. 83).

No caso de São Paulo, Picard (1996, p. XII) também destacou a rápida expansão do consumo da região, fazendo com que o açúcar produzido no Estado fosse destinado integralmente ao seu próprio mercado. Ademais, o prognóstico era positivo, apontando para o crescimento do consumo tanto de açúcar como de álcool pelo desenvolvimento industrial e pela urbanização. Como destacam Queda e Szmrecsányi (1996), deve-se considerar que São Paulo já possuía em 1903 população de 2,5 milhões de habitantes. Picard não teve

dúvidas quanto à crescente importância do mercado consumidor paulista e à vantajosa posição desfrutada pelas usinas que visitou:

As usinas têm à sua disposição todo o mercado da província de São Paulo. Segundo estatísticas sérias que me foram fornecidas, o consumo do Estado deve estar atingindo 900 mil sacos de 60 quilos. Ora, as quatro usinas das Sociedades, trabalhando a todo vapor, poderiam produzir 150 mil sacos. A estes pode-se acrescentar uns cinquenta mil produzidos pelas seguintes usinas situadas igualmente no Estado: Usina Santos-Dumont, Estação da Glória, 25 mil sacos; Usina de Monte Alegre, 15 mil sacos; Usina Franca de Augusto Ramos, 6 mil sacos; Usina Fortaleza, 3 mil. Com o resto produzido por pequenos fazendeiros dispersos aqui e ali, chega-se ao total de 200.000 sacos, que o Estado deve estar produzindo atualmente. O restante precisa ser importado das regiões de Campos e de Pernambuco (Picard, 1996, p. 42).

Ou seja, em São Paulo havia um mercado em crescimento que resultava, como na Argentina, do incremento da imigração e do crescimento urbano, mas se somavam aqui ainda a riqueza propiciada pelo café e a possibilidade de desalojar o açúcar nordestino. Efetivamente, o que aconteceu foi uma postura comum aos técnicos e produtores paulistas que passaram a defender abertamente a autossuficiência paulista. O discurso geralmente era o mesmo. Remetia-se ao grande consumo local, que em razão de uma produção ainda escassa, tinha de dispor de grandes somas para atender à demanda da sua população. Caio Prado Júnior (1981, p. 185) destaca que São Paulo, “como consumidor que era, sua vantagem sobre outras regiões produtoras que tinham de exportar quase toda sua produção era considerável”. Já em 1903, Júlio Brandão Sobrinho (1903) afirmava que São Paulo teve média de consumo entre os anos de 1901-02 de 17.416.590 kg, cuja produção local foi de 636.210 kg. Nesse caso, ele alegou que seria extremamente vantajoso o auxílio do governo para a construção de mais 16 usinas, que produziriam todo o açúcar necessário para suprir a demanda dos paulistas pelo produto. Nesse sentido, o incentivo aos produtores era o grande consumo observado no estado.

Além disso, havia a influência da localização das usinas nortistas, o aumento da densidade demográfica no Sul e o seu maior nível de vida. Tais fatores foram os responsáveis pela “mobilidade incaracterística da cana de açúcar” – como seria definido o aumento da produção açucareira em São Paulo por Gileno Dé Carli (1942, p. 133-135). Como em Tucumán, as ferrovias tornaram-se peças-chave no aumento da produção açucareira em São Paulo,²² mesmo que as reclamações sobre o alto preço dos fretes fosse

²² Nessa conjuntura, destaca-se a primeira grande expansão ferroviária, que dominou todo o “oeste velho” – “quadrilátero do açúcar” – e Vale do Paraíba, entre as décadas de 1860-1880, e que foi fundamental para a implantação dos engenhos centrais paulistas. Assim, nesse período foram fundadas: a Companhia Ituana, em 1870, que ligava Jundiá a Itu e que posteriormente atingiria Piracicaba, passando por Capivari; a Companhia Sorocabana, fundada em 1870, que saía da cidade de São Paulo, passando por São Roque e Sorocaba, chegando até São João do Ipanema; a Companhia Mogiana, fundada em 1872, que partia de Campinas, passando por Casa Branca e atingindo Ribeirão Preto; e a Companhia São Paulo e Rio de Janeiro, que ia até Cachoeira, pelo Vale do Paraíba. É nessa perspectiva que se entende a afirmação de Silvio Carlos Bray (1989) sobre a contribuição do complexo cafeeiro paulista para o surgimento das agroindústrias de açúcar e álcool na província. O autor evidencia nitidamente essa imbricação entre o café e a cana quando demonstra que o avanço da cafeicultura propiciou, entre outras coisas: a expansão da oferta de mão de obra, o que possibilitou a implantação de trabalhadores livres nos engenhos centrais e nas fazendas fornecedoras de cana, principalmente com a introdução do sistema de colonato; a imigração, que contribuiu para a mão de obra qualificada ou mais especializada, tão necessitada pelos engenhos centrais; a expansão ferroviária, pois os engenhos centrais poderiam contar com o carregamento de cana, ora utilizando-se das ferrovias públicas,

um problema em comum.²³ Além da maior facilidade de transporte do açúcar para os centros consumidores, as ferrovias auxiliaram a suprir a crescente demanda de matéria-prima dos modernos maquinários. Como escreve Picard (1996, p. 33), as vias férreas podiam ser comparadas “às patas de uma aranha”, estendendo-se do ponto central da fábrica até atingir os canaviais. Além das ferrovias próprias, algumas usinas, como a de Piracicaba, podiam se aproveitar das ferrovias estaduais, como a via férrea da Companhia Ituana, podendo buscar canas a 20 quilômetros de distância. Importa lembrar que um dos principais problemas enfrentados pelos engenhos centrais no período do Império foi a falta de matéria-prima (Brandão Sobrinho, 1903). Nesse particular, as fotografias do período (Figura 1) destacam o uso das ferrovias para transporte da cana no estado de São Paulo.²⁴

Figura 1 – Embarque de cana em vagões. Ao fundo, o Rio Piracicaba



Fonte: Picard (1996, s.p.).

São Paulo também buscou proteger o seu mercado interno, utilizando para isso as próprias tarifas ferroviárias. O impacto dessa medida pode ser percebido na fala dos produtores de açúcar do Nordeste, como Francisco de Paula Leite e Oiticica.²⁵ No Primeiro Congresso Nacional de Agricultura, em 1901, ele relatou o fato de São Paulo ter reduzido 40% a tarifa comum ferroviária para o seu açúcar: “O estado de São Paulo, que tanto se entusiasma pela sua lavoura de café, entendeu que devia proteger o açúcar de usinas que

ora pela criação de um sistema ferroviária próprio; e, por fim, o aumento vertiginoso da população paulista, que entre 1886 e 1890 passaria de 1.224.380 para 1.384.754 habitantes.

²³ Flávio Saes (2002) destaca a ausência de pesquisas sobre a relação das ferrovias com atividades econômicas que extrapolem a produção cafeeira, mesmo que a expansão da produção cafeeira e das ferrovias seja um processo paralelo e inter-relacionado. Deve-se considerar que o capital cafeeiro possibilitou a diversificação da economia, assim como foi o principal responsável pelo aumento da imigração em massa para o estado. Para ele, as ferrovias devem ser vistas “como elemento de estruturação do capitalismo em São Paulo no fim do século XIX” (Saes, 2002, p. 196). Nesse caso, o crescimento da produção açucareira no estado possuía relação estreita com a atividade agroexportadora cafeeira e o mercado mundial, ao mesmo tempo que desenvolveu características próprias ligadas ao funcionamento do mercado interno.

²⁴ A fotografia de Picard ressalta a adoção das ferrovias do tipo “Decauville”, em São Paulo, com bitolas de 70-60 cm (e até menos), com trilhos portáteis que foram utilizados para muitas atividades agrícolas e agroindustriais. Eles também foram amplamente utilizados em Tucumán e em Salta e Jujuy para a colheita da cana, que era cortada e transportada por esse meio diretamente para a usina ou para “carregadores”, onde era colocada em vagões normais, com maior capacidade de carga.

²⁵ Advogado, político, deputado e senador por Alagoas, filho de médico e senhor de engenho.

lá se criaram” (*apud* SNA, 1907, p. 56). Em verdade, para Picard (1996, p. 42), a situação seria um pouco mais complexa quando se refletia sobre os impactos das ferrovias. Na sua percepção, o aumento da malha ferroviária possibilitou igualmente que o açúcar de Pernambuco chegasse em duas horas do porto de Santos a São Paulo, o que colocaria o açúcar paulista em desvantagem, pelo menor preço do açúcar nordestino.

Por outro lado, já era nítido para Picard que, mesmo que não conseguissem exportar açúcar para os estados limítrofes, pela impossibilidade de concorrer com produtores já especializados em exportar para todo o Brasil, os açúcares paulistas eram capazes de manter-se tranquilamente graças ao seu próprio mercado, pela redução de 40% em relação às tarifas ferroviárias cobradas de outros estados:

Comenta-se em geral que os açúcares vindos de Santos pagam um transporte de 1\$500 por saco, enquanto, para os do Rio de Janeiro, é preciso computar uma tarifa de 2\$000. Esta é uma das vantagens que os açúcares das usinas paulistas têm sobre seus concorrentes (Picard, 1996, p. 42).

Gileno Dé Carli (1943) chegou a dizer que essa era a iniciativa que propiciaria o surto açucareiro de São Paulo e que resolveria a fundação em bases de estabilidade, livre da concorrência do açúcar de outras procedências da indústria açucareira paulista.²⁶ Sobre tudo isso, ainda se acrescentam a preocupação e o empenho em modernizar os engenhos das zonas açucareiras tanto no Brasil como na Argentina. Essas iniciativas de particulares, técnicos e estadistas contribuíram para imprimir um ritmo diferenciado às paisagens açucareiras que tinham sua economia ditada pelo consumo local. Os investimentos em maquinário foram uma das linhas mais marcantes em ambos os casos. Rodríguez Marquina (1889), por exemplo, observou que a qualidade dos engenhos europeus, com grandes e potentes máquinas, já podia ser encontrada em Tucumán, uma vez que “la industria azucarera, se maneja en la provincia à la par de los adelantos modernos. Los industriales preocupanse siempre de la introducción de las maquinas más perfeccionadas que puedan proporcionales mayores rendimientos” (Rodríguez Marquina, 1889, p. 259). No Brasil, Picard (1996, p. 43) seria contundente ao afirmar: “As usinas açucareiras do Brasil estão agora devidamente equipadas, ou falta pouco para isso. Com todo o seu maquinário comprado, as fases das grandes despesas nesse sentido já terminaram”. Todavia, faltava na perspectiva dos dois autores modificar as práticas de cultivo utilizadas nos canaviais seguindo os novos critérios de racionalização pensados pelas ciências agrônômicas.

A LAVOURA E A NATUREZA SOB O OLHAR CRÍTICO DOS TÉCNICOS

É preciso não esquecer que tanto na Argentina como no Brasil a maior parte dos investimentos na modernização da indústria açucareira ocorreu na fábrica. O alto custo dos maquinários europeus, a falta de técnicos especializados e uma cultura agrária que se pautava pelo sistema extensivo causaram descompasso entre as inovações tecnológicas entre a parte agrícola e a parte fabril. Embora a Argentina e o Brasil tenham seguido caminhos diferentes no processo de modernização fabril pela adoção ou não do sistema de engenhos centrais, o resultado seria semelhante nas delongas para implementar as

²⁶ Interessa notar que alguns autores apontam que essa redução de 40% na tarifa das estradas de ferro é citada por parte da historiografia como concedida apenas em 1910, como nos trabalhos de Gnacarini (*apud* Dé Carli, 1943). No entanto, além da referência feita no Primeiro Congresso Nacional de Agricultura, o próprio Picard (1996) já daria atenção ao fato.

mudanças nas práticas de cultivo nos canaviais – consideradas como essenciais para os técnicos. Na Argentina, como chamou a atenção Rodríguez Marquina (1889, p. 217), “por regla general se atienen à lo que dicen el capataz A ó B que ha aprendido à cultivar la caña como la cultivaba su abuelo y pocos son los que se aventuran à introducir modificaciones en el cultivo”. Em São Paulo, pelo menos até o relatório de Picard, de 1903, (1996, p. 30), o cenário não era muito distinto. Nos seus apontamentos, sobressaem as críticas feitas ao fato de as lavouras que pertenciam aos engenhos da société raramente utilizar o arado, a adubação ou a irrigação. Para ele, no Brasil como um todo, “a lavoura permanece à mercê da natureza” (Picard, 1996, p. 30).

Sobre tudo isso, ainda se acrescentava a preocupação com as mudanças climáticas e com a diminuição da fertilidade do solo, provocadas pelas práticas agrícolas predatórias. Se anteriormente a preocupação se restringia basicamente à questão da falta de lenha para os engenhos, nesse momento a diminuição das chuvas passou a fazer parte dos debates. Picard (1996, p. 17) ressaltou que não havia nada ainda para se lamentar, pois as chuvas eram suficientes. No entanto, pelos seus dados, a seca em 1903 foi suficientemente intensa para causar quebra nas colheitas dos engenhos. Pessoas mais antigas das localidades visitadas por Picard (1996) acreditavam que as chuvas estavam diminuindo. A seu ver, essa realidade era proveniente do grande desmatamento da região, fosse para o café, fosse para a cultura da cana. Já se conseguia notar que os terrenos mais secos eram aqueles cultivados havia mais tempo e nos quais as florestas que antes cobriam a região se tornavam cada vez mais espaçadas.

A evolução das discussões sobre a agricultura intensiva e extensiva ganhou espaço nos círculos agrários desde a segunda metade do século XIX e exerceu influência em inúmeros países, integrando os debates e as pesquisas sobre o atraso das técnicas de cultivo utilizadas nos canaviais. Questões como a diminuição dos períodos de chuva e da fertilidade do solo começaram a aparecer com maior frequência nos relatórios dos técnicos do período e já eram sinalizadas nos congressos agrícolas realizados no fim do século XIX e no início do século XX. A agricultura extensiva, considerada irracional por parte dos técnicos e dos agricultores, começou progressivamente a ser questionada (Dean, 1997/Meira, 2017). Isso não significou que a agricultura extensiva deixasse de ser predominante ou que esses posicionamentos tenham sido hegemônicos. Como quer que seja, o alerta dado por esses técnicos e as escolhas feitas pelos agricultores paulistas podem contribuir para pensarmos a atual crise hídrica vivida por São Paulo.²⁷

Em Tucumán, embora as chuvas não fossem a maior preocupação de Marquina (1889), já se notavam variações climatológicas provocadas pelo descontrole da destruição das florestas. Ademais, era preciso considerar os investimentos nos processos de drenagem pela quantidade de chuvas no verão e a necessidade de adubação. Para ele, os agricultores deveriam abandonar a ideia da riqueza da terra como algo inesgotável, uma vez que os problemas gerados pelas “tierras cansadas” se tornavam cada vez mais graves e perceptíveis. Ainda, o descontrole na retirada dos bosques provocado pelo aumento da população, o maior consumo de madeira pelo constante crescimento dos ramais das estradas de ferro e o consumo crescente de lenha dos engenhos poderiam levar a um cenário de entorpecimento da produção açucareira.

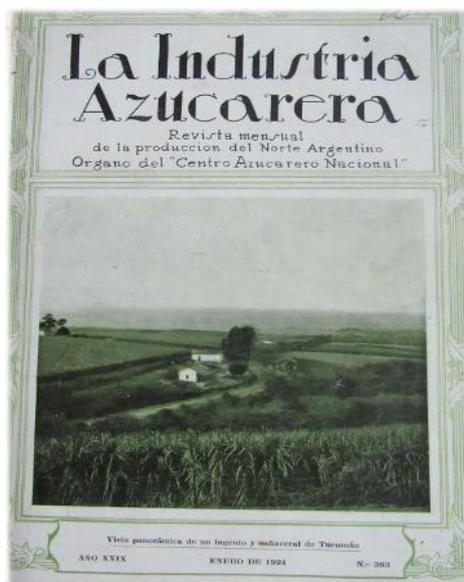
Embora possamos encontrar indícios de preocupações com os impactos da degradação ambiental na produção açucareira, o discurso que se mantinha nas falas dos

²⁷ A discussão pode ser considerada com base na ideia da história ambiental como ferramenta de ação, pensar estratégias de integrar as sociedades humanas de forma mais harmônica no mundo biofísico, e não de destruir a natureza (Brailovsky; Foguelman, 1991). Ou seja, discutir os passados presentes como estratégia para adiar o fim do mundo (Krenak, 2019).

técnicos e dos grandes engenhos no Brasil e na Argentina se escorava na vocação agrária de ambos os países. Os avanços técnicos na lavoura não constituíram preocupação principal. A natureza era alabada como na ode à natureza feita por Santiago Vallejo²⁸ reproduzida por Rodríguez Marquina (1889, p. 11): “Que pincel delinear a este paisaje que atónita mi vista ora contempla? Todo es grandioso, esplendido salvaje, verdes colinas...”. Todavia, as florestas eram vistas principalmente como a morada de Ceres e a sua substituição pela agricultura teria relevo. Ou seja, valorava-se principalmente a fertilidade da terra, que possibilitava “intensos campos verde esmeralda [...] son los campos que producen el dulce azúcar; [...] mas dulce que la miel” (Rodríguez Marquina, 1889, p. 11).

A questão da natureza ligada à agricultura é essencial para compreendermos a visão de paisagem do período. Segundo Jean-Marc Besse (2014, p. 28), paisagem pode significar “escrita na superfície da terra”. A definição dialogaria com o termo *agricultura*, uma vez que alude ao “ato de cavar, gralhar, talhar, sulcar e traçar formas de modo durável num suporte mais ou menos macio, mais ou menos resistente”. As áreas florestais disponíveis, por mais belas que fossem, eram vistas como importantes quando aptas para a produção açucareira e atendessem às necessidades de fornecimento de lenha, madeira para os engenhos e terras férteis para os canaviais. As ciências agrônômicas não acenaram para os discursos de preservação do patrimônio ambiental que surgiram na segunda metade do século XIX (Thomas, 2010), mas sim para a necessidade de utilizar os recursos naturais de forma racional. A substituição das florestas por extensos canaviais atendia aos objetivos de progresso e crescimento econômico dos dois países. Alguns exemplos das paisagens açucareiras tão valoradas e que se estenderam por Tucumán foram constantemente reproduzidas nas capas da revista *La Industria Azucarera* (Figura 2).

Figura 2 – Vista panorâmica de um engenho e canal de Tucumán



Fonte: Centro Azucarero Argentino (1924).

Há que se ter em conta que um número expressivo das fotografias escolhidas para ilustrar as capas da revista reproduziu uma paisagem já descrita para outros espaços açucareiros. Em *Nordeste*, publicado em 1937, Gilberto Freyre (2004, p. 80) apresenta uma

²⁸ Santiago Vallejo foi poeta e periodista em Tucumán, contribuindo no *Almanaque Guía de Tucumán* (Pantoja, 2020).

paisagem moldada pelo “drama da monocultura”, ou seja, regiões marcadas por desequilíbrios ambientais e sociais. O aumento constante da área ocupada pelos grandes engenhos gerou maior concentração de terras, o avanço dos canaviais sobre outras culturas, a expropriação das terras dos pequenos agricultores e a degradação das áreas florestais. Nesse sentido, a ocupação das terras tanto em São Paulo como em Tucumán e a sua integração ao espaço econômico açucareiro inseriram ambas as regiões nas discussões feitas pelos técnicos sobre o uso irracional do solo e dos recursos naturais, mas muito pouco se falou sobre o horizonte interno de uma paisagem que encobria entre os seus pontos cegos os pequenos agricultores ou os riscos ambientais. O olhar parecia sempre estar voltado para o horizonte externo, que reconhecia como progresso uma paisagem formada por canaviais até onde a vista alcançava (Collot, 2012).

Deve-se considerar, como aclara Miriam Dolhnikoff (2005, p. 32), que a ciência no século XIX seria marcada pela pauta de uma ciência utilitária, ou seja, deveria contribuir para o progresso pela implementação da “exploração racional e eficiente da natureza”. É preciso que se leve em conta, no entanto, que essa visão ainda determinava a atuação dos técnicos no limiar do século XX. Como homens de sua época, tanto Rodríguez Marquina quanto Picard demonstram preocupação com as práticas agrícolas predatórias e a necessidade da adoção dos avanços agrônômicos no campo. O uso das queimadas, a perda de fertilidade do solo pela falta de adubos, o desmatamento irracional das florestas e os seus impactos nos regimes pluviométricos começaram a aparecer nos relatórios dos técnicos e dos funcionários públicos na Argentina e no Brasil.

Releva notar que os apontamentos das memórias de Rodríguez Marquina e do relatório feito por Picard para a Sucrerie fazem parte de ideias que circulavam pelas redes de técnicos em âmbito global. O fortalecimento das ciências agrônômicas fez parte do processo de transição de uma “natureza essencialmente variada” para uma paisagem marcada por uma “monocultura absoluta”, porém as técnicas racionais adotadas pelos engenhos – como o adubo ou o arado – foram pensadas para atender às necessidades da agricultura extensiva e ao “furor da monocultura” (FREYRE, 2004, p. 80). Se as sacas de açúcar produzidas pelos grandes engenhos se mantiveram em um crescente em ambas as regiões, os problemas ambientais e sociais ainda carecem de solução até os dias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças nas paisagens agrícolas que tomaram forma no Brasil e na Argentina no fim do século XIX e no início do século XX foram fortemente influenciadas pela valorização do papel dos técnicos. Nessas novas paisagens açucareiras, o debate fundamental travado pelos técnicos se deslocou para o mercado interno, uma vez que o seu domínio era um fator inerente ao avanço da produção da área em análise. Levou-se em consideração não apenas a crise mundial dos preços do açúcar, mas a necessidade de traçar uma moldura da valorização do mercado interno do país. Em São Paulo, as novas unidades açucareiras que podiam sustentar a designação de engenhos centrais e, posteriormente, de usinas produziram não só um produto considerado de maior qualidade, mas também propiciaram o aumento dessa produção com o intuito de que em alguns anos talvez se estivesse em estado de dispensar a importação do açúcar nortista. Esse movimento resultou em um verdadeiro processo de construção de unidades açucareiras muito maiores e complexas das que anteriormente se encontravam no Brasil e na Argentina. Como diria Rodríguez Marquina (1889, p. 11), os novos engenhos seriam considerados como “colosos de la industria”, “ejércitos de fuerza y movimiento” ou “ciclopes de la civilización moderna”.

Já se teve ocasião de notar que esses avanços não significaram a inexistência de percalços, principalmente se considerarmos as questões ambientais ou sociais, mas, afinal, o que se quis foi mostrar que essa realidade traduziu um sucesso econômico para a produção açucareira dos grandes engenhos, tendo em vista que houve uma profunda transformação nas duas regiões produtoras – São Paulo e Tucumán. No quadro que se formou, pode até mesmo infundir certa surpresa a construção de engenhos tão importantes em áreas que até então não se destacavam na produção de açúcar. Por outro lado, não ocorreu diferenciação entre a degradação das áreas florestais, o sistema de cultivo e os métodos de fabricação pelo seu direcionamento para o consumo dos mercados regionais, nacionais ou mundiais.

Não é simples coincidência que a rede de técnicos e a circulação de ideias e tecnologias não se pautaram somente pelos critérios do comércio internacional. A segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX foram um momento de crescimento da produção açucareira, que perpassava inevitavelmente pelas diferentes esferas comerciais no mercado global do açúcar do qual São Paulo e Tucumán faziam parte. O mercado interno não era menos interessante para esses homens e demandou o mesmo esforço de modernização nos espaços açucareiros periféricos ou secundários. Esse movimento significa que as atividades de produção para o mercado interno podem ser consideradas como peças-chave, constituindo fatores principais de formação de novas paisagens açucareiras que não deveriam ser colocadas à margem dos estudos sobre o processo de modernização.

REFERÊNCIAS

BESSE, Jean-M. *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.

BRAILOVSKY, Antonio E.; FOGUELMAN, Dina. *Memoria verde: historia ecológica de la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 1991.

BRANDÃO SOBRINHO, Júlio. *Lavoura de cana e de algodão e indústrias de açúcar e de tecido no estado de São Paulo*: Boletim de Agricultura. São Paulo: Tip. do Diário Oficial, 1903.

BRAVO, Maria C. *La agricultura: actores, expresiones corporativas y políticas*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2017.

BRAY, Silvio C. *A formação do capital na agroindústria açucareira de São Paulo: revisão dos paradigmas tradicionais*. 1989. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Geociências e Ciência Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 1989.

CAMPI, Daniel. Modernización, auge y crisis. El desarrollo azucarero tucumano entre 1876 y 1896. El desarrollo azucarero tucumano entre 1876 y 1896. In: VIEIRA, Alberto *et al.* (org.) *História e tecnologia do açúcar*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2000. p. 321-350.

CAMPI, Daniel. *Unidades de producción y actores en los orígenes de la actividad azucarera. Tucumán, 1830-1876*. San Miguel de Tucumán: Facultad de Ciencias Económicas de la UNT, 2017.

CAMPI, Daniel. *Trabajo, azúcar y coacción*. Tucumán en el horizonte latinoamericano, 1856-1896. Rosario, Prohistoria.

CAMPI, Daniel; JUÁREZ-DAPPE, Patricia. Despegue y auge azucarero en Perú y Argentina: semejanzas y contrastes. *Illes i Imperis*, 9 dez. 2006.

- CAMPI, Daniel; MOURA FILHO, Heitor; BRAVO, María C. Alternativas del intervencionismo estatal en la agroindustria del azúcar. Argentina y Brasil, 1880-1938. *América Latina en la Historia Económica*, v. 22, n. 3, p.44-75, 2015.
- CANABRAVA, Alice. A grande lavoura. In: HOLANDA, Sérgio B. de (org.) *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. v. 6.
- CENTRO AZUCARERO ARGENTINO. *La industria azucarera*: revista mensual de la producción del Norte Argentino, ano XXIX, n. 363, jan. 1924.
- COLLOT, Michael. Do horizonte da paisagem ao horizonte dos poetas. In: ALVES, Ida; FEITOSA, Marcia M. M. (orgs.) *Literatura e paisagem em diálogos*. Rio de Janeiro: Makunaima, 2012.
- DAPPE-JUAREZ, Patricia. *When sugar ruled: economy and society in Northwestern Argentina, Tucumán, 1876-1916*. Ohio: Ohio University Press, 2010.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DÉ CARLI, Gileno. *Aspectos de economia açucareira*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1942.
- DÉ CARLI, Gileno. *Gênese e evolução da indústria açucareira de São Paulo*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1943.
- DECRETO N. 2.687, de 6 de novembro de 1875. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1875/1888. Coleção de Leis do Império do Brasil. Biblioteca do Arquivo Nacional.
- DIÁRIO OFICIAL, p. 3.054, 21 jul. 1892.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.
- EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 1977.
- FANDOS, Cecilia. Los actores sociales del campo tucumano según la cultura científica del siglo XIX. *Cuadernos de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales*, n. 24, p. 105-122, jul. 2004.
- FANDOS, CECILIA. La estructura productiva en Chicligasta (provincia de Tucumán) entre 1875 y 1895. ¿Monoproducción o diversificación? *Travesía*, n. 9, Tucumán, 2009.
- FERNÁNDEZ, M. Aspectos críticos de la realidad social en Tucumán a fines del siglo XIX. In: Jornadas Nacionales de Historia Social 1. 2007, La Falda, Córdoba. *Anais [...]*. 2007.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. São Paulo: Global, 2004.
- HOBSBAWM, Eric. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LINHARES, Maria Y. História agrária. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da história: ensaios da teoria metodológica*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LÓPEZ, Mario J. *Ferrocarriles, deuda y crisis*. Historia de los Ferrocarriles en la Argentina de 1887 a 1896. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 2000.

MALERBA, Jurandir. História da historiografia e perspectiva global: um diálogo possível? *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 457-472, set./dez. 2019.

MARCÍLIO, Maria L. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.

MEIRA, Roberta B. A reforma da natureza e da agricultura: o exemplo dos inquéritos e dos congressos agrícolas no último quartel do Império. *Projeto História*, v. 59, p. 105-136, 2017.

MEIRA, Roberta B. O processo de modernização da agroindústria canavieira e os engenhos centrais na Província de São Paulo. *História e Economia*, v. 3, p. 39-54, 2007.

MENDONÇA, Sonia R. *Agronomia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

NEDER, Gizlene; SILVA, Ana P. B. R da. Intelectuais, circulação de ideias e apropriação cultural: anotações para uma discussão metodológica. *Passagens*, v. 1, n. 1, 2009.

PANTOJA, Mária C. Cultura visual e impresa: identidad, diseño gráfico y fotografías en las guías y almanaques de Tucumán, 1880-1920. *Travesía*, v. 22, p. 79-107, 2020.

PICARD, J. *Usinas açucareiras de Piracicaba, Villa-Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cupim*. Missão de inspeção do Senhor J. Picard, engenheiro. De primeiro de março a 15 de julho de 1903. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1996.

PLUM, Werner. *Exposições mundiais no século XIX: espetáculos da transformação sócio-cultural*. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

QUEDA, Oriowaldo; SZMRECSÁNYI, Tamás. Introdução. In: PICARD, J. *Usinas açucareiras de Piracicaba, Villa-Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cupim*. Missão de inspeção do Senhor J. Picard, engenheiro. De primeiro de março a 15 de julho de 1903. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1996. p. ix-xiv.

RAMOS, Pedro. *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1999.

ROCK, David. *La Argentina autoritaria: los nacionalistas, su historia y su influencia en la vida pública*. Buenos Aires: Ariel, 1993.

RODRÍGUEZ MARQUINA, Paulino. *Anuário de estadística de la Provincia de Tucumán*. Correspondiente al año de 1899. Buenos Aires: Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1901.

RODRÍGUEZ MARQUINA, Paulino. *Memoria Descriptiva de Tucumán*. La Industria Azucarera, su presente, pasado y porvenir. Progresos de la provincia debidos al desarrollo de la industria azucarera. Estadística (manuscrito inédito), 1889.

SAES, Flávio A. M. de. Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira paulista em São Paulo, 1870-1900. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José R. do A. (org.) *História econômica da independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 177-197.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA (SNA). *Anais do Primeiro Congresso Nacional de Agricultura*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

SZMRECSÁNYI, Tamás. A French free-standing company in Brazil's sugar industry: a case study of the Société de Sucrieries Brésiliennes, 1970-1922. In: WILKINS, Mira; SCHRÖTER, Harm (org.) *The free-standing company in the world economy 1830-1996*. Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 279-290.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*. São Paulo/Campinas: Hucitec/Universidade Estadual de Campinas, 1979.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500–1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Roberta Barros Meira. Doutora em História Econômica, Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille), Joinville, Santa Catarina, Brasil.

Daniel Campi. Doctor en Geografía e Historia, Universidad Complutense de Madrid. Profesor Titular de Historia Económica, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional de Tucumán (UNT). Investigador Principal, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Tucumán, Argentina.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Univille. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade. Campus Bom Retiro - Joinville
Rua Paulo Malschitzki, 10 - Zona Industrial Norte - Joinville/SC.

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído da pesquisa de pós-doutorado - La ciencia de dibujar paisajes agrarios: los ministerios de agricultura en Brasil y Argentina en la segunda mitad del siglo XIX hasta el primer cuarto del siglo XX, apresentada ao Departamento de Ciencias Económicas da Universidad Nacional de Tucumán, em 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos valiosos auxílios recebidos no Archivo Histórico de la Provincia de Tucumán.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Os papéis descrevem a contribuição específica de cada colaborador para a produção acadêmica inserir os dados dos autores conforme exemplo, excluindo o que não for aplicável. Iniciais dos primeiros nomes acrescidas com o último Sobrenome, conforme exemplo.

Concepção e elaboração do manuscrito: R. B. Meira, D. Campi.

Coleta de dados: R. B. Meira.

Análise de dados: R. B. Meira, D. Campi.

Discussão dos resultados: R. B. Meira, D. Campi.

Revisão e aprovação: R. B. Meira, D. Campi.

FINANCIAMENTO

Universidade da Região de Joinville.



CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Roberta Barros Meira e Daniel Campi. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Jo Klanovicz.

Eça Pereira da Silva.

HISTÓRICO

Recebido em: 9 de julho de 2022.

Aprovado em: 2 de fevereiro de 2023.

Como citar: MEIRA, Roberta B.; CAMPI, Daniel. O pincel que delineou a paisagem açucareira em Tucumán e em São Paulo: a indústria açucareira nas memórias de Rodríguez Marquina e J. Picard. *Esboços*, Florianópolis, v. 30, n. 54, p. 258-276, 2023.





ALTA NOBREZA E OS LIMITES DA SOBERANIA RÉGIA NA NOVA ESPANHA E BRASIL, SÉCULOS XVI E XVII

High Nobility and the Limits of Royal Sovereignty in New Spain
and Brazil, 16th and 17th Centuries

Ronald José Raminelli^a

 <https://orcid.org/0000-0002-9779-5457>

E-mail: rjraminelli@gmail.com

^a Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Departamento de História, Niterói, RJ, Brasil.

RESUMO

O presente artigo recorreu ao conceito de *quasi-sovereignty* de Laura Benton para analisar como as monarquias espanhola e portuguesa, entre os séculos XVI e XVII, empregavam estratégias muito semelhantes para neutralizar a alta nobreza radicada no Novo Mundo. Os monarcas outorgaram privilégios, mas também criaram mecanismos para erodir a autonomia que esses nobres desfrutavam no ultramar. O presente artigo baseou-se em ampla bibliografia para inventariar não somente os diferentes controles régios, mas também as estratégias empregadas pelos nobres para reagir contra a perda de seu patrimônio material e político. A comparação entre os nobres portugueses e espanhóis permitiu identificar como o controle sobre a nobreza envolvia diferentes instâncias da administração no âmbito imperial e local. As trajetórias demonstram ainda a pressão de diferentes grupos sociais contra os nobres e seus privilégios. A disputa entre o governo imperial, o governo local, os nobres e os diferentes estratos da sociedade demonstram a debilidade da soberania régia no ultramar.

PALAVRAS-CHAVE

Soberania. Nobreza. América.

ABSTRACT

This paper has drawn on Laura Benton's concept of quasi-sovereignty to analyze how the Spanish and Portuguese monarchies, between the sixteenth and seventeenth centuries, employed similar strategies to neutralize the high nobility rooted in the New World. The monarchs granted privileges but also created mechanisms to erode the autonomy the nobles enjoyed overseas. This article has drawn on a vast literature to inventory not only the different royal controls but also the strategies employed by the nobles to react against the loss of their estates and political ownership. The comparison between the life path of Portuguese and Spanish nobles allowed us to identify how control over the nobility involved different instances of imperial and local administration. The biography of these nobles also demonstrates the pressure of distinct social groups against the nobles and their privileges. The dispute between the imperial government, the local government, the nobles, and social groups demonstrate the weakness of royal sovereignty overseas.

KEYWORDS

Sovereignty. Nobility. America.

Por muito tempo, o vocábulo soberania foi utilizado para designar o poder supremo, imune aos controles de leis contemporâneas ou pré-existentes. Soberania era sinônimo de poder absoluto, controle total do território e da população. O poder dos príncipes e dos soberanos só não atuava sobre às leis de Deus e da natureza. A soberania poderia ainda ser definida como autoridade moral do governo legítimo. Mais recentemente, Laura Benton concebeu a soberania de forma menos homogênea e empregou o conceito de *quasi-sovereignty*. Recorrendo aos impérios coloniais, analisou as diferentes formas de controle jurídico, econômico e militar sobre vastos territórios. Suas conclusões indicam que, entre 1400 e 1900, a soberania não era absoluta e pressupunha negociação em diversos níveis. O controle imperial, por vezes, se restringia a enclaves e a corredores, a fronteiras instáveis. Não raro, diferentes conquistas e possessões estavam submetidas a leis muito desiguais, administradas por oficiais régios, militares, chefes nativos, religiosos e comerciantes. Aliás, o domínio fragmentado do território promovia soberanias parciais ou compartilhadas (Benton, 2011, p. 1-38 e 222-236). Ao remunerar os serviços militares e administrativos, a monarquia cedia a seus aliados o controle sobre terras, cargos e títulos. Assim, podia viabilizar a expansão do império, o controle crescente sobre possessões ultramarinas. Isto era promover a soberania compartilhada.

Poucos súditos espanhóis e portugueses residentes nas Américas receberam títulos de alta nobreza. Para alcançar a benesse, deveriam comprovar seus feitos militares e administrativos perante a Coroa. Uma vez que os feitos militares na Europa, Norte de África, Américas e Índia não eram suficientes para receber as mais importantes graças reais, apresentavam também os serviços dos seus antepassados, suas honras e privilégios. Deveriam ainda negociar casamentos e cargos administrativos. Eram então obrigados a ter advogados e representantes habilitados em Madri ou Lisboa. Para aqueles que viviam nas Américas, atravessar o Atlântico e manter relação estreita com o rei era uma estratégia essencial para reclamar e obter graças. No entanto, ao estar no centro, eles deveriam abandonar as suas terras e ver ameaçado o controle sobre seus domínios.

Após anos de absentismo, os nobres tinham de restaurar a sua autoridade local na América. Forneciam soldados, alimentos e materiais para construir fortificações. Assim, buscavam proteger o seu governo sobre o território. Para tanto, reconstruíram velhas defesas, e construíram novas, tudo isto enquanto treinavam as milícias locais para proteger as suas propriedades. Do ponto de vista econômico, tiveram de compensar o tempo perdido e, portanto, expandir as suas plantações e comprar africanos escravizados. Os nobres também atravessaram os mares para preservar os seus privilégios, honras e isenções. Os poderes locais e agentes da Coroa castelhana e portuguesa na América ameaçaram constantemente controle dos nobres sobre as terras e comunidades. Além disso, as Coroas colocaram limitações às generosas doações régias, sobretudo passaram a interferir sobre a justiça e a fazenda. Longe do rei, fidalgos e nobres nunca poderiam ameaçar a soberania real. Sempre que aumentassem a sua autonomia, as Coroas moviam esses súditos para campos de batalha do outro lado do Atlântico ou negociavam casamentos dentro da nobreza europeia para os mantê-los afastados das suas terras. Este artigo analisa as negociações entre as monarquias e a alta nobreza titulada residente na América. Para tanto, segue as trajetórias de quatro nobres e dos seus familiares na Nova Espanha e no Brasil. Examina as estratégias para obter e manter privilégios do Marques del Valle de Oaxaca (1529), Conde de Moctezuma de Tultengo (1627), Marquês de Bastos, Conde e Senhor de Pernambuco (1640), e Visconde de Asseca (1666).

A ALTA NOBREZA DA AMÉRICA

A nobreza do Novo Mundo apresentava características muito particulares. Os súditos ultramarinos tinham que oferecer ao rei serviços militares e administrativos para se tornarem nobres, mas isto em si não era suficiente. Os súditos nunca se tornavam parte da nobreza se não tivessem controle sobre terras, mão de obra e propriedades urbanas. Em geral, os monarcas proporcionavam honras e privilégios que raramente permaneciam nas famílias por mais de duas gerações. Na Espanha, o Conselho das Índias evitou conceder títulos apenas como recompensa pelos serviços militares. Os candidatos ao título deveriam ter serviços prestados à monarquia, ter sangue puro e linhagem nobre (Konetzke, 1951; Montt, 1987; Buschges, 1997). Em Portugal, o sangue nobre nem sempre foi decisivo para a obtenção de privilégios, especialmente quando os súditos recebiam títulos da baixa nobreza. A monarquia portuguesa recompensava os plebeus, índios e soldados mestiços sem prestar atenção à sua "qualidade". No entanto, os descendentes desses cavaleiros raramente conseguiram herdar esses privilégios. A concessão real era pessoal, sem formar a linhagem nobre, já que os herdeiros do súdito raramente herdaram essas honras (Krause, 2012; Raminelli, 2015; Olival, 2001).

Os reis portugueses quase nunca recompensaram súditos nascidos ou moradores do Brasil com os privilégios da alta nobreza. A coroa concedeu apenas os títulos de Conde de Alegrete (1644) e Visconde de Asseca (1666) durante a guerra de independência (1640-1668), época de grande instabilidade política. O primeiro título de nobreza foi outorgado a Matias de Albuquerque, que lutou contra os holandeses em Pernambuco e contra os espanhóis durante a Guerra da Restauração portuguesa. Por esses feitos, ele ficou conhecido como o "Herói de Dois Continentes" (Sousa, 1969: t. VII, 87-104; Dutra, 1973: 19-60). O segundo foi Salvador Correia de Sá e Benevides, que lutou na invasão holandesa de Salvador em 1624 e reconquistou Angola e a Ilha de São Tomé dos holandeses em 1647. Ele também foi governador do Rio de Janeiro, partes do sul do Brasil e Angola, e membro do Conselho de Guerra em Lisboa. Seu filho, Martin Correia de Sá, recebeu o título de Visconde de Asseca em homenagem ao pai (Boxer, 1973, p. 377-78; Norton, 1963, p. 27-52).

Os reis castelhanos geralmente concederam títulos de alta nobreza a seus bravos vassallos. No século XVI, eles outorgaram cinco títulos, mas no século seguinte, a benevolência real foi ainda mais notável, conferindo nada menos que 69 títulos: Marquês (36), Conde (30), e Visconde (3). Durante a crise do século XVII, a coroa outorgou 25 nobres somente na Nova Espanha. Além disso, Filipe III recompensou principalmente agentes de alta burocracia, descendentes de famílias aristocráticas, *encomenderos*, fidalgos com *encomiendas* na Nova Espanha ou com controle jurisdicional sobre algumas áreas na Espanha (Conde, 2008, v. 1, p. 7-24). A monarquia espanhola frequentemente vendia títulos para resolver seus problemas financeiros. Ainda assim, o governo tentou preservar as linhagens nobres e a pureza do sangue e não recompensou os sujeitos *sin cualidad*. A monarquia portuguesa não lidou com seus problemas financeiros da mesma forma, e era quase impossível comprar título para se tornar parte da alta nobreza (Monteiro, 2003; Raminelli, 2015). Finalmente, vale mencionar que a Coroa espanhola recompensou com mais frequência funcionário da alta burocracia enquanto os portugueses preferiram conceder os títulos a militares. No entanto, na América, o primeiro espanhol a receber título de alta nobreza foi um conquistador, um militar.

Antes de conquistar o Império Asteca, Hernán Cortés era nobre empobrecido, radicado na Extremadura, Espanha. Ele chegou ao Novo Mundo com Diego Velásquez, governador de Cuba, mas sua ambição o guiou para o leste, para as terras dos astecas. Com grande habilidade militar, Cortés concebeu a queda de Tenochtitlán inicialmente usando meios pacíficos: tais como negociações diplomáticas e alianças com os inimigos

vizinhos dos astecas. Cortés derrubou assim o mais proeminente império do Novo Mundo com cento e oitenta soldados e alguns cavalos. Os soldados de Cortés eram experientes, pois antes participaram de vários confrontos bélicos nas fronteiras entre Portugal e Espanha. Eles serviam a Deus e ao rei, mas tinham como objetivo principal encontrar tesouros e receber reconhecimento real por seus feitos. Os conquistadores ansiavam por fama e fortuna, buscavam reconhecimento social (Restall, 2003, p. 1-26; Elliott, 1989).

Hernán Cortés era ambicioso, e o saque que obteve foi insuficiente. Suas cartas narraram a Carlos V as várias etapas da conquista: as estratégias militares, tesouros encontrados e vitórias. A versão de Cortés sobre a queda do Império Asteca tornou-se assim a versão oficial da conquista. No controle de sua narrativa, ele se representou como herói e glorioso cavaleiro. Estas estratégias militares e relatos de conquista lhe permitiram alcançar muitos e ricos benefícios (Bodmer, 1992; Cortés, 1971). Cortés planejou controlar faixas de terras férteis povoadas por numerosas comunidades indígenas. Com a concessão real, tornou-se a figura proeminente na conquista e adquiriu vasta propriedade no centro e sul do México (Brockington, 1989, p. 23-70).

Em 1529, Cortés voltou à Espanha como um grande herói, onde alavancou a sua ascensão social casando-se com Dona Juana Ramirez de Arellano de Zuñiga, filha do Conde de Aguiar e sobrinha do Duque de Béjar. Mais tarde, o Imperador Carlos V conferiu a Cortés o título de marquês, concedendo-lhe 23.000 súditos indígenas em vinte e dois *pueblos*, especialmente selecionados por Cortés na Nova Espanha (Loudamy, 2013, p. 106-7; García, 1969, p. 33-58; Friede, 1969). Como subsídios perpétuos, ele começou a receber tributos, em serviços ou em espécie, de comunidades indígenas populosas. Esses povoados indígenas controlavam extensas propriedades rurais e minas de prata. Assim, assumiu o controle de grandes propriedades porque era o Marques del Valle de Oaxaca. Todas essas propriedades e privilégios na Nova Espanha pertenciam ao Marquesado de Cortés. Em 1535, com o apoio do Imperador, o conquistador transformou todas as fazendas e bens em *mayorazgo*. Seu legítimo herdeiro, Martin Cortés, herdou todas essas fazendas reais com a morte do pai em 1547. Seus herdeiros controlaram essas vastas propriedades até a independência do México (Riley, 1965, p.1-36).

Hernán Cortés não estava satisfeito com o título e vastas terras. Continuou a sua busca por mais privilégios e poder. Como embaixador pessoal de Cortés, Juan Herrada visitou Roma para se encontrar com o Papa Clemente VII e negociar a cobrança do dízimo nas terras controladas pelo conquistador. Herrada presenteou o Papa com ouro e joias e obteve algumas vantagens. Em seguida, a Audiência na Nova Espanha legislou contra o conquistador, decidindo que todos os dízimos pertenciam a Carlos V (Loudamy, 2013, p. 109). Cortés acreditava que merecia subsídios adicionais pela conquista de Tenochtitlán, e assim ele almejou o cargo de governador do México. Para este fim, o Conde de Nassau foi seu representante junto ao Imperador. Entretanto, a negociação não prosseguiu como o Marquês desejava. Cortés e sua esposa retornaram ressentidos à Nova Espanha na primavera de 1530.

Outro exemplo marcante é o caso de Duarte de Albuquerque Coelho, que recebeu os títulos de Marquês de Bastos, Conde e Senhor de Pernambuco. Nos anos 1640, o rei espanhol também lhe concedeu posições no Conselho de Estado e na Junta de Pernambuco (Dutra, 1969: p. 255). Ele foi o quarto donatário da capitania. Entretanto, não tinha uma longa lista de serviços militares e administrativos para a Coroa castelhana, nem havia tomado o controle de área e comunidades consideráveis como Cortés. Ele se tornou marquês porque se casou com D. Joana de Castro. Seu sogro, D. Diogo de Castro II, foi Conde de Bastos, Capitão de Évora, Regidor das Justiças, Presidente do Desembargo do Paço e Vice-Rei de Portugal entre 1633 e 1634 (Machado, t.1, 1741, p. 726). Os títulos de Duarte provêm não somente de sua nobre esposa, mas também da família Albuquerque

Coelho, seus postos administrativos e serviços militares em Portugal, Espanha, Norte da África, Índia e Brasil.

Seu avô, Duarte Coelho Pereira, foi o primeiro donatário de Pernambuco. Sua ascendência era envolta em mistério, pois nem mesmo seus descendentes mencionaram as origens da família em pedidos de mercê dirigidos ao rei (Dutra, 1969, p. 3-5). Este parentesco obscuro não o excluiu da expansão portuguesa na Ásia, onde ele alcançou uma posição de destaque e passou a ocupar as fileiras da baixa nobreza. Sua aventura começou quando ele se juntou a uma armada que ia para a Índia e lá permaneceu por vinte anos. Entre suas ações na Ásia, vale mencionar que negociou com o Rei do Sião quando Duarte Coelho obteve o privilégio de comércio livre e pacífico para os portugueses em Malaca. Em 1529 ele voltou a Portugal e casou-se com D. Brites de Albuquerque, sobrinha de Afonso de Albuquerque, vice-rei da Índia. A família Albuquerque Coelho foi a mais ativa na conquista e colonização do Norte do Brasil (Machado, t.2, 1741, p. 349-350). Essa família também desempenhou papel intenso nas guerras do Norte da África, em Ceuta em 1420 e Arzila em 1463, e no governo da Índia portuguesa (Dutra, 1969, p. 9-12). Em Portugal, D. João III promoveu Duarte Coelho Pereira a embaixador em Paris, onde teve uma curta experiência diplomática até a chegada do chanceler do Tesouro, D. Antônio de Ataíde, mais tarde Conde de Castanheira, conselheiro principal do rei. Nos anos seguintes, foi encarregado da armada anual ao longo da costa da África Ocidental, visitando fábricas e comerciando na Costa da Mina. Do Atlântico, foi para a Índia e retornou a Lisboa quando, em 1534, o rei o nomeou como donatário da capitania de Pernambuco.

Aliás, a aliança com a família Albuquerque não foi apenas um casamento entre um soldado da fortuna e uma nobre mulher. O irmão de Dona Brites, Manuel de Albuquerque, serviu como cavaleiro português na Índia. Após seu retorno a Portugal, ele manteve Duarte Coelho bem-informado sobre a colonização brasileira. Outro irmão, Jerônimo de Albuquerque, teve um papel determinante na guerra contra grupos indígenas no Brasil. Jerônimo não só lutou contra essas comunidades, mas também administrou plantações e engenhos de açúcar. Ele se tornou patriarca famoso, pai de 24 filhos, embora nem todos fossem legítimos. Este cavaleiro português foi a origem da mais importante elite mestiça do Nordeste do Brasil (Dutra, 1969, p. 9-14). Capturado pelos índios Tabajara, Jerônimo de Albuquerque casou-se com a filha do cacique, batizada com o nome cristão de Maria do Espírito Santo Arco Verde. Jerônimo teve mais cinco filhos com outras índias. Sob pressão da Rainha Regente de Portugal D. Catarina, ele casou-se oficialmente com Dona Felipa de Mello. Deste casamento, nasceram mais onze filhos. Ele é conhecido na historiografia brasileira como “Adão pernambucano” (Fonseca, 1935, v. 1, p. 9-20; Dutra, 1969, p. 30-33).

O primeiro donatário deixou Pernambuco, retornou a Portugal entre 1553 e 1554 e nunca mais pôs os pés em sua capitania. Ele ficou amargamente desapontado com a administração da regente D. Catarina de Áustria. Morreu em Lisboa e deixou seu filho de 17 anos, Duarte Coelho de Albuquerque. Seu herdeiro teve que esperar por quase seis anos para que o rei restaurasse o privilégio de donatário. Durante este tempo, Duarte Albuquerque e seu irmão, Jorge de Albuquerque, completaram sua educação e treinamento militar em Portugal. Em compensação, D. Brites e seu irmão Jerônimo de Albuquerque governaram a capitania e enfrentaram várias rebeliões indígenas.

Em 1560, o segundo donatário teve de voltar de uma estadia prolongada em Portugal. A regente D. Catarina pediu-lhe para retornar a Pernambuco e combater os índios Caetés que devastavam as plantações e o comércio local. Entretanto, o segundo donatário não voltou sozinho. Ele implorou à rainha regente que permitisse a Jorge de Albuquerque, seu irmão, o emprego de suas habilidades militares para pacificar a capitania. Após cinco anos de luta, eles quebraram a resistência dos Caetés e pacificaram as costas atlânticas de Pernambuco. Entretanto, o segundo donatário estava constantemente em conflitos com

os colonos e não permaneceu por muito tempo em Pernambuco. Seu irmão, Jorge de Albuquerque, também decidiu voltar a Portugal, onde se juntou às expedições militares ao norte da África. Sua travessia do Atlântico tornou-se uma saga muito famosa, descrita pelo poeta Bento Teixeira. Depois de enfrentar tempestades, calmarias e corsários nos trópicos, Jorge de Albuquerque foi convidado pelo rei D. Sebastião para servir na corte e lutar no Norte da África. Vivendo em Portugal, o segundo donatário seguiu seu irmão e o exército do rei, que era composto quinze mil soldados. Em Alcácer Quibir, tanto D. Sebastião quanto o donatário de Pernambuco perderam a vida (Dutra, 1969, p. 57).

As famílias Albuquerque Coelho e Correia de Sá utilizaram as mesmas estratégias para alcançar um lugar na alta nobreza portuguesa. Esta última família sempre teve laços estreitos com os territórios ultramarinos. De fato, o título de visconde veio dos feitos heroicos de Salvador Correia de Sá e Benevides como governador da capitania do Rio de Janeiro, libertador de Angola do domínio holandês, e membro do Conselho de Guerra. Seus descendentes preservaram esta preponderância nas conquistas e ocuparam cargos nos Estados da Índia e do Brasil. O irmão do quarto visconde, Luís José Correia de Sá, foi governador de Pernambuco (Raminelli, 2018). A Casa de Asseca obteve quase um terço de sua renda do Brasil, vindo sobretudo de Campos dos Goytacazes, a capitania próxima ao Rio de Janeiro (Monteiro, 1998; Monteiro, 1995, p. 781). Por volta de 1750, o quarto visconde tentou immortalizar as vitórias de seu ilustre ancestral, Salvador Correia de Sá e Benevides. Cem anos antes, o governador do Rio de Janeiro construiu "o maior navio do mundo", o galeão Padre Eterno (Boxer, 1973, p. 343-345). Em seu diário, o quarto visconde Asseca registrou a comemoração de 24 de agosto, data da restauração de Angola, marco na trajetória de sua casa e sua entrada gradual nas fileiras mais altas da nobreza lisboeta. A perda da capitania Campos dos Goytacazes em 1753 não minou o passado glorioso, nem os feitos de seus antepassados no ultramar (Raminelli, 2018).

Após a rebelião das elites locais na década de 1660, Salvador Correia de Sá e Benevides ficou enfraquecido politicamente e decidiu voltar a Portugal. Ele atravessou o oceano e pediu graças para recompensar seus serviços e lealdades à dinastia Bragança. Entre várias petições, ele pediu o posto de Mestre de Campo para seu filho João Correia de Sá e o título de Visconde de Asseca para seu filho Martim Correia de Sá e Benevides. Este último tornou-se o primeiro Visconde de Asseca, um título criado por Afonso VI em janeiro de 1666. O corajoso libertador de Angola, Salvador Correia de Sá e Benevides, também solicitou a concessão de terras entre as capitanias de Cabo Frio e do Espírito Santo. Recebeu então a capitania hereditária da Paraíba do Sul, também chamada Campos dos Goytacazes, sob a condição de colonizar o litoral e as regiões do interior e divulgar o santo evangelho em nome da Igreja. Portanto, a doação da capitania enriqueceria tanto o donatário quanto a Portugal, pois quanto maior o número de capitanias estabelecidas, mais navios navegariam para portos portugueses carregados de açúcar e outros produtos (Harrison, 1970, p. 105-136; Boxer, 1973, p. 346-405).

Em 1674, a doação régia originou duas capitanias. Coube ao primeiro Visconde de Asseca, Martim Correia de Sá, a maior extensão de terras enquanto a menor ficou para João Correia de Sá, general na Índia. Antes da doação, terras e plantações da família Correia de Sá, localizada entre Cabo Frio e Espírito Santo, havia estado sob a administração do ancião Salvador Correia de Sá e Benevides até sua partida para Lisboa. Depois, os donatários administraram as capitanias remotamente pois estavam em Ormuz e Portugal. A graça real, porém, exigia contrapartidas, já que os donatários tinham, em seis anos, de fundar duas cidades com boas igrejas, prisão, câmara e casas para os residentes. Exigia também a fundação de uma vila com porto marítimo para assegurar embarcações e outra no interior para repelir as incursões dos "gentios bárbaros". A carta régia assegurava que as doações e graças eram perpétuas.

Os donatários eram o capitão e o governador da capitania. Eram capazes de nomear magistrado com jurisdição e de impor punições a pessoas escravizadas, "gentios", camponeses, e cristãos livres. Entretanto, a Coroa proibiu os Correia de Sá de tomar sesmarias para si, sua esposa e seus herdeiros masculinos. Nem podia o senhor proprietário interferir nas terras concedidas antes de sua chegada. Entretanto, ele poderia tributar os moinhos de água, salinas e demais moinhos. Na longa carta de doação, o monarca garantiu direitos e deveres e prometeu ao Visconde e a todos os seus sucessores que o poder real preservaria para sempre a doação (Harrison, 1970; Saldanha, 2001, p. 95-104; Lamego, 2007, p. 52-85). A monarquia portuguesa cedeu a coleta do dízimo e o controle da terra e da justiça. No entanto, a carta de doação criou poderes sobrepostos, que se tornaram um ponto de conflito entre os advogados dos viscondes, potentados locais, ordens religiosas, magistrados e governadores. Vale mencionar também que a família Correia de Sá não podia exercer o controle jurisdicional sobre as comunidades indígenas. Os donatários enfrentaram a resistência daqueles que detinham as terras - os antigos proprietários: os beneditinos, jesuítas, pecuaristas e proprietários de moinhos, entre outros (Raminelli, 2018).

ERODINDO OS PODERES LOCAIS

As monarquias ibéricas enfrentaram dificuldades quando recompensaram seus súditos pela expansão territorial e a conquista dos povos ultramarinos. Os monarcas não só concederam honra e renda, mas também fortaleceram os poderes locais na América. A longa distância entre Lisboa, Madri e o ultramar dificultou o controle dos súditos do rei. Não raro, os soberanos tinham planos para impedir a emergência de potências locais concorrentes no Novo Mundo. Acima de tudo, eles temiam a autonomia judicial e política das elites americanas. Podendo competir com os agentes da monarquia e dificultar as intervenções da Coroa em seus domínios. Outorgados pela monarquia, honras e privilégios poderiam respaldar as tentativas de autonomia. Por essa razão, a política das monarquias ibéricas se opôs à formação de uma nobreza feudal e poderosa (Konetzke, 1951, p. 34; Montt, 1987; Raminelli, 2015). Ao controlar terras, comunidades indígenas e postos administrativos, a enobrecida elite local poderia tornar-se uma ameaça ao centralismo dos estados modernos. Após a conquista, os monarcas fizeram planos para conquistar os conquistadores (Alencastro, 2000, p. 11-43).

Os reis espanhóis recompensaram os principais conquistadores com *encomiendas* e lhes permitiram controlar os trabalhadores nativos que lhes pagariam impostos e dízimos em troca de proteção. Estas graças reais proporcionaram estabilidade institucional durante o caos e a incerteza, pois transformaram o território conquistado em uma burocracia plenamente funcional (Lemon, 2000; Simpson, 1950). Além disso, os *Leyes Nuevas* (1542) criaram mecanismos para controlar estes privilégios e impedir que os conquistadores e seus descendentes tivessem controle perpétuo sobre as comunidades indígenas e postos de administração (Gibson, 1964, p. 168-174). No século XVII, a monarquia espanhola aplicou outro mecanismo para minar o poder das elites locais e criar nobres sem linhagens antigas. Incentivou a venda de títulos e cargos administrativos como parte de uma estratégia para aumentar suas rendas e opor-se à formação de uma poderosa nobreza na América (Lemon, 2000). Em qualquer caso, para obter o reconhecimento de seus méritos e receber graças, os súditos tinham que atravessar os mares e negociar com a administração central.

Em janeiro de 1612, a viúva e os filhos de Don Diego tiveram que renunciar a quaisquer direitos que a família de Moctezuma pudesse ter sobre a "coroa do México". Para receber títulos, rendas e privilégios, os descendentes do imperador asteca Moctezuma II

prometeram à monarquia espanhola renunciar a todos os direitos ao poder que a tradição lhes garantia (Hollingworth, 1980, p. 78; Hajovsky, 2007, p. 112-154). A Coroa evitava assim uma reação adversa dos parentes do imperador, que poderiam tentar recuperar o poder perdido durante a conquista. Por esta razão, criou mecanismos para corroer a capacidade da família Moctezuma de reagir contra os espanhóis. Não foi a primeira vez que a Coroa impôs a troca de recompensas por renúncia ao poder (Ramírez y Jiménez, 2011). Após a morte de Moctezuma II, Pedro Moctezuma tornou-se o principal herdeiro masculino. Ele também tinha laços de sangue com os governantes nativos de Tula, uma região no norte-nordeste da Cidade do México e a origem da civilização Tolteca (Chipman, 2005, p. 81-82). Em abril de 1522, Pedro cooperou com os espanhóis e recebeu uma *encomienda* como recompensa. Hernán Cortés permitiu que Pedro tivesse rendas provenientes das comunidades de Tula, terra de sua mãe. Como Cortés, Pedro ficou insatisfeito com as concessões e persistiu em sua busca por mais privilégios e poder. Em seguida, Pedro acompanhou Cortés quando ele viajou à Espanha para pedir outros privilégios. O absentismo de Pedro Moctezuma e Cortés facilitou o confisco de suas *encomiendas*. Os juízes da primeira audiência iniciaram o sequestro das forças de trabalho indígena distribuídas por Cortés (Chipman, 2005, pp. 83-84). Desde então, os herdeiros de Moctezuma tiveram dificuldade em controlar essas comunidades indígenas.

Durante quase cem anos, Pedro e seus descendentes solicitaram graças régias por colaborarem com os espanhóis após a conquista. A família lutou contra agentes governamentais e poderes locais durante todo esse tempo (Hollingworth, 1980, p. 22-96). No final dos anos 1530, mais uma vez Pedro cruzou o Atlântico e ganhou uma audiência com Carlos V quando o monarca lhe deu um brasão de armas. Em setembro de 1540, ele enviou um decreto real para a Audiência da Nova Espanha e reconheceu Pedro como o filho de Moctezuma. No decreto, ele também listou as propriedades da família em Tula, já que os líderes indígenas não aceitavam a mãe de Pedro como herdeira da comunidade. Anteriormente, esses líderes haviam apresentado seus apelos antes da segunda Audiência na Nova Espanha. Eles alegaram que a mãe de Pedro era ilegítima e não tinha direitos de herança (Chipman, 2005, p. 84-85; Jiménez *et al.*, 2011, p. 189-210). No entanto, Pedro não admitiu este impedimento e declarou que ninguém havia contestado seus direitos sobre as comunidades de Tula até que ele se estabelecesse na Espanha. Como Pedro, os nobres americanos sofriam com um dilema: a ausência era uma condição para estar perto do soberano, mas na Corte, os nobres podiam perder o controle de suas propriedades e privilégios na América.

Em março de 1569, em uma carta a Filipe II, Pedro Moctezuma mencionou a estreita cooperação entre Moctezuma e Cortés, uma vez que seu pai ajudou o último a submeter os astecas à monarquia espanhola e exortou seus súditos a obedecerem à liderança de Cortés. A colaboração resultou no envio de ouro, prata e pedras preciosas aos cofres espanhóis (Chipman, 2005, p. 85-92; Jiménez, 2008, p. 49-53). Em março de 1567, Filipe II reconheceu que o Imperador asteca contribuiu para estabelecer a hegemonia da monarquia espanhola na região central do México. Pedro e seus herdeiros iriam receber uma bolsa anual de três mil pesos de prata. No entanto, esta quantidade de prata viria de *encomiendas* vacantes na Nova Espanha. Para implementar a graça real, Pedro despachou um representante do México, seu segundo filho Diego Luís Moctezuma. Ele atravessou o Atlântico para resolver os problemas da família na Corte castelhana. Em 1576, seu irmão Martín Moctezuma morreu, e Diego Luís tornou-se o principal herdeiro da casa Moctezuma (Jiménez, 2008, p. 61-62).

Diego Luís era um filho ilegítimo de Pedro Moctezuma. A Coroa impôs condições para reconhecê-lo como herdeiro e atender as reivindicações da família. Inicialmente, Diego Luís teve de permanecer na Espanha, longe do império de seu avô. Depois ele se casou

com Doña Francisca de Cueva y Bocanegra, uma dama de companhia de Doña Anna de Áustria. A nobreza pré-hispânica da Nova Espanha foi unida em casamento com uma das mais influentes casas ducais da Espanha, o Ducado de Albuquerque. Assim, a casa Moctezuma teve que renunciar ao "Reino do México" em favor da Coroa Hispânica. Nos anos seguintes, Diego Luís passou a depender da renda das *encomiendas* mexicanas e da casa de sua nova esposa. O casamento se tornou uma estratégia da Coroa para neutralizar as tentativas de Moctezuma de recuperar o controle sobre o grande império (Jiménez, 2008, p. 67-70; Chipman, 2005, p. 93-95; Hollingworth, 1980, p.66-72).

Mesmo com o apoio do soberano, a renda da Nova Espanha permaneceu inconstante. Em Tula, os Moctezuma usavam agentes para cobrar o aluguel da *encomienda* enquanto Diego Luís e sua família moravam na Espanha. Em Sevilha, após a morte de Diego Luís, a família continuou com problemas financeiros desde que os funcionários da cidade confiscaram suas rendas. Seu filho, Pedro Tesifón Moctezuma, retomou os pedidos de privilégios e títulos mantidos por quase cem anos por sua família e só parcialmente concedidos pela monarquia. Don Pedro Tesifón foi bem-sucedido em suas negociações com a monarquia. Entretanto, as autoridades da Nova Espanha ainda resistiram ao pagamento das receitas determinadas pela monarquia (Chipman, 2005, p. 124-125; Jiménez, 2008). Mais uma vez, a Coroa interveio em favor dos descendentes de Moctezuma. Enquanto isso, Don Pedro Tesifón e seu irmão, Don Philip Marcelino, tornaram-se oficiais de infantaria no exército espanhol. Eles serviram como capitães na África, Itália, Cádiz, Toledo e Nápoles (Hollingworth, 1980, pp. 73-96). No campo de batalha, buscaram a honra e o futuro glorioso do lado ocidental do Atlântico.

Mesmo com o apoio da Coroa, a família Moctezuma ainda se esforçava para obter renda das Américas. Contratou um agente para representá-la e fortalecer suas reivindicações perante o vice-rei e a Audiência da Cidade do México. Nos anos seguintes, este representante alertou a família para as dificuldades de obter a renda necessária. Pedro Tesifón enviou uma petição ao rei solicitando recursos adicionais até que o governo resolvesse o impasse. Buscando aliados na alta nobreza, ele casou-se com a filha do Marquês de Castro Novo. Em fevereiro de 1627 Filipe IV concedeu-lhe o título de Visconde de Ilucan. Em setembro de 1627, Pedro solicitou e conseguiu outro título: Conde de Moctezuma de Tula e Tultengo (Chipman, 2005, p. 129; Hollingworth, 1980, p.129).

Dependendo da renda da Nova Espanha, Pedro Tesifón enviou mais uma vez uma petição ao rei para expandir o patrimônio familiar em Tula como havia sido no passado. Ele também pediu permissão para se mudar com sua família para as terras de seus antepassados na América. Somente do outro lado do Atlântico ele cuidaria pessoalmente de suas finanças e evitaria intromissões tão prejudiciais à família. Como o rei e o Conselho das Índias não aceitaram seu pedido, Pedro mudou de tática. Ele pediu permissão para adquirir a Villa de Peza perto da casa de sua família em Guadix. A Coroa aceitou esta proposta que resolveria dois dilemas: a baixa renda e o perigo do retorno da família às Américas. Em poucas palavras, a renúncia do "Reino do México" lhe permitiu obter os seguintes títulos: Conde de Moctezuma de Tula y Tultengo, Visconde de Ilucan, Cavaleiro de Santiago, Señor de Tula, Señor de Peza e Regidor Perpétuo de Guadix (Chipman, 2005, p. 131; Hollingworth, 1980, p. 88-94).

No século XVII, os descendentes de Moctezuma II e Hernán Cortés tornaram-se ligados à nobreza europeia e se afastaram das Américas. O neto e bisneto do primeiro se estabeleceu na Espanha enquanto os Marqueses del Valle se fundiram na linha feminina com uma casa da nobreza de Nápoles, os Duques de Terranova e Monteleone. De Nápoles e Guadix, eles administraram as fazendas na Nova Espanha como uma empresa estrangeira (García, 1969, p. 73-74). Com a morte de Cortés em 1547, seu filho Don Martín Cortés tornou-se marquês e titular do senhorio até 1589. Este último permaneceu na

Espanha por muito tempo, e só tomou posse das propriedades herdadas na Nova Espanha em 1563. Para isso, ele escreveu uma carta a Filipe II onde se referia aos problemas de cobrança de impostos e acusava a Fazenda Real e o Vice-rei Velasco de serem responsáveis. Don Martín denunciou a interferência de agentes reais em suas propriedades e renda e as tentativas da administração da Nova Espanha de corroer seu poder sobre os bens herdados (Vincent, 1993, p. 104-143).

Os conquistadores e seus descendentes estavam insatisfeitos com as *Leyes Nuevas* de 1542, devido ao medo de perder seu patrimônio. Na verdade, as novas leis conseguiram controlar o desenvolvimento de um grupo nobre que desafiava os agentes reais. A nova política também limitou a herança das *encomiendas* e erodiu o poder da elite local (Gibson, 1964, p. 168-174). As revoltas dos *encomenderos* contra o governo espanhol se espalharam pelo Novo Mundo, especialmente no Peru. Na Nova Espanha, a formação de dois grupos tornou-se mais clara quando Martín Cortés retornou. O vice-rei Velasco defendeu os índios e as novas leis. Seus oponentes contestaram as novas leis e gravitaram em torno do Marqués del Valle. Este último se comportava como um rei e estava em franca oposição ao vice-rei (Vincent, 1993, p. 116-121).

Os herdeiros dos conquistadores consideravam vastos territórios e comunidades indígenas como suas recompensas perpétuas. Entretanto, a Coroa conseguiu minar o desenvolvimento de um grupo nobre que desafiou seu poder e tornava impossível a implementação das leis novas (Konetzke, 1951; Montt, 1987; García, 2019). Após a morte do Vice-Rei, Don Luis Velasco, em 1564, Don Martín tornou-se um grande líder e Capitão Geral. O cabildo da Cidade do México lhe deu este posto para lutar pela autonomia do vice-reinado. No ano seguinte, Don Martín e seu irmão pareceram ir além da mera defesa dos interesses do grupo conquistador e ameaçaram se rebelar. No julgamento de Don Martín, os juízes o acusaram de tentar derrubar a Audiência e conspirar para a morte dos *oidores*. Assim, ele poderia se tornar o rei da Nova Espanha. Para o cronista e parente de Cortés, Juan Suárez de Peralta, Don Martín não participou da conspiração, mas não dissuadiu os rebeldes.

Marquês de Falces, o novo vice-rei, evitou a execução dos herdeiros dos Cortés, mas não dos principais rebeldes. O Marquês del Valle cruzou o Atlântico em direção à Espanha e tornou-se prisioneiro na fortaleza de Torrejón de Velasco, uma prisão utilizada para abrigar a nobreza perto de Madri. Sua sentença determinou que ele passasse dez anos em Oran (Argélia), servindo o rei. Lá ele deveria equipar e manter 20 lanceiros às suas próprias custas. Além disso, ele foi proibido de retornar ao Novo Mundo e perdeu toda a jurisdição sobre seus vastos latifúndios. Sua Majestade só restaurou a jurisdição do marquês para a família de Cortés no terceiro casamento de Marqués del Valle com Doña Mencía de la Cerda (Vincent, 1993, p. 259-261).

Assim como Oaxaca e Tula, a capitania de Pernambuco sofreu com o absentismo e o governo à distância. O segundo donatário faleceu no norte da África na mesma batalha em que morreu D. Sebastião. Seu irmão, Jorge de Albuquerque, seu sucessor no controle da capitania, foi gravemente ferido no mesmo campo de batalha, mas conseguiu sobreviver ao desastre. Numerosos testemunhos registraram que ele teve dificuldades para se mover para o resto de sua vida. Entretanto, em maio de 1582, Filipe II assinou a carta de doação e o nomeou oficialmente o terceiro donatário e sucessor de Duarte de Albuquerque. Naquela época, Jorge pediu comenda de uma Ordem Militar, mas o rei espanhol só lhe concedeu uma renda menor. Ele não aceitou a recompensa do rei, mesmo enfrentando problemas financeiros e administrativos (Dutra, 1969, p. 64-66).

Durante vinte anos (1582-1601), Jorge de Albuquerque tinha sido um donatário ausente. Durante este período, Pernambuco havia experimentado crescimento significativo de plantações e engenhos de açúcar. Esta prosperidade estimulou constantes visitas do

governador-geral do Estado do Brasil. Em outras palavras, cresceu a interferência política do governo geral sobre a capitania comandada pela família Coelho Albuquerque. Também abriu caminho para abusos nas finanças e na administração da capitania (Dutra, 1969, p. 82-84). Filho de Jorge de Albuquerque, Duarte Albuquerque, nasceu em Portugal e assumiu o comando da capitania em 1603, como terceiro donatário aos doze anos de idade. Na verdade, ele assumiu o comando da capitania somente em 1631, após as primeiras investidas holandesas no litoral nordestino. Duarte e seu irmão, Matias de Albuquerque, tinham experiência militar, mas não controlavam armas e navios suficientes para expulsar os holandeses de Pernambuco. Sem condições de permanecer na sua capitania, ele retornou a Madri em 1640. Naquela época, Duarte pediu os títulos de Conde de Pernambuco e Marquês de Bastos a Filipe IV. Em princípio, ele recebeu esta honra, mas a documentação para esta concessão ainda permanece desaparecida. Em seus manuscritos posteriores (Memórias, 1855), seu nome foi precedido dos títulos de Conde de Pernambuco e Marquês, conforme o pedido de 1640 (Dutra, 1969, p. 254-256; Assis, 2001, p. 186-188).

Em Portugal, longe de sua capitania, o poder de controle do senhor proprietário enfraqueceu, o mesmo fenômeno relatado pelos descendentes de Hernán Cortés e Moctezuma II. O absenteísmo da família Albuquerque Coelho e particularmente do quarto donatário teve consequências significativas. Os conflitos de jurisdição entre o donatário e o governador-geral enfraqueceram as defesas militares da capitania e facilitaram a invasão holandesa. Já era tarde quando o donatário tentou expulsar os invasores. Incapaz, Duarte de Albuquerque retornou a Madri em 1640 e pediu recompensas. Entretanto, em dezembro, o processo de independência começou em Portugal. Neste momento crucial, o quarto donatário não abjurou sua lealdade a Filipe IV. Talvez seja por isso que não se encontra registro de seus títulos entre as genealogias portuguesas. Entretanto, seu irmão mais novo, Matias de Albuquerque, juntou-se à Restauração portuguesa e participou ativamente da guerra contra a Espanha. Por todos os seus feitos, ele recebeu do rei português o título de Conde de Alegrete.

ABSENTEÍSMO E SOBERANIA

Depois de anos como governante, Salvador Correia de Sá e Benevides solicitou ao rei a patente de Mestre de Campo para seu filho João Correia de Sá e o título de Visconde de Asseca para seu filho Martim Correia de Sá e Benevides. Em janeiro de 1666, Martim tornou-se o primeiro Visconde de Asseca, e depois donatário da capitania da Paraíba do Sul. (Harrison, 1970, p. 76-119). A notícia da doação da capitania causou grande descontentamento entre os primeiros colonos e sesmeiros. Junto com funcionários da câmara do Rio de Janeiro, os potentados locais tentaram apelar e obter apoio real contra a doação porque tinham medo de perder suas propriedades. Em suas petições, eles comprovaram a posse legal da terra, originada da doação real. No ano seguinte, o ouvidor geral do Rio de Janeiro ordenou a fundação de vilas (cidades), conforme estipulado na mercê real concedida ao visconde e a seu irmão. A fim de implementar plenamente as condições da doação, o donatário também teve que realizar medições e demarcações para evitar que as concessões de terras preexistentes sofressem danos. Segundo a chancelaria de Afonso VI, o donatário não podia alterar a dimensão das terras, concedidas legalmente antes do estabelecimento da capitania hereditária (Feydit, 1979, p. 35-71; Saldanha, 2001, p. 95-104; Boxer, 1973, p. 299-305; 390-391).

Em 1674, ao conceder a capitania à Casa de Asseca com o cargo de capitão-geral e governador, a monarquia cedeu o poder a uma autoridade para governar as elites locais e ordens religiosas que detinham sesmarias. Embora a preservação das antigas sesmarias estivesse explícita na doação real, os proprietários do senhor tinham domínio sobre

moinhos de água, fábricas de sal e engenhos de açúcar. Eles recolhiam o dízimo, nomeavam magistrados e tenentes locais e exerciam um enorme controle sobre os funcionários da câmara municipal (Lamego, 1913, v. 2, p. 124-137). Em Lisboa, o donatário absenteísta não controlava a expansão das plantações e pastagens dos vizinhos sobre suas terras. Assim, as Ordens Religiosas, os primeiros habitantes e seus descendentes ultrapassaram as fronteiras e aumentaram em tamanho suas atividades econômicas. Como o Visconde não demarcava a capitania, os proprietários temiam por seus bens. Estes últimos consideraram a possibilidade de que o Visconde pudesse controlar seus latifúndios e conceder como doação de terras. Os vizinhos também previam que os aliados do Visconde poderiam roubar suas terras. Conflitos entre os donatários e as elites locais giravam em torno de privilégios antigos e privilégios concedidos com a capitania, ou seja, os privilégios criados pela doação real colidiam com os interesses das elites locais e Ordens Religiosas (Harrison, 1970, p. 105-152).

Como os demais governadores, o capitão da capitania donatária obedecia ao governo geral em Salvador e, em princípio, não estava sob a jurisdição do governador do Rio de Janeiro. No entanto, este último administrava a capitania hereditária como se fosse sua área de jurisdição, especialmente quando o donatário estava em Lisboa. A “nobreza da terra” do Rio de Janeiro via a capitania da Paraíba do Sul como uma fronteira aberta, capaz de servir ao seu objetivo de acumular bens e expandir suas plantações. Os membros das câmaras municipais e os governadores do Rio de Janeiro enviavam seus tentáculos para o norte repetidas vezes. As elites locais fizeram muitas tentativas para impedir que o donatário assumisse o controle da capitania. No entanto, os locais lutavam contra um grupo influente no Rio de Janeiro e em Lisboa, apoiados pelas conquistas e honras de Salvador Correia de Sá e Benevides (Raminelli, 2018, p. 205-243).

Em resumo, na segunda metade do século XVII, na capitania da Paraíba do Sul, os conflitos envolveram concessões de terras e proprietários de engenhos de açúcar, beneditinos, jesuítas, forasteiros, ladrões de gado e o novo donatário. As duas capitanias, divididas entre a família Correia de Sá, nunca foram totalmente implementadas porque o Visconde não demarcava a terra. A incerteza espacial também ameaçou as concessões de terras e provocou apropriações indevidas. No período colonial, as fronteiras eram incertas e os proprietários de terras estavam constantemente em disputas com os índios. No entanto, a situação da capitania da Paraíba do Sul era mais instável politicamente porque os velhos conquistadores, proprietários de terras e representantes do senhor proprietário coexistiam ali. Seus habitantes ainda enfrentavam a invasão indígena, a destruição de vilas, o roubo de gado e o roubo de terras. Os limites jurisdicionais pouco claros entre a capitania real (Rio de Janeiro) e a capitania donatária (Paraíba do Sul) promoveram muitos outros conflitos (Lamego, 1913, p. 56-75).

No final do século XVII, o absenteísmo do proprietário aumentou as tensões e conflitos, especialmente após a morte do segundo Visconde de Asseca, Salvador Correia de Sá e Benevides (1665-1678). Seu sucessor, Diogo Correia de Sá e Benevides (1669-1745), demonstrou pouco interesse pela capitania. Sob pressão do magistrado, a câmara de Campos escreveu ao rei para denunciar o terrível estado da cidade de Campos, carente tanto de uma prisão quanto da câmara municipal para realizar reuniões. Os Viscondes não haviam cumprido as metas estipuladas na carta de doação. Diogo Correia de Sá escreveu aos funcionários para protestar contra a denúncia e ressaltou a existência de muitas vilas arruinadas na capitania. Os Viscondes denunciaram assim a incapacidade de os moradores de construir casas e terrenos de trabalho. Em suma, os habitantes não se dedicaram ao seu trabalho (Harrison, 1970, p. 120-152).

A situação foi agravada não apenas pela morte do segundo Visconde, mas pelo descuido do terceiro. A morte do tenente local precipitou ainda mais a crise e a perda da

capitania. Este último tinha sido responsável pela administração de um território violento e instável, controlado por grupos armados. De Portugal, o donatário vendeu a capitania ao Prior Duarte Teixeira Chaves. Não era incomum a alienação da capitania, desde que o monarca concedesse a autorização prévia, já que, mesmo quando doada, este tipo de propriedade estava sujeito à Lei Mental. Sem uma licença, a Coroa confiscou as terras e anulou as vendas (Saldanha, 2001, p. 122-130).

Em 1709, violando as condições da doação, o terceiro Visconde vendeu suas plantações de propriedade livre e as terras ligadas ao Morgado, a capitania, e o posto de um alcaide-mor no Rio de Janeiro ao mencionado Prior. Só a capitania tinha o preço de 100.000 cruzados. O novo proprietário se estabeleceu na capitania da Paraíba do Sul e agiu como se fosse o Visconde, contando com o apoio dos vereadores de Campos, mesmo contrariando à norma da carta de doação. Duarte Chaves vendeu terras e exerceu todas as jurisdições do donatário. Como primeira medida, ele destituiu o capitão-mor e enfraqueceu o poder dos outros oficiais aliados à Casa de Asseca. O ouvidor geral do Rio de Janeiro, Roberto Carr Ribeiro, aceitou as denúncias dos moradores da capitania e denunciou as ilegalidades perpetradas pelo falso donatário. Carr Ribeiro escreveu ao Conselho do Ultramar para recomendar o confisco da jurisdição sobre a capitania e que o Prior Chaves fosse enviado à prisão em Portugal.¹ Em princípio, o alvará de doação proibia expressamente a venda da capitania, dos bens vinculados e da posição de alcaide-mor. Em outras palavras, quando o Visconde vendeu a jurisdição sobre a capitania ao Prior Chaves, ele violou as condições primordiais da doação real. A situação piorou quando o Prior vendeu as plantações e fazendas da capitania (Saldanha, 2001, 122-130; 170-172; Raminelli, 2018; Feydit, 1979, p. 106). A Casa de Asseca perdeu a capitania pela primeira vez, e o território voltou à jurisdição real. Em poucas palavras, o absentismo levou o Visconde a quebrar as condições de doação e a perder a soberania sobre a capitania.

CONCLUSÃO

O governo dos impérios dependia do exercício de autoridade legal delegada. A monarquia concedia poderes a seus súditos para defender e viabilizar o controle régio sobre áreas remotas. Para Laura Benton, o domínio imperial gerava poderes em camadas, sobrepostos e concorrentes. Os agentes da monarquia estavam sob o controle não apenas da burocracia central, mas também das instâncias administrativas do ultramar. Os funcionários régios eram comandados pelo centro, mas ao exercer as suas funções, enfrentavam os contrapesos arquitetados pela Coroa. Suas funções e poderes estavam fracionados para enfraquecer a sua autonomia. A concorrência entre várias instâncias administrativas mitigava não somente a liberdade dos funcionários régios, mas também cerceavam os poderes exercidos pela nobreza do Novo Mundo. Essa divisão de poderes era essencial sobretudo no ultramar. Quanto mais remotas eram as terras, mais a soberania régia era limitada, sujeita a instabilidades (Benton, 2010, p.1-23; Pike, 1958, p. 139-158).

As monarquias então viviam um dilema. Deveriam recompensar com títulos, cargos e rendas seus principais aliados, sobretudo os militares. A expansão e a manutenção das conquistas ultramarinas rendiam honra e privilégios a uns poucos súditos. A concessão de privilégios aos súditos radicados longe dos tentáculos da monarquia era investimento arriscado. Ao delegar honras e cargos, a monarquia poderia debilitar a sua própria soberania em áreas remotas. Enfim, buscava remunerar os serviços prestados, mas ao mesmo tempo criava e multiplicava mecanismos para neutralizar os seus aliados, sobretudo aqueles radicados longe dos olhares da Coroa. A autonomia de nobres e funcionários régios deveria ser evitada a todo custo.

¹ Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro, avulsos, documento 931.

As monarquias espanhola e portuguesa empregavam estratégias muito semelhantes para neutralizar a alta nobreza radicada no Novo Mundo. Outorgava poderes e contrapoderes para erodir a possível autonomia que esses nobres desfrutavam na Nova Espanha e no Brasil. O presente artigo buscou inventariar as diferentes estratégias das monarquias para controlar a “alta nobreza americana”. Aliás, não existia a nobreza americana, mas a nobreza que gravitava em torno dos reis de Portugal e de Espanha. Existiam nobres residentes nas Cortes e nobres radicados em paragens remotas do ultramar. Distantes do rei, eles deveriam cruzar os mares para negociar cargos, honras e isenções. Assim, reconheciam o poder de atração dos monarcas, reconheciam a centralidade do império. Ao transitar em direção ao centro, eles debilitavam seus poderes nas localidades, concediam a seus rivais, oportunidades de também erodir o seu poder. A alta nobreza enfrentava não somente as políticas da monarquia para cercear a sua autonomia. No ultramar seus inimigos se multiplicavam e esperavam oportunidades para invadir terras e suprimir seus privilégios. Durante anos, o Marques del Valle de Oaxaca, o Conde de Moctezuma de Tultengo, o Marquês de Bastos, Conde e Senhor de Pernambuco e o Visconde de Asseca e seus familiares negociaram com a monarquia para preservar seus direitos. Por vezes, buscaram ampliar suas vantagens, por outras lutaram para recuperar o patrimônio de seus antepassados.

Não raro, a monarquia espanhola buscou neutralizar as possíveis tentativas de criar reinos autônomos na América. A alta nobreza poderia empregar o capital político de seus antepassados e declarar a autonomia de suas terras. Para tanto, a Coroa arquitetou casamentos entre os descendentes de Cortés e Moctezuma com a alta nobreza europeia. Radicados na Espanha e na Itália, os descendentes perdiam a capacidade de se rebelar contra a monarquia hispânica e formar reinos autônomos na América. A monarquia portuguesa empregou outras estratégias, buscou interferir nas administrações das capitanias donatárias das famílias Albuquerque Coelho e Correia de Sá. Com a ausência dos donatários, o governador geral, radicado na Bahia, passou a exercer seu comando na capitania donatária de Pernambuco. A família Correia de Sá enfrentou as interferências do governador do Rio de Janeiro, do ouvidor geral e da câmara municipal do Rio de Janeiro. De forma diversa, a administração ultramarina intervinha na capitania donatária da Paraíba do Sul para cercear e debilitar o comando dos viscondes de Asseca.

Enfim, o presente artigo recorreu ao conceito de *quasi-sovereignty* de Laura Benton para analisar como as monarquias espanhola e portuguesa, entre os séculos XVI e XVII, empregavam estratégias muito semelhantes para neutralizar a alta nobreza radicada no Novo Mundo. Os monarcas outorgaram privilégios, mas também criaram mecanismos para erodir a autonomia que esses nobres desfrutavam no ultramar. O artigo baseou-se em ampla bibliografia para inventariar não somente os diferentes controles régios, mas também as estratégias empregadas pelos nobres para reagir contra a perda de seus patrimônios material e político. A comparação entre os nobres portugueses e espanhóis permitiu identificar como o controle sobre a nobreza envolvia diferentes instâncias da administração nos âmbitos imperial e local. As trajetórias desses nobres demonstram ainda a pressão de diferentes grupos sociais contra os nobres e seus privilégios. A disputa entre o governo imperial, o governo local, os nobres e os diferentes estratos da sociedade demonstram a debilidade da soberania régia no ultramar.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz F. *Trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ASSIS, Virgínia M. A. de. Palavra de rei... Autonomia e subordinação da capitania hereditária de Pernambuco. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFPE, Recife, 2001.
- BENTON, Lauren. *A search for sovereignty; law and geography in European empires*. Cambridge University Press, 2011.
- BODMER, Beatriz P. *The armature of conquest*. Los Angeles: California University Press, 1992.
- BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1886*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Edusp, 1973.
- BROCKINGTON, Lolita G. *The leverage of labor; managing the Cortés haciendas in Tehuantepec, 1588-1668*. Durham: Duke University Press, 1989.
- BÜSCHGES, Christian. La nobleza de Quito a finales del período colonial (1765-1810). *Revista Ecuatoriana de Historia*. Quito, n. 10, pp. 43-61, 1997.
- CHIPMAN, Donald E. *Moctezuma's children*. Austin: University of Texas Press, 2005.
- CONDE y DÍAZ-RUBÍN, José I. *Historia genealógica de los títulos y dignidades nobiliarias em Nueva España y México*. Mexico: Universidad Nacional Autónoma de México, 2008, 2 vs.
- CORTÉS, Hernán. *Hernán Cortés: letters from Mexico*. ed. Anthony Pagden, intr. John Elliott. New York: Grossman Publishers, 1971.
- DUTRA, Francis. Matias de Albuquerque: a seventeenth-century capitão of Pernambuco and Governor-General of Brazil. (PhD dissertation). New York University, 1969.
- DUTRA, Francis A. Centralization vs. Donatorial Privilege: Pernambuco, 1602-1630 in: Dauril Alden (ed.) *Colonial roots of Modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973, pp. 19-60.
- ELLIOTT, John H. *Spain and its World 1500–1700*. New Haven and London: Yale University Press, 1989.
- FONSECA, Antônio J. V. Borges da. *Nobiliarquia pernambucana*. Anais da Biblioteca Nacional. v. XLVII: p. 7-502, 1925.
- FEYDIT, Julio. *Subsídios para a história dos Campos dos Goytacazes*. Rio de Janeiro: Editora Esquilo, 1979.
- FRIEDE, Juan. The Coat of Arms of Hernando Cortés. *The Quarterly Journal of the Library of Congress*, v. 26 (2): p. 64-69, 1969.
- GARCÍA MARTÍNEZ, Bernardo. *El marquesado del Valle*. México: Colegio del Mexico, 1969.
- GARCÍA HÉRNAN, David. Sangre, nobleza y poder en los comienzos del Virreinato de Nueva España. *Hipogrifo*, v. 8 (1): pp. 207-222, 2020.

GIBSON, Charles. *The Aztecs under Spanish rule; a history of the Indians of the Valley of Mexico, 1519-1810*. Stanford: Stanford University Press, 1964.

HARRISON, William F. *A struggle for land in colonial Brazil*. Dissertation (Doctoral in History), New Mexico University, Novo Mexico, 1970.

HAJOVSKY, Patrick T. *On the lips of others: fame and the transformation of Moctezuma's image*. Dissertation (Doctoral in History). The University of Chicago, 2007.

HOLLINGWORTH, Ann P. *Pedro de Moctezuma and his descendants (1521-1718)*. Dissertation (Doctoral in History) North Texas State University, 1980.

JIMÉNEZ ABOLLADO, Francisco. Don Diego Luis Moctezuma, nieto de Hueytlatoni, padre de conde: un noble indígena entre dos mundos. *Anuario de Estudios Americanos*, 65(1): 49-70, 2008.

JIMÉNEZ ABOLLADO, Francisco; RAMÍREZ CALVA, Verence C. *Pretensiones señoriales de Don Pedro Moctezuma Tlachuepantzin Yohualicahuacatzin. Desafíos y vicisitudes de un mayorazgo, 1528-1606. Estudio y fuentes documentales*. Hidalgo: Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo, 2011.

KONETZKE, Richard, La formation de la nobreza en Indias. *Estudios Americanos*, 10, v. III: 229-357, 1951.

KRAUSE, Thiago. *Em busca da honra*. São Paulo: Annablume, 2012.

LAMEGO, Alberto. *A terra goytacá à luz de documentos inéditos*. Paris/Bruxelas: L'Édition d'Art/Liv. Garnier, 1913. 2 vs.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

LEMON, Jason E. *The Encomienda in Early New Spain*. Dissertation (Doctor of Philosophy), Emory University, 2000.

LIRA MONTT, Luis. La concesión de títulos de Castilla a los habitantes en Indias. *Boletín de la Academia Chilena de la Historia*, 98: 169-197, 1987.

LOUDAMY, Randall R. *Cortés after the conquest of Mexico: constructing legacy in New Spain*. Dissertation (Doctor of Philosophy). Oklahoma State University, 2013.

MACHADO, Diogo B. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741. 2 tomos.

MEMORIAS diarias da guerra do Brasil por espaço de nove annos, começando em 1630 deduzidas das que escreveu o marquez de Basto, conde e senhor de Pernambuco. Dr. Alexandre José de Mello Moraes e Ignacio Accioli de Serqueira e Silva (editors). Rio de Janeiro: Typ. De M. Barreto, 1855.

MONTEIRO, Nuno G. *A casa e o património dos grandes portugueses (1750-1832)*. Tese (Doutorado em História). Lisboa: Universidade de Lisboa, 1995.

MONTEIRO, Nuno G. *O crepúsculo dos grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal - 1750-1832*. Lisboa: Casa da Moeda, 1998.

MONTEIRO, Nuno. *Elites e poder*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

NORTON, Luís. *A dinastia dos Sás no Brasil*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1943.

OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno*. Lisboa: Estar, 2001.

PIKE, Frederick. The Municipality and the System of Checks and Balances in Spanish American Colonial Administration. *The Americas*, vol. 15, no. 2: 139-158, 1958.

RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

RAMINELLI, Ronald. Os limites da soberania régia A capitania da Paraíba do Sul entre 1727 e 1730. *Almanack*, 19: 167-204, 2018.

RESTALL, Matthew. *Seven myths of the Spanish conquest*. New York: Oxford University Press, 2003.

RILEY, G. Micheal. The estate of Fernando Cortés in the Cuernavaca area of Mexico, 1522-1547. Dissertation (Thesis). University of New Mexico, 1965.

SALDANHA, António Vasconcelos de. *As capitanias do Brasil*. Lisboa: CNPCDP, 2001.

SIMPSON, Lesley B. *The encomienda in New Spain; the beginning of Spanish Mexico*. Berkeley: University of California Press, 1950.

SOUSA, D. António C. de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida Livraria Editora, 1969. Tomo VII.

VINCENT, Victoria A. The Avila-Cortes conspiracy: Creole aspirations and royal interests. Dissertation (Thesis PhD). The University of Nebraska, 1993.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Ronald José Raminelli: Doutor. Professor titular, Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Departamento de História, Niterói, RJ, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Cinco de Julho, n. 356 apt. 501, 24220-111, Niterói, RJ, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Comunicação apresentada em inglês no Workshop “Aristocratic Connections and Overseas Empires, 1492-1824”, held in Seville on December 12th-13th 2022 at the Universidad Pablo de Olavide, Seville (Spain), com o título: “Crossing the Seas to Achieve the High Nobility Titles: New Spain and Brazil 16-17th Centuries”.

AGRADECIMENTOS

Bartolomé Yun-Casalilla

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

Concepção e elaboração do manuscrito: R. J. Raminelli



Coleta de dados: R. J. Raminelli
Análise de dados: R. J. Raminelli
Discussão dos resultados: R. J. Raminelli
Revisão e aprovação: R. J. Raminelli

FINANCIAMENTO

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) ,
Bolsa Cientista do Nosso Estado.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Ronald José Raminelli. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#).
Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a
autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de
Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores,
não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Jó Klanovicz.

HISTÓRICO

Recebido em: 26 de março de 2023.

Aprovado em: 27 de abril de 2023.

Como citar: RAMINELLI, Ronald J. Alta nobreza e os limites da soberania régia na Nova
Espanha e Brasil, séculos XVI e XVII. *Esboços*, Florianópolis, v. 30, n. 54, p. 277-295, 2023.



DESLOCAMENTOS (FORÇADOS) DE PÁScoa VIEIRA: INQUISIÇÃO E ESCRAVIDÃO EM UMA PERSPECTIVA GLOBAL E ATLÂNTICA

(Forced) Displacements of Páscoa Vieira: Inquisition and Slavery in a Global and Atlantic Perspective

Laís Prestes Redondo^a

 <https://orcid.org/0000-0002-2966-0294>

E-mail: lais.prestes@unifesp.br

^a Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Guarulhos, SP, Brasil.



CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Páscoa Vieira diante da Inquisição: uma escrava entre Angola, Brasil e Portugal no século XVII*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 276 p.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão atlântica. Inquisição Portuguesa. Brasil e Angola.

KEYWORDS: Atlantic slavery. Portuguese Inquisition. Brazil and Angola.

Para os historiadores, a história global, a história atlântica e das circulações suscitam debates na historiografia. Essas perspectivas propõem aos pesquisadores reinserir a voz dos subalternos, romper com narrativas históricas que prezam apenas pelo território nacional e valorizar a conexão com as comunidades acadêmicas do sul global (Gruzinski, 2001b, p. 186; Ammermann *et al.*, 2021, p. 3). Assim, são nessas propostas que a recente obra da historiadora francesa Charlotte de Castelnau-L'Estoile, *Páscoa Vieira diante da Inquisição: uma escrava entre Angola, Brasil e Portugal no século XVII* (2020) se insere. A autora analisa o processo de Páscoa Vieira, uma mulher já escravizada em Angola que acaba sendo vendida para Salvador, onde é denunciada por bigamia ao Santo Ofício Português e enviada, presa, para Lisboa.

Em sua trajetória acadêmica como professora e historiadora na Université de Paris, com formação pela École Normale Supérieure e pela Universidade de Cambridge e doutorado pela École des Hautes Études em Sciences Sociales, Castelnau-L'Estoile já trabalhou em outras obras como *Un catholicisme colonial: Le mariage des indiens et des esclaves au Brésil, XVIe-XVIIIe siècle* (2019), sobre o significado e a importância que a instauração do matrimônio monogâmico teve sobre povos indígenas e escravizados no Brasil Colonial.¹ No entanto, a presente obra – que é uma tradução da versão em francês para o português² – apresenta pesquisa mais recente em que a historiadora analisou como o matrimônio e sua cristianização impactaram a vida de uma escravizada que circulou entre três continentes no século XVII.

A presente resenha foi dividida em duas partes. Na primeira, realizo um resumo da obra e seus capítulos. Em seguida, analiso as contribuições da obra para alguns campos da história e como Castelnau-L'Estoile utiliza procedimentos da história global e atlântica para estudar o processo de Páscoa Vieira. Ao final, são feitos apontamentos de como a autora poderia ter recorrido às teóricas do feminismo decolonial para refletir sobre o conceito de “agência” que aborda.

A apresentação à edição brasileira é feita pela historiadora Silvia Hunold Lara. Após descrever a experiência acadêmica de Castelnau-L'Estoile, Lara aponta que a historiadora francesa se aproxima de questões do tempo presente de modo a ampliar o entendimento das relações entre escravidão e cristianização no sentido de estudar o processo de Páscoa Vieira. No prólogo e na introdução do livro, Castelnau-L'Estoile apresenta algumas características do extenso processo, explica seus objetivos e os cuidados no uso de processos inquisitoriais como fonte. Ela destaca outras documentações que foram usadas na pesquisa, tais como ordenações régias, tratados morais e teológicos, correspondências, documentos do Conselho Ultramarino, relatos de viajantes e de missionários. Assim, a historiadora demonstra preocupação em contextualizar o processo de Páscoa Vieira no âmbito institucional e social da época.

O livro está dividido em oito capítulos. No primeiro, a autora trata do surgimento da Inquisição Portuguesa e dos crimes de alçada daquele tribunal, dando ênfase à bigamia, delito pelo qual Páscoa Vieira foi processada. Em seguida, apresenta, a partir de relatos de viajantes e registros de comércio, as atividades escravistas em Salvador no século XVII. No segundo capítulo, Castelnau-L'Estoile investiga, a partir dos inquéritos do processo, de que maneira o tribunal de Lisboa emitiu correspondências e movimentou dinheiro para que missionários, comissários e membros do clero secular pudessem obter

¹ A historiadora foi também professora visitante em 2010 e 2011 na Universidade Federal Fluminense (UFF). No segundo semestre de 2022, a historiadora Charlotte Castelnau-L'Estoile assumiu como professora de História Moderna na Sorbonne Université.

² Ver o livro em francês CASTELNAU-L'ESTOILE Charlotte de. *Páscoa et ses deux maris. Une esclave entre Angola, Brésil et Portugal au XVIIe siècle*. Paris: PUF, 2019.

testemunhos em Salvador e Luanda a fim de constatar a culpabilidade de Páscoa Vieira. Ainda nesse capítulo, a historiadora pesquisa quem era o denunciante e senhor de Páscoa Vieira em Salvador, Francisco Álvares Távora, e sua rede familiar.

No terceiro capítulo, intitulado “O bem da justiça”, Castelnau-L’Estoile analisa a prudência dos inquisidores em prender Páscoa Vieira. Ela aponta como a história de Páscoa Vieira reflete o processo de cristianização dos negros da África Central pelos capuchinos italianos e jesuítas. No quarto capítulo, a historiadora analisa os depoimentos recolhidos na vila de Massangano por um vigário, nomeado comissário para tratar do caso de Páscoa Vieira. A autora estuda o testemunho do suposto primeiro marido de Páscoa Vieira, o escravizado Aleixo, além de investigar a genealogia da família Carvalho. Sendo essa a primeira família que escravizara Páscoa Vieira, a historiadora constata que o motivo de venda da escravizada a Francisco Távora, em Salvador, decorreu dela ter tentado fugir em Massangano. Por fim, Castelnau-L’Estoile visualiza como o caso de Páscoa Vieira auxilia historiadores a compreender as interações e as diferenças entre os tipos de escravidão existentes na época moderna.

No capítulo cinco, Castelnau-L’Estoile analisa o contra-inquérito aberto em Salvador pelo segundo marido de Páscoa Vieira, Pedro Arda. A historiadora pesquisa as origens de Arda, também escravizado, que, depois de vendido por Francisco Álvares Távora, recorre ao tribunal episcopal para reaver o direito de viver com a esposa, acusada de bigamia. Para tanto, a autora discute a tensão da época em torno do direito marital de escravizados e o direito dos proprietários em vendê-los e separá-los. No sexto capítulo, a voz de Páscoa Vieira no processo é analisada. Além de discorrer sobre a prisão e o envio de Páscoa Vieira a Lisboa, Castelnau-L’Estoile descreve a genealogia dela e defende a agência da escravizada perante os inquisidores.

No penúltimo capítulo, a historiadora compreende quais foram os interesses do tribunal inquisitorial em investigar o suposto crime de bigamia de uma escravizada. A partir da bula *Populis ac Nationibus*, de Gregório XVIII e publicada em 1585, das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, dos relatos e correspondências de missionários, Castelnau-L’Estoile analisa os debates teológicos do período sobre a relevância que o casamento de escravizados tinha para o sistema de tráfico e para o combate das práticas poligâmicas dos africanos. Além disso, a autora trata do protagonismo de alguns negros nas confrarias religiosas de Salvador.

No oitavo capítulo, a autora não só apresenta a sentença final dada a Páscoa Vieira, como explica os aspectos simbólicos das cerimônias punitivas e os tipos de condenação por heresia que o tribunal cominava à época. No epílogo da obra, a historiadora pontua que narrar a vida de Páscoa Vieira acabou por levá-la a um procedimento metodológico ligado às perspectivas da história global e das circulações. Com isso, a autora retoma alguns autores que navegam e utilizam dos conceitos dessas perspectivas históricas como Sílvia Hunold Lara, Luiz Felipe de Alencastro, Roquinaldo Ferreira e Serge Gruzinski. (Castelnau-L’Estoile, 2020, p. 260).

O principal objetivo de Castelnau-L’Estoile é compreender, a partir da vida de Páscoa Vieira, “[...] as relações regulares e intensas” entre escravidão e cristianização entre três continentes, e visualizar o agenciamento e a voz dessa mulher escravizada (Castelnau-L’Estoile, 2019, p. 22-23). Com base nesses objetivos, podemos situá-la nos temas que emergiram e se ampliaram na historiografia da escravidão nos anos 1990 e nas primeiras décadas do século XXI. Os primeiros temas estavam relacionados ao estudo da escravidão urbana, sobre a família escravizada e as práticas de resistência, enquanto que os mais recentes se voltam para as mestiçagens culturais e as conexões globais e atlânticas da escravidão (Secreto, 2016, p. 444-445).

Ao analisar os inquéritos do processo de Páscoa Vieira, nos capítulos 2 e 3, Castelnau-L'Estoile identifica as constantes redes de comunicações entre os espaços locais com escalas maiores, isto é, entre membros do Tribunal em Lisboa com os missionários em Roma, Massangano, Salvador e Luanda. A autora observa as relações globais que jesuítas e capuchinhos italianos tinham com as ordens vindas de Roma e as condições locais encontradas por eles para evangelizar os negros, fossem livres ou escravizados, em diferentes vilas da África (Castelnau-L'Estoile, 2019, p. 94-100). Dessa forma, quando discute os deslocamentos desses religiosos para cuidar do caso, ela visualiza como a cristianização dos escravizados foi fundamental para justificar e sustentar o fenômeno da escravidão.

Além de analisar a presença dos capuchinhos italianos no interior de Angola, a obra de Castelnau-L'Estoile contribui para a história da missionação na época moderna. Carlos Henrique Cruz (2019, p. 158) destaca que a historiografia brasileira tende a concentrar pesquisas na atuação dos jesuítas no processo de cristianização dos indígenas e escravizados. Contudo, tanto Cruz quanto Castelnau-L'Estoile dão destaque aos deslocamentos e à presença de capuchinhos italianos no sertão colonial e nas vilas do interior de Angola. Em vista disso, os dois historiadores indicam possibilidades de pesquisas que procurem observar os vínculos e as ligações existentes entre os capuchinhos italianos que atuavam no Brasil e em Angola no século XVII.

Na área dos Estudos Inquisitoriais, o livro de Castelnau-L'Estoile fornece e amplia o entendimento de como o Tribunal do Santo Ofício se imbricava em regiões consideradas interioranas ou de fronteira no continente africano, como na vila de Massangano. Bruno Feitler (2013) ressalta a importância de se investigar mais a fundo o quanto essa instituição conseguia estabelecer redes colaborativas, para além dos correspondentes oficiais do tribunal, na América Portuguesa e em Goa. Neste aspecto, a historiografia sobre a Inquisição tem desenvolvido mais recentemente pesquisas sobre a presença deste tribunal na África. Enquanto os historiadores Philip Havik e Vanicléia Santos dão destaque às mulheres negras e livres processadas por feitiçaria na Guiné, a historiadora Filipa Ribeiro da Silva aborda a ação persecutória do tribunal nas regiões de Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, evidenciando as visitas inquisitoriais e os tipos de denúncias. Mas, no que se refere a essa historiografia, embora não seja objetivo das historiadoras, nota-se que Vanicléia Santos e Filipa Silva mencionam as certas cooperações que o tribunal tecia com agentes não oficiais e autoridades locais na Guiné, que recebiam e encaminhavam denúncias à Lisboa.³

Selma Pantoja (2004) e Fabiana Schleumer (2018) investigaram, por exemplo, a atuação persecutória da Inquisição em Angola e no Congo. Porém, ambas as historiadoras analisaram principalmente os tipos de denúncia, os crimes de feitiçaria e os degredados enviados àquelas regiões, mas não procuraram se aprofundar em como o tribunal de Lisboa construía suas articulações locais em Angola. Já em sua obra, Castelnau-L'Estoile, por meio do processo de Páscoa, investiga com quais sujeitos o Tribunal estabeleceu redes de contato em Luanda e Massangano. A historiadora consegue verificar que os inquisidores

³ Sobre essa historiografia, ver: BETHENCOURT, Francisco; HAVIK, Philip. A África e a Inquisição: novas perspectivas. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Lisboa, ano III, n. 5/6, p. 21-27, 2004 [p. 23]. HAVIK, Philip. La sorcellerie, l'acculturation et le genre: la persécution religieuse de l'Inquisition portugaise contre les femmes africaines converties en Haut Guinée (XVIIe siècle). *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Lisboa, ano III, n. 5/6, p. 99-116, 2004. SILVA, Filipa R. A Inquisição na Guiné, nas ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Lisboa, ano III, n. 5/6, p. 157-173, 2004, p. 159-160. SANTOS, Vanicléia S. Mulheres africanas nas redes dos agentes da Inquisição de Lisboa: o caso de Crispina Peres em Cacheu, século XVII. *Politeia - História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 20, n. 1, p. 67-95, jan.-jun., 2021, p. 69-70.

de Lisboa buscavam ter sua presença sentida através do apoio dos vigários locais, dos jesuítas, dos capuchinhos italianos enviados pela Propaganda Vide, dos comissários nomeados, das “autoridades de Luanda” e mesmo dos capitães inseridos no interior de Angola (Castelnu-L’Estoile, 2020, p. 34, 76, 82 e 95).

Com relação à manipulação das perspectivas da História global e das circulações, Castelnu-L’Estoile aponta como a família Carvalho, que escravizara Páscoa em Angola, sustentava as ligações entre o tráfico interno e externo. Além disso, a historiadora identifica que, mesmo sendo uma família escravista, os sujeitos que a compunham eram pardos em virtude do processo de mestiçagem ocorrido durante a conquista de Angola e a formação de vilas de fronteira interna, como Massangano. Essa análise feita pela historiadora desconstrói a noção de que todos os senhores de escravos fossem brancos e reforça a ideia de mestiçagem trabalhada por Serge Gruzinski (2001a). Para esse historiador, os lugares de fronteira não devem ser estudados como meras zonas de intermediações, mas espaços de conflitos em que a mestiçagem de elementos díspares se tornou evidente.

Para mais, mesmo que não fosse seu objetivo, Castelnu-L’Estoile demonstra algumas possibilidades de associar a história global e a micro-história enquanto abordagens, embora essa associação esteja em debate na historiografia. Para Lévi (2019) e Trivellato (2011), a micro-história nunca foi o mero estudo de um local ou de sujeitos individuais, e nem uma história de cunho narrativo. A micro-história busca complexificar as teorias gerais ao mostrar que há respostas variadas quando reduzimos a escala de nosso olhar para analisar fenômenos históricos por meio de pessoas, de um tempo histórico específico ou de um lugar. Em vista disso, a micro-história e a história global teriam fundamentos divergentes, uma vez que esta se preocupa com as conexões espaciais, com a longa duração e com a crítica à historiografia eurocêntrica (Levi, 2019).

Trivellato (2011) considera que a micro-história pode vir a contribuir com as futuras pesquisas de história global. Não para fazer uma micro-história global, e sim para evitar que a história global retome às visões gerais de um fenômeno, ou se torne uma mera narrativa de pessoas e grupos excepcionais que se conectaram ao nível global. Quando Castelnu-L’Estoile pesquisa a vida e a voz de Páscoa no processo, não faz uma história narrativa da trajetória dela. Pelo contrário, através do processo, a autora consegue levantar questões que complexificam o papel que o matrimônio assumia no fenômeno da escravidão e demonstra que a ruptura não foi o único processo corrente da escravidão, haja vista os contatos que Páscoa construiu ou manteve ao ser deslocada entre três continentes.

Nesse sentido, a autora acaba por se encaminhar aos estudos sobre história atlântica. Porém, ela não aborda apenas as relações de complementaridade da escravidão e do comércio entre Brasil e Angola, já tratadas pelo historiador Luiz Felipe Alencastro (2000). A partir do contra inquérito, a historiadora analisa em que medida Páscoa e Pedro, mesmo escravizados, preservavam contatos com conhecidos e parentes em Angola. Para Castelnu-L’Estoile (2020, p. 88), a história de Páscoa está relacionada com o conceito do historiador Roquinaldo Ferreira, “comunidade atlântica”, ou seja, de que os intercâmbios e laços entre Brasil e Angola criaram um espaço histórico comum entre as duas margens do Atlântico. Todavia, Castelnu-L’Estoile não foca sua pesquisa no oceano e nem compara lugares litorâneos ligados pelo Atlântico, e sim sobre o impacto das circulações atlânticas nas experiências adquiridas por Páscoa em diferentes locais.⁴ Entretanto, a obra de Castelnu-L’Estoile (2019) nos enseja a certos comentários. O livro tem como foco investigar a vida de uma mulher escravizada e se insere nos debates que questionam o europocentrismo metodológico como a perspectiva da História Global e das circulações, -

⁴ Para se aprofundar no campo da história atlântica, ver o texto de David Armitage “Três conceitos de história atlântica” (2014).

perspectivas estas que nasceram em conjunto da história pós-colonial e dos *Subaltern Studies* (Santos Jr.; Sochaczewski, 2017, p. 491). Contudo, há ainda uma ausência da teoria decolonial na historiografia da escravidão, sobretudo da perspectiva do feminismo decolonial e negro. Isso se relaciona, mormente, por existir uma colonialidade epistêmica e uma falta de reconhecimento pelas academias do norte global das contribuições das teóricas negras e latino-americanas sobre gênero, como Lélia Gonzalez, María Lugones e Rita Segato (Collins, 2017 *apud* Fagundes; Almaleh; Vieira, 2021, p. 99).⁵

Castelnau-L'Estoile (2020, p. 264) cita que o caso de Páscoa permite pensar uma história do gênero, visto que ela era mulher escravizada. Porém, a historiadora entende que falar de gênero se resume a compreender as relações entre homens e mulheres. Mais do que isso, María Lugones (2019, p. 352) e Rita Segato (2012, p. 121 e 126) entendem a categoria gênero como uma forma de analisar tanto a inserção de papéis sexuais construídos no discurso dos colonizadores quanto a capacidade de agência das mulheres e homens frente à imposição colonial desses papéis. Mas, Lugones (2019, p. 349) destaca que essa agência não pode ser levada ao senso máximo que atribuímos atualmente, uma vez que os sujeitos foram condicionados a variadas formas de opressão nos diferentes contextos históricos.

Quando Castelnau-L'Estoile (2020, p. 191 e 199) afirma que não podemos olhar apenas a violência da escravidão, e sim investigar a agência dos escravizados, ela defende que Páscoa usou de sua feminilidade com diversos homens para melhorar sua situação de escravizada. No entanto, a historiadora corre o risco aqui de considerar a capacidade de agência de Páscoa num nível muito elevado para a época em estudo. A teórica Lélia Gonzalez teria questionado a historiadora de qual tipo de feminilidade ela estaria atribuindo à Páscoa. E, atrelado a isso, problematizaria essa suposta cordialidade erótica entre escravizadas e senhores, uma vez que a violência da escravidão acompanhou a construção de uma violência de gênero sobre as mulheres de cor.⁶

Em outro momento, Castelnau-L'Estoile afirma que a agência de Páscoa frente aos inquisidores e aos homens de sua vida decorria da influência que tinha do protagonismo de certas mulheres, como sua ex-dona em Massangano, Domingas Carvalho (Castelnau-L'Estoile, 2020, p. 197). No entanto, segundo María Lugones (2008, p. 94), para estudarmos as mulheres no período colonial, é preciso estar atento à variedade da categoria mulher e ao fato de que todo protagonismo implica restrições interseccionalizadas nos níveis sociais, raciais, étnicos e de idade. Em vista disso, Lugones discutiria as diferenças da atuação de Páscoa e de sua ex-dona Domingas. Pois, enquanto esta esteve sempre em posição superior devido sua fortuna e por ser dona de escravizados, Páscoa era uma mulher que havia tentado fugir quando era escravizada por Domingas.

Para melhor exemplificar, em um estudo posterior à publicação da obra de Castelnau-L'Estoile (2020), Vanicléia Santos (2021, p. 71), através do conceito de interseccionalidade das teorias de gênero, estudou a vida de Crispina Peres. Antes de ser processada pelo Santo Ofício Português pelo crime da feitiçaria, Crispina era uma mulher negra livre, proprietária de escravos em Cacheu, viúva e casada pela segunda vez com Jorge Gonçalves Francês. Em sua conclusão, Santos verificou que, embora Crispina concentrasse certo poder na região, apresentava vulnerabilidades por ser mulher, mas ao mesmo tempo autorizava práticas de violência sobre as mulheres negras que escravizava.

⁵ Para conhecer as diferentes teóricas do pensamento feminista decolonial, como María Lugones, Rita Segato, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e outras ver o artigo “Contribuições e compromissos: perspectivas feministas decoloniais e a História” das historiadoras Marluce Dias Fagundes, Priscilla Almaleh e Miriam Steffen Vieira (2021, p. 82-83, 87, nota 10; p. 89-90).

⁶ Lélia Gonzalez, “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (2019, 1.ed. em espanhol, 1983) citada por Heloísa Buarque de Hollanda (2020, p. 21).

Assim, concluímos que, ao longo da obra, Castelnau-L'Estoile colocou à prova as potencialidades da história global e das perspectivas correlatas (história atlântica e das circulações) para o estudo do fenômeno da escravidão e da vida de Páscoa. Através da análise dos diversos níveis espaciais onde a escravidão ocorrera e dos períodos da conquista de Angola, - procedimentos estes da história global (Santos Jr.; Sochaczewski, 2017, p. 491) - a historiadora visualizou como as circulações que permearam a vida de Páscoa, a possibilitaram adquirir experiências para lidar com os inquisidores e com seus senhores. Logo, além de apresentar uma escrita e leitura acessível na sua obra, Castelnau-L'Estoile nos faz reconhecer que a ruptura não foi o único aspecto da escravidão pois, na trajetória de Páscoa, identificamos o quanto as relações culturais, religiosas, afetivas e de negociação dos escravizados também foram movimentadas.

REFERÊNCIAS

- AMMERMANN, Friedrich *et al.* Por uma História Global (mais) justa: o Seminário de História Global do IUE. *Cromohs (Cyber Review of Modern Historiography)*. Florença: Instituto Universitário Europeu, 2021, p. 1-10. Disponível em: <https://oajournals.fupress.net/index.php/cromohs/article/download/12559/12099/>. Acesso em: 28 jul. 2021.
- ALENCASTRO, Luiz F. de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARMITAGE, David. Três conceitos de história atlântica. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 18, n. 2, p. 206-217, maio-ago., 2014.
- BETHENCOURT, Francisco; HAVIK, Philip. A África e a Inquisição: novas perspectivas. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Lisboa, ano III, n. 5/6, p. 21-27, 2004.
- CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Un catholicisme colonial: Le mariage des indiens et des esclaves au Brésil, XVIe-XVIIIe siècle*. Paris: Presses Universitaires France, 2019.
- CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Páscoa Vieira diante da Inquisição: uma escrava entre Angola, Brasil e Portugal no século XVII*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- CRUZ, Carlos H. *A escola do diabo: indígenas e capuchinhos italianos nos sertões da América (1680-1761)*. Fireze: Firenze University Press, 2019.
- FAGUNDES, Marluce D.; ALMALEH, Priscilla; VIEIRA, Miriam S. Contribuições e compromissos: perspectivas feministas decoloniais e a História. *Sul Sul – Revista de Ciências Humanas e Sociais*, Barreiras, v. 1, n. 3, p. 77-103, fev., 2021.
- FEITLER, Bruno. A ação da Inquisição no Brasil: uma tentativa de análise. In: FURTADO, Júnia F.; RESENDE, Maria L. C. (org.) *Travessias inquisitoriais das Minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no império luso-português (séc. XVI-XVIII)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 29-46.
- GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 175-195, mar., 2001.

HAVIK, Philip. La sorcellerie, l'acculturation et le genre: la persécution religieuse de l'Inquisition portugaise contre les femmes africaines converties en Haut Guinée (XVIIe siècle). *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Lisboa, ano III, n. 5/6, p. 99-116, 2004.

HOLLANDA, Heloísa B. de. Introdução. In: HOLLANDA, Heloísa B. de; VAREJÃO, Adriana *et al.* (orgs.) *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 11-34.

LEVI, Giovanni. Frail Frontiers? *Past & Present*, Oxford, v. 242, issue supplement 14, p. 37-49, nov., 2019.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, Colômbia, n. 9, p. 73-101, jul.-dic., 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa B. de; LORDE, Audre *et al.* (orgs.) *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-378.

PANTOJA, Selma. Inquisição, degredo e mestiçagem em Angola no século XVIII. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Lisboa, ano III, n. 5/6, p. 117-136, 2004.

SANTOS Jr., João J. G. dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História global: um empreendimento intelectual em curso. *Revista Tempo*, Niterói, v. 23, n. 3, p. 482-502, set.-dez., 2017.

SANTOS, Vanicléia S. Mulheres africanas nas redes dos agentes da Inquisição de Lisboa: o caso de Crispina Peres em Cacheu, século XVII. *Politeia - História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 20, n. 1, p. 67-95, jan.-jun., 2021.

SCHLEUMER, Fabiana. Nas bordas do Rio Kwanza: Inquisição, administração portuguesa e artes mágicas em Angola. *Africana Studia*, Porto, n. 30, p. 13-28, 2018.

SECRETO, María V. Novas perspectivas na história da escravidão. *Revista Tempo*, Niterói, v. 22, n. 41, p. 442-450, set.-dez., 2016.

SEGATO, Rita L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Tradução de Rose Barboza. *E-cadernos CES*, Coimbra, n.18, p. 106-131, 2012.

SILVA, Filipa R. A Inquisição na Guiné, nas ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Lisboa, ano III, n. 5/6, p. 157-173, 2004.

TRIVELLATO, Francesca. Is There a future for Italian Microhistory in the age of Global History? *eScholarship*, v. 2, issue 1, 2011.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Laís Prestes Redondo: Graduada. Mestranda, Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Guarulhos, SP, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Professora Othília Sant'Anna Brisola, 1-107, 17064-250, Bauru, SP, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Resenha elaborada para aprovação na disciplina de mestrado “Deslocando categorias da historiografia contemporânea: temas e debates numa academia global” ministrada pelo professor doutor Luís Filipe Silvério Lima na Universidade Federal de São Paulo no primeiro semestre de 2021.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Bruno Feitler e ao professor Luís Filipe Silvério Lima pelas contribuições e correções da presente resenha. Agradeço também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) por financiar minha bolsa de mestrado que está relacionada a elaboração da presente resenha.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: B. Feitler. L. P. Redondo

Coleta de dados: Não se aplica.

Análise de dados: Não se aplica.

Discussão dos resultados: B. Feitler. L. P. Redondo.

Revisão e aprovação: B. Feitler.

FINANCIAMENTO

Bolsa de mestrado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Laís Prestes Redondo. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.



PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Beatriz Galotti Mamigonian
Jo Klanovicz

HISTÓRICO

Recebido em: 9 de junho de 2022.

Aprovado em: 29 de setembro de 2022.

Como citar: REDONDO, Laís P. Deslocamentos (forçados) de Páscoa Vieira: Inquisição e escravidão em uma perspectiva global e atlântica. *Esboços*, Florianópolis, v. 30, n. 54, p. 296-305, 2023. Seção [Resenha]. Resenha da obra: Resenha. Resenha da obra: CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Páscoa Vieira diante da Inquisição: uma escrava entre Angola, Brasil e Portugal no século XVII*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 276 p.

